

**Luiz Otávio Cabral**

**ESPAÇO E RURALIDADE NUM CONTEXTO DE  
DESENVOLVIMENTO VOLTADO À AGRICULTURA  
FAMILIAR**

Tese apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Doutor.

**Curso de Pós-graduação em Geografia,**

Área de Concentração: Utilização e Conservação dos Recursos Naturais.

**Departamento de Geociências,**

Centro de Filosofia e Ciências Humanas,

**Universidade Federal de Santa Catarina.**

Orientador: Prof. Dr. Luiz Fernando Scheibe.

**Florianópolis, março de 2004.**

“Espaço e ruralidade num contexto de desenvolvimento  
voltado à agricultura familiar”.

Luiz Otávio Cabral

Tese submetida ao Curso de Doutorado em Geografia,  
área de concentração em Utilização e Conservação de  
Recursos Naturais, do Departamento de Geociências do  
Centro de Filosofia e Ciências Humanas da UFSC, em  
cumprimento aos requisitos necessários à obtenção do  
grau acadêmico de Doutor em Geografia.

**Prof. Dr. Norberto Olmiro Horn Filho**

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Geografia

APROVADO PELA COMISSÃO EXAMINADORA EM: 22/03/2004

---

Dr. Luiz Fernando Scheibe (Orientador-UFSC)

---

Dr. Clécio Azevedo da Silva (Membro-UFSC)

---

Dra. Maria Ignês Silveira Paulilo (Membro-UFSC)

---

Dra. Lúcia Helena Gerardi (Membro-UNESP)

---

Dra. Maria do Carmo Corrêa Galvão (Membro-UFRJ)

*Florianópolis - 2004*

*À minha simples e doce mãe*

## AGRADECIMENTOS

À minha centelha divina, pela inspiração indispensável ao reconhecimento da complexidade e da beleza da vida e por ter me convencido, em meio aos difíceis momentos vivenciados ao longo deste trabalho, que a realidade é muito mais que uma tese e que uma tese não é tudo.

Ao Curso de Pós-graduação em Geografia por mais esta calorosa acolhida e em especial aos professores Dolores, Walquíria, Sandra, Ewerton, Leila e à secretária Marli.

Aos muitos estudiosos do campo das ciências sociais aqui referenciados por suas contribuições à construção do conhecimento sobre o rural e, mais especificamente, por terem “emprestado” suas idéias à construção desta tese.

À minha “grande família”, sobretudo aos meus pais, aos meus animados irmãos, à minha querida esposa e aos meus “netos postiços” pela condição de “avô torto”.

Ao Scheibe, pela “boa conversa”, pelas oportunas correções e porque como orientador-amigo confiou na minha capacidade de realizar a “arte da tese”.

A todos os sujeitos entrevistados por sua disposição em partilhar suas visões e experiências de vida.

Ao CNPQ por ter concedido uma “preciosa” bolsa de doutorado, sem a qual a pesquisa e a minha própria formação seriam muito dificultadas.

A você que agora lê, pelas reflexões e indagações indispensáveis à crítica e à ampliação do conteúdo aqui abordado.

## SUMÁRIO

<b>Listas (box/figuras/pranchas/gráficos/quadros) .....</b>	<b>viii</b>
<b>Índice de siglas .....</b>	<b>ix</b>
<b>Resumo .....</b>	<b>x</b>
<b>Abstract .....</b>	<b>xi</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>

## Primeira parte CIRCUNSCRIÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

<b>Primeiras considerações .....</b>	<b>8</b>
<b>Capítulo 1: Dimensões da questão rural hoje .....</b>	<b>9</b>
1.1. O processo de diversificação/revitalização do espaço rural, “lá” e “aqui” .....	10
1.1.1. <i>As transformações e os sentidos do rural nos países de capitalismo avançado</i> .....	17
1.1.2. <i>Características e possibilidades do rural brasileiro</i> .....	19
1.2. A problemática em torno do desenvolvimento rural .....	26
1.2.1. <i>Do enfoque setorial ao enfoque espacial</i> .....	28
1.2.2. <i>Estratégias e agricultura familiar no Brasil</i> .....	33
<b>Capítulo 2: A Geografia (rural), os termos de análise e os procedimentos de pesquisa .....</b>	<b>40</b>
2.1. Trajetória e tendências da Geografia rural .....	42
2.2. Articulando a perspectiva e as categorias de análise .....	45
2.2.1. <i>Qualificando o espaço geográfico e sua abordagem</i> .....	45
2.2.1.1. <i>Lugar/local</i> .....	49
2.2.1.2. <i>Paisagem/paisagens</i> .....	51
2.2.1.3. <i>Território e territorialidade</i> .....	53
2.2.2. <i>Da condição rural à espacialidade da agricultura familiar</i> .....	55
2.3. Procedimentos de pesquisa .....	59
2.3.1. <i>A entrevista</i> .....	60
2.3.2. <i>A pesquisa documental</i> .....	62
2.3.3. <i>A observação</i> .....	63
2.3.4. <i>A análise de conteúdo</i> .....	64
<b>Últimas (re)considerações .....</b>	<b>65</b>

## Segunda parte O CONTEXTO DE DESENVOLVIMENTO: A AGRECO E A DIVERSIFICAÇÃO/REVITALIZAÇÃO DO ESPAÇO RURAL

<b>Primeiras considerações .....</b>	<b>69</b>
<b>Capítulo 3: O espaço municipal e os antecedentes da agricultura familiar em Santa Rosa de Lima .....</b>	<b>70</b>
3.1. Caracterizando o município sede da AGRECO .....	73
3.1.1. <i>Aspectos diversos do município de Santa Rosa de Lima</i> .....	73
3.1.2. <i>O processo de colonização – do regional ao local</i> .....	75

3.2. Formas e crises da agricultura familiar .....	79
3.2.1. A agricultura tradicional e a “crise do porco macau” .....	80
3.2.2. A “modernização parcial” e a “crise do fumo” .....	82
<b>Capítulo 4: A AGRECO e os sistemas de objetos e de ações implementados .....</b>	<b>86</b>
4.1. As estratégias e a dinâmica do espaço institucional .....	88
4.1.1. Antecedentes: a Gmüse Fest e a Família Schmidt .....	88
4.1.2. A constituição da Entidade, suas bases formais e os espaços de participação .....	90
4.1.3. O PIAMER e a ampliação do espaço de atuação .....	92
4.1.4. Diversificação das estratégias e aprimoramento do quadro técnico .....	96
4.1.5. Crise(s) e mudança(s) no sistema de produção e comercialização .....	98
4.1.6. Inversão do desajuste oferta-demanda e outras mudanças .....	101
4.1.7. Atualizando e ilustrando os sistemas de objetos e de ações .....	104
4.2. As parcerias e o espaço interinstitucional .....	110
4.2.1. As primeiras parcerias .....	111
4.2.2. O PIAMER e a redefinição/ampliação das parcerias .....	112
4.2.3. Cooperativismo de crédito e agroturismo: das estratégias complementares às entidades parceiras .....	114
4.2.4. As prefeituras e o Fórum de Desenvolvimento .....	118
4.2.5. O SEBRAE e o Projeto Vida Rural Sustentável .....	119
4.2.6. O Fórum do Maciço e as parcerias campo-cidade .....	120
4.2.7. A cooperativa de profissionais ALIAR .....	123
<b>Últimas (re)considerações .....</b>	<b>125</b>

**Terceira Parte**  
**DECOMPONDO O CONTEXTO:**  
**AS ESTRATÉGIAS E A RECONSTRUÇÃO DA RURALIDADE**  
**ENTRE OS AGRICULTORES FAMILIARES**

<b>Primeiras considerações .....</b>	<b>131</b>
<b>Capítulo 5: O associativismo e o(s) sentido(s) da AGRECO .....</b>	<b>133</b>
5.1. A dinâmica do associativismo e seus indicadores .....	134
5.1.1. A evolução do número de filiados .....	134
5.1.2. O movimento de expansão/contração e outros indicadores .....	136
5.2. As representações e o(s) sentido(s) da AGRECO .....	138
5.2.1. A ambivalência das representações: a “AGRECO como proposta” e “como problema” .....	138
5.2.2. Os ganhos e as expectativas: a “AGRECO como oportunidade” .....	142
5.3. Os espaços de participação e o distanciamento diretoria-associados .....	145
<b>Capítulo 6: A ecologização/agroindustrialização da produção, o agroturismo e a revalorização do espaço local .....</b>	<b>153</b>
6.1. Ecologizando a propriedade como lugar da família .....	153
6.1.1. Acerca da diversidade de denominações, de formas de manejo e de produtores .....	156
6.1.2. Benefícios da ecologização da produção .....	159
6.1.2.1. Da (re)valorização dos fatores internos... ..	159
6.1.2.2. ... às considerações sobre as externalidades .....	165
6.1.3. Dificuldades/contradições do processo de ecologização .....	167

6.2. O condomínio-agroindústria como lugar do grupo .....	172
6.2.1. Aspectos das unidades associativas e agroindustriais .....	174
6.2.2. Qualificando as vantagens do condomínio-agroindústria .....	177
6.2.3. Focalizando os problemas e desafios .....	180
6.2.3.1. Entre os problemas internos... ..	180
6.2.3.2. ... e a inadequação do PIAMER .....	183
6.2.3.3. Da resignificação à readequação das agroindústrias .....	188
6.3. O agroturismo e a valorização da paisagem rural .....	191
6.3.1. Sobre a atividade e os empreendimentos agroturísticos .....	193
6.3.2. A “propriedade como paisagem” e o balanço agroturístico .....	196
6.3.2.1. A valorização das dimensões estética e utilitária .....	196
6.3.2.2. Dos aspectos positivos das mudanças na propriedade... ..	198
6.3.2.3. ... às dificuldades e limitações da atividade agroturística .....	200
6.3.2.4. Acolhida versus AGRECO .....	202
6.3.3. O agroturismo e a “paisagem como natureza” .....	204
<b>Capítulo 7: A comercialização coletiva (institucional) e a dinâmica do território mercantil .....</b>	<b>208</b>
7.1. Sobre o sistema de comercialização institucional .....	209
7.1.1. Ampliação e diversificação do território mercantil .....	210
7.1.2. O transporte e a evolução das formas de remuneração .....	211
7.1.3. Informatização do sistema e redefinição dos núcleos de produção/linhas de distribuição .....	213
7.2. Dilemas/dicotomias em torno do território mercantil .....	216
7.2.1. Produção versus comercialização .....	216
7.2.2. Circuito longo versus circuito curto .....	219
7.2.3. Centralização versus descentralização .....	225
7.3. As formas de territorialidade mercantil hoje .....	228
7.3.1. Das mudanças recentes no sistema de comercialização institucional... ..	229
7.3.2. ... às formas de comercialização paralela .....	232
<b>Últimas (re)considerações .....</b>	<b>237</b>
<b>À GUIA DE CONCLUSÃO .....</b>	<b>245</b>
<b>Anexos .....</b>	<b>254</b>
<b>Referências bibliográficas .....</b>	<b>257</b>
<b>Bibliografia (pesquisa documental) .....</b>	<b>266</b>

## LISTAS

## **Box**

Box um: Origem e impactos da modernização da agricultura .....	11
Box dois: A ecologização e os sistemas agrícolas de base ecológica .....	12

## **Figuras**

Figura 01: Localização do município de Santa Rosa de Lima .....	72
Figura 02: Organograma simplificado da AGRECO .....	106
Figura 03: Localização e representação das unidades agroindustriais, agroturísticas e gerenciais implementadas a partir da AGRECO .....	108
Figura 04: Recorte do folder de inauguração das primeiras unidades agroindustriais .....	112
Figura 05: Recortes do folder sobre agroturismo publicado pelo CEPAGRO em 2001 .....	196
Figura 06: Imagens de uma propriedade que trabalha com agroturismo .....	205
Figura 07: Encostas da Serra Geral vista do loteamento para casa de campo na localidade de Santa Bárbara .....	206
Figura 08: Correspondência entre núcleos de produção e linhas de distribuição .....	215
Figura 09: Rótulos para comercialização sob a forma institucional e paralela .....	235

## **Pranchas**

Prancha 1: Cenas diversas do contexto de desenvolvimento .....	87
Prancha 2: Cenas das propriedades e do manejo ecológico .....	154
Prancha 3: Cenas das agroindústrias de pequeno porte .....	173
Prancha 4: Cenas relacionadas ao agroturismo .....	192

## **Gráficos**

Gráfico 1: Evolução do faturamento mensal (bruto) da AGRECO (out./1999 a out./2003) ....	105
Gráfico 2: Evolução do número de famílias filiadas à AGRECO .....	135
Gráfico 3: Evolução do faturamento mensal (bruto e líquido) de uma agroindústria de beneficiamento mínimo de hortaliças (set./2000 a out./2003) .....	183
Gráfico 4: Relação entre faturamento bruto e custo de transporte de uma agroindústria de beneficiamento mínimo de hortaliças (jul./2000 à out./2003) .....	222

## **Quadros**

Quadro 1: Indicadores dos movimentos de expansão/contração do espaço associativo .....	137
Quadro 2: Caracterização das unidades da Rede AGRECO de agroindústrias .....	174
Quadro 3: Caracterização dos empreendimentos agroturístico ligados à Acolhida na Colônia, em Santa Rosa de Lima .....	194
Quadro 4: Caracterização das formas de comercialização das unidades agroindustriais vinculadas à AGRECO (mar./2002 a mar./2003) .....	233

## **ÍNDICE DE SIGLAS\***



**AGRECO:** Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral.

**AMUREL:** Associação dos Municípios da Região de Laguna.

**BNDES:** Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

**CD:** Conselho Deliberativo.

**CEPAGRO:** Centro de Estudos e de Promoção da Agricultura de Grupo.

**CIDASC:** Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina.

**CNDRS:** Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável.

**CNPq:** Centro Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

**CPC:** Comissão de Produção e Comercialização.

**CPT:** Comissão Pastoral da Terra.

**CRESOL:** Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária.

**EPAGRI:** Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A.

**FLV:** Frutas, Legumes e Verduras.

**FUNCITEC:** Fundação de Ciência e Tecnologia do Estado de Santa Catarina.

**IBGE:** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

**ICEPA:** Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina.

**MDA:** Ministério do Desenvolvimento Agrário.

**ONGs:** Organizações Não Governamentais.

**PEA:** População Economicamente Ativa.

**PIAMER:** Projeto Intermunicipal de Agroindústrias Modulares em Rede.

**PNAD:** Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

**PRONAF:** Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

**PVRS:** Projeto Vida Rural Sustentável.

**SEBRAE:** Serviço Nacional de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.

**UCAG:** Unidade Central de Apoio Gerencial.

**UFSC:** Universidade Federal de Santa Catarina.

\* Somente daquelas empregadas mais de uma vez no texto da tese.

## RESUMO

O presente estudo tem por objetivo analisar as mudanças no espaço e na agricultura familiar num contexto de desenvolvimento rural. O estudo de caso recai sobre o processo de mudanças socioespaciais mobilizado pela Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral/AGRECO, com sede no Município de Santa Rosa de Lima, situado no sul do Estado de Santa Catarina e do Brasil. A questão principal consiste em saber em que medida as estratégias de desenvolvimento implementadas a partir da Entidade vêm redefinindo a dinâmica do espaço e da agricultura familiar naquele município. Ao longo do trabalho constatamos que o associativismo, ecologização da produção, agroindustrialização de pequeno porte, comercialização coletiva, agroturismo e cooperativismo de crédito promoveram a diversificação e a revitalização do espaço rural e redefiniram, embora de maneira desigual, as oportunidades de reprodução e a ruralidade da agricultura familiar. Interessados em caracterizar a natureza e a amplitude das mudanças em curso qualificamos, um “espaço institucional”, representado pelos sistemas de objetos e de ações introduzidos e/ou redefinidos pela AGRECO e um “espaço interinstitucional”, resultante das muitas parcerias realizadas com instituições diversas e que extrapolam a escala local. Buscando entender como a agricultura familiar vem respondendo ao processo de desenvolvimento, focalizamos os sentidos e práticas mobilizadas pelos produtores em relação a cada uma das estratégias; cujas dinâmicas tendem a afetar aspectos mais ou menos distintos do espaço rural e a engendrar diferentes formas de ruralidade. Finalmente, verificamos que o espaço mobilizado pela AGRECO ao mesmo tempo em que expressa a realização de diferentes estratégias de desenvolvimento e potencializa elementos (materiais e simbólicos) próprios da agricultura familiar, apresenta dificuldades e problemas que vão de encontro a certas necessidades e interesses de boa parte dos produtores filiados, que por sua vez, passam a conceber e realizar possibilidades mais ou menos diferenciadas de reprodução socioeconômica.

## ABSTRACT

The purpose of this study is to analyze the changes in space and in family farming in the context of rural development. A case study was conducted of the process of social spatial change mobilized by AGRECO – the Association of Ecological Farmers of the Slopes of the Serra Geral, based in the municipality of Santa Rosa de Lima, in southern Santa Catarina State, Brazil. The principal question consists in knowing to what degree the development strategies implemented by AGRECO have redefined the space dynamic of family farming in that municipality. During the work we found that group activity, the ecologization of production, small-scale agroindustrialization, collective commercialization, agrotourism and credit cooperatives promote the diversification and revitalization of rural space and redefine, although in an unequal manner, opportunities for reproduction and rurality of family farming. In order to characterize the nature and the scope of changes underway we identify an “institutional space” represented by the systems of objects and actions introduced and or redefined by AGRECO and an “interinstitutional space”, that results from the many partnerships realized with various institutions that go beyond the local scale. In an attempt to understand how family farming has responded to the development process, we focus on the meanings and practices mobilized by the producers in relation to each of the strategies; whose dynamics tend to affect more or less distinct aspects of rural space and to engender different forms of rurality. Finally, we find that while the space mobilized by AGRECO expresses the realization of different strategies of development and gives potential to elements (material and symbolic) special to family farming, it raises difficulties and problems that meet certain needs and interests of many of the affiliated farmers, who in turn, come to conceive and realize more or less distinct possibilities for social-economic reproduction.

## INTRODUÇÃO

Entre os estudiosos do rural um consenso torna-se incontornável: a categoria rural permanece, mas as formas e os sentidos que associamos a ela estão em profunda transformação.

A natureza e a amplitude das mutações em curso vêm acentuando o caráter heterogêneo e complexo das sociedades e dos espaços rurais; até mesmo onde o ciclo da modernização agrícola se completou e os processos de globalização vêm atuando mais incisivamente.

No interior de cada país e de cada região existe, em proporções maiores ou menores, uma gama de estruturas agrárias, de formas sociais de produção, de sistemas produtivos com níveis tecnológicos distintos, evocando padrões de agricultura dos mais “primitivos” até os mais “modernos”. Assim como existem espaços extremamente dinâmicos e em permanente mutação, há também espaços retrógrados ou desfavorecidos; daí a pertinência de nos referirmos a “espaços rurais”.

Em muitos contextos, sobretudo nos chamados países de capitalismo avançado, a dinâmica dos espaços rurais e da ruralidade não depende apenas – ou depende cada vez menos – das questões diretamente relacionadas à produção agropecuária, mas também da capacidade de desenvolver e conjugar outras atividades produtivas e de realizar uma profunda ressignificação das próprias funções socioambientais, direta e/ou indiretamente associadas à agricultura.

Em face da necessidade de se entender a lógica e as implicações de processos de grande atualidade, o olhar sobre o rural vem se tornando menos condescendente e mais interrogativo, sobretudo porque o campo se tornou o lócus de onde emergem e para onde se dirigem questões cada vez mais abrangentes, já que dizem respeito a toda a sociedade e não apenas a sua parcela rural. Em meio a esse esforço de se pensar a sociedade contemporânea a partir de ou com a sua dimensão rural, surgem perspectivas ou abordagens cada vez mais perspicazes e inovadoras.

No caso do Brasil, as mutações do espaço rural têm contribuído para que no debate – motivado em parte pela literatura estrangeira, sobretudo européia – mobilizado pelas ciências sociais, seja crescente a presença de temas como: emergência, reconstrução e/ou reivindicação da ruralidade (WANDERLEY, 2000b; FERREIRA, 2002; FERREIRA e BRANDENBURG, 1998); peso crescente de atividades não-agrícolas e da pluriatividade, sobretudo na composição da renda familiar e na dinâmica socioeconômica de algumas regiões (CAMPANHOLA e SILVA, 2000; SCHNEIDER, 1999); potenciais e limites do caráter multifuncional da agricultura brasileira (CARNEIRO e MALUF, 2003); tendências de reorganização produtiva e estabelecimento de novos paradigmas de produção agropecuária (DUFUMIER e COUTO, 1998); papel da agricultura (familiar) e demais atividades na manutenção/criação de empregos e na geração de dinâmicas ou estratégias de desenvolvimento local/territorial (ABRAMOVAY, 1998b e 1999; VEIGA et al, 2001; SEPÚLVEDA, 2003); organizações de produtores e perspectivas do associativismo rural (PINHEIRO, 2001); oportunidades representadas pela produção, transformação e comercialização direta de produtos agrícolas de qualidade e em novos nichos de mercado (GOMES e BORBA, 2000); perspectivas analíticas e dimensões da sustentabilidade da agricultura (DAROLT, 2000; GUIVANT, 1998); valorização da paisagem e das amenidades do campo e possibilidades do turismo rural (SILVA et al., 1998; MATTEI, 2003); reestruturação do sistema agroalimentar e estratégias para a segurança alimentar (MALUF e WILKINSON, 1999; CARMO, 1995); agricultura familiar como lócus ideal da agricultura e do desenvolvimento sustentáveis (CARMO, 1998); estratégias e limitações do setor de assentamentos da reforma agrária (CARVALHO, 1998; MOREIRA, 1999); papel das organizações não governamentais/ONGs que propõe e implementam projetos alternativos de desenvolvimento rural (BRANDENBURG, 1999).

Deve-se observar que apesar da diversidade de temas e perspectivas de análise, estas abordagens vêm se alimentando das possibilidades (reais ou potenciais) das mudanças em curso concretizarem outras formas de agricultura e de desenvolvimento rural, isto é, o foco parte do reconhecimento da insustentabilidade das estratégias hegemônicas. Além disso, sob formas e proporções diversas, a quase totalidade dos temas procura dar visibilidade, de um

lado, à importância da agricultura familiar nas reformas e projetos de desenvolvimento para o rural – dado o seu papel nas dimensões econômica, social e ambiental que perpassam o campo brasileiro –, de outro, para a responsabilidade do Estado e da sociedade brasileira na realização das mudanças necessárias à superação das mazelas históricas e conjunturais que contribuem para a permanência de zonas rurais desfavorecidas e para o agravamento da pobreza rural.

Ao mesmo tempo, vem se apregoando que as experiências descentralizadas e inovadoras de desenvolvimento precisam ser aprimoradas e ampliadas a partir do crescimento do número de agricultores familiares envolvidos e de suas formas de organização e representação. Quanto às mudanças na estrutura produtiva da agricultura familiar, defende-se que não se devam restringir à produção primária, mas abarcar tanto etapas a jusante da produção agropecuária – beneficiamento, transformação e comercialização – como o exercício de atividades não-agrícolas.

Em meio a este quadro de reestruturação ou recomposição do rural, torna-se importante que aqueles estudiosos que têm no campo seu objeto de análise, aprofundem o entendimento sobre a maneira como funciona a dinâmica das estratégias de desenvolvimento em curso e suas implicações sobre aquelas formas de produção onde a família representa o eixo do trabalho e da gestão do estabelecimento agropecuário.

A necessidade de estudos de caso (locais e regionais) sobre as limitações e potencialidades dos contextos de desenvolvimento voltado à agricultura familiar se faz ainda mais premente quando consideramos o caráter incipiente e a diversidade de estratégias e experiências que vêm sendo colocadas em prática pelos diversos atores rurais (instituições governamentais, ONGs, comunidades eclesiais, entidades representativas de produtores como sindicatos e associações, etc.).

Não seria inoportuno lembrar que até pouco tempo, a maior parte dos estudos realizados sobre o rural brasileiro se dedicava, basicamente, aos processos de ordem geral e à dinâmica do capitalismo no espaço agrário mais amplo, hesitando muito em se interessar pelas especificidades e questões relacionadas aos espaços locais. Estamos convencidos de que é preciso atentar para essa escala de análise a fim de que possamos avaliar não somente

o sentido dos atuais contextos de desenvolvimento, mas também a inserção dos agricultores familiares nas dinâmicas de reestruturação do campo brasileiro.

Por outro lado, é preciso atentar para o fato de que muitos daqueles temas e estudos listados acima vêm recorrendo a categorias geográficas (principalmente território, lugar e paisagem,) e, dessa forma, recolocando a importância do espaço e da espacialidade enquanto dimensão essencial do processo de mudanças em curso. As próprias abordagens acerca do desenvolvimento rural assumem adjetivações estritamente espaciais: “desenvolvimento local”, “desenvolvimento territorial”.

Em face desta panorâmica acerca da problemática de nosso interesse, podemos enunciar o *objetivo geral* do presente estudo: *analisar as mudanças no espaço e na ruralidade num contexto de desenvolvimento voltado à agricultura familiar*.<sup>1</sup>

Nesse sentido, estamos convencidos que uma metodologia qualitativa aplicada a um estudo de caso permita maiores possibilidades de explicitação e compreensão do tema proposto em sua complexidade.

Apresentando o quadro empírico escolhido, deve-se mencionar que enquanto protagonista de um processo de desenvolvimento rural voltado à viabilização da agricultura familiar, a *Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral/AGRECO*, tem seu território de atuação abrangendo vários municípios do sul do estado de Santa Catarina.

Desde já, deve-se destacar que as intervenções realizadas pela referida Associação não se restringem ao campo da produção agrícola – mesmo no sentido amplo, o que incluiria o beneficiamento/transformação da produção, por exemplo – mas também em atividades econômicas não agrícolas, como o agroturismo, assim como em atividades não econômicas. Dentre as estratégias que nos interessam mais diretamente, encontram-se: implementação de diferentes formas de organização de produtores familiares; adoção de técnicas e de sistemas de manejo de base ecológica visando a produção de alimentos orgânicos; beneficiamento da produção pelos próprios agricultores familiares em unidades agroindustriais de pequeno porte; transporte, distribuição e comercialização coletiva dos

---

<sup>1</sup> Tal propósito se deve à trajetória acadêmica do próprio autor pela ciência agrônoma (graduação) e geográfica (pós-graduação) e, por conseguinte, à necessidade de integrar “olhares disciplinares” que se complementam e se potencializam.

produtos; atividades e serviços relacionados à recepção e/ou hospedagem de visitantes em estabelecimentos familiares; mobilização de recursos financeiros sob a forma de cooperativismo de crédito.

Na pesquisa que realizamos, portanto, nossa *questão principal* consistiu em saber *em que medida as estratégias de desenvolvimento promovidas pela AGRECO vem redefinindo a dinâmica do espaço e da agricultura familiar no município de Santa Rosa de Lima/SC*.

Por conseguinte, passamos a defender as seguintes *hipóteses centrais*:

1) *As ações realizadas a partir da Entidade vêm promovendo a diversificação e revitalização do espaço rural na medida em que ampliam o leque de atividades e estruturas produtivas (agrícolas e não-agrícolas) e as funções socioambientais (econômicas e não-econômicas) relacionadas à agricultura familiar.*

2) *Cada estratégia de desenvolvimento, ao incidir sobre dimensões mais ou menos específicas do espaço rural, vem redefinindo e atualizando o modo como os agricultores familiares significam e se relacionam com os recursos existentes, engendrando diferentes formas de ruralidade.*

3) *Ao mesmo tempo em que expressa a realização de diferentes estratégias de desenvolvimento e potencializa elementos do rural e da ruralidade, o espaço mobilizado pela Associação impõe limitações e dificuldades que vão de encontro às necessidades e interesses de boa parte dos produtores filiados que, por sua vez, passam a conceber e realizar outras possibilidades de reprodução socioeconômica.*

Num certo sentido, nosso esforço de análise perpassa pela adoção de uma perspectiva que vai da descrição dos sistemas de objetos e de ações que integram o contexto de desenvolvimento mobilizado pela Entidade à caracterização dos sentidos e relações construídos e vivenciados pelos agricultores familiares, enquanto elementos indissociáveis do processo de reconstrução do espaço rural e da ruralidade.

Convém enfatizar que a escolha do contexto referido acima para estudo de caso deve-se ao fato do mesmo estar se destacando como uma importante experiência de desenvolvimento voltado à agricultura familiar, seja por envolver um número significativo de unidades produtivas, seja por abranger vários projetos e ações que implicam mudanças no modo de trabalhar, de produzir, de se organizar e de viver dos pequenos agricultores.



Apresentando rapidamente a estrutura da tese, é preciso observar a existência de três setores: na *Primeira Parte*, sistematizamos algumas das dimensões que consideramos importantes para o entendimento da questão rural na atualidade ao mesmo tempo em que sintonizamos o contexto teórico-metodológico que legitima nossa problemática e nossa perspectiva de análise; na *Segunda Parte*, buscamos tanto caracterizar o quadro empírico que constitui nosso estudo de caso como qualificar a dinâmica espacial do processo de desenvolvimento protagonizado pela AGRECO; na *Terceira Parte*, focalizamos a forma como os agricultores familiares filiados vêm respondendo às estratégias implementadas, isto é, as implicações dos instrumentos de desenvolvimento sobre a recomposição da ruralidade.

Primeira parte  
CIRCUNSCRIÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

PRIMEIRAS CONSIDERAÇÕES

Queremos iniciar esta parte da tese chamando rapidamente a atenção para o fato de que o contexto teórico aqui apresentado é muito mais uma construção do que uma descrição fiel da realidade. A noção de “intertextualidade” como sendo “... o processo pelo qual o significado é produzido de texto para texto em vez de, como antes se pensava, entre o texto e o mundo” (RYLANCE citado por COSTA, 2002, p. 71), ajuda-nos a pensar que o que é definido como “realidade” (ou “real”) precisa assumir um sentido bem mais complexo, podendo ser considerada então como um texto, uma representação que embora inclua elementos concretos, não se limita a eles. Por isto elegemos a idéia de que o processo de escrever não é apenas reflexivo mas também constitutivo, como fonte de inspiração e, porque não dizer, como um alerta para o conjunto da tese.

A ação ou efeito de “circunscrever” implica em delimitar uma superfície, em abranger uma determinada extensão (FERREIRA, 1984). Sendo assim, o termo parece adequado para intitular nossa intenção de, nesta primeira parte da tese, *estabelecer um campo de pressupostos teóricos e de procedimentos metodológicos que permita situar nossa problemática de pesquisa e validar nossa perspectiva de análise.*

Embora o debate atual mobilizado pelas ciências sociais em torno da questão rural apresente múltiplas faces e tenha atingido proporções incomensuráveis, chama a atenção à importância que tem sido dada tanto à dinâmica das transformações socioespaciais que vêm ocorrendo no campo quanto à problemática do desenvolvimento rural (Capítulo 1).

Atentando para a revalorização da dimensão espacial no debate em curso, interessamos discorrer sobre a abordagem geográfica que se ocupa das questões relacionadas ao campo e articular uma perspectiva teórico-metodológica que permita apreender a dinâmica das mudanças em contextos de desenvolvimento descentralizados e inovadores – especificamente daqueles onde a agricultura familiar vem desempenhando um papel central (Capítulo 2).

# Capítulo 1

## DIMENSÕES DA QUESTÃO RURAL HOJE

*O processo histórico [e geográfico] é um processo de complexificação. Desse modo, a totalidade se vai fazendo mais densa (KOSIK, 1976, p. 92).*

Se nos arriscarmos a expor em um único parágrafo uma avaliação da produção teórica das ciências sociais sobre o rural durante a década de 1990 e nos primeiros anos deste século, poderíamos dizer que suas marcas são a pluralidade temática e analítica. Isto é, há uma miríade de assuntos que vem sendo abordada a partir de perspectivas de análise mais ou menos diversas.

Baiardi (1998), avalia que uma característica curiosa do veio da produção intelectual que tenta representar as mudanças e as novas configurações estruturais do mundo rural é que ele não exhibe a menor preocupação com o enquadramento nos modelos clássicos de análise, sobretudo porque se pretende uma maior autonomia epistemológica e um maior poder de explicação – e também de predição – do que hoje é o complexo de funções e atividades que mantêm a base física fora do mundo urbano.

Portanto, no tocante à problemática ou questão rural hoje, deve-se assumir que se faz extremamente difícil sistematizar os principais traços desse amplo debate. Deixando de lado tal pretensão – sobretudo a de construir tipologias que permitam generalizações ou simplificações –, neste capítulo nossa intenção se resume em *encontrar um “fio condutor”, a partir da bibliografia consultada, visando organizar a leitura sobre o rural na contemporaneidade e, desse modo, contextualizar e legitimar nossa problemática de pesquisa.*

Duas dimensões nos interessam mais diretamente: qualificar a dinâmica das transformações recentes do espaço rural, tanto nos países de capitalismo avançado quanto no Brasil (seção 1.1) e, a problemática atual relacionada ao desenvolvimento rural (seção 1.2), que no caso brasileiro será abordada com o intuito de caracterizar algumas das estratégias (governamentais ou não) voltadas à reprodução socioeconômica da agricultura familiar.

### 1.1. O PROCESSO DE DIVERSIFICAÇÃO/REVITALIZAÇÃO DO ESPAÇO RURAL, "LÁ" E "AQUI"

Cada vez mais, as transformações verificadas no meio rural resultam da combinação de múltiplos fatores: internos e externos, micro e macroestruturais, locais e globais, etc. Considerando primeiramente os fatores de ordem mais geral, entende-se que se tratam de processos que atuam sobre as formas de funcionamento<sup>1</sup> e de regulação da produção agropecuária, dentre os quais sobressaem-se: i) a globalização crescente de certos segmentos da economia; ii) a presença cada vez maior de instâncias internacionais ou (macro)regionais (organizações, empresas, governos) na regulação da produção e do comércio agrícolas; iii) as transformações pós-fordistas das relações de trabalho e a profunda crise do emprego que atingiu os diversos setores das sociedades modernas; iv) o peso cada vez maior da problemática ambiental e da demanda social por produtos agrícolas de qualidade no âmbito das novas políticas de desenvolvimento rural, sobretudo na União Européia e na América do Norte (WANDERLEY, 2000; CAZELLA e MATTEI, 2002).

Pensando também nos efeitos dos processos mais amplos sobre o mundo rural, Bryden (1998), afirma que a mundialização desencadeia mutações profundas no tecido socioeconômico de muitas zonas rurais. Entre os impactos específicos, encontram-se: i) o declínio da atividade agrícola e da importância econômica relativa da produção alimentar, acompanhado por mudanças estruturais na indústria agroalimentar; ii) uma penetração crescente dos mercados locais pela economia mundial e a exposição crescente das empresas locais à concorrência; iii) uma interdependência cada vez maior entre territórios e setores de atividade, mesmo que geograficamente distantes uns dos outros; iv) com grande frequência,

---

<sup>1</sup> Favero (1998), explica que a agricultura enquanto espaço socioeconômico fragmentado compreende, atualmente, três estruturas ou sistemas: um especializado, voltado para a produção em massa e para os mercados mundiais; outro, também especializado mas diferenciado em termos de qualidade e voltado para nichos de mercado; e um terceiro, constituído de uma agricultura marginalizada/bloqueada, isto é, uma agricultura de pobres.

um déficit de capitais necessários aos investimentos locais, devido a mundialização dos fluxos financeiros que orienta a economia para os territórios e empresas mais rentáveis; v) a introdução e difusão de novas tecnologias, em particular as tecnologias da informação e da comunicação, assim como a biotecnologia e a engenharia genética; vi) mudanças de ordem sociodemográfica, nomeadamente uma mobilidade pessoal acrescida.

Mutações semelhantes afetam igualmente o mundo urbano, entretanto, observa o autor, tomam formas específicas nas regiões ditas “rurais”: estas são, com efeito, cada vez menos auto-suficientes e autônomas e mais do que nunca sensíveis às tendências que afetam o conjunto do planeta.

Enunciados estes primeiros aspectos, deve-se ressaltar que o processo de mudanças em curso no mundo rural está intimamente relacionado ao agravamento dos impactos socioeconômicos e ambientais do padrão produtivista de modernização da agricultura, cujo eixo se encontra na adoção de sistemas intensivos de produção e na crescente integração à economia de mercado. Lamarche (1993), lembra que foi o sucesso desse modelo que gerou, paralelamente, suas próprias crises, evidenciadas, sobretudo, a partir da década de 1980.

#### Box um: Origem e impactos da modernização da agricultura

Recuperando um pouco da história das mudanças ocorridas na agricultura e no meio rural ao longo do século XX, não poderíamos deixar de mencionar o surgimento e evolução do modelo euro-americano de modernização agrícola. Tratou-se de um sistema inspirado num ideário técnico-produtivo que ficou conhecido como “Revolução Verde”, que por sua vez, apregoava o aumento da produção/produtividade agropecuária mediante o uso intensivo de insumos químicos, de variedades vegetais e animais melhorados geneticamente e de motomecanização (EHLERS, 1999).

A partir desta lógica, a produção especializada e a padronização técnica e espacial passaram a exercer um papel fundamental na agricultura. No curto prazo, lembram Dufumier e Couto (1998), aumentam os rendimentos físicos da terra e a produtividade do trabalho, enquanto reduzem-se os custos unitários de produção. Os estabelecimentos agrícolas especializam-se na produção de poucas mercadorias em substituição ao sistema de policultura-criação. O agricultor passa a utilizar, cada vez mais, insumos industriais e a vender para o mercado, em detrimento do autoconsumo. Os conhecimentos tradicionais vão sendo substituídos por condutas mais técnicas, tanto na produção como na gestão da propriedade.

Em contrapartida, com a aplicação desmedida daquela cadeia articulada de técnicas e processos (“pacote tecnológico”) nas mais diversas regiões do planeta, surgem sérios problemas. De um lado, *problemas ambientais* relacionados: à perda de biodiversidade em função do desflorestamento e do aumento exponencial da área agricultável; emprego de espécies exóticas e biossimplificação daquelas cultivadas/criadas; degradação dos solos devido ao intenso revolvimento com maquinaria

pesada; contaminação de recursos naturais, seres vivos e alimentos pelo uso de insumos químicos; ineficiência energética dos agroecossistemas; participação em fenômenos globais como a degradação da camada de ozônio e o “efeito estufa”.

De outro, *problemas socioeconômicos* representados pela: perda da qualidade biológica dos produtos agroalimentares; redução da necessidade de força de trabalho nas atividades agropecuárias; degradação de certas relações de trabalho; migração de parcelas importantes do efetivo de agricultores; crescente elevação dos custos de produção agravada pela queda real dos preços pagos aos produtores; superprodução nos países mais desenvolvidos; concentração da atividade agropecuária nas áreas mais favoráveis às trocas comerciais; perda do peso relativo da agricultura no conjunto das atividades econômicas.

Finalmente, deve-se relativizar a capacidade de homogeneização conferida ao processo de modernização da agricultura, a começar pelo fato de que ele foi seletivo em termos de regiões, produtos e produtores. Pode-se dizer assim, que apesar de ter se tornado hegemônico o produtivismo não se tornou exclusivo, dada a diversidade de sistemas agrícolas existentes no planeta e a coexistência desses com aquele padrão.

Por sua vez, o evidenciamento destes impactos aliado ao crescimento do ambientalismo tem levado à intensificação do processo de *ecologização* da agricultura mundial (BUTTEL, 1995). Representado de forma mais emblemática pela concepção e implementação de técnicas e/ou sistemas de produção de base ecológica, esse processo perpassa também as esferas de comercialização e de consumo e vem se aplicando a diferentes formas sociais e escalas de produção: desde aquelas movidas pela lógica empresarial e onde a ecologização do sistema de produção agrícola possibilita o acesso a segmentos de mercado que oferecem maiores retornos de capital, até aquelas aonde a adoção de uma perspectiva ecológica representa não somente a possibilidade de sobrevivência econômica, mas também, de melhores condições de trabalho e de vida.

#### Box dois: A ecologização e os sistemas agrícolas de base ecológica

Frederick Buttel (1995), interpreta as sucessivas mudanças ocorridas na agricultura ao longo do século XX enquadrando-as em duas grandes transições: a primeira atinge seu apogeu na metade do século XX e caracteriza-se pela modernização de diferentes formas de agricultura tradicional, autóctone ou camponesa com base no ideário da *Revolução Verde*, e, a segunda, intensificada nas últimas décadas e chamada pelo autor de “ecologização da agricultura”, é consequência da crise do padrão moderno ou produtivista.

Em nosso entendimento, o termo “ecologização” refere-se à revalorização da dimensão ecológica (preceitos e práticas) na atividade agrícola e tem suas raízes já nas primeiras décadas do século XX, quando o reconhecimento de certos efeitos colaterais (degenerescência de variedades vegetais e aumento da incidência de pragas e doenças nas plantas cultivadas e nos animais) da modernização agrícola incitou o surgimento de grupos e movimentos que abdicavam do uso de

insumos artificiais: na Europa, surge a agricultura *biodinâmica*, *orgânica* e *biológica*, e, no Japão, a agricultura *natural* (EHLERS, 1999).

Muito hostilizados estes movimentos se mantiveram à margem da produção agrícola mundial e da comunidade científica agrônoma, até que nos anos de 1970, em meio à atmosfera de contestação da “contracultura”, a ampliação da consciência social acerca dos impactos provocados pela Revolução Verde ou “agricultura convencional” leva, gradativamente, ao fortalecimento deste conjunto de propostas que passam a ser conhecidas como “agricultura alternativa” (EHLERS, 1999; JESUS, 1996). Na ocasião surgem outras propostas como a *permacultura*, na Austrália, e a *agricultura ecológica* e a *agroecologia*, nos Estados Unidos.

Quanto às práticas agrícolas defendidas por esses sistemas de produção de base ecológica, sobressaem-se a adubação orgânica de origem vegetal e/ou animal, o controle biológico de pragas, o plantio consorciado, a rotação de culturas e o revolvimento mínimo do solo. Ainda de uma maneira geral, estas formas de agricultura apregoam que as técnicas e equipamentos necessários à produção devem estar adaptados às condições edafoclimáticas e à situação sociocultural e econômica dos agricultores que por sua vez, devem buscar alternativas locais ou regionalizadas de mercado.

Em meio a este movimento, convém destacar o papel da agroecologia na medida em que vem sendo difundida como um paradigma técnico-científico que possibilita o estudo e o gerenciamento das potencialidades dos sistemas agrícolas através de uma perspectiva de viabilidade econômica, equidade social e prudência ecológica. Por assumir um enfoque socioambiental e holístico é que cada vez mais, especialmente nos países periféricos e em meio ao setor não-governamental, a agroecologia deixa de ser entendida como uma disciplina acadêmica que estuda os agroecossistemas ou como uma forma de agricultura propriamente dita, para tornar-se um “ideário” de agricultura e de desenvolvimento rural e, até mesmo, um outro “guarda-chuva conceitual” que permite abrigar as várias correntes de base ecológica. Portanto, a proposição agroecológica vem se apresentando como uma aspiração a uma agricultura e desenvolvimento sustentáveis (ALTIERI, 2000; GUZMAN, 1998; ALMEIDA, 1999).

É óbvio que os processos mencionados acima representam apenas parte do conteúdo mais geral da problemática rural contemporânea, entretanto, fornecem um quadro que ajuda a explicar porque internamente (no nível microestrutural ou na escala local), o campo vem sofrendo um profundo “processo de diversificação socioespacial”, que em muitos contextos, vem acompanhado de um “processo de revitalização do rural” (JEAN, 2002; WANDERLEY, 2000a). Sobretudo porque ao mesmo tempo em que os fatores mais abrangentes representam enormes riscos e ameaças, são também portadores de novas oportunidades e possibilidades de desenvolvimento para as zonas rurais: diversificação da demanda e emergência de novos mercados e/ou mercados de nicho, concepção de novas técnicas e tecnologias de produção e de beneficiamento, emergência de novas estruturas e atividades tanto no setor primário como no setor secundário e de serviços, advento de novas formas e expansão do turismo rural, descentralização da infra-estrutura e acesso aos



serviços e bens públicos, consolidação de outras funções como a proteção dos recursos naturais e do meio ambiente, concepção e implementação de políticas de regulação e de incentivo às atividades rurais e às unidades produtivas, etc.

Num certo sentido, pode-se destacar duas implicações analíticas que decorreram do evidenciamento deste *processo de diversificação e revitalização do espaço rural*. Por um lado, os vários segmentos das ciências sociais que analisam o “rural” passam a reconhecer a sua potencialidade como categoria para se repensar processos de natureza diversa e como espaço para reformas societárias mais ou menos abrangentes. Nesta perspectiva, segundo Mormont (*apud* WANDERLEY, 2000a, p. 130), “o rural é uma categoria de pensamento do social”, uma vez que por ela é possível analisar, classificar e compreender as pessoas, as coisas e a sociedade e “(...) construir uma representação do mundo social em torno do espaço e do tempo”. Para Ferreira (2002), essa nova visão – qualificada pela autora como “posição da reconstrução e ressignificação” – nutriu-se da constatação tanto da emergência e expansão de processos de recomposição dos espaços rurais como do fato de que se estavam organizando, em vários lugares e regiões do mundo, associações e movimentos sociais de base rural que propunham uma forte crítica às políticas agrícolas e de desenvolvimento hegemônicas e que afirmavam sua disposição para se tornarem atores coletivos da revitalização do campo. Desse modo e sob perspectivas diversas, as ciências sociais passaram a enquadrar os fenômenos socioespaciais em curso falando de “renascimento rural”, “recomposição do rural”, “emergência de uma nova ruralidade”, “novo rural”, etc.<sup>2</sup>

Por outro lado, torna-se essencial que o olhar sobre o rural deva partir do pressuposto de que a realidade socioespacial sempre revela heterogeneidades, que não somente subsistem, mas que se atualizam e se reproduzem. Este entendimento se deve em parte, à constatação de que muitos dos parâmetros clássicos de enquadramento do mundo

---

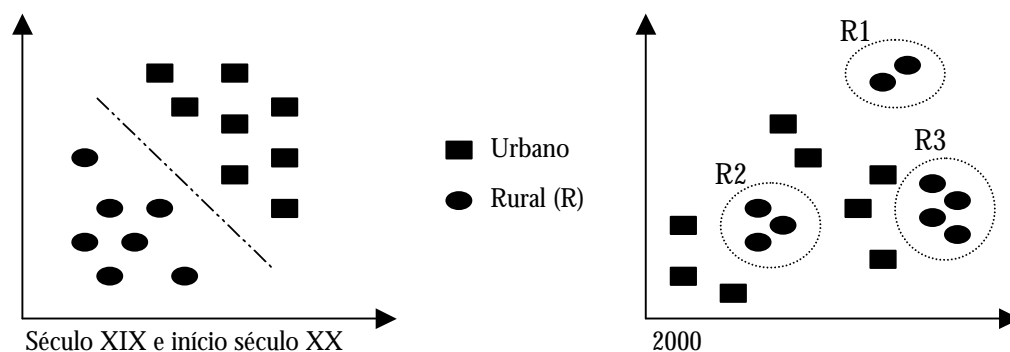
<sup>2</sup> Ao mesmo tempo, esta renovação do quadro analítico das ciências sociais não tem sido suficiente para expurgar um certo olhar do debate clássico sobre a questão rural – sobretudo quanto às implicações do desenvolvimento urbano-industrial sobre o campo: o que vislumbra o desaparecimento das sociedades rurais/camponesas e a conversão da agricultura num mero setor de aplicação do capital. Ferreira (2002, p. 31), por sua vez, qualifica essa perspectiva como “posição da homogeneização”, onde o rural é visto como uma realidade em declínio e com papéis cada vez mais delimitados por um mundo urbano em expansão.

rural (ocupações agrícolas, baixa densidade demográfica, homogeneidade populacional, tamanho reduzido das comunidades, reduzida mobilidade social e migrações direcionadas à cidade, padrões sociocomportamentais, etc.) vêm se tornando difusos. Teixeira e Lages (1997), observam que o espaço rural não é mais o que ele era, as paisagens e as populações rurais se transformam profundamente. O rural torna-se polifuncional, daí rural polissêmico. A imagem do rural confundido à imagem do agrícola (em virtude do peso da agricultura) não mais se aplica hoje em dia, sobretudo nos países mais desenvolvidos.

Neste caso, o que estamos querendo dizer é que de forma alguma o processo de diversificação e revitalização do espaço rural deve ser tomado de forma generalizada, haja vista que se trata de um conjunto de transformações que não atinge com a mesma intensidade e proporções as diferentes formas sociais de produção existentes, assim como os diversos lugares, regiões, países e continentes. Pensando bem, seria mais adequado nos referirmos a contextos de diversificação e revitalização do espaço rural, pois assim como existem espaços rurais diversificados, dinâmicos e em permanente mutação, também existem zonas desfavorecidas e bloqueadas de qualquer possibilidade de desenvolvimento.

Empregando outros termos, Carneiro (1998), também acha importante considerar que o “campo” não está passando por um processo único de transformação. Se as medidas modernizadoras, por exemplo, foram moldadas no padrão de produção (e de vida) urbano-industrial, seus efeitos e a maneira como as populações e os lugares reagem a tais injunções não são, de modo algum, uniformes. Nesse sentido não se pode dizer que os processos mais globais conduzem necessariamente à homogeneização e ao fim das particularidades de certos espaços e grupos sociais, pois a modernização em seu sentido amplo, afirma Wanderley (2000a), redefine, sem anular, as questões referentes ao mundo rural: industrialização da agricultura, urbanização do campo, relação campo-cidade, papel do agricultor e da agricultura, importância das sociedades rurais, etc.

Refletindo um pouco sobre a clivagem rural-urbano, por exemplo, convém citar Jean (2002, p. 10) quando considera que a mesma deixou de ser pertinente para compreender a(s) ruralidade(s) contemporânea(s) em função da crescente diversificação do espaço rural (ver esquema abaixo).



Atualmente as ruralidades são assim “diversificadas e singulares”, observa o referido autor (ibid., p. 11): enquanto certos tipos, por estarem mais próximos e/ou serem mais influenciados pela estrutura urbana, assemelham-se a um tipo urbano, outros, por estarem mais afastados e/ou menos influenciados, apresentam mais traços do tipo rural. O mundo rural não se constitui, portanto, num espaço à espera da urbanização, é um espaço com vida socioeconômica específica e dificilmente redutível às dinâmicas urbanas.

Assim é que na opinião de vários estudiosos (GOMEZ, 2001; JEAN, 2002; WANDERLEY, 2000a; FERREIRA, 2002), tanto não faz mais sentido falar de ruralidade em geral, pois ela se expressa de forma diferente em universos sociais, culturais, econômicos, políticos e ambientais distintos, como também é preciso ter claro que o fim de certas formas de ruralidade não significa o fim do rural, sendo necessário, portanto, construir uma abordagem que consiga repensar a realidade rural em seus modos contemporâneos de recomposição e reestruturação, sobretudo que conceba o rural como um “espaço singular”.

Em resumo, as mutações recentes a que estamos nos referindo têm servido de alerta para o fato de que o “rural” se constitui numa categoria histórico-geográfica e dinâmica, ou seja, que se transforma ao longo do tempo e no seio de cada espaço e de cada sociedade. Daí a pertinência de uma breve caracterização desta problemática nos países “mais” (item 1.1.1) e “menos” desenvolvidos como o Brasil (item 1.1.2).

#### 1.1.1. As transformações e os sentidos do rural nos países de capitalismo avançado

Mesmo naqueles países mais industrializados, a agricultura continua a desempenhar um papel relevante, sobretudo pelo fato de que ao modernizar-se, adaptou-se à exigências de mercados cada vez mais competitivos e garantiu, a um só tempo, uma grande margem de segurança alimentar (disponibilidade, acesso e qualidade dos alimentos) e uma expansão considerável de produtos agropecuários. Entretanto, como já sugerimos, tanto a agricultura como os espaços rurais dessas sociedades têm passado por profundas transformações, o que tem levado muitos estudiosos a se preocupar com os traços e tendências desse processo.

Wanderley (2000a), avalia que a natureza e a intensidade das mudanças que vêm sendo evidenciadas nos chamados países de capitalismo avançado são resultado da convergência de diversos fatores, dentre os quais sobressaem-se: de um lado, a *descentralização econômica*, que rompe com a vinculação entre industrialização e urbanização através da instalação de plantas industriais, centros comerciais e de difusão de serviços no meio rural e, do outro, a *paridade econômica e social* e a tendência à uniformização dos modos de vida, decorrentes das crescentes facilidades de acesso da população rural aos bens e serviços modernos, assim como a níveis de renda mais próximos aos dos cidadãos.

Segundo a autora, estes fatores promoveram a diversificação econômica e social do espaço rural e criaram as condições para que populações urbanas e rurais passassem a interagir em diferentes e múltiplas dimensões da vida social. Cabendo destacar que tal dinâmica foi reforçada pela crise do modo de vida urbano e conseguiu reverter, na maioria daqueles países, a tendência histórica de esvaziamento econômico e social do meio rural. Para Kayser (1990, p. 81), este processo de “renascimento rural” é o “(...) resultado da difusão, no espaço, dos efeitos da modernização e do enriquecimento do conjunto da sociedade”.

No entanto, o espaço diversificado em que se tornou o meio rural – cuja paisagem abriga indústrias, postos de serviços, redes de comunicação, residências, estabelecimentos agropecuários e diversos grupos sociais – pode ser fator de dinamismo e/ou fonte de tensões e conflitos (comumente entre os “habitantes antigos” e os “recém-chegados” ou os “de dentro” e os “de fora”). Wanderley (2000a, p. 97), acrescenta que “Para além das

dificuldades da convivência cotidiana, os conflitos refletem o confronto entre concepções distintas a respeito do que é rural e dos usos que podem ser dados aos espaços rurais”.

Cada vez mais, portanto, o rural torna-se um termo polissêmico, cabendo enunciar – de forma resumida e com base em estudos feitos por autores brasileiros (FERREIRA, 2002; WANDERLEY, 2000a; TEIXEIRA e LAGES, 1997) – que dentre os principais sentidos que vêm participando da construção do rural nas sociedades de capitalismo avançado, sobressaem-se:

- ✓ *Um rural demograficamente revitalizado*, devido ao fato de que em vários países e/ou regiões, se verifica tanto uma redução e/ou inversão do fluxo campo-cidade e um crescimento demográfico superior ao dos centros urbanos como a atração para o meio rural de outras categorias sociais (jovens, profissionais liberais, aposentados).
- ✓ *Um rural multifuncional*, isto é, que passa a ser reconhecido como portador de funções socioculturais e ambientais, além daquelas associadas estritamente à produção agropecuária e à sua dimensão econômica.
- ✓ *Um rural mais ou menos dissociado do agrícola* – os dois termos já não são sinônimos – sobretudo, devido aos processos de integração setorial e de diversificação das atividades produtivas e das dimensões ocupacionais (profissionais), sociais e culturais do mundo rural.
- ✓ *Um rural que abriga famílias de agricultores crescentemente pluriativas*<sup>3</sup>, dada a crescente necessidade de diversificação das formas de organização na agricultura e a multiplicação de estratégias de reprodução dos agricultores, seja pelo assalariamento temporário ou permanente, pela transformação artesanal ou industrial da produção agrícola, seja mediante o desenvolvimento de atividades terciárias (serviços e lazer) na propriedade rural.

---

<sup>3</sup> Enquanto as propriedades familiares monoativas praticam somente a agricultura, os estabelecimentos pluriativos são unidades que alocam trabalho em outras atividades, além daquelas vinculadas diretamente à produção agropecuária (SCHNEIDER, 1999). O fundamental é perceber que essa estratégia (familiar ou individual) representa “(...) o caminho, às vezes único, para assegurar a reprodução da unidade familiar agrícola, quer porque a renda dita complementar é essencial, quer porque a especialização na atividade agrícola não aparece como opção desejável para os descendentes” (ALENTEJANO, 2001, p. 157).

- ✓ *Um rural que também ou apenas é lugar de residência* para trabalhadores e aposentados de ocupações urbanas devido às melhorias em termos de infra-estrutura e ao acesso a serviços públicos (educação, saúde, comunicação) no meio rural.
- ✓ *Um rural que é valorizado como paisagem a ser manejada e preservada* na medida em que é concebida como condensação de espaço-tempo-cultura e como referência simbólica e identitária tanto para moradores (habitat) como visitantes (lazer).
- ✓ *Um rural que é perpassado pelo embate em torno da problemática ambiental* – que em função da degradação dos recursos naturais não se assimila mais à natureza e a um ambiente de qualidade – e pela proposição de uma agricultura sustentável, que por sua vez, expressa o anseio e a necessidade por padrões técnico-produtivos que não usem de forma predatória os recursos naturais e que mantenham as condições agroecossistêmicas ao longo do tempo.
- ✓ *Um rural que tende a ser pensado pelos laços de complementaridade com o urbano*, seja porque se ampliam as demandas das populações urbanas por bens e serviços rurais, seja porque o meio rural começa a ser enquadrado e valorizado como “território do futuro” (JEAN, 2002), isto é, como resposta possível à crise do emprego e da qualidade de vida gerada pela civilização urbano-industrial.

Evidentemente, estes sentidos expressam algumas das configurações assumidas pelo rural na atualidade e que são, em grande medida, complementares, uma vez que podem coexistir no mesmo espaço. Juntas apontam para o fato de que as transformações em curso são produto e produtoras da diversificação e revitalização do espaço rural, competindo ao pesquisador, portanto, a compreensão das formas e dos sentidos em cada contexto analisado.

### 1.1.2. Características e possibilidades do rural brasileiro

Com frequência, a trajetória e a condição dos países de capitalismo avançado são tomadas enquanto referência que aponta os sentidos das transformações que tenderão a ser vivenciadas por países como o Brasil. Tal prática pode seguir duas atitudes emblemáticas: ou

se pensa o rural brasileiro com os indicadores e referências (teórico-metodológicas) utilizados para aqueles países ou esforça-se por mostrar as similitudes existentes e as limitações desse procedimento, levando em conta as especificidades conjunturais e históricas aqui existentes.

Filiando-se a esta segunda perspectiva, deve-se chamar atenção, primeiramente, para a ambigüidade do critério (administrativo) brasileiro empregado na definição do rural e, por conseguinte, do urbano. A utilização de uma metodologia da época do Estado Novo (Decreto Lei assinado em 1938 pelo então presidente Getúlio Vargas), que qualifica como urbana toda sede de município independentemente do tamanho (área, população) e da dinâmica socioeconômica, faz com que a população estimada para as zonas rurais seja subestimada. O meio rural corresponde, então, ao entorno da cidade, espaço de *habitat* disperso onde predominam as paisagens naturais e aquelas resultantes, tradicionalmente, da produção agropecuária.

O Censo 2000 aponta que 81% dos brasileiros vivem em zonas urbanas e 19% em áreas rurais. Entretanto, caso fossem utilizados os parâmetros adotados pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, por exemplo, que estipula um mínimo de 150 habitantes por quilômetro quadrado para a caracterização de zonas urbanas, essa proporção cairia para 57% dos brasileiros morando em cidades e 43% no campo. Ainda por esses mesmos parâmetros, apenas 411 dos 5.507 municípios brasileiros seriam considerados urbanos (BAIMA, 2002).

Em face disto tem-se atestado que o caráter anacrônico e obsoleto dos critérios para definição das taxas de ruralização e urbanização do país atrapalha a definição de políticas públicas para o campo, uma vez que corrobora a subestimação de sua importância demográfica e socioeconômica. Para ilustrar esta lógica, deve-se mencionar que pela prospecção feita pelo IBGE a população rural brasileira estaria praticamente extinta por volta de 2030.

Uma segunda especificidade, que apesar de ter sido tão propalada não pode ser deixada de lado, é quanto ao caráter do processo de modernização da agricultura brasileira, em geral definido como a introdução de inovações que alteraram a base técnica e as relações

sociais de produção e que tomou maior impulso a partir dos anos 60. Em nosso país, a forte intervenção estatal e a clara opção pela tecnificação em detrimento da alteração na estrutura fundiária, cada vez mais concentrada (garantindo a territorialização da elite urbano-industrial), ficaram caracterizadas pela expressão “modernização conservadora” ou “dolorosa” (SILVA, 1982). Tal conjuntura teve nos subsídios creditícios – que beneficiaram, sobretudo, as formas de produção patronal – sua principal alavanca, além de outros incentivos governamentais como a pesquisa e a extensão rural.

Além destes dois aspectos, outros traços da questão rural brasileira precisam ser evidenciados, até para poder elucidar como as condições aqui vigentes vêm respondendo às tendências globais.

- ✓ Pelos critérios e dados censitários a população rural vem diminuindo, assim como sua taxa de fecundidade, entretanto, segundo Ferreira (2002), os dados do PNAD mostram variações positivas no final da década de 1990 (32.321.722 em 1998 e 32.585.066 em 1999). Ao mesmo tempo, verifica-se uma diminuição das migrações inter-regionais que foram significativas nas décadas anteriores e que configuravam como êxodo rural. Com exceção do Centro-Oeste, entre 1998 e 1999, há um saldo migratório negativo em todas as regiões do país.
- ✓ Mesmo apresentando um contínuo decréscimo, os estabelecimentos rurais ainda são importantes em números absolutos: Com base nos dados do IBGE, Brandenburg e Ferreira (2002) afirmam que em 1996 eram cinco milhões de estabelecimentos que empregavam 18 milhões de pessoas; da totalidade da população ativa empregada no país, 25% se encontra no meio rural (71% trabalhando na agricultura contra 29% em outras atividades).
- ✓ A população ativa ocupada na agricultura que vinha decrescendo até meados da década de 1990 se estabilizou e até passou por um certo aumento entre 1996 e 1999. A maior parte dessa população é constituída por agricultores que trabalham com sua própria família. Apesar das imprecisões do conceito, segundo Cerri (2000), a agricultura familiar representa 76% da população ocupada no setor, é também expressiva quanto ao número de estabelecimentos agrícolas (dados recentes contam



mais de 4,1 milhões de unidades, equivalendo a 85% das unidades produtivas do país) e extremamente minoritária quanto à superfície total dos estabelecimentos, pois detêm apenas 30% das terras.

- ✓ Segundo vários autores, dados da PEA agrícola e rural vêm apontando para a insuficiência dos rendimentos provenientes da produção agrícola na manutenção e reprodução dos trabalhadores rurais. Ao mesmo tempo, observa Ferreira (2002), embora os dados do PNAD apontem para o aumento da população rural não-agrícola e da pluriatividade, essa permanece minoritária: apenas 6,8% da população ativa ocupada na agricultura desenvolve uma segunda atividade e mais de 64% dentre os pluriativos desenvolvem essa atividade secundária também na agricultura.
- ✓ As políticas agrícolas modernizadoras foram seletivas/excludentes (em termos de regiões, produtos e categorias de produtores) e o padrão produtivista que se tornou hegemônico não uniformizou os padrões tecnológicos e organizacionais da agricultura brasileira no mesmo nível daqueles encontrados na agricultura dos países de capitalismo avançado – que também apresenta heterogeneidades. Dito de outra forma, a agricultura tradicional persiste em muito maior escala no Brasil.
- ✓ O processo de descentralização econômica é ainda insuficiente e irregular, de modo que os desdobramentos ou benefícios da presença de indústrias e de serviços sobre as áreas rurais tendem também a se concentrar em determinadas zonas. Por exemplo, a precariedade em termos de infra-estrutura (vias de acesso, rede de eletrificação e de comunicação, transporte, hospitais, escolas) do nosso meio rural faz com que o uso para fins residencial e turístico (lazer) tenda a se restringir às áreas mais próximas das grandes e médias cidades. Também por isso, os cidadãos que se lançam em empreendimentos agrícolas ou rurais (“neorurais”) tendem a se localizar nos espaços rurais periurbanos.
- ✓ A participação dos agricultores nos fóruns de tomada das decisões políticas relativas ao rural e ao agrícola sempre foi e continua sendo muito restrita. Especificamente em relação à problemática ambiental, pode-se dizer que seus desdobramentos ainda são pouco expressivos, mesmo com uma maior participação dos atores rurais

brasileiros no debate. Apesar de rigorosa, nossa legislação em relação ao meio ambiente tende a ser menos aplicada ou praticada de forma mais coercitiva (imposição da lei).

- ✓ Embora em menor escala que nos países europeus, o modelo produtivista de agricultura vem sendo contestado e o movimento da agricultura alternativa ou de base ecológica vem se ampliando, em parte devido ao crescimento da preocupação com a qualidade dos alimentos. Ao mesmo tempo, o perfil de renda da população urbano aliado a questões culturais constitui um freio para a expansão do consumo e, por conseguinte, da produção orgânica ou ecológica. Em outras palavras, a maior parte do contingente de consumidores só consegue ser seletivo com base nos preços das prateleiras ou dos mercados (DUFUMIER e COUTO, 1998).
- ✓ No contexto brasileiro, a questão da segurança alimentar agora é que começa a configurar na pauta das agendas de instituições políticas e científicas.
- ✓ Aqui, a atividade agrícola é bem menos regulamentada pelo Estado, além do que as ações governamentais em termos de políticas públicas de incentivo à agricultura familiar também são mais restritas.
- ✓ Lá, simplesmente, a renda está longe de ser tão mal distribuída como no Brasil. Segundo Teixeira (2002), pelos dados do IBGE para 1999, os 10% mais ricos da população (com idade superior a 10 anos e que tenha algum rendimento, o que totaliza cerca de 79,3 milhões de pessoas) receberam 45,7% de toda a renda gerada no país, enquanto que os 10% mais pobres receberam apenas 1,0%. Há dados mais alarmantes ainda: o 1% mais rico dessa população recebeu cerca de 12,5% da renda gerada no país.

Como se pode perceber, os indicadores que no contexto brasileiro podem ser vinculados ao processo de diversificação e revitalização do espaço rural (crescimento demográfico, diminuição do êxodo rural, integração de atividades agrícolas e não-agrícolas, aumento da população rural não-agrícola e de aposentados, etc.) se mostram incipientes. Sendo assim, nossa realidade rural não dá suporte para que sua dinâmica seja pensada nos termos daquela evidenciada nos países de capitalismo avançado (que também apresenta

heterogeneidades) e, sobretudo: enquanto lá o rural é cada vez mais dissociado da agricultura, embora seja configurado com ela, aqui o rural se define pela agricultura, embora não apenas por ela (LAMARCHE, 1998).

Aqui mais do que lá, o referido processo se apresenta bem mais desigual, ou seja, enquanto em certos lugares e regiões persistem processos de exclusão e de marginalização socioeconômica, em outros se verifica a realização de estratégias de dinamização e de inovação socioespacial.

Procurando dar visibilidade a essa heterogeneidade que caracteriza o espaço rural brasileiro, pode-se falar, grosso modo, na existência de um rural “peri-urbano”, mais diretamente afetado pela influência das cidades e, sobretudo, das grandes cidades, e o rural “profundo” ou “remoto”, expressões essas que pretendem acentuar mais a deficiência das condições e oportunidades locais do que propriamente a localização geográfica (CAZELLA e ROUX, 1999). Ao mesmo tempo, visando um certo detalhamento da ruralidade brasileira, apresentamos uma tipologia, proposta por Wanderley (2000b), que a partir dos usos e relações sociais predominantes evidencia a existência de vários tipos de “espaços rurais”.

a) *O espaço rural das grandes culturas*: trata-se de zonas onde predominam monoculturas como a cana-de-açúcar e a soja, que apresentam acentuada perda de vitalidade social devido à saída ou expulsão da quase totalidade do contingente de famílias de agricultores e ao enfraquecimento dos laços sociais entre aquelas que permaneceram.

b) *O espaço rural vitalizado pela agricultura familiar*: são áreas onde predominam a agricultura familiar e que tendem a apresentar maior intensidade de vida social. Entretanto, este dinamismo depende de fatores que permitam a reprodução econômica e a permanência da maior parte das famílias de agricultores, dentre os quais merecem destaque a existência de formas favoráveis de produção, transformação e comercialização de produtos agropecuários e a oferta de empregos não agrícolas no local ou nas cidades próximas que sirva à complementação de renda e às expectativas sociais da família ou de alguns de seus membros.

c) *O espaço rural de precariedade da agricultura familiar*: neste caso, embora predominante a agricultura familiar está submetida a condições desfavoráveis devido à precariedade das

condições de acesso aos bens e serviços coletivos básicos, à escassez ou empobrecimento dos recursos naturais disponíveis, à excessiva concentração da estrutura fundiária e à distância e dificuldade de acesso aos mercados. Ao mesmo tempo, as cidades próximas pouco têm a oferecer como alternativa de ocupação e renda. Esta situação corresponde ao que se poderia chamar de “rural profundo” ou “rural remoto”.

d) *O espaço rural dos assentamentos da reforma agrária*: são extensões ocupadas por pequenos agricultores e trabalhadores rurais que haviam sido, anteriormente, expulsos do campo. Nos assentamentos, não sem dificuldades e contradições, estes sujeitos retomam o contato com as atividades agropecuárias e/ou com outras atividades produtivas dentro ou fora das áreas onde estão instalados. A eles corresponde uma situação de reconstrução das bases de uma vida social local, inclusive através da retomada de experiências coletivas.

e) *O espaço rural como produto de consumo da população urbana*: são zonas que passam a ser ocupadas por cidadãos que em busca de uma certa qualidade de vida e de formas bucólicas de lazer constroem residências (definitivas ou secundárias) ou realizam visitas mais ou menos freqüentes. Trata-se de áreas situadas comumente em torno das cidades, devido às facilidades de acesso e à proximidade com determinados serviços. Evidentemente, este tipo de espaço não exclui a presença de outras atividades, relações e atores sociais.

Obviamente que estes modelos não são excludentes, isto é, embora correspondam a situações mais ou menos específicas podem coexistir em um mesmo espaço geográfico ou administrativo. Por outro lado, Wanderley (ibid., p. 34) considera que a “(...) ‘ruralidade’ da agricultura familiar, que povoa o campo e anima sua vida social, se opõe, ao mesmo tempo, à relação absenteísta, despovoadora e predatória do espaço rural, praticada pela agricultura latifundiária, à visão ‘urbano-centrada’ dominante na sociedade e à percepção do meio rural sem agricultores”.

Num certo sentido, pode-se dizer que “aqui” mais do que “lá”, grande parte do debate em curso se fundamenta no reconhecimento e na valorização do potencial representado pela agricultura familiar no processo de recomposição do espaço rural brasileiro. Tanto é que a partir de diversas temáticas e perspectivas de análise (novas ruralidades, pluriatividade, multifuncionalidade da agricultura, sustentabilidade, segurança

alimentar, etc) vêm se ratificando a necessidade de viabilizar essa forma social de produção, o que perpassa pela formulação de políticas públicas diferenciadas e pela construção de estratégias inovadoras de desenvolvimento.

## 1.2. A PROBLEMÁTICA EM TORNO DO DESENVOLVIMENTO RURAL

No que concerne ao mundo rural, a noção de desenvolvimento encontrou, na década de 1950, nos Estados Unidos e na Europa, um terreno particularmente receptivo. Paulatinamente, políticas são impostas visando transformar a agricultura em um setor “moderno”, integrado ao desenvolvimento econômico nacional; já que tinha um papel funcional (e secundário) ao setor urbano-industrial: fornecer matéria-prima, força de trabalho e ser um mercado consumidor para os bens industriais (ALMEIDA, 1998). Segundo Wilches (citado por GOMEZ, 2001, p. 6-7), o conceito mesmo de desenvolvimento associava a noção de progresso a um movimento cuja direção ia do rural ao urbano, da agricultura à indústria, do tradicional ao moderno, do atrasado ao próspero. “De tal maneira que, sob esta concepção, o processo de transformação estrutural significou tanto o crescimento dos setores industriais como a urbanização da vida moderna. E, concomitantemente, a desvalorização do rural que passou a ocupar um papel residual no desenvolvimento”.

Por este viés, reiteirou-se a estreita identificação entre atividade agrícola e meio rural, entre atividade industrial e meio urbano. Em contrapartida, o sucesso desse enfoque setorial das políticas para o campo – que vincula o desenvolvimento rural ao progresso da base técnico-produtiva e às potencialidades da atividade agrícola – gerou um grave problema de marginalização e/ou exclusão tanto de lugares e regiões como de grupos e coletividades, além de sérios problemas ambientais. Revelando, desse modo, não somente o prolongamento de condições históricas, mas também a distribuição desigual da riqueza no espaço ocupado por cada sociedade, sobretudo entre campo e cidade, entre rural e urbano.

Em consequência deste processo de exclusão, as sociedades contemporâneas, de um modo geral, passaram a enfrentar a necessidade de vencer as limitações do “desenvolvimento desigual e combinado” e integrar plenamente os espaços e as populações rurais na dinâmica socioeconômica moderna; assim como de assegurar a conservação dos recursos naturais como um patrimônio de toda a sociedade.

Tais termos permitem assinalar um ponto chave da problemática em torno do desenvolvimento rural na atualidade e explicar a emergência de novas orientações que propõe o uso de conceitos, pressupostos e estratégias mais abrangentes; baseadas numa revalorização do desenvolvimento enquanto uma ação previamente articulada que induz (ou pretende induzir) mudanças num determinado ambiente ou espaço rural (NAVARRO, 2001) ou ainda, enquanto um processo de múltiplas dimensões, onde os aspectos sociais, culturais, econômicos, políticos e ambientais são vistos como indissociáveis. Nesse sentido, interessa-nos caracterizar rapidamente as correntes da “sustentabilidade” e, mais detalhadamente, aquelas abordagens que valorizam a dinâmica espacial do desenvolvimento rural.

A adjetivação “sustentável”, como se sabe, emerge a partir de meados da década de 80 – sobretudo após a publicação do “Relatório Brundtland” e, particularmente no Brasil, após a ECO 92 – como um ideário acerca de um modo de desenvolvimento e de agricultura que integre as dimensões sociedade-natureza e que concilie, ao longo do tempo ou sem comprometer as necessidades das futuras gerações, o crescimento socioeconômico e a conservação dos recursos naturais. Apesar da polêmica em torno de seu caráter polissêmico/normativo e das limitações e contradições colocadas pela “(...) necessidade de compatibilizar o que deve sustentar-se com o que deve desenvolver-se” (CARMO, 1998, p. 217), este enfoque passou a ocupar um lugar estratégico no debate social e tem se prestado para orientar tanto a ação quanto a reflexão (BRANDENBURG e FERREIRA, 2002). No entanto, se existe unanimidade em torno do reconhecimento da “insustentabilidade” do

modelo hegemônico e da necessidade de mudanças, o mesmo não pode ser dito quanto ao sentido e aos meios vislumbrados para um desenvolvimento rural sustentável.<sup>4</sup>

Deixando de lado esta polêmica, interessa-nos enfocar alguns aspectos da abordagem que procura pensar o desenvolvimento rural valorizando sua dimensão espacial.

### 1.2.1. Do enfoque setorial ao enfoque espacial

Uma das implicações teórico-metodológicas imposta pelas transformações em curso no espaço rural é o rompimento com a concepção “produtivista” tradicional, que identificou, por muito tempo, o desenvolvimento rural em termos setoriais, avaliando-o exclusivamente a partir da eficiência dos sistemas de produção agropecuários e por indicadores de mercado (economia de escala, melhoria da produtividade e competitividade dos produtos agropecuários). Cazella e Mattei (2002), observam que essas variáveis, embora importantes, não são suficientes para avaliar a atual dinâmica do desenvolvimento rural, que pressupõe a incorporação de indicadores que transcendem os aspectos meramente produtivos, com destaque para as condições de vida das populações, as relações de trabalho, o acesso aos meios de produção, a qualidade dos produtos, a conservação dos recursos naturais e das paisagens rurais, etc.

Logo, pensar o desenvolvimento rural apenas em função da dinâmica da atividade agrícola vem se constituindo, para muitos contextos, num enfoque reducionista e até mesmo retrógrado. Ainda que em muitos casos a agricultura ofereça o essencial das oportunidades de emprego e geração de renda em áreas rurais, é preferível não reduzi-las ao seu caráter agrícola e entender que a atividade agropecuária é um dos elementos constitutivos do espaço e do desenvolvimento rural.

---

<sup>4</sup> Cientes de que o uso do conceito de “desenvolvimento (rural) sustentável” tem permitido toda sorte de ocultações de natureza ideológica, levando à profusão de qualificativos e de significações que, comumente, é fonte de sobreposição conceitual e até de confusão, Caporal e Costabeber (2000), propõem a diferenciação dos discursos a partir das duas principais correntes de pensamento que se apropriam do enfoque da sustentabilidade: a *ecotecnocrática*, que busca resolver a equação entre crescimento econômico, sociedade e meio ambiente através da adoção de estratégias tecnológicas e artifícios econômicos via mercado; e a *ecossocial*, que se caracteriza por suas críticas incisivas ao modelo de desenvolvimento hegemônico e por

Abramovay (1999), acrescenta que mesmo nas regiões menos desenvolvidas, há crescente evidência de que os estabelecimentos rurais (agrícolas e não agrícolas) engajam-se em atividades econômicas múltiplas. Além disso, conforme as economias rurais se desenvolvem, tendem a ser cada vez menos dominadas pela agricultura. Por sua vez, Gomez (2001), considera que este fenômeno – que não é algo transitório, senão que tende a crescer e consolidar-se – se deve aos seguintes fatores: i) à modernização tecnológica que torna possível que a agricultura se torne uma atividade individual, dispensando o envolvimento direto da força de trabalho familiar; ii) ao crescimento da produtividade que leva ao incremento da renda dos agricultores que permanecem na atividade; iii) ao apoio e incentivo de políticas públicas para atividades não agrícolas; iv) à expansão do trabalho de tempo parcial e da pluriatividade que integra a lógica de funcionamento das unidades de produção familiares.

Emerge desta perspectiva o entendimento de que em vez de um enquadramento setorial das zonas rurais, seria mais coerente uma definição multisetorial e, sobretudo, espacial. Portanto, o foco deve recair menos sobre os sistemas agrários e atividade agropecuária e mais sobre as dinâmicas territoriais – sobretudo naquelas áreas de povoamento menos denso. Desse ponto de vista, estima-se que as estratégias de desenvolvimento devem estar ajustadas aos requerimentos, especificidades e potencialidades de cada grupo social e de cada região.

Tendo em vista que a realidade toma forma em um espaço heterogêneo que não é apenas físico, mas também econômico, social e político, cada vez mais adjetivações como regional e, sobretudo, local e territorial, são empregadas para qualificar o processo e as estratégias de desenvolvimento rural. Segundo Abramovay (1998b), até mesmo a área econômica, que sempre privilegiou as dimensões temporais (ciclos econômicos) e setoriais (*agrobusiness*, complexos agroindustriais) do desenvolvimento, tem demonstrado um interesse crescente sobre sua dimensão espacial.

A referência à dinâmica espacial do desenvolvimento é verificada, sobretudo, nos países de capitalismo avançado, onde o evidenciamento da perda de vitalidade de áreas

---

reivindicações de mudanças estruturais na sociedade – advertindo desde então, que o mercado é imperfeito e



tradicionalmente rurais vem provocando uma profunda reorientação nas políticas voltadas para o meio rural.<sup>5</sup> Nesses países, a abordagem do *desenvolvimento territorial* vem se destacando e tem como pressuposto o reconhecimento da necessidade de integração dos espaços e das populações marginalizadas aos processos de desenvolvimento macrorregional e nacional. A idéia central é que o território, mais que simples base física, constitui-se num tecido social e político complexo, feito por laços que vão muito além do espaço local (ABRAMOVAY, 1998b); cada território rural tem particularidades e um potencial que lhe são próprios, por isso as estratégias precisam estar adaptadas à realidade das diferentes zonas. Comumente, os objetivos de um programa de desenvolvimento territorial são definidos em torno de três princípios: aproveitar as oportunidades econômicas agrícolas ou não, assegurar o bem-estar das populações rurais e salvaguardar o patrimônio sociocultural das regiões rurais (LEADER, 1995).

Já na problemática do desenvolvimento latino-americano, França et al. (2002), sustentam ser possível identificar um deslocamento maior em direção ao local. Segundo esses autores, nos anos de 1990, simultaneamente ao processo de globalização econômica e ao fortalecimento de políticas de descentralização, a temática do *desenvolvimento local* desperta grande interesse e passa a motivar uma elevada diversidade de iniciativas que tendem a tomar o local como um espaço de efetiva atuação de diferentes sujeitos e segmentos sociais na busca do desenvolvimento. Segundo INDE (*apud* SCHMIDT et al., 2003), o

---

incapaz de resolver todos os problemas, especialmente aqueles relacionados à equidade social.

<sup>5</sup> Cazella e Roux (1999) consideram que no contexto europeu, a reforma da Política Agrícola Comum/PAC, de 1992, ao mesmo tempo em que manteve o *status quo* da agricultura produtivista, adotou valores ambientais e de justiça territorial. Dentre os dispositivos de regulação territorial implementados, destacam-se: o Programa de Desenvolvimento Rural (PDR), para as regiões que apresentam limitações naturais à atividade agrícola, e a iniciativa Ligação Entre Atores do Desenvolvimento Rural/Leader, que financia ações inovadoras no meio rural. A partir de 1999, outras duas ações institucionais alimentaram a tendência de reestruturação do modelo de desenvolvimento até então dominante: a reforma da PAC, que adota medidas de correção das distorções entre as subvenções agrícolas e a proteção do meio ambiente e a Lei de Orientação Agrícola Francesa, que institui os chamados Contratos Territoriais de Estabelecimento/CTE. Segundo Remy (2003), esse último dispositivo constitui um conjunto de compromissos – assumido entre qualquer pessoa (física ou jurídica) que exerce uma atividade agrícola e a autoridade administrativa – relacionados à contribuição do estabelecimento na produção agropecuária (individual ou coletiva), no emprego e noutros aspectos sociais, na preservação dos recursos naturais e na ocupação e revitalização do espaço rural. Mais recentemente, o CTE foi substituído pelo Contrato de Agricultura Durável/CAD (ou sustentável).

desenvolvimento local deve ser compreendido como um processo de criação e/ou reconhecimento, de valorização e de apropriação das riquezas de um território, progressivamente controlado pelo conjunto dos atores.

O que parece inovador nestas abordagens (especializadas) do desenvolvimento rural é o fato de que os recursos sociais e naturais locais/regionais passam a ser priorizados como fatores que favorecem o processo, inclusive em sua dimensão econômica. Note-se também que o desenvolvimento tende a ser concebido como um processo construído socialmente, de “baixo para cima”, onde os diferentes atores são os sujeitos do empreendimento. Trata-se de substituir um modelo vertical por uma concepção mais horizontal de desenvolvimento.<sup>6</sup> Há um certo consenso de que esse processo deve implicar no aprimoramento da autonomia relativa (individual e coletiva), o que propicia uma base de respeito ao direito de cada coletividade de estabelecer o conteúdo concreto e sempre mutável do desenvolvimento: as prioridades, os meios, as estratégias (SOUZA, 1996). Aliás, é preciso ter em mente que um dos traços mais significativos destas abordagens é o papel que desempenham as *ações coletivas* e/ou as *formas associativas* enquanto instrumento capaz de dinamizar e potencializar os recursos humanos e materiais existentes, especialmente no âmbito de programas de desenvolvimento voltados para zonas rurais desfavorecidas.

Para Abramovay (1998b), mais importante que vantagens competitivas dadas por atributos geográficos (recursos naturais, localização) e setoriais, é o fenômeno da proximidade social que permite formas de ação cooperativas – que incluem, evidentemente, a conquista de bens públicos como educação, saúde, informação – e a construção de instituições capazes de valorizar o ambiente em que atuam e de convertê-lo em base para empreendimentos inovadores. Ainda segundo o autor (ibid., p. 2), este processo de enriquecimento vai ao encontro de uma outra vertente de análise que tem seu eixo na noção

---

<sup>6</sup> Benevides (1997), posicionando-se criticamente observa que de uma forma ou de outra, o processo de desenvolvimento se dá dentro de uma lógica que atende ao modelo dominante. Para o autor, um dos maiores equívocos das concepções localistas refere-se à geografização da análise dos fenômenos políticos, por associar a redução da escala como condição para ampliar os espaços de participação democrática, desconsiderando, desse modo, o peso dos micropoderes na constituição das relações sociais de dominação. Nesse caso, deve-se buscar reconhecer a existência de interesses distintos e conflitos latentes como pressuposto de qualquer articulação social. Para França et al. (2002, p. 7), “Trata-se, portanto, da recusa do desenvolvimento local visto como ‘paradigma alternativo à sociedade plagada de conflitos’”.

de “capital social”, definida por Robert Putnam como sendo as “(...) características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando ações coordenadas”.

Num balanço das iniciativas de desenvolvimento local/territorial, duas questões merecem ser destacadas: a primeira é a enorme quantidade de experiências que constam nas fontes ou bancos de dados existentes, a segunda é a grande diversidade de tipos de experiências que estão sendo implementadas, sendo que na maioria das regiões e localidades as diversas iniciativas não se encontram integradas, apesar de serem potencialmente complementares. De uma certa forma, essa grande quantidade-diversidade constitui um indicativo de que a temática não ficou restrita ao campo das idéias, traduzindo-se numa efetiva atuação dos atores locais na elaboração e implementação de iniciativas voltadas ao desenvolvimento, caracterizando o que Silveira (2002) denomina de “experimentalismo difuso”.

Torna-se conveniente ainda, fazer referência à “multifuncionalidade” enquanto abordagem que procura romper com o enfoque setorial e também valoriza a dimensão espacial do desenvolvimento rural. Segundo Carneiro e Maluf (2003), lançada no debate público há poucos anos, principalmente no âmbito da união européia e mais especificamente da França, essa visão procura ampliar o campo das funções sociais atribuídas à agricultura, que deixa de ser entendida apenas como produtora de bens agropecuários (alimentos e fibras). Porém, se o enfoque sobre as múltiplas funções da agricultura não é novo, o que muda, advertem os autores, são as funções valorizadas na atualidade: ela se torna responsável também pela conservação dos recursos naturais (água, solo, biodiversidade e outros), do patrimônio natural (paisagens) e pela qualidade dos alimentos. Desse modo, a multifuncionalidade da agricultura permite recolocar os termos em que a agricultura é inserida na problemática do desenvolvimento sustentável, ao mesmo tempo em que oferece as bases para que sejam repensadas as políticas agrícolas em vigor no tocante às transferências sociais de benefícios aos agricultores.

Por último, não seria precipitado concluir, que mesmo sob diferentes adjetivações o enfoque espacial do desenvolvimento vem favorecendo a inter-relação entre o rural e a

agricultura familiar, sobretudo devido ao esforço de romper com o enfoque setorial e de levar em conta a natureza e as especificidades dos espaços ocupados pela agricultura familiar, apesar da grande diversidade ou heterogeneidade existente.

### 1.2.2. Estratégias e agricultura familiar no Brasil

Indo de encontro ao viés urbano que caracteriza nossa cultura, deve-se defender que o meio rural tem um papel estratégico no desenvolvimento brasileiro e que não interessa apenas aos habitantes das zonas rurais, uma vez que a própria dinâmica urbana vem demandando novos bens e serviços por parte do meio rural. É preciso assumir que “(...) o destino das áreas não densamente povoadas não é necessariamente o atraso e o abandono” e, sobretudo, que “O desafio consiste em dotar as populações vivendo nas áreas rurais das prerrogativas centrais da construção de novos territórios” (ABRAMOVAY, 1998b, p. 11).

Ao mesmo tempo em que no Brasil o poder de intervenção institucional (governamental ou não) sobre os usos do espaço rural e a produção agropecuária é relativamente limitado, o espectro de possibilidades e de iniciativas de desenvolvimento é bem mais aberto. Atualmente, o rural brasileiro é perpassado por diversas estratégias de desenvolvimento voltado à reprodução socioeconômica da agricultura familiar. Trata-se de iniciativas protagonizadas por diferentes instituições governamentais, ONGs e por entidades representativas dos agricultores (movimentos, sindicatos, associações).

No âmbito governamental, duas ações específicas têm se destacado no sentido de partirem do reconhecimento do rural como um espaço social heterogêneo e de estarem se colocando como vetores estratégicos do desenvolvimento rural: a implantação do Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar/PRONAF e a Política Nacional de Reforma Agrária, que por sua vez, vem consolidando a expansão de um “setor de assentamentos”. Na avaliação de Wanderley (2000b, p. 36), dentre as principais consequências dessas políticas está a legitimação da agricultura familiar como ator social e “(...) a revalorização do meio rural como lugar de trabalho e de vida, que se expressa na retomada da reivindicação pela permanência ou retorno à terra”.

Em relação ao PRONAF, é preciso lembrar que até meados da década de 1990, os agricultores familiares careciam de uma política federal que lhes propiciasse acesso a recursos diversos mediante linhas de ação diferenciadas: financiamento da produção (crédito), capacitação (assistência técnica, extensão rural, pesquisa agropecuária, profissionalização de agricultores, comercialização, gestão social) e infra-estrutura e serviços nos municípios (PRONAF/SC, 2002). Mesmo cientes das limitações e debilidades do Programa (caráter economicista/produtivista dos critérios de seleção do público beneficiário, recursos públicos restritos, fragilidades na operacionalização institucional, burocratização e morosidade no repasse dos recursos pelas agências financeiras, resistência no sentido de atender categorias de produtores familiares “periféricos”, “pluriativos”, distribuição desigual dos recursos entre as regiões, estrutura organizacional pouco participativa, etc.), vários analistas concordam que eleger a agricultura familiar como protagonista da política orientada para o desenvolvimento rural, não deixa de ser um indicativo de mudanças – ao menos no discurso. Especialmente quando se leva em conta que há décadas essa forma social de produção e sua base fundiária, ainda que responsável por grande parte dos alimentos produzidos no país tem sido ignorada pelo Estado, que orientou as políticas de modernização (“conservadora”) em benefício da grande produção e da grande propriedade.

Mais recentemente, a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário/MDA e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável/CNDRS permitiu uma ação mais integrada ao reunir em sua estrutura as duas políticas referidas acima. Por sua vez, o referido Conselho, composto por representantes dos ministérios, de entidades da sociedade civil e de outras instituições, vem coordenando a formulação do “Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável”, que compreende quatro programas estratégicos: 1) Democratização do acesso à propriedade da terra; 2) Fortalecimento da agricultura familiar; 3) Renovação da educação rural; 4) Diversificação das economias rurais (CNDRS, 2002).

Note-se que estes programas não estão sintonizados apenas com o incipiente processo de recomposição do espaço rural brasileiro, mas também com certas tendências evidenciadas nos países de capitalismo avançado. No que concerne ao PRONAF, Carneiro

(1997) acrescenta que suas diretrizes têm como referência experiências européias – principalmente a da França – que elegeram a agricultura familiar como a forma social de produção alvo do processo de modernização do meio rural. Assim como na Europa, o padrão de produção privilegiado pelo Programa e a sua função no desenvolvimento econômico do país estão sustentados, implicitamente, nas noções de produtividade, competitividade e rentabilidade.

Além das iniciativas governamentais da esfera federal, é importante lembrar o potencial representado pelo processo de constituição, verificado nos últimos anos, de centenas de Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural e de Secretarias Municipais de Agricultura – mesmo sabendo que os planos e ações desenvolvidos por essas instituições estejam contaminados por práticas clientelistas e burocratizadas. Abramovay (1999), entende que apesar de sua já visível precariedade, aqueles Conselhos vêm dando lugar a um processo de formação de dirigentes voltados para o aproveitamento dos recursos locais e regionais cuja escala não pode ser subestimada.

Na realidade, este contexto de montagem institucional e de implantação de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, mesmo que ainda insuficiente, é resultado da demanda de uma série de movimentos sociais – Movimento dos Sem Terra (MST), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimentos das Mulheres Agricultoras (MMA), dentre outros, inclusive o “novo sindicalismo rural” – que surgem no meio rural brasileiro a partir de meados da década de 1980. Trata-se de formas de organização social – muitas delas motivadas por ONG’s, entidades eclesiais de base e por entidades representativas dos agricultores – que além de contestar o padrão de agricultura e de desenvolvimento hegemônicos e de reivindicar a participação do Estado na promoção das mudanças necessárias, vem colocando em prática uma série de iniciativas de desenvolvimento que, no geral, têm uma dimensão coletiva ou associativa e constituem, no nosso entendimento, a expressão mais emblemática do processo de diversificação e revitalização do espaço rural brasileiro.

Por isto, interessa-nos caracterizar minimamente algumas estratégias com o intuito de ilustrar a natureza e o sentido das mudanças em curso. A começar pelo já referenciado

*associativismo*, que nas últimas décadas vem se destacando como um dos principais fóruns de formulação de estratégias para a agricultura familiar e que tem sido crucial não somente para o encaminhamento de demandas ligadas à produção e à comercialização – vitais à viabilização econômica desses grupos – mas também para o desenvolvimento de novas formas de relacionamento social, construção de identidades, formação de novas lideranças políticas e colocação de novos problemas na pauta de reivindicações dos agricultores familiares (PINHEIRO, 2001).<sup>7</sup>

Visando o aproveitamento do potencial representado pela demanda por alimentos de qualidade e/ou pela constituição de nichos de mercado, a *ecologização do sistema de produção agrícola*, representada pela incorporação de técnicas de manejo ou de sistemas agrícolas de base ecológica (agricultura orgânica, ecológica, natural, biológica, biodinâmica, permacultura, agroecologia, etc.), tem se convertido em uma alternativa cada vez mais utilizada por agricultores familiares para fazer frente à exclusão socioeconômica e à degradação ambiental (COSTABEBER, 1998; COSTABEBER e MOYANO, 2000). Segundo Darolt (2002), já em 2001 estimava-se que no Brasil mais 100 mil hectares distribuídos em 4.500 estabelecimentos eram manejados organicamente, sendo que a maior parte dos produtos destinava-se à exportação. Aproximadamente 70% da produção brasileira encontra-se nos estados do sul e sudeste, sendo que nos últimos anos o crescimento das vendas chegou a 50% ao ano.

Para além daquelas estratégias ligadas à (re)organização dos produtores e da produção primária, a *industrialização rural de pequeno porte* vem sendo promovida numa conjuntura onde cada vez mais o processamento descentralizado dos produtos da exploração familiar tem sido referido como um importante instrumento de desenvolvimento, especificamente por seu papel no aumento da renda das famílias pela agregação de valor aos produtos agropecuários e pela geração de postos ou ampliação das

---

<sup>7</sup> Favero (1998), permite lembrar que o associativismo constituiu-se numa estratégia para diferentes atores. Com o fim da ditadura militar, emerge a partir do campo uma diversidade de formas organizacionais: se do lado da agricultura familiar, o Movimento dos Sem-Terra (MST) é a expressão maior do que passou a ser chamado de novo associativismo rural ou comunitário, do lado patronal, foi criada a União Democrática Ruralista (UDR), uma organização truculenta que passou a aglutinar os setores mais reacionários da agricultura brasileira.

oportunidades de trabalho no meio rural. Direta ou indiretamente, isso se deve a melhorias no ambiente institucional devido à criação de políticas públicas a partir de meados da década de 1990 (PRONAF, principalmente) voltadas ao financiamento, implantação e gestão de agroindústrias de pequeno porte (OLIVEIRA et al., 2000).<sup>8</sup>

Com o intuito de ampliar o domínio dos produtores familiares sobre as etapas à jusante da cadeia produtiva, a *comercialização coletiva* – representada por estratégias de distribuição e de venda cooperadas, associadas ou coletivas – tem sido promovida por sua capacidade de ampliar os espaços mercantis destinados aos segmentos menos capitalizados da agricultura familiar, bem como por oferecer uma maior estabilidade/resistência às crises conjunturais, sobretudo em contexto de mercados imperfeitos e relações mercantis assimétricas. Nesse sentido, faz-se conveniente lembrar, como faz Moreira (1999), que as formas sociais de trabalhadores por conta própria e que operam com lucro-zero – como é o caso de muitas categorias de agricultura familiar – não têm poder de mercado para romper com as amarras que a competição intercapitalista lhes coloca e, portanto, os espaços mercantis que ocupam são muito restritos. De acordo com Montoya e Guilhoto (2001), a presença de oligopólios a montante e a jusante da exploração familiar associada à estrutura de mercado atomizada parecem explicar a assimetria das relações mercantis.

Em meio ao desafio de buscar alternativas econômicas, vem se destacando o *turismo rural* – que inclui várias modalidades de atividades, serviços e empreendimentos (restaurantes e cafés típicos, hotel fazenda e fazenda hotel, pousadas, fazenda-escola, chácaras de recreio e condomínios rurais, pesque-pague, artesanato, fazendas de caça, visitação a unidades produtivas e agroindustriais, atividades de lazer associadas ao campo e à natureza, turismo em rios e represas, leilões e exposições agropecuárias, complexos hípicas) e que já ocupavam, no final da década de 1990, aproximadamente 230 mil pessoas (SILVA

---

<sup>8</sup> Até a década de 1990, observa Mior (2003), estes empreendimentos, além de não terem visibilidade socioeconômica e de estarem inseridos num contexto político-jurídico desfavorável, eram enquadrados como clandestinos, precisamente por não estar de acordo com o serviço de inspeção para produtos de origem animal ou com a legislação fiscal e ambiental, no caso dos produtos de origem vegetal. Esse autor lembra ainda, que um dos fatores que leva à vinculação entre agroindustrialização de pequeno porte e ações coletivas é o fato de que a partir do momento em que os agricultores passam a produzir produtos com algum nível de processamento, não podem mais usar a nota de produtor rural para comercializar, passando a se deparar, portanto, com o desafio de buscar alternativas, dentre as quais a constituição de associações, cooperativas, condomínios ou microempresas.



et al., 1998) – e, mais especificamente, o *agroturismo*, enquanto um conjunto de atividades desenvolvidas por agricultores familiares e relacionadas à recepção e/ou hospedagem de pessoas em suas propriedades. Nesse caso, por se tratar de uma atividade complementar ao exercício agrícola, ela deve ser entendida como parte de um processo mais amplo, pelo qual se busca viabilizar econômica e socialmente essas propriedades familiares através da agregação de valor aos produtos, da geração de novas fontes de renda e de novas oportunidades de trabalho (SCHMIDT et al., 2003; TORESAN et al., 2003).

Contudo, é preciso observar que em função das muitas limitações apresentadas pelo PRONAF, os agricultores familiares continuam buscando e realizando formas alternativas de financiamento com o intuito de viabilizar as estratégias acima referenciadas. Aliás, para os segmentos menos capitalizados, o *cooperativismo de crédito rural* tem representado o único meio disponível aos agricultores familiares na busca dos recursos necessários às alternativas de reprodução socioeconômica. Segundo Burigo (2003), até 1999, existiam no Brasil cerca de 377 cooperativas de crédito rural. No sul do país, precisamente, vem se destacando o Sistema de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária/CRESOL. Trata-se de uma estrutura em rede onde cada cooperativa tem como espaço de ação o município, restringindo a constituição de postos de atendimentos em localidades vizinhas. Nas estimativas de Schmidt et al. (2002), são mais de 40 cooperativas e 17.000 associados, através de seis bases regionais de serviços que atendem 128 municípios.

Embora seja óbvio, deve-se considerar que os instrumentos aqui elencados não esgotam a fonte de alternativas de desenvolvimento que vem saciando a sede dos diversos agentes que elegeram a agricultura familiar como ator principal deste cenário de diversificação e revitalização do espaço rural que começa a ser evidenciado no Brasil. Na verdade, priorizamos uma caracterização breve dessa classe de estratégias porque corresponde ao conjunto dos instrumentos de desenvolvimento que serão objeto de análise através do estudo de caso aqui proposto.

Finalmente, é conveniente lembrar que os atuais contextos de inovação (em termos de formas de organização, estratégias, parcerias etc) vêm acompanhados, comumente, de um processo de fragilização de certos atores, sobretudo naqueles espaços onde os

agricultores familiares não contam com formas organizativas que permitam fazer frente aos agentes (políticos, industriais, comerciais) definidores da lógica socioeconômica local e regional (FAVERO, 1998). Ao mesmo tempo, outros dois aspectos podem se apresentar como entrave à obtenção de retornos positivos: o fato da maioria das iniciativas terem sido implementadas recentemente e, sobretudo, as restrições impostas pelo ambiente macroeconômico e político-institucional predominantes na maioria dos países como o Brasil.

## Capítulo 2

### A GEOGRAFIA (RURAL), OS TERMOS DE ANÁLISE E OS PROCEDIMENTOS DE PESQUISA

*A análise geográfica deve examinar o espaço como um texto, onde formas são portadoras de significados e sentidos (GOMES, 1997, p. 38).*

Confrontando o debate sistematizado no Capítulo anterior com nossa proposta de estudo, não deixam de fazer sentido indagações sobre a pertinência do rural no âmbito das sociedades modernas e, mais precisamente, acerca do papel da geografia e das categorias espaciais para a compreensão do mundo rural na contemporaneidade. Sobretudo quando se constata que ao mesmo tempo em que o rural se tornou um campo privilegiado para a reflexão de questões que o definem e o ultrapassam, boa parte das abordagens realizadas vem recorrendo à categorias espaciais como instrumentos analíticos necessários à compreensão das transformações em curso.

Noções como “território”, “paisagem” e “lugar” vêm sendo empregadas com o intuito de dar visibilidade a espacialidade enquanto dimensão essencial da existência (rural) humana. Isto é, há um certo reconhecimento de que o espaço tem uma dimensão fundadora ao mesmo tempo em que expressa a realização de processos e fenômenos diversos.

Tais considerações se filiam ao propósito de, neste segundo capítulo, *refletir sobre a perspectiva geográfica de análise do meio rural e articular os pressupostos teórico-metodológicos necessários à construção da pesquisa*. Para tanto, buscamos caracterizar alguns aspectos da trajetória da Geografia Rural (seção 2.1), articulamos os termos de análise (perspectiva e categorias) da pesquisa (seção 2.2) e apresentamos os instrumentos utilizados no levantamento de campo e no tratamento dos dados empíricos (seção 2.3).

Antes de qualquer coisa, deve-se tomar o fato da questão rural na atualidade estar sendo analisada pelos diversos segmentos das ciências sociais como um dado que depõe contra a crença de que a cada disciplina corresponde um “recorte” ou “objeto”. Preferimos pensar, como faz Gomes (2002, p. 292), que a identidade do olhar disciplinar se encontra no

tipo de questionamento que dirigimos aos fenômenos. “Aliás, podemos conceber que os objetos de investigação são construídos pelo tipo de questões a eles endereçadas, sendo estas questões que os conformam, os limitam, os criam, e não o inverso, como, por vezes, tendemos a imaginar”.

Santos (1999, p. 62), ratifica esse pressuposto argumentando que “Os mesmos objetos podem dialogar com as mais diversas disciplinas (...) A questão que se coloca é, pois, sobretudo, uma questão de método, isto é, da construção de um sistema intelectual que permita, analiticamente, abordar uma realidade, a partir de um ponto de vista”.

Considerando que o objeto possível de investigação não é um dado a priori e sim uma construção, acredita-se ser desnecessário buscar um objeto com existência separada, isto é, um objeto geográfico em si; muito menos defender que o “espaço” seja um objeto exclusivamente geográfico, já que enquanto fundamento da realidade é abordado sob perspectivas diversas por disciplinas como a história, a sociologia, a antropologia, a economia, etc.

Entretanto, na opinião de certos geógrafos, cada vez mais compete à Geografia o desafio de promover a interpretação dos fenômenos através de uma renovada análise espacial. Para Gomes (ibid., p. 8), isto pressupõe o compromisso de exprimir a importância e o alcance da dimensão espacial nos fenômenos estudados. “Em outras palavras, os princípios de coerência e lógica na dispersão das coisas sobre o espaço podem trazer à luz um novo ângulo para a compreensão de certas dinâmicas sociais e constituem a contribuição propriamente geográfica na análise dos fenômenos que habitualmente são estudados por áreas disciplinares vizinhas”.

Ao refletir sobre a forma como a reflexão espacial vem se dando no domínio das ciências sociais, podemos mencionar duas situações emblemáticas: de um lado, encontramos aqueles estudos onde as “condições geográficas” são utilizadas para descrever os elementos morfológicos ou ambientais de uma dada área e tomadas simplesmente como explicativas, quando não determinantes, de certos aspectos da realidade social; de outro, percebe-se no esforço de certos estudiosos o intento de demonstrar como o espaço constitui um elemento

ativo na organização social, ou seja, que atua a um só tempo como produtor e como produto, que ele é de forma simultânea agente e paciente nessa dinâmica.

Atraídos por este desafio, compete-nos indagar em que medida a Geografia Agrária ou Rural<sup>1</sup>, enquanto abordagem geográfica preocupada com as questões relacionadas ao campo, vem assumindo a possibilidade de uma “análise espacial renovada”?

## 2.1. TRAJETÓRIA E TENDÊNCIAS DA GEOGRAFIA RURAL

Para avaliarmos o impacto das transformações recentes do campo sobre a estrutura teórico-metodológica e temática da Geografia Rural, convém efetuar uma digressão para levantar alguns aspectos da sua trajetória.

Segundo Teixeira e Lages (1997), quando a Geografia Humana moderna surgiu, na segunda metade do século XIX, o mundo ocidental era ainda amplamente rural e, nesse espaço, as atividades agrícolas eram preponderantes. Os geógrafos, portanto, se interessavam mais pelo campo do que pelas cidades e mais pela atividade agrícola que por qualquer outra. Logo, a Geografia – enquanto disciplina que estudava a relação entre o homem e o meio natural – era essencialmente agrária e preocupava-se particularmente com a morfologia da paisagem (agrária) e o habitat rural. Em outras palavras, a Geografia Rural se confundia com a Geografia Humana e vai permanecer assim até meados do século XX, quando passa a se constituir numa especialização devido ao fato de que a sociedade se tornava mais complexa em suas relações, consolidando os papéis conferidos pelos setores produtivos predominantes: campo/agricultura, cidade/indústria. Nas décadas subseqüentes, enquanto as pesquisas em Geografia têm seu centro de gravidade deslocado para a cidade, mais precisamente para o desenvolvimento urbano-industrial, na Geografia Rural – que vai

---

<sup>1</sup> Apesar da abordagem geográfica para o rural ser comumente referenciada como “Geografia Agrária”, adotamos neste trabalho a denominação “Geografia Rural” por entendermos que a mesma se coloca como mais abrangente e adequada para o tratamento das diversas e complexas questões que perpassam o campo na atualidade.

sendo posta em segundo plano – os estudos começam a se ocupar com as transformações desencadeadas pelo processo de modernização da agricultura.

Partindo do entendimento de que os estudos rurais sob um ponto de vista geográfico foram e continuam sendo marcados pela dinâmica da sociedade, D. Ferreira (2002) chama a atenção para a inter-relação entre os fatores socioeconômicos e as mudanças paradigmáticas sofridas pela ciência geográfica em geral, permitindo assim, qualificar as principais fases da Geografia Rural brasileira:

- ✓ A uma “Geografia Tradicional”, vigente do final do século XIX até meados do século XX, corresponde uma Geografia Rural ideográfica, descritiva e, até certo ponto, determinista e possibilista. Coerente com a hegemonia da agricultura como evento socioeconômico, político e como elemento organizador do espaço e dedicada a temas como a descrição de paisagens agrárias, caracterização, classificação e distribuição de produtos agrícolas, uso da terra, habitat rural, colonização.
- ✓ A uma “Geografia Teorética-quantitativa”, iniciada na segunda metade do século XX, corresponde uma Geografia Rural modelizada, tipificada, de inspiração neopositivista e voltada para a aplicabilidade imediata dos conhecimentos e para a busca de normas que permitissem a previsibilidade e a intervenção planejada. Tal abordagem se constitui coerentemente com o domínio de um Estado autoritário, centralizador e intervencionista e com um período de modernização induzida do campo, de aceleração do processo de urbanização e de mudança do eixo econômico da agricultura para a indústria. Neste contexto, o temário inclui, principalmente, estudos classificatórios, modernização da agricultura, caracterização funcional e socioeconômica da agricultura, organização agrária, complexo agroindustrial (CAI), análise cartográfica e uso da terra.
- ✓ A uma “Geografia Crítica”, atuante a partir da década de 1970, corresponde uma Geografia Rural ancorada no materialismo dialético e preocupada com as questões socioeconômicas da relação homem-terra e da relação dos homens entre si. Essa posição é coerente com uma liberdade de expressão ideológica conquistada após o período ditatorial, com o acirramento dos conflitos sociais numa situação de

fechamento de fronteiras à apropriação de terras e com preocupações da ordem dos direitos humanos e do uso (e abuso) dos recursos naturais. Isso num mundo que se tecnifica, se imediatiza e se globaliza. Em face deste quadro, os temas candentes são: transformação do espaço rural, consequências da modernização da agricultura, relações de trabalho, desequilíbrios regionais, campesinato, (pequena) produção familiar, reforma agrária, desenvolvimento rural, agroindústria, etc.

Por outro lado, ao focar a produção intelectual da década de 1990, D. Ferreira (ibid.) se depara com a dificuldade de categorizá-la, uma vez que não houve uma temática central que prevalecesse por todo o período, mas sim a profusão de diferentes temas (agricultura capitalista, questão da terra, produção agrícola, produção familiar, agricultura e meio ambiente, teoria da Geografia Agrária, organização agrária, relações de trabalho, agroindústria, colonização, papel do Estado, mercado, população, análise cartográfica e uso da terra, desenvolvimento rural, etc...), concretizados a partir de estudos de caso diversos e, em sua maioria, já presentes desde 1970. Em termos de referencial teórico-metodológico, também ocorreu uma certa continuidade na medida em que o emprego de conceitos e categorias sociológicas e econômicas se manteve de forma significativa nos estudos de Geografia Rural dos anos 90; isto é, a questão espacial foi suplantada pela socioeconômica. Nos termos formulados pela própria autora (ibid., p. 17-18):

A dinâmica da historiografia geográfica e da sociedade fez o objeto e o objetivo da Geografia diversificarem-se, seguindo uma trajetória, em geral, imposta para o conjunto das ciências. Essa diversificação, em alguns momentos, fez o geógrafo utilizar-se do aporte teórico de outras fontes científicas, comprometendo a identidade geográfica e perdendo, em muitos casos, a referência espacial.<sup>2</sup>

Portanto, mesmo que as transformações mais recentes clamem por mudanças na forma de abordar o mundo rural, a flagrante tendência à “insistência temática” e ao “uso mecânico de aporte extradisciplinar” nos estudos da década de 90, podem ser vistos como

---

<sup>2</sup> Santos (1999), permite observar que em um texto “assassino”, Anthony Giddens também se posiciona em relação ao empréstimo de formulações por parte da Geografia em geral. Mesmo reconhecendo que os conceitos geográficos poderiam ajudar os sociólogos a incorporar em suas análises a realidade espacial, Giddens considera que a falta de apetite dos geógrafos viria do fato de que estes se contentariam em acolher e utilizar a produção teórica dos sociólogos, responsável por avanços teóricos na Geografia.

indicadores da resistência da Geografia Rural brasileira no sentido da atualização de sua perspectiva analítica, ou melhor, na direção da assimilação de avanços teórico-metodológicos que vem sendo construídos por geógrafos preocupados com uma abordagem espacial que mantenha a identidade do olhar geográfico e que perpassa, obviamente, pelo diálogo com outros segmentos das ciências sociais.

## 2.2. ARTICULANDO A PERSPECTIVA E AS CATEGORIAS DE ANÁLISE

Entendendo que a Geografia Rural só pode pensar os fenômenos relacionados ao campo a partir de um referencial teórico conceitual, propomos, nesta seção, articular os pressupostos e categorias que inspiraram e orientaram a construção de nossa perspectiva de análise.

Entretanto, ao mesmo tempo em que um certo número de precisões torna-se necessário, procuraremos evitar nas reflexões em torno das categorias utilizadas no estudo, a pretensão de encontrar um sentido único, estabelecido de forma definitiva. Ou seja, haja vista que o estatuto de conceito exige uma formalização e uma precisão bem maiores, privilegiamos aqui o estatuto de noção.

### 2.2.1. Qualificando o espaço geográfico e sua abordagem

Indo ao encontro da abordagem espacial necessária ao presente estudo, é preciso registrar que em meio à bibliografia consultada, encontramos em “**A natureza do espaço**” e “**A condição urbana**”, publicadas por Santos (1999) e Gomes (2002) respectivamente, as formulações mais inspiradoras. Apesar desses dois autores, nas obras aqui referenciadas, comungarem o desafio de construir instrumentos analíticos comprometidos com a interpretação dos fundamentos da realidade socioespacial contemporânea, é possível diferenciá-los atestando que enquanto o primeiro se volta a uma empreitada mais ampla e



(meta)teórica, na medida em que busca construir um quadro teórico-metodológico que pretende ser uma contribuição geográfica para a produção de uma teoria social crítica, o segundo assume um desafio mais temático e didático, representado pelo esforço de renovar o conteúdo da agenda geográfica através da análise espacial de fenômenos tradicionalmente não estudados pela geografia brasileira. Não obstante essa diferença, é notório o paralelismo entre as concepções fundamentais destes geógrafos, especialmente quanto à forma de definir e abordar o espaço sob um ângulo propriamente geográfico.

Para Gomes (p. 172), por exemplo, três características definem o “espaço geográfico”: i) é sempre uma extensão fisicamente constituída, concreta, material, substantiva; ii) compõe-se da dialética entre a disposição das coisas e as ações ou práticas sociais; iii) a disposição das coisas materiais possui uma lógica ou coerência. “É justamente a interpretação dessa lógica do arranjo espacial e de seus sentidos que compõe o campo fundamental das questões geográficas: Porque as coisas estão dispostas no espaço dessa maneira? Qual o significado e as conseqüências de tal ordem espacial?”.

Se nos termos assumidos por Gomes (p. 290), “(...) a análise espacial deve ser concebida como um diálogo permanente entre a morfologia e as práticas sociais ou comportamentos”, para Santos (p. 18), esse tratamento analítico pressupõe que “(...) o espaço seja definido como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações”.<sup>3</sup>

Dito de outra forma, os autores apregoam que se torna indispensável à Geografia assumir uma concepção de espaço que contemple simultaneamente a forma (material) e o conteúdo (social). Aliás, Santos é quem define o espaço como um composto de “formas-conteúdo”, ou seja, formas que só existe em relação aos usos e significados que têm nelas sua mesma condição de existência.

---

<sup>3</sup> A centralidade da idéia de “sistema” no conceito de espaço e na teorização realizada por Santos deve-se à constatação de que na atualidade poucos objetos, assim como poucas ações, ocorrem e funcionam isoladamente. Para exemplificar, o autor lembra que podemos olhar para o *écran* da televisão sem nenhuma outra reflexão sobre o sistema em que está inserido, entretanto, a programação audiovisual a que estamos assistindo não seria possível sem a produtora e a estação emissora de sinais, sem as torres de distribuição e redistribuição, sem os sistemas elétricos e eletrônicos instalados, etc... “Trata-se de um todo cujos elementos apenas são viáveis em conjunto” (p. 58).

Aqui, cabe uma breve digressão para dizer que seria ingênuo pensar que se trata de uma tarefa simples, pois como nos alerta Soja (1993, p. 100), o predomínio de uma “visão fisicalista” do espaço é tamanho que tende a contaminar nosso próprio vocabulário. Assim, enquanto adjetivos como “social”, “político”, “econômico” e “histórico” costumam sugerir vínculos com ações e motivações humanas, o termo “espacial” tende a evocar uma imagem física ou material, uma parte do meio ambiente, o cenário da sociedade ou seu continente e não uma estrutura formadora criada pela sociedade. Não seria demais lembrar também que, segundo esse geógrafo, o “espaço em si” pode ser primordialmente dado, mas sua organização e sentido são produtos da transformação e experiência sociais.

Isto nos leva a insistir no pressuposto de que o espaço (e sua vivência) seja uma equação dada pela morfologia e pelos diferentes sentidos que ela é capaz de veicular e condicionar. Construídos socialmente, os sentidos e significações da organização do espaço são sempre tributários de um universo relacional: da relação entre coisas espacialmente distribuídas, da relação entre os objetos e suas funções, da relação entre esses objetos e as práticas que aí tem lugar, dos lugares com as coisas e aí sucessivamente (GOMES, *ibid.*).

Em seu livro, Gomes discorre sobre a “linguagem” enquanto metáfora capaz de aprofundar o entendimento deste ponto. Na analogia feita pelo autor, as palavras têm sentidos e estes mudam quando são articulados com outras palavras, com o contexto no qual se faz a emissão, de acordo com os interlocutores. Todos esses elementos também participam como ingredientes fundamentais na transmissão de sentidos. Dentro desse universo, transmitir e compreender um sentido significa interpretar algumas regras que presidem a organização dos objetos. Depois podemos vê-los em relação, o que nos conduz por conseguinte a sentidos muito mais complexos. O espaço pode também ser visto como uma complexa composição, de formas, sentidos, atividades e contextos.

Num trabalho anterior Gomes (1997, p. 38-39), recorre à mesma metáfora e chega a concluir que “Há, por assim dizer, uma certa ‘escrita’ nesta distribuição das coisas no espaço”. Portanto, se o arranjo espacial das formas é uma “linguagem”, a Geografia deve ser vista como atividade e não como obra realizada: “Enquanto atividade, a Geografia é ação no mundo, é a perpétua geração de nexos na ordem espacial das coisas, é sentido e

comunicação, discurso e intervenção”. Essa inscrição espacial de significados ocorre todos os dias, isto é, nossa relação cotidiana com o espaço se dá através da significação.

Pode-se dizer que a “dimensão relacional” da lógica espacial, advogada por Gomes, tem sua correlata na “condição de inseparabilidade” entre sistemas de objetos e sistemas de ações, defendida por Santos. À sua maneira, esse geógrafo adverte que não se trata de sistemas tomados separadamente, pois objetos e ações interagem continuamente, formando um conjunto indissociável, solidário e ao mesmo tempo contraditório: “A ação não se dá sem que haja um objeto; e, quando exercida, acaba por se redefinir como ação e por redefinir o objeto” (p. 77). De um lado, o sistema de objetos molda ou condiciona a forma como se dão as ações e, de outro, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. Gomes (p. 36), por sua vez, chega a admitir que o arranjo físico das coisas é o que vai permitir que determinadas ações se (re)produzam, ou seja, as práticas sociais são dependentes de (não determinadas por) uma certa distribuição ou ordenação das coisas. É assim que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma.

Dentre as revelações proporcionadas por esta forma de abordar o espaço, destacamos a possibilidade de compreender que ao longo do tempo as formas ou objetos e as ações ou comportamentos mudam e propõe diferentes geografias. Para Santos (p. 62-63), isto impõe a necessidade de captar em cada momento histórico, o que é mais característico do sistema de objetos e de práticas vigente.<sup>4</sup> Por esse viés é possível perceber que o processo socioespacial que reúne objetos e ações está fundado, ao mesmo tempo, na lógica da história passada (sua datação, sua realidade material, sua causação original) e na lógica da atualidade (seu funcionamento e sua significação presente).

Contudo, se o espaço é, como concebemos, o resultado da relação entre formas e comportamentos ou consequência da inseparabilidade entre sistemas de objetos e de ações, torna-se óbvio que uma geografia interessada apenas num determinado tipo de objetos ou

---

<sup>4</sup> Ainda na concepção de Santos (p. 65), um dado indispensável sobre os objetos e ações que povoam o espaço na atualidade é que cada vez mais se encontram imbuídos de artificialidade e tendentes a fins estranhos ao homem e ao lugar. Enfocando a questão das ações, o autor chama a atenção para a necessidade de operar uma distinção fundamental entre a escala de realização das ações e a escala do seu comando e, por dedução, entre os atores que decidem e os outros; haja vista que, como foi dito, no presente momento histórico, muitas das ações exercidas num lugar advêm de necessidades ou interesses alheios ao local.

numa dada classe de ações “(...) não seria capaz de dar conta da realidade que é total e jamais é homogênea” (SANTOS, p. 78).

Buscando resumir a concepção de espaço geográfico, Santos (p. 88), ratifica que “O espaço é a síntese, sempre provisória, entre o conteúdo social e as formas espaciais”. Sobretudo, o espaço deve ser concebido como algo que participa da condição do social e do físico, um misto, um híbrido.

Sendo assim, as complexas interações que daí decorrem só podem ser analisadas satisfatoriamente, segundo os dois geógrafos aqui referenciados, a partir de uma visão dialética que dê conta das suas mais variadas combinações e evite tomá-las de forma simplista ou definitiva.

Por último, Santos (p. 19 e 63), torna oportuno observar que a partir da noção de espaço como sistema de objetos e de ações deve-se reconhecer suas categorias analíticas internas e operacionais. “Trata-se de formular um sistema de conceitos (jamais um só conceito!) que dê conta do todo e das partes em interação”. Por sua vez, Suertegaray (2000, p. 13-14), reforça esse entendimento atestando que ao se constituir num conceito abrangente e, por conseguinte, abstrato, o espaço geográfico pode ser analisado a partir de outros conceitos geográficos, que por sua vez, expressam níveis de abstração diferenciados e, por conseqüência, possibilidades operacionais diversas.

Logo, além da noção de espaço (rural) outras categorias de análise como lugar, paisagem e território, também terão assento neste estudo, sendo objeto de reflexão a seguir.

#### *2.2.1.1. Lugar/local:*

Num esforço de caracterização sobre o lugar enquanto categoria do pensamento geográfico, Ferreira (2000), lembra que a evolução do conceito vinculou-se à trajetória da Geografia Humana, principalmente através de dois de seus principais ramos: a *Geografia Humanista* e a *Geografia Radical*.

Partindo de uma perspectiva *humanista*, interessada na subjetividade da relação homem-ambiente, a preocupação está em definir o lugar como base fundamental para a existência humana, enquanto uma experiência ou um “centro de significados” que está em

relação dialética com o constructo abstrato que denominamos espaço (HOLZER, 1999). Para Tuan (1983), espaço e lugar são termos familiares e complementares: o que começa como espaço indiferenciado acaba assumindo a configuração de lugar ao conhecermos e dotarmos de valor. Frémont (1980), diz que os lugares formam a trama elementar do espaço.

De uma forma ou de outra, os geógrafos humanistas admitem que o lugar permite focalizar o espaço em torno das intenções, ações e experiências humanas – desde as mais banais até aquelas eventuais ou extraordinárias – e que sua essência é a de ser um centro onde são experimentados os eventos mais significativos de nossa existência: o viver e o habitar, o uso e o consumo, o trabalho e o lazer, etc. Sobretudo, porque “(...) toda consciência não é meramente consciência de algo, mas de algo em seu lugar” (RELPH citado por HOLZER, 1999, p.72).

Um aspecto curioso dessa abordagem está no reconhecimento de que o sentido de lugar não está limitado ao nível pragmático da ação e da percepção. Alguns autores chegam a admitir que a experiência (direta e/ou simbólica) de lugar se constitui em diversas escalas: atualmente ela formaria um contínuo que inclui o lar, como provedor primário de significados; a localidade ou bairro, como campo de sociabilidade; a cidade; as regiões; o Estado-Nação e até mesmo o próprio planeta. Entretanto, assim como Holzer (1999), é preciso admitir que tanto para o indivíduo como para o grupo, o aumento da escala impossibilita, progressivamente, um relacionamento espacial direto, remetendo-nos para uma visão cada vez mais fragmentária dos lugares, a uma “visão em arquipélago”.

Agora de um ponto de vista *radical*, o lugar deve ser qualificado como uma construção sociohistórica que cumpre as determinadas funções. Através de suas formas materiais e não-materiais, o lugar é uma funcionalização do mundo, acrescenta Santos (1996). Seja qual for o momento da história, o mundo se define como um conjunto de possibilidades e cada lugar se diferencia por realizar apenas um feixe daquelas possibilidades existentes. Referindo-se à relação local-global, o mesmo autor observa que a ordem global busca impor uma única racionalidade e os lugares respondem segundo os modos de sua própria racionalidade. Enquanto a ordem global funda as escalas superiores e externas, a

ordem local funda a escala do cotidiano – onde prima a comunicação – e seus parâmetros são a co-presença, a vizinhança, a intimidade, a emoção, a cooperação e a socialização com base na contigüidade. “Cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente” (ibid. p. 273).

Ferreira (2000), afirma que a partir destas duas acepções aparentemente conflitantes e irreconciliáveis – que vão de uma relação autêntica com o espaço, por um lado, à materialização da relação local-global, por outro –, estudos recentes têm buscado um ponto de contato ao enquadrar o lugar como um campo de articulação das questões cruciais para compreensão da existência humana e sua relação com um ambiente cada vez mais fragmentado e globalizado. Dentre os autores que buscam sintetizar aquelas diferentes acepções sobressai-se Oakes (1997), para quem o lugar é o sítio de identidades significativas e atividade imediata; uma consequência de ligações que o convertem mais numa rede dinâmica do que uma localização ou sítio específico. Segundo esse autor, o lugar não deve ser compreendido como um contraponto conceitual a uma vaga modernidade “deslugarizada”, pois o que acontece no lugar não é simplesmente uma resistência às tentativas de hegemonia histórica e espacial, mas uma luta para nos colocarmos como sujeitos da história e da espacialidade.

Feitas estas considerações é preciso sintetizar nosso esforço afirmando que convém evitar falar de espaço em favor da noção de lugar de tanto que as singularidades em termos de formas, atividades, significados e valores possuem importância na dinâmica dessa dimensão da espacialidade humana.

#### *2.2.1.2. Paisagem/paisagens:*

Se de um lado, a noção de “paisagem” sempre esteve associada à idéia de formas visíveis sobre a superfície da terra e com sua composição, de outro, sua importância para o pensamento geográfico tem variado no tempo: se em certos períodos tem sido visto como um conceito capaz de fornecer unidade e identidade à geografia, em outros foi relegada a uma posição secundária, suplantada pela ênfase em categorias como espaço, região,

território ou lugar (CABRAL, 2000a). A partir da década de 1970, no entanto, ampliam-se os estudos de paisagem, sobretudo, a partir de dois enfoques distintos: o *sistêmico* e o *cultural*.

A concepção *sistêmica* entende a paisagem como realidade objetiva, como o resultado de uma combinação dinâmica e, por conseguinte instável, de elementos físicos, biológicos e humanos. Essa interação é singular para cada porção do espaço e torna a paisagem um conjunto individualizado, indissociável e em contínua evolução. A categoria que melhor reflete essa noção de inter-relação e complexidade é o geossistema, que enquanto uma classe de sistema aberto, dinâmico, flexível e hierarquicamente organizado, corresponde, teoricamente, a uma paisagem nítida e bem circunscrita. Segundo seus defensores, o enfoque geossistêmico contribuiu para revitalizar o caráter de integração e de totalidade da paisagem geográfica (MACHADO, 1988).

Sob a ótica *cultural*, toma-se a paisagem como mediação entre o mundo das coisas e aquele da subjetividade humana, a noção surge ligada, portanto, à percepção do espaço: “A paisagem, de fato, é uma ‘maneira de ver’, uma maneira de compor e harmonizar o mundo externo em uma ‘cena’, em uma unidade visual” (COSGROVE, 1998, p. 98-99). Entretanto, se tomarmos em conta que a paisagem se trata, grosso modo, de “uma porção do espaço apreendida com o olhar” (FERREIRA, 1984), é preciso lembrar que o processo perceptivo não se limita a receber passivamente os dados sensoriais, mas os organiza para lhes atribuir sentido(s). Portanto, a paisagem percebida é também significada e construída. Sua estrutura e dinâmica são acessíveis ao homem e agem como guias para suas atitudes e condutas. Berque (1998, p. 84-85), resume este entendimento afirmando que “A paisagem é uma *marca*, pois expressa uma civilização, mas é também uma *matriz* porque participa dos esquemas de percepção, de concepção e de ação – ou seja, da cultura – que canalizam, em um certo sentido, a relação de uma sociedade com o espaço e com a natureza”.

Deste modo, o conceito de paisagem tende a privilegiar a coexistência de objetos e formas na sua face sociocultural manifesta (SUERTEGARAY, 2000). Dito de outra forma, se a paisagem, enquanto um conjunto de formas naturais e culturais associados em uma dada área (CORRÊA e ROZENDAHL, 1998), traduz-se num “campo de visibilidade”, ao ser oferecida à nossa percepção e à nossa experiência, ela se converte num “campo de

significação” individual e coletiva (BARBOSA, 1998). Sendo assim, a paisagem pode ser considerada como um texto que serve a uma multiplicidade de leituras.

Por este viés, admite-se que tanto pela diversidade de arranjos e cenários como pelas diferentes maneiras de olhar e atribuir significados, seria mais adequado referir-se a “paisagens que emanam de uma mesma paisagem” (CABRAL, 2002, p.59).

Resumindo, deve-se recusar a idéia de espaço em favor da noção de paisagem de tanto que os aspectos cênicos e sua dimensão simbólica possuem importância na dinâmica dessa escala da espacialidade humana.

#### *2.2.1.3. Território e territorialidade:*

Raffestin (1993, p. 143), estabelece a diferença entre “espaço” e “território” dizendo que ao apropriar-se concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação) de um espaço, o ator o “territorializa”. “O espaço vem, portanto, primeiro, ele é preexistente a toda ação”.

Sabe-se que foi com a etologia, no início do século XX, que os conceitos de território e territorialidade ascenderam de forma definitiva ao domínio científico: o primeiro como sendo a apropriação biológica de uma área delimitada por uma fronteira e que se torna exclusiva de determinados membros de uma espécie e o segundo, enquanto conduta característica adotada por um organismo para tomar posse de um território e defendê-lo (HOWARD citado por BONNEMAISON, 2002).

Na geografia tradicional, o território surge como uma determinada porção da superfície terrestre que é apropriada e ocupada por um grupo humano, como um espaço concreto em si (com seus atributos naturais e sociais). Em relação a esse enquadramento, cabe observar que além de “etológico” e simplista – haja vista que a idéia de território se restringe às áreas que são objeto de atuação direta das pessoas – o mesmo tende a confundir território e espaço; o que obscurece o caráter político inerente ao primeiro. Ao mesmo tempo, embora essa dimensão tenha sido valorizada no âmbito da geografia política, o tratamento temático manteve-se extremamente atrelado (inclusive ideologicamente) à escala do território nacional, isto é, à figura do Estado-Nação.



Nas últimas décadas, buscando superar estas limitações analíticas, surgem concepções mais flexíveis e críticas, voltadas às “complexidades territoriais”. Por esse viés vem prevalecendo o entendimento de que sob a noção de território deve-se privilegiar a reflexão sobre o poder referenciado ao controle e à gestão do espaço. Nesse caso, tornou-se necessário conceber o poder como sendo multidimensional, derivado de múltiplas fontes, inerente a todos os atores e presente em todos os níveis espaciais.

Assim é que o território passou a ser entendido enquanto espaço mobilizado como elemento decisivo às relações de poder (RAFFESTIN, 1993) e territorialidade como estratégia(s) utilizada(s) para delimitar e afirmar o controle sobre uma área geográfica (SACK, 1986), ou seja, para estabelecer, manter e reforçar este poder (GOMES, 2002).

Visando aprofundar a compreensão em torno desta perspectiva, Sack (1986), destaca dois importantes aspectos: primeiramente, deve-se ter em mente que os territórios não possuem uma dimensão espacial e temporal fixa, pois variam de tamanho (podendo inclusive ser “móveis” ou “flexíveis”) e da mesma maneira que existem num dado momento, noutro poderão desaparecer e, em segundo lugar, vários territórios podem ser apropriados simultaneamente pelo mesmo agente.

Esta última característica levantada pelo autor aplica-se aos territórios articulados em rede e se torna indispensável para compreender os fenômenos socioespaciais atuais. Nesse sentido, um outro aspecto também importante é salientado por SOUZA (1995), quando considera que territórios com formas e limites variados podem superpor-se e, ainda por cima, com territorialidades em contradição, por conta dos atritos e conflitos existentes entre os respectivos agentes. Na opinião deste mesmo autor, territórios são campo de forças, são antes teias ou redes de relações sociais projetadas no espaço do que o substrato material em si e não há necessidade de um forte enraizamento material para que se tenha território.

O que queremos frisar é que o conceito geográfico de território obedece tanto a perspectivas analíticas mais rígidas e simplistas, que se restringem à apropriação do espaço por grupos humanos ou privilegiam o poder em termos de Estado-Nação, como a abordagens mais flexíveis e complexas, que assumindo uma concepção de poder

multidimensional permitem tratar de territorialidades resultantes da coexistência de diferentes agentes, por vezes ao mesmo tempo e numa mesma extensão do espaço físico.

Finalmente, torna-se pertinente deixar de falar de espaço em favor da noção de território, de tanto que as relações de poder referenciadas ao controle e à gestão do espaço possuem importância nessa dimensão da espacialidade humana.

Feitas estas breves distinções conceituais, é importante observar que ao recorrermos a diferentes categorias de análise espacial, vamos de encontro à tendência verificada em muitos estudos sobre o rural na atualidade, de utilizar os diferentes conceitos como se fossem sinônimos ou equivalentes, deixando de lado todo o debate mobilizado pela Geografia no sentido de reconhecer que cada categoria espacial deve ser utilizada para reconhecer e interpretar dimensões mais ou menos distintas da realidade socioespacial.

#### 2.2.2. Da condição rural à espacialidade da agricultura familiar

De acordo com Gomes (2002), uma abordagem dialética pode nos ajudar a compreender fenômenos que se expressam por meio de oposições ou confrontos: tradicional e moderno, público e privado, sagrado e profano, rural e urbano, etc. Mesmo entendendo que esses diferentes registros ou estatutos não são exclusivos e nem tampouco fixos, é preciso perceber que cada um deles chama nossa atenção para certas formas, comportamentos, normas, valores, símbolos e imagens.

No que concerne ao registro ou estatuto “rural”, tão essencial ao presente estudo, vale enfatizar que é a existência de um “espaço rural” que legitima a pertinência de uma Geografia Rural. Entretanto, a resposta à questão sobre o que seja o espaço rural não é simples e nem imediata, sobretudo, porque se trata de um conceito polissêmico e porque são diversos os parâmetros de classificação do rural.<sup>5</sup>

Convém lembrar que só recentemente a tentação de tomar a morfologia (densidade populacional, padrão de ocupação residencial, uso do solo, atividades produtivas, etc.) como

---

<sup>5</sup> De acordo com Abramovay (1999), são três as lógicas dominantes de enquadramento do rural: a delimitação administrativa; o peso econômico e a ocupação da mão-de-obra na agricultura; e o patamar populacional.

uma referência objetiva e com fins classificatórios têm sido contestada pelos estudiosos do rural. Já afirmamos noutra ocasião que é preciso perceber o rural como uma categoria histórico-geográfica e, nesse sentido, o campo não é um lugar de formas extemporâneas, imutáveis, fossilizadas no tempo. Algumas abordagens assentadas nessa compreensão procuram tratar o rural também como uma abstração, uma construção social. Carneiro (1998), por exemplo, admite que as noções de rural e urbano, de ruralidade e urbanidade, assim como a dualidade que lhes é intrínseca, são representações sociais que expressam visões de mundo e valores distintos de acordo com o universo simbólico ao qual estão referidas, estando, portanto sujeitas a reelaborações e apropriações diversas.

Gomes (2002), apesar de se referir ao contexto urbano, dá plenas condições para inferirmos que muitas vezes quando estudamos o campo parece que tratamos de uma evidência que se apresenta diretamente aos nossos olhos. Trabalhamos com critérios de densidade ou com limites administrativos, como se esses não pudessem ser submetidos a uma análise que poderia nos conduzir a questionar a idéia de rural. Por isso, cometemos freqüentemente o equívoco de considerar o fato rural sob o ângulo único de uma morfologia e ao assim fazê-lo, perdemos a capacidade de compreender seu conteúdo ou, em outras palavras, escapa-nos a idéia mesmo de “vida rural” ou “ruralidade”. O campo é uma forma necessária a um certo gênero de associação humana e suas mudanças (materiais ou imateriais) são condições para que esta associação se transforme. Ainda nesse sentido, o mesmo raciocínio formulado (para a cidade) pelo autor em “A condição urbana”, pode ser transposto para o campo: a ordem espacial do campo, ou seja, sua disposição física unida à sua dinâmica sociocomportamental, são os elementos fundadores da condição rural.<sup>6</sup>

Tal formulação vai ao encontro das idéias de Kayser (1990) quando conclui que o “rural” é um modo particular de utilização do espaço e de vida social. Para esse autor, o estudo do rural pressupõe a compreensão das especificidades e das representações deste espaço rural, entendido, ao mesmo tempo, como *espaço físico* (referência à ocupação do território e às suas formas materiais), *lugar onde se vive* (particularidades do modo de vida e

---

<sup>6</sup> O fato de estarmos refletindo – mesmo que de forma incipiente – sobre o rural utilizando pressupostos formulados para a problemática urbana não deixa de ser uma evidência da possibilidade e da necessidade cada vez maior de diálogo entre Geografia Rural e Geografia Urbana.

referência identitária) e *lugar de onde se vê e se vive o mundo* (a cidadania do homem rural e sua inserção nas esferas mais amplas da sociedade). Também do ponto de vista sociológico, quando se fala em rural aponta-se para duas características fundamentais: relações específicas com a natureza e relações sociais (de interconhecimento) também diferenciadas. Destas relações (socioespaciais) resultam práticas e representações particulares acerca do espaço, do tempo, do trabalho, da família, etc (WANDERLEY, 2000; JEAN, 2002).<sup>7</sup>

Portanto, se admitirmos que são as inter-relações (materiais e simbólicas) entre uma população e seu meio que caracterizam o rural e a ruralidade, devemos considerar, dentre outras implicações teórico-metodológicas, que estamos tratando de categorias de natureza espacial (o mesmo se aplicando para a noção de urbano e de urbanidade).

Passando a pensar na relação entre agricultura familiar e espaço rural, torna-se necessário antes de qualquer coisa, efetuar algumas considerações em torno daquela noção. Visando uma conceituação geral e que mais se aproxima de um esquema de análise, Lamarche (1993, p. 15), definiu que a “exploração familiar” “[...] corresponde a uma unidade de produção agrícola onde *propriedade* e *trabalho* estão intimamente ligados à *família*.” Ao enfatizar que a agricultura familiar ocupa um espaço próprio e significativo em todo o mundo – haja vista estar presente nos mais diferentes sistemas sociais, culturais, econômicos e políticos – o autor sugere que ela é, antes de tudo, uma realidade multiforme, ou seja, em qualquer escala de análise é forçoso encontrar uma grande diversidade de situações ou categorias.

Obviamente que a exploração familiar que se reproduz nas sociedades modernas representa um novo agente social. Diferentemente do campesinato tradicional ela apresenta-se integrada, em algum grau e sob formas diversas, aos mecanismos de mercado, aos

---

<sup>7</sup> Em decorrência desta reflexão, reforçamos nosso entendimento de que as tipologias baseadas exclusivamente em características morfológicas e/ou estatísticas e que definem oficialmente o rural e o urbano precisam ser revistas, uma vez que não refletem a dinâmica socioespacial contemporânea, bastando lembrar que a urbanização de elementos do modo de vida rural e a ruralização de certos aspectos da vida urbana ao mesmo tempo em que evidenciam a complexidade subjacente à realidade atual reforçam as limitações dos critérios e ambigüidade daquelas classificações adotadas. Teixeira e Lages (1997, p. 19) além de concordarem com esta “androgenia” rural-urbano, fazem uma observação curiosa quando argumentam que no Brasil “Os milhões que migraram para a zona urbana nem sempre terminaram por urbanizar-se, terminaram sem fazer parte nem do rural nem do urbano”.

processos de reprodução do capital e aos padrões de consumo e modos de vida modernos. Logo, adverte Wanderley (1998b, p. 44), o entendimento da problemática da agricultura familiar moderna deve levar em conta sua complexidade: “Por um lado, pela sua própria existência, ela legitima a permanência de uma esfera específica, interna, referente à forma de organizar a produção, cujo funcionamento tem como referência a própria estrutura familiar da unidade de produção. Por outro lado, os fatores que regem o funcionamento interno da unidade familiar de produção assumem novos conteúdos.”

Do ponto de vista do agricultor, acrescenta a autora, suas estratégias de (re)produção nas condições modernas se baseiam, em muito, na valorização dos recursos que ele dispõe e que asseguram a sobrevivência da família no presente e no futuro. E não se trata apenas de recursos materiais. O “patrimônio sociocultural” por exemplo, definido por Lamarche (1993) como sendo um sistema de conhecimentos, valores e representações herdado, constitui-se numa referência aos elementos imateriais ou simbólicos que desempenham um importante papel na organização da exploração familiar moderna.

Assim é que de muitas maneiras, os estudiosos desta forma social de produção reconhecem que sua lógica continua sendo mais ou menos nutrida pela interdependência entre os fatores *propriedade, trabalho e família*. Woortmann e Woortmann (1997), por exemplo, sugerem que entre os homens do campo há um feixe de significados (originados de sua ancestralidade camponesa) fundador de uma ética e de um modo de vida montado sobre esse tripé.

A partir deste ponto de vista, interessa-nos destacar, primeiramente, a importância do estabelecimento agrícola como categoria nucleante da espacialidade do agricultor e sua família. Ainda hoje, o espaço construído no interior da propriedade tende a estar em razão mais ou menos íntima com as relações de trabalho e com as diferentes atividades produtivas, com os hábitos comportamentais, alimentares e de higiene, com a composição e tamanho da família, com o tamanho da propriedade e com os recursos disponíveis etc. (TEDESCO, 2001).

Em segundo lugar, deve-se observar que para além das fronteiras do estabelecimento agrícola, a localidade ou bairro rural continua a colocar-se como uma outra importante

dimensão da experiência socioespacial direta. Mesmo com as transformações engendradas pela modernização no modo de vida rural e/ou por mais precária que seja em termos de infra-estrutura (igreja, escola, salão, venda, bar, cemitério, etc...), a localidade continua sendo um campo indispensável à socialização (relações interpessoais, identidade, obrigatoriedade, conhecimento, religiosidade, moralidade, solidariedade, lazer, conflito etc). Enfim, trata-se de um sistema de objetos, relações e atividades que não se restringe à dimensão econômica e que também integra o dia a dia do agricultor familiar.

Por outro lado, embora a espacialidade do agricultor e sua família seja plasmada pelas relações, atividades e objetos, pelas formas materiais e simbólicas inter-relacionadas no âmbito da propriedade e da localidade rurais, ela não é algo estanque e isolada, isto é, cada vez mais, devido ao crescente (embora desigual) processo de mundialização, sua estrutura está em correspondência com as formas e conteúdos externos ou superiores à escala do cotidiano e do local.

Em resumo, a agricultura familiar enquanto forma social de produção corresponde a um determinado modo de se apropriar e significar o espaço rural, ou melhor, pressupõe uma certa espacialidade.

## 2.3. PROCEDIMENTOS DE PESQUISA

Como se sabe, o contexto que constitui objeto de nossa análise está vinculado à AGRECO, responsável pela implantação de uma série de estratégias de desenvolvimento voltadas à reprodução da agricultura familiar numa escala local e até certo ponto microrregional.

Por se tratar de um estudo de caso, é óbvio que a investigação empírica – balizada continuamente pelo levantamento bibliográfico<sup>8</sup> – apresentou-se indispensável ao

---

<sup>8</sup> O estudo bibliográfico, crucial à fundamentação teórico-metodológica das diversas etapas do trabalho, constituiu-se da consulta a livros, dissertações, teses e revistas especializadas das bibliotecas (central e setoriais) da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, da Empresa de Pesquisa Agrícola e de

atendimento dos propósitos da pesquisa. Neste plano, a coleta de dados envolveu três procedimentos metodológicos distintos, porém, simultâneos e complementares: *entrevista*, *pesquisa documental* e *observação*. Desse modo, nos valem, na medida do possível, tanto dos discursos e representações quanto das ações e práticas, tanto do que os sujeitos “dizem” como do que “fazem”.

Antes de caracterizarmos as referidas etapas, é importante salientar que a pesquisa de campo foi conduzida sob uma abordagem qualitativa por entendermos que a mesma permite uma compreensão mais aprofundada da realidade socioespacial, precisamente porque remete a uma “teia de significados”, de difícil recuperação através de estudos de corte quantitativo, que tendem à reduzi-la a expressões numéricas. O que não quer dizer que não se tenha recorrido, quando se fez necessário, a instrumentos quantitativos.

Não obstante, considerando o foco de análise, o tipo de abordagem e as diversas limitações (cumprimento de prazos relacionados ao curso e ao próprio cronograma de pesquisa, recursos financeiros limitados, distância em relação à área do estudo de caso) a que a pesquisa ficou sujeita, deve-se ressaltar que o levantamento empírico concentrou-se no município de Santa Rosa de Lima (sede da AGRECO), haja vista que nessa escala o contexto objeto da pesquisa apresenta resultados mais substanciais.

### 2.3.1. A entrevista

Esta estratégia baseou-se na coleta de declarações, depoimentos ou relatos dos agricultores familiares filiados à AGRECO e, eventualmente, de alguns técnicos da Entidade que também são produtores; o que significa dizer que através das entrevistas apreendemos os discursos e as “representações” e “atitudes” que os constituem, isto é, privilegiamos a leitura, o conhecimento e o posicionamento daqueles sujeitos sobre o sentido das mudanças socioespaciais em curso.<sup>9</sup>

---

Extensão Rural de Santa Catarina – EPAGRI e, principalmente, do acervo do próprio autor; assim como do acesso a textos obtidos em diversos *sites* da Internet.

<sup>9</sup> Observe-se que no presente estudo, estamos tomando a noção de “representação social” e de “atitude” de modo deliberadamente simplificado: a primeira como o conhecimento que os diferentes atores

Neste sentido, a *entrevista semi-estruturada* mostrou-se um instrumento adequado por valorizar a intervenção do pesquisador ao mesmo tempo em que oferece as oportunidades para que o informante possa se expressar com uma certa liberdade e espontaneidade. Caracterizando minimamente a estrutura do roteiro utilizado (ver anexo, p. ...), deve-se mencionar que a parte inicial, como de praxe, serviu para caracterizar os informantes, a segunda para levantar dados sobre as unidades agroindustriais e a terceira para levantar as questões sobre as estratégias de desenvolvimento implementadas pela AGRECO: associativismo, ecologização da produção, agroindustrialização de pequeno porte, agroturismo, comercialização coletiva e cooperativismo de crédito.

Convém salientar que a maior parte das questões que integram o roteiro foram submetidas a um pré-teste, efetuado em campo durante a primeira quinzena de outubro de 2002. Na ocasião, foram entrevistadas cinco pessoas (3 agricultores e 2 agricultoras) com o intuito de testar a validade do questionário em atender os propósitos da pesquisa.

Tratando da questão da amostra, justificamos que para o tipo de estudo aqui proposto a realização de 30 entrevistas mostrou-se suficiente; primeiro porque adotamos critérios eminentemente qualitativos para o levantamento e tratamento dos dados obtidos e segundo porque consideramos este número como representativo do conjunto das famílias de produtores filiados à AGRECO (aproximadamente 40).

A escolha dos informantes, por sua vez, não seguiu parâmetros pré-estabelecidos, sendo balizada apenas pela percepção do próprio pesquisador (“amostra intencional”) na medida em que privilegiou a qualidade dos informantes em termos da possibilidade deles fornecerem dados ricos, variados e suficientes para compor o horizonte da problemática de pesquisa.

Dentre os aspectos que permitem traçar um certo perfil dos entrevistados sobressaem-se: i) a divisão em termos de *gênero* compreende 22 homens (18 agricultores e 4

---

possuem da realidade e a segunda como um posicionamento tomado em relação a algo. Desse modo, estamos interessados naquilo que o(s) sujeito(s) considera(m) sobre um determinado tema e que pode ser apreendido, dentre outros modos, através dos discursos verbais. Se por um lado, representações e atitudes comungam o fato de influenciarem os comportamentos e atividades cotidianas, por outro, é preciso observar que enquanto o primeiro conceito remete ao social, o segundo pode assumir uma conotação mais individual (GUARESCHI, 1996).



técnicos) e 8 mulheres (agricultoras); ii) a *faixa etária* apresentou-se com 30% dos entrevistados entre 24 e 35 anos, 40% entre 36 e 45 anos, 30% entre 46 e 57 anos; iii) a classificação por *nível de escolaridade* informa que 40% dos informantes têm formação incompleta no ensino fundamental (condição que predomina entre as pessoas de idade mais avançada), 30% tem formação no ensino médio (condição que predomina entre os mais jovens) e apenas 10% têm formação no ensino superior (situação que prevalece entre os técnicos entrevistados); iv) a *estrutura familiar* dos entrevistados é basicamente nuclear (em média dois filhos), sendo que apenas 4 agricultores (mais jovens) se encontravam solteiros por ocasião do levantamento; v) em termos *ocupacionais*, além da classificação agricultores/técnicos, uma outra diferenciação merece ser feita em relação ao grupo de agricultores, haja vista que dos 26 entrevistados, apenas 7 pessoas (4 homens e 3 mulheres) estão vinculadas ao agroturismo, além das outras estratégias;<sup>10</sup> vi) quanto à *propriedade fundiária*, todos os entrevistados são proprietários, sendo que 32% possuem áreas de até 10ha, 44% de 10-50ha e 24% de 50-90ha.

As entrevistas foram realizadas ao longo do mês de março de 2003, tiveram duração média de uma hora e meia e foram registradas utilizando-se gravação magnética com posterior transcrições literais das fitas.

### 2.3.2. A pesquisa documental

Esta estratégia consistiu no levantamento de informações junto aos boletins informativos, atas de assembléias e de reuniões, planilhas de controle e outros documentos produzidos pela AGRECO. Foi executada com o intuito de obter informações sobre eventos passados e recentes, de forma a caracterizar as principais questões e construir um histórico da Entidade e de sua dinâmica socioespacial.

---

<sup>10</sup> Cabe observar que a diferenciação das unidades de produção familiar associadas à AGRECO com base na forma como se apropriaram das estratégias de desenvolvimento vai ao encontro do pressuposto ratificado por alguns autores (NEVES, 2000; WANDERLEY, 1995; CARNEIRO, 2000) de que as formas sociais de produção revelam mais posições ocupadas a partir de determinadas alternativas do que situações estruturais e definitivas.

É importante lembrar que a maior parte do levantamento foi efetuado nos arquivos existentes no escritório da própria Entidade, de forma intercalada com a realização das outras estratégias metodológicas (entrevistas e observações em campo).

Além dos períodos de pré-teste (primeira quinzena de outubro de 2002) e de realização das entrevistas (março de 2003), o levantamento documental contou com um terceiro momento (última semana de novembro de 2003), realizado com o intuito de atualizar dados e retificar informações levantadas anteriormente.

### 2.3.3. A observação

Esta estratégia aproximou-se da técnica definida como “observação assistemática”. Por esse viés, entende-se que o envolvimento do pesquisador com a realidade estudada oferece condições privilegiadas para que o processo de observação, mesmo que realizado aleatoriamente, levante dados que permitem tanto compor informações novas como avaliar a veracidade daquelas informações obtidas de outras fontes e que serão manipuladas analiticamente.

Em nosso caso, o processo incluiu a observação de situações e fatos da vida cotidiana dos sujeitos entrevistados: no caso dos agricultores familiares, estas circunstâncias envolveram principalmente a participação em atividades relacionadas à produção primária e ao beneficiamento nas agroindústrias; no caso dos técnicos, estas situações incluíram o convívio durante os períodos destinados à pesquisa documental (escritório da AGRECO) e a participação em assembléias, reuniões e seminários de planejamento coordenados pelos mesmos. Deste modo, foi possível confrontar e complementar dados através da apreensão de significações mais profundas de certas atitudes, condutas e episódios, que de um ponto de vista exterior poderiam permanecer obscuras ou inacessíveis.

A fim de registrar os dados para as análises posteriores, muitas observações efetuadas foram anotadas numa caderneta de campo.

### 2.3.4. A análise de conteúdo

Partindo do pressuposto de que tudo que é dito ou escrito pode ser submetido a uma *análise de conteúdo*, declaramos que alguns procedimentos fornecidos por esta técnica – ou melhor, por este conjunto de técnicas empregadas no estudo das “comunicações” – foram utilizadas na análise, sistematização e interpretação dos dados obtidos em campo.

Em se tratando das informações obtidas através da pesquisa documental, é importante observar que elas serviram – juntamente com aquelas da pesquisa bibliográfica (estudos sobre a AGRECO) – à montagem de um histórico da trajetória da AGRECO e da evolução do contexto de desenvolvimento, indispensável à construção da segunda parte do texto da tese, sobretudo do capítulo 4.

No que se refere às entrevistas, depois de transcritas as mesmas foram submetidas a (re)leitura que aos poucos foram permitindo a re-categorização e re-tematização do material discursivo – haja vista que os tópicos e questões do próprio roteiro de entrevistas são o resultado de categorias e temas pré-estabelecidos.<sup>11</sup> Esta interpretação, juntamente com os dados da pesquisa documental e observacional, serviu à construção dos capítulos, seções e itens que constituem a terceira parte da tese. Nesse caso, a fala dos entrevistados foi empregada como “expressões chaves” (LEFÉVRE e LEFÉVRE, 2000) na medida em que são transcrições literais que ilustram o essencial do conteúdo de cada segmento do texto.

Finalmente, poderíamos considerar que o enfoque assumido pelo texto é descritivo na medida em que ele visa mais frequentemente sugerir do que concluir, no entanto, somos tributários do entendimento de que “descrição e explicação são inseparáveis” (SANTOS, 1997), haja vista que o que deve estar no alicerce da descrição é a vontade de explicação.

---

<sup>11</sup> É preciso lembrar que a análise propriamente dita recai sobre as unidades básicas de relevância, denominadas unidades de significação ou de registro. BARDIN (1977), ratifica o “tema” como uma unidade de significação complexa e que pode ser desenvolvida em várias afirmações; sendo uma das unidades de registro mais adequada à análise de entrevistas. A categorização consiste no desmembramento e classificação das unidades de registro, previamente codificadas e interpretadas em suas correspondentes unidades de contexto.

## ÚLTIMAS (RE)CONSIDERAÇÕES

Esperamos ter ficado claro que o debate assumido pelas ciências sociais em torno da questão rural hoje, se desenvolve cada vez mais com base no evidenciamento de uma “complexificação do espaço rural e da ruralidade”, que por sua vez, vem se expressando na diversidade temática e analítica que caracteriza as disciplinas que estudam o campo. Isto é, nossa intenção foi demonstrar que nas últimas décadas, as transformações estruturais do capitalismo mundial aliada ao evidenciamento dos impactos socioeconômicos e ambientais do modelo de desenvolvimento e de agricultura hegemônicos – centrado no imperativo economicista e produtivista –, têm levado, à recomposição e a diversificação socioespacial; que em muitos contextos surge acompanhada de um processo de revitalização dos sistemas de objetos e de ações que constituem o meio rural.

De um lado, dito processo trouxe implicações analíticas inovadoras. No nosso entendimento, a valorização do “rural” como uma construção social e enquanto categoria (histórico-geográfica) para se (re)pensar e representar o mundo contemporâneo acrescido do reconhecimento de que toda e qualquer realidade rural – mesmo aquelas influenciadas mais diretamente por processos externos, macroestruturais ou globais – sempre revela heterogeneidades, traduz-se numa premissa indispensável ao tratamento analítico da ruralidade hoje. Por isso, insistimos no fato de que o campo não está passando por um processo único de transformação, isto é, assim como existem espaços rurais dinâmicos e em permanente mutação, há zonas desfavorecidas e bloqueadas de possibilidades de desenvolvimento.

Nosso intento de resumir as transformações recentes nos países de capitalismo avançado seguido do levantamento de certas características do rural brasileiro vai ao encontro deste entendimento. Aliás, foi possível demonstrar que nossas especificidades históricas e conjunturais não dão suporte para que possamos pensar a dinâmica das transformações do espaço rural nos mesmos termos do que está em curso naqueles países. Vale a pena repetir que aqui mais do que lá, não só a agricultura continua sendo um

elemento chave para entender o meio rural em geral como o referido processo se apresenta bem mais pontual e desigual; aqui mais do que lá, o peso da agricultura familiar (número de estabelecimentos, emprego rural, participação na produção agropecuária, receptividade à adoção de formas de agricultura sustentáveis, contribuição à segurança alimentar, vocação à pluriatividade e multifuncionalidade agrícola etc) torna urgente a formulação e implantação efetiva de políticas públicas diferenciadas que promovam a construção de contextos de desenvolvimento inovadores.

De outro lado, vimos que na esteira deste processo está a emergência de estratégias que focalizando a dimensão multisetorial e espacial do desenvolvimento rural, visam superar as limitações do modelo hegemônico (“desigual e combinado”) e integrar grupos e espaços desfavorecidos e/ou excluídos à dinâmica socioeconômica. Desenvolvimento local e territorial representam, portanto, estratégias que expressam a preocupação com as muitas dimensões do processo de transformação das sociedades humanas e que vêm sendo difundidas como capazes de promover a valorização e apropriação dos recursos (naturais e sociais) inerentes aos espaços ou territórios ocupados por cada coletividade.

Sobre as possibilidades e limitações desses instrumentos em se tornarem catalisadores de contextos de diversificação e revitalização do rural e da ruralidade, estamos certos de que somente poderão ser reconhecidas mediante esforços de análise (estudos locais e regionais) preocupados com o campo em seus modos atuais de reestruturação; esforços esses que se tornam ainda mais necessários quando levamos em conta o caráter incipiente e a diversidade de iniciativas existentes.

Daí a pertinência do estudo proposto; baseado num estudo de caso e numa abordagem de corte qualitativo. Acreditamos que os propósitos da pesquisa possam ser atendidos mediante o enquadramento do espaço rural como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de ações relacionadas ao campo (englobando o agrícola e o não agrícola), e, sobretudo, por uma perspectiva de análise (geográfica) baseada na descrição locacional dos sistemas de objetos e de ações implementados num contexto de desenvolvimento rural confrontada com a atitude ou comportamento da agricultura familiar que aí tem lugar. Deste modo, o espaço rural torna-se o resultado de “(...) uma *conjunção*

*particular* de processos materiais e de processos de significação” (LAGOPOULOS, citado por SANTOS, 1999, p. 67).

## Segunda Parte

### O CONTEXTO DE DESENVOLVIMENTO: A AGRECO E A DIVERSIFICAÇÃO/REVITALIZAÇÃO DO ESPAÇO RURAL

#### PRIMEIRAS CONSIDERAÇÕES

Até aqui, já é do nosso entendimento que a questão do desenvolvimento rural, que se apresenta sob a forma de pequenos e grandes desafios, quotidianamente e nas mais diferentes escalas, faz com que os atores se vejam confrontados com necessidades que passam fundamentalmente pela (re)produção do espaço enquanto fundamento da ruralidade.

Estamos convencidos de que o esforço de contextualização a partir da bibliografia consultada servirá também para evidenciar que o contexto de desenvolvimento que constitui nosso estudo de caso, apesar de se realizar como uma iniciativa num pequeno município do interior do estado de Santa Catarina, está sintonizado com as atuais tendências de recomposição e complexificação do espaço rural e da ruralidade.

Nesta segunda parte, *buscamos tornar visível os sistemas de objetos e de ações (pretéritos e recentes) que integram o contexto de desenvolvimento protagonizado pela AGRECO a fim de qualificar sua dinâmica espacial.*

Desde já, é preciso dizer que além dos fatores socioespaciais mais recentes, provenientes de diferentes escalas, parte das determinações que perpassam o referido contexto somente pode ser apreendida se considerarmos as condições pretéritas relacionadas à evolução da agricultura familiar no município de Santa Rosa de Lima (Capítulo 3).

Por outro lado, ao inventariar os sistemas de objetos e de ações introduzidos a partir da Entidade – possíveis graças à criação de possibilidades (sociais, econômicas e políticas) diferenciadas para a agricultura familiar – podemos reconhecer que as estratégias de desenvolvimento implementadas vêm promovendo a reorganização, diversificação e revitalização do espaço rural, sobretudo no âmbito ocupado pelas unidades familiares de produção engajadas no processo (Capítulo 4).

Desse modo, partiremos do lugar/local como referência, como materialidade de processos que vem operando em outras escalas (CARLOS, 1996).



## Capítulo 3

### O ESPAÇO MUNICIPAL E OS ANTECEDENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR EM SANTA ROSA DE LIMA

Segundo estimativas recentes, Santa Catarina apresenta uma distribuição populacional menos concentrada quando comparada com a de outros estados brasileiros: 50% da população estadual vive em municípios com menos de 50 mil habitantes e somente em 10 municípios a população ultrapassa 100 mil habitantes. Além disso, 76% dos 293 municípios catarinenses apresentam menos de 15 mil habitantes e abrigam no seu conjunto cerca de 69% dos mais de 200 mil estabelecimentos agrícolas do Estado, caracterizando-se, desse modo, pela predominância de atividades agropecuárias na economia local. Embora detenham apenas 52% da área, os estabelecimentos com até 100ha representam aproximadamente 95% do total de unidades existentes (IBGE, 2000; SANTA CATARINA, 2000).

Em face destes dados, entende-se que no território catarinense a existência de uma densa rede de pequenas e médias cidades com elevado percentual de habitantes rurais e a predominância de pequenas e médias propriedades agrícolas de caráter familiar, permite uma configuração onde o rural e o urbano interagem significativamente e onde boa parte da população vive uma dinâmica acentuadamente rural.

Tal condição pode ser assinalada como favorável ao processo de diversificação e revitalização do meio rural, haja vista que como ressaltam Sachs e Abramovay (1998), existem nos municípios e nas regiões, recursos e ativos específicos cuja valorização supõe uma ação pública (estatal e não-estatal) capaz de imprimir ao território uma organização e uma dinâmica que o jogo das forças do mercado não podem construir: educação e formação profissional, constituição de novas empresas de pequeno e médio porte, valorização e proteção de produtos locais e regionais e, sobretudo, a criação de instâncias deliberativas reunindo todos os atores sociais do desenvolvimento em bases sustentáveis.

Entretanto, apesar daquelas vantagens socioespaciais, o Estado tende a acompanhar os movimentos da conjuntura nacional. Schmidt et al. (2002), observam um processo de concentração das terras e fracionamento das pequenas unidades familiares de produção (segundo IBGE, entre 1980 e 1995, as unidades de até 100ha apresentaram uma redução de 13,80% em termos de área e de 11% em número de estabelecimentos), o que têm contribuído para o contingente de agricultores sem terra. Paralelamente, boa parte daqueles que permanecem na unidade de produção familiar se confronta com inúmeros obstáculos à geração de renda monetária na agricultura. Na maioria dos casos, acrescentam os autores, isso se traduz em pobreza rural, já que são muito precárias as fontes não-agrícolas de geração de renda (aposentadoria, assalariamento temporário) dos estabelecimentos.

Mesmo considerando que a partir da segunda metade da década de 1990 algumas ações governamentais (políticas de financiamento e de agregação de valor, programas de capacitação e de geração de emprego e renda) começam a ser efetivadas, gerando um ambiente institucional mais favorável a iniciativas de desenvolvimento rural voltadas à “pequena produção familiar”, o processo de recomposição do espaço rural catarinense têm acontecido devido principalmente ao trabalho de dezenas de associações de produtores como a que é objeto de análise de nossa pesquisa (Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor/CEPAGRI, Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense/APACO, etc.) e ONGs (Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo/CEPAGRO, Centro Vianei de Educação Popular, Associação de Preservação do Meio Ambiente do Alto Vale do Itajaí/APREMAVI); atuando de forma autônoma ou em rede, em diferentes regiões do estado.<sup>1</sup>

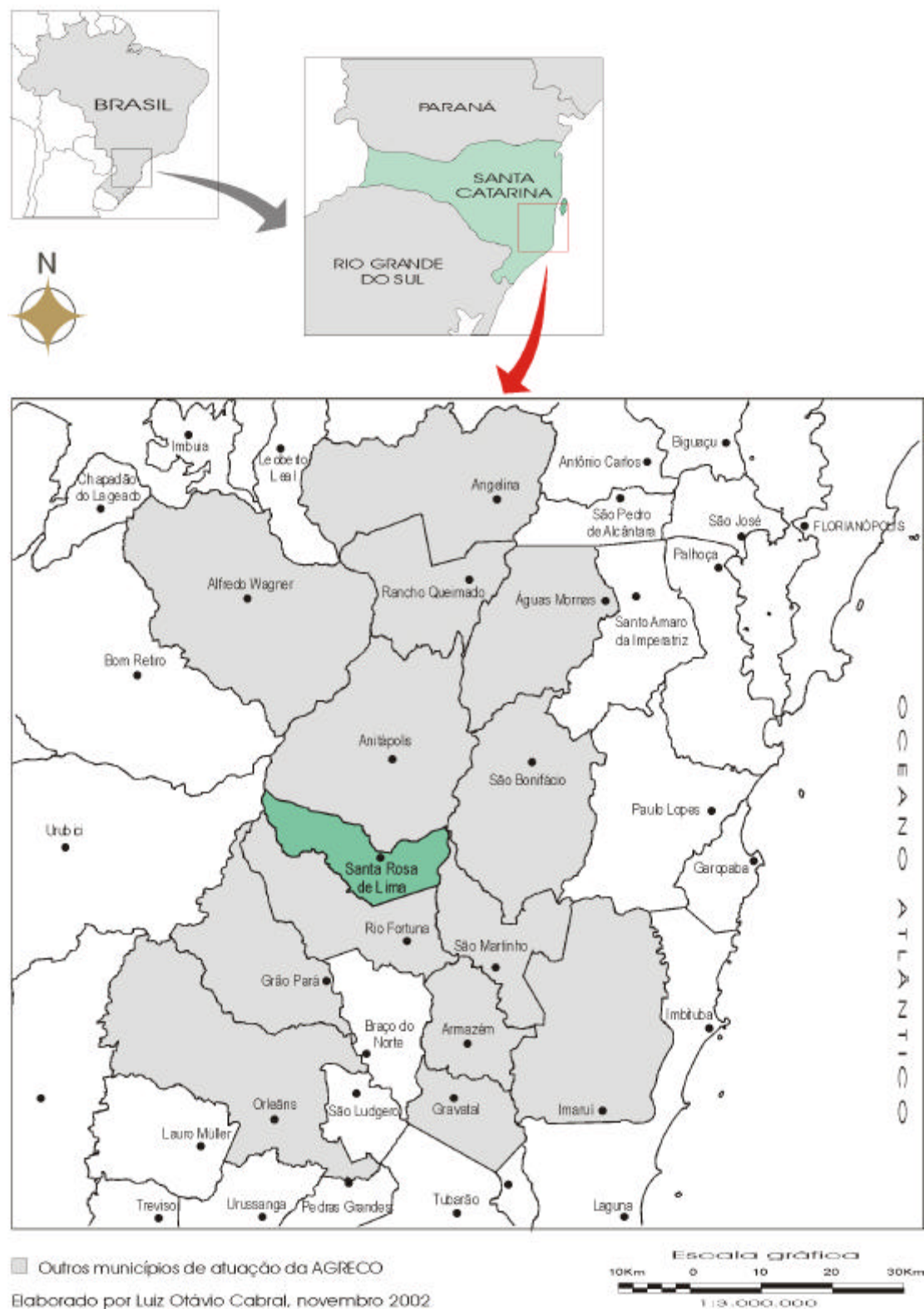
Passando a focalizar o caso da AGRECO, é preciso levar em conta que o recorte feito para o estudo de caso leva-nos a afunilar a caracterização do contexto empírico em torno do município sede da Associação (ver Figura 1, na página seguinte).

---

<sup>1</sup> Mesmo que a participação da esfera governamental tenha sido vacilante, não poderíamos deixar de reconhecer o papel que vem sendo desempenhado pela EPAGRI. Vale lembrar que desde a implementação do Projeto Microbacias, no início da década de 1990, a Instituição passou a defender um modelo de desenvolvimento rural mais sustentável. Atualmente, além da segunda edição do referido projeto, uma série de ações (organização de produtores, produção agroecológica, agroindústria familiar, etc.) vêm sendo executados e se colocando como indispensáveis ao processo de recomposição do meio rural catarinense (EPAGRI, 2000).

**Figura 1:**

Localização do município de Santa Rosa de Lima  
Sede da Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral - AGRECO



No presente capítulo, portanto, estamos interessados em *levantar aspectos do quadro socioambiental, que ao nosso ver, ajudam a explicar o surgimento da AGRECO e a construção do contexto de desenvolvimento voltado à agricultura familiar*. Para tanto, buscamos enunciar aspectos diversos e caracterizar o processo de colonização do município de Santa Rosa de Lima (seção 3.1), para depois analisamos as principais fases da trajetória de sua agricultura de base familiar (seção 3.2).

### 3.1. CARACTERIZANDO O MUNICÍPIO SEDE DA AGRECO

Localmente, o cenário de atuação da AGRECO inclui fatores geoecológicos (relevo acidentado, hidrografia densa, clima subtropical), demográficos (baixa densidade, predomínio da população rural), fundiários (pequenas propriedades de base familiar), históricos, socioeconômicos, (colonização européia, atividade econômica centrada no setor primário, produção agrícola diversificada) e geopolíticos (isolamento relativo), etc.

#### 3.1.1. Aspectos diversos do município de Santa Rosa de Lima

Com uma área de aproximadamente 184 km<sup>2</sup> e altitude média de 240m (e cotas que variam de 200 a 1.200m), o município de Santa Rosa de Lima encontra-se situado nas encostas da Serra Geral. Em sua geomorfologia, caracteriza-se por apresentar um relevo (fortemente) ondulado, em cuja base geológica predomina o complexo granítico. As classes de solo mais comuns são os Argissolos vermelho-amarelos e os Cambissolos, mais ou menos profundos, ácidos e de fácil erodibilidade em condições de declividade.

A vegetação, originalmente composta pela Mata Atlântica (Floresta tropical do litoral e encosta centro-sul, segundo Klein, 1978), apresenta-se composta, atualmente, por parcelas de mata primária em locais de difícil acesso, áreas de vegetação secundária em diferentes

estágios de regeneração e parcelas mais ou menos extensas de reflorestamento com espécies exóticas (pinus e eucaliptos).

O clima do município é enquadrado como mesotérmico úmido, sem estação seca no decorrer do ano, com ocorrência de geadas e com temperaturas médias entre 14 e 20°C, sendo que a precipitação média anual é de 1.500mm (AESC, 1991).

Quanto à hidrografia, o município pertence à bacia do Rio Braço do Norte e, além desse, possui importantes afluentes como o Rio do Meio, Rio dos Bugres, Rio Santo Antônio, Rio Bravo e Rio dos Índios. Ao longo destes cursos d'água, as freqüentes rupturas de declive produzem um grande número de trechos encachoeirados que, juntamente com a presença de fontes de água (termo)mineral, evidenciam a pujança dos recursos hídricos da região. A importância destes componentes da paisagem na representação do espaço local pode ser evidenciada nas denominações das próprias localidades: Rio Bravo Alto, Rio dos Índios, Rio do Meio, Braço do Rio do Meio, Quedas d'água, Águas Mornas, etc.

Em termos político-administrativo, Santa Rosa de Lima pertence à mesoregião sul, está integrada com outros 16 municípios à microrregião de Tubarão e vincula-se à Associação dos Municípios da Região de Laguna/AMUREL (PIDSE, 1990; AESC, 1991). Num certo sentido, o município caracteriza-se pelo seu isolamento, haja vista a distância significativa em relação a algumas cidades pólos (Florianópolis e Tubarão, por exemplo) e o fato de que está fora de qualquer eixo viário importante, além de contar com estradas vicinais mais ou menos precárias (de traçado extremamente sinuoso) e com uma infraestrutura de eletrificação e de comunicação deficiente, especialmente em termos de telefonia.

Por seu perfil populacional, o município apresenta uma população em torno de 2.000 habitantes, predominantemente rural, pois aproximadamente 80% ainda reside no campo (IBGE, 2000) e caracteriza-se por apresentar uma das mais baixas densidades demográficas do estado: 10,91 hab./Km<sup>2</sup>, sendo que a média estadual é de 51 hab./Km<sup>2</sup>, segundo dados da SDM/SC citados por Schmidt, 2000.

Analisando-se a evolução de sua estrutura fundiária, evidencia-se um aumento significativo, nas últimas três décadas, do número de propriedades de até 20ha, ao mesmo

tempo em que ocorre uma diminuição daquelas com área superior a 50ha. Sobretudo, há uma predominância de minifúndios, já que dos 303 estabelecimentos agrícolas, 210 (aproximadamente 69%) possuem até 50ha (IBGE, vários anos).

Em face desta estrutura populacional e fundiária, é de se esperar que as principais atividades econômicas do município concentrem-se no setor primário (aproximadamente 80%, segundo dados do IBGE), destacando-se, no que concerne à produção vegetal, as lavouras temporárias como milho (350ha), fumo (238ha), cana-de-açúcar (120ha), mandioca (100ha), feijão (50ha), batata inglesa (14ha), batata doce (14ha), melancia (13ha), arroz (10ha), cebola (10ha) e outros produtos de subsistência e, em relação à produção animal, a bovinocultura (6.284 animais), seguida da suinocultura (6.236) e avicultura (9.730) e, em menor proporção, a ovinocultura (473) e a produção melífera (6.652Kg) (IBGE, 2000). Ainda em relação ao setor agrícola, deve-se enfatizar a importância que a produção orgânica de alimentos de origem vegetal e animal vem assumindo nos últimos anos.

Não obstante, certos aspectos destes fatores que integram o cenário de atuação da AGRECO, somente podem ser apreendidos se considerarmos as formas pretéritas direta ou indiretamente relacionadas ao espaço municipal e à agricultura familiar.

### 3.1.2. O processo de colonização – do regional ao local

Num certo sentido, a colonização do sul do Brasil, iniciada no século XVII e ampliada ao longo dos séculos XVIII e XIX, obedeceu a uma série de políticas do governo imperial – comumente implementadas por companhias privadas – que objetivavam a ocupação de regiões “despovoadas” e estrategicamente importantes à consolidação de sua base econômica e político-territorial.

No caso de Santa Catarina, este processo aconteceu a partir do litoral mediante a fundação de uma série de núcleos ou “freguesias” de imigrantes açorianos. Entretanto, a colonização em direção ao interior do estado somente se inicia com a chegada em 1829, dos primeiros imigrantes alemães, o que levou a fundação da colônia de São Pedro de Alcântara,

não muito distante da capital e na estrada que se abria para Lages via Angelina (SEYFERTH, 1974).

Embora a ocupação da via de comunicação entre o litoral e o planalto já viesse sendo planejada sob fins militares há décadas (MATTOS citado por PELUSO JÚNIOR, 1980, p. 135), com a chegada dos imigrantes alemães ela começou a ser efetivada com o intuito de colonizar “áreas vazias” e, principalmente, pela necessidade de proteger a “rota do charque” que abastecia os mercados de São Paulo e Rio de Janeiro a partir do Rio Grande do Sul e que se encontrava ameaçada tanto pelos índios habitantes das encostas da Serra Geral (em sua maioria Xokleng) como pelos espanhóis do Prata.

Apesar das adversidades – agravadas em parte pela proibição, em 1830, de investimentos com colonização estrangeira por parte do governo imperial – nas décadas seguintes outros núcleos como Santa Isabel (1848) e Teresópolis (1859) foram fundados. Segundo Peluso Júnior (1980, p. 141), estas primeiras “(...) colônias de imigrantes alemães da área fronteira à Ilha de Santa Catarina foram, desde o início, centros emissores de correntes migratórias”.

É sabido que todas as colônias daquela região foram estabelecidas em terrenos de relevo predominantemente acidentado e dissecados por numerosos cursos d’água. De muitas formas, estas características geográficas condicionaram a organização do espaço realizada pelos imigrantes. As estradas, por exemplo, acompanhavam o curso dos rios e afastavam-se deles na medida em que as quebras de perfil obrigavam a busca de condições mais adequadas para o traçado. As habitações (barracos de madeira que depois eram substituídos por casas de tijolo batido à mão e cobertas com tábuas) eram comumente construídas nas baixadas, nas imediações dos ribeirões e próximas da principal via de acesso. As pequenas várzeas eram destinadas às pastagens enquanto as encostas serviam às lavouras.

A estrutura fundiária constituiu-se de minifúndios, cujo lote ou travessão, denominado de “colônia”, variava de 24 a 36 ha (PELUSO JUNIOR, 1980, p. 139), dependendo do núcleo. Termo esse, que também designava o conjunto dos lotes e sua sede

administrativa – chamada pelos imigrantes de *stadtplatz*, que quer dizer “lugar da cidade” – ficando o seu proprietário/habitante conhecido por “colono” (SEYFERTH, 1974)

Num certo sentido, não foram poucos e nem pequenos os obstáculos encontrados pelos colonos imigrantes: a hostilidade decorrente da pujança das florestas, a topografia (extremamente) acidentada, a predominância de solos de curta fertilidade, as inadimplências por parte do governo e das companhias colonizadoras, o confronto mais ou menos violento com os indígenas, dentre outros fatores, ilustram o cenário de uma difícil e quase dramática implantação de uma agricultura de base camponesa na região.<sup>2</sup>

A colonização obedeceu, portanto, a um padrão de organização baseado no estabelecimento da pequena produção familiar, voltada à produção de itens para o suprimento do mercado interno (“excedente”). O sistema de manejo colonial, conhecido como “rotação de terras” ou “coivara” fora herdado dos índios e consistia, inicialmente, na derrubada da mata, retirada da madeira e queima do material vegetal restante para a implantação das lavouras.

Depois de preparado o solo e realizado o plantio, os tratos culturais consistiam, basicamente, em capinas e colheita, já que a presença de húmus e das cinzas proveniente da queima proporcionava a fertilidade necessária ao desenvolvimento das culturas. O emprego de adubação orgânica (obtida principalmente dos excrementos dos animais criados na propriedade) visava amenizar o efeito da redução da fertilidade natural sobre a produtividade dos cultivos subseqüentes.

Executada a seqüência de cultivos (primeiramente milho consorciado com outra cultura, seguido de mandioca, batata-doce, arroz, feijão, batata-inglesa, cará, abóbora, cebola, amendoim e diversas olerícolas), deixava-se a terra em pousio por alguns anos a fim de recuperar sua fertilidade natural, o que implicava na derrubada de novas áreas de mata.

Na medida em que iam proporcionando algumas colheitas, aquelas parcelas de cultivo mais próximas à residência e às demais instalações eram comumente destinadas à

---

<sup>2</sup> Ressalte-se que os primeiros colonos não tiveram problemas com aqueles que já habitavam a região, entretanto, com a expansão do processo de ocupação de terras os índios foram recuando de seus territórios e praticamente exterminados através de “expedições oficiais” ou por bugreiros contratados pelos próprios colonos (DALL’ALBA, 1973; SCHMIDT, 2000).



formação de pastagens, principal recurso do sistema extensivo de produção animal (porcos, bois, cavalos, mulas e várias espécies de aves). Os bois e cavalos eram utilizados para revirar o solo e como força motriz de engenhos; juntamente com as mulas, serviam ainda para o transporte de produtos agrícolas.

Inicialmente, a capital configurava o principal espaço para a colocação final dos produtos coloniais e, na medida em que aumentava o volume produzido e se ampliava/melhorava as vias de acesso, outros mercados se viabilizavam. Porém, entre produtor e consumidor havia um significativo número de intermediários: o colono vendia o excedente produzido para o comerciante local mais próximo que por sua vez vendia a outro comerciante mais abastado, com depósitos para estocagem e tropas de mulas para transporte dos produtos até a cidade (PELUSO JÚNIOR, 1980).

Com efeito, o “patrimônio sociocultural” dos colonizadores contribuiu ainda para a constituição de pequenas manufaturas: atafonas de farinha de milho, engenhos de farinha de mandioca e de açúcar, alambiques, cervejarias, xarqueadas, serrarias pica-pau, marcenarias, olarias (louças, tijolos, telhas), ferrarias e até pequenas usinas hidrelétricas. Tais atividades, combinadas à produção policultura-pecuária caracterizavam o caráter pluriativo de muitas unidades familiares.

Contudo, dadas as adversidades geomorfológicas (relevo acidentado), climáticas (precipitações freqüentes e elevadas) e as limitações impostas pela estrutura fundiária (área relativamente reduzida dos lotes), as conseqüências daquele manejo produtivo baseado na rotação de terras e conhecido por “roça” ou “coivara” apareceram desde logo.<sup>3</sup> O resultado foi o rápido empobrecimento do solo e a perda de produtividade das lavouras, acompanhados da forte emigração (principalmente dos jovens) à procura de novas terras, primeiramente para as imediações da colônia de origem e depois para áreas cada vez mais distantes.

Buscando afunilar este resgate histórico em direção à escala local, é preciso lembrar que por volta de 1860 a necessidade de abrir uma estrada ligando Florianópolis a Porto

---

<sup>3</sup> Waibel citado por Peluso Júnior (ibid.), estima que para manter a produtividades das lavouras a área mínima dos lotes explorados sob sistema de roça deveria ser entre 55 e 65 ha, dimensões essas, muito inferiores aquelas dos lotes ocupados pelos colonizadores.

Alegre, fez com que a ligação entre o litoral e o planalto assumisse um novo traçado, agora via Teresópolis. Motivadas pela necessidade de novas terras e pela aquisição de lotes concedidos pelo governo imperial a preços reduzidos, famílias provenientes desse núcleo começam a ocupar, a partir de 1870, o Vale do Rio Braço do Norte e do Rio Capivari (DALL'ALBA, 1973). Gradativamente, outros povoados foram surgindo: primeiro São Ludgero, depois Braço do Norte, Rio Fortuna, Grão Pará e, em seguida, Santa Rosa de Lima. Schmidt (2000), lembra que essas colônias formaram-se “espontaneamente”, ou seja, por iniciativas dos próprios colonos; e por não contarem com o apoio do governo e/ou de empresas colonizadoras, surgem privadas do espaço comum ou *stadtplatz*, próprio das colônias planejadas.

No caso de Santa Rosa de Lima, embora o movimento migratório tenha começado em 1906, com a instalação de poucas famílias na localidade de Rio Bravo Alto, sua intensificação só ocorreu a partir de 1920, quando da chegada de um contingente maior de colonos alemães e, em menor proporção, de italianos e açorianos. Apesar das características adversas do ambiente natural e das dificuldades impostas pela falta de infra-estrutura básica – agravadas pelo próprio isolamento geográfico – a colônia prosperou e teve que mobilizar os recursos à sua evolução socioespacial e à reprodução de sua agricultura de base familiar.

### 3.2. FORMAS E CRISES DA AGRICULTURA FAMILIAR

Parte-se do pressuposto que a dinâmica da agricultura familiar através do tempo revela histórias sucessivas desenroladas no local e fora dele. Cada momento resulta numa equação de forças originadas em diversas escalas mas que se realizam no lugar. Historicamente, cada tipo de associação criou formas e comportamentos mais ou menos diferenciados, propondo, portanto, a configuração de geografias mais ou menos distintas.

No que se refere às associações (formas e comportamentos) que fazem parte da história da agricultura familiar do município de Santa Rosa de Lima, interessa-nos enquadrá-las sob duas fases: uma representada pelo estabelecimento e decadência da agricultura de

base colonial ou tradicional e sua decadência (item 3.2.1) e outra pela modernização do sistema técnico-produtivo através da integração agroindustrial do fumo e sua crise (item 3.2.2).

### 3.2.1. A agricultura tradicional e a “crise do porco macau”

Indubitavelmente, a agricultura foi a atividade plasmadora do espaço de vida do imigrante e caracterizou-se pela diversidade de culturas integrada à criação de animais; (re)utilizando o máximo de (sub)produtos provenientes de cada atividade produtiva.

Como vimos acima, o sistema de policultura-pecuária traduziu-se na principal estratégia de reprodução da agricultura colonial ou tradicional; em parte porque as forças produtivas e as relações externas encontravam-se pouco desenvolvidas. Deve ficar claro, portanto, que a tendência a uma certa autarcia não significava a ausência de vínculos mercantis.

Muller (2001), em seu estudo baseado na história de vida dos próprios agricultores de Santa Rosa de Lima, evidencia que os colonos não produziam visando somente o autoconsumo, mas também para a obtenção de um “excedente comercializável”, a fim de que pudessem comprar outros produtos necessários à sobrevivência e que não eram produzidos – ou não se queria produzir – no próprio estabelecimento.

Por sua vez, Roecker (2001) acrescenta que os produtos, principalmente banha, carne suína, toucinho, manteiga, ovos e feijão, eram transportados até Palhoça ou Gravatal (onde eram embarcados para Laguna), numa viagem que levava no mínimo três dias. No retorno, os cargueiros puxados à cavalo ou mula (e depois os carros de boi) voltavam carregados de trigo, sal, roupas, querosene, ferragens, instrumentos agrícolas, etc.

Como se pode perceber, durante o desenvolvimento da agricultura colonial ou tradicional, a criação do “porco macau” foi a principal atividade produtiva visando o mercado e, por isso mesmo, condicionava muitos aspectos da organização do trabalho e da produção no interior da propriedade. A engorda desse animal era o objetivo central do manejo, uma vez que a banha era o subproduto mais comercializado; apesar das dificuldades

impostas pela necessidade de percorrer longas distâncias até os postos de venda, agravadas pelo tipo de transporte (cavalos, mulas, carros de boi) e pela precariedade das vias de acesso. Acrescente-se a esses obstáculos, a arbitrariedade exercida pelos (poucos) comerciantes na definição dos preços tanto na compra como na venda de produtos.

Para Schmidt (2000), até a década de 30, apesar de Santa Rosa de Lima estar situada estrategicamente na ligação entre Florianópolis e Porto Alegre, as implicações do isolamento geográfico e da falta de investimentos públicos dificultaram seu desenvolvimento. Aos poucos, com a melhoria da infra-estrutura de transporte (alargamento e abertura de novas estradas, uso de veículos motorizados) e com a ampliação da rede de comercialização (maior número e proximidade de postos de venda), há uma intensificação do comércio de porcos vivos e de banha, e, em menor escala, de certos produtos (manteiga, coalhada, ovos, feijão, arroz) que se destinavam mais ao consumo da família.<sup>4</sup> Até que por volta dos anos 60, a agricultura e o modo de vida tradicionais passam a mostrar sinais de instabilidade e crise. É também nessa década, que se acentua a migração rural-rural, primeiramente, em direção ao Alto vale do Itajaí e, posteriormente, para o sul e oeste do Paraná.

Muller (2001), interpreta os relatos dos agricultores, sobre a redução crescente do mercado e do preço do porco Macau, assim como a diminuição da produtividade das lavouras, como o início de uma fase de transição, engendrada tanto por elementos externos como internos. Nesse sentido, a “crise do porco macau”, assim intitulada pela autora, deveu-se à conjugação dos seguintes fatores: i) substituição gradativa da banha pelo consumo de óleo de soja pelas populações urbanas; ii) introdução do “porco branco”, tipo carne, através da integração agroindustrial de suínos; iii) esgotamento progressivo dos solos – com reflexos negativos sobre a produtividade e sanidade das culturas – devido à inadequação do manejo (diminuição do tempo de pousio e intensificação do uso agrícola) face à crescente fragmentação e redução das áreas dos estabelecimentos rurais.

---

<sup>4</sup> Um aspecto fundamental dessa “integração parcial ao mercado” e que tende a ser afetado pela intensificação da produção mercantil, é a flexibilidade entre consumo e venda, ou seja, o colono pode optar pela venda ou pelo consumo direto em função das circunstâncias de mercado e de sua expectativa em relação aos preços (ABRAMOVAY, 1998a).

Paulatinamente, esta conjuntura desfavorável à agricultura tradicional acabou promovendo a desestruturação de sua base sócio-técnica e também ecológica, o que levou muitos agricultores familiares a buscarem outras estratégias produtivas e econômicas visando garantir sua sobrevivência e reprodução social. Inicialmente, as alternativas encontravam-se no interior dos próprios estabelecimentos: alguns produtos (leite, feijão, mandioca) que antes eram destinados mais ao autoconsumo passaram a ser produzidos em maior quantidade e priorizados no processo de comercialização. Outra atividade que se destacou neste período foi a exploração comercial da madeira. Se antes a retirada da mata era condição fundamental ao estabelecimento das formas de cultivo/criação, a partir de então e na medida em que proporcionava boa margem de retorno econômico, esta prática passou a ser realizada também e cada vez mais com um fim (comercial) em si mesma (MULLER, 2001).

### 3.2.2. A “modernização parcial” e a “crise do fumo”

Entretanto, se aquelas alternativas não representaram maiores alterações na base técnico-produtiva da exploração familiar, o mesmo não ocorreu posteriormente, a partir da modernização (parcial) da agricultura imposta pela integração agroindustrial do fumo.

Apesar deste sistema de integração ter sido introduzido no sul do estado já no início da década de 50 (PAULILO, 1990), somente a partir da década de 70 é que a atividade começou a se expandir em Santa Rosa de Lima. Embora a cultura já fosse conhecida por causa da produção artesanal do “fumo de corda”, o cultivo do “fumo de estufa” foi introduzido na forma de pacote: a empresa fornecia o crédito, todos os insumos e a assistência técnica através de instrutores.

Muller (op. cit.), constata que os primeiros produtores enfrentaram muitas dificuldades na produção de fumo, haja vista os problemas decorrentes do emprego das novas técnicas, especialmente em relação à aplicação de agrotóxicos. Além disso, a integração agroindustrial do fumo alterou a lógica organizacional da exploração familiar,

especialmente no que se refere ao processo de trabalho, já que a cultura é extremamente exigente em mão-de-obra, principalmente nos meses de colheita.

Se por um lado, esses fatores, dentre outros, explicam a decisão de muitos agricultores em desistir da produção de fumo já nos primeiros anos ou até mesmo de não se engajarem no processo, por outro, incitam a questão formulada pela autora: “Então, porque integrar-se?” A estratégia representou uma opção única na medida em que possibilitava um retorno econômico compensador seja devido à segurança de mercado, já que a integradora assumia a compra da produção, seja pela facilidade de acesso ao crédito agrícola subsidiado e à disponibilidade de assistência técnica.

Convém acrescentar que se num primeiro momento a modernização da base técnico-produtiva se restringiu à cultura do fumo, depois, acabou abrangendo outras culturas e criações. O pacote associado ao cultivo de milho híbrido, difundido – especialmente através da instalação de lavouras demonstrativas – pelos instrutores das fumageiras e pelos extensionistas oficiais, é o exemplo mais emblemático desse processo. Com o incentivo das fumageiras à rotação fumo-milho, outro importante elemento do processo de modernização foi introduzido: o uso de herbicidas; que ao eliminar a necessidade de capinas e reduzir a penosidade do trabalho, acabou sendo adotado também por agricultores não integrados.

Entretanto, apesar do movimento no sentido da modernização do sistema de produção agrícola e, por conseguinte, de transformação das estratégias de reprodução da agricultura familiar, muito dos traços tradicionais foram mantidos: a permanência de variedades de milho comum em grande parte das propriedades, inclusive entre aquelas que cultivam o milho híbrido; a preocupação com a diversidade de culturas/criações e com o autoconsumo; a manutenção de certos laços de solidariedade e de ajuda mútua; o uso maior ou menor de adubação orgânica; o baixo índice de motomecanização (microtrator). Ao mesmo tempo em que esses indicadores, enunciados por Muller (op. cit.), evidenciam que a modernização agrícola foi parcial, sugerem ainda que o agricultor não se coloca no processo como sujeito passivo, uma vez que suas opções também são efetuadas à luz dos próprios critérios, objetivos e possibilidades circunscritas pela lógica interna da exploração familiar.

Mesmo parcial, a alteração da base técnico-produtiva desencadeada com a integração agroindustrial do fumo foi se expandindo, até que nos anos 90 o sistema começa a expressar sinais de estagnação e crise em decorrência de mudanças no contexto econômico e político do país, especialmente em termos de crédito agrícola. Já no início da década de 80, a perda gradual do caráter subsidiário e as mudanças nas regras dos contratos entre os agricultores e os bancos (cobrança de juros e correção monetária sobre os empréstimos, redução do prazo de pagamento das estufas, etc.) inseriam-se, segundo Paulilo (1990), no bojo das restrições gerais e crescentes ao crédito rural.

O fato é que, os sucessivos planos econômicos e as mudanças na política agrícola promoveram um expressivo aumento nas taxas de juros dos financiamentos e nos custos de produção – especialmente em termos de preços dos insumos – sem um acréscimo nos preços dos produtos agrícolas, submetendo os agricultores familiares a substanciais perdas de renda e de poder aquisitivo. Problemas de produção ocasionados por condições climáticas desfavoráveis acrescidas do rigor/arbitrariedade da classificação do produto pelas empresas integradoras foram outros fatores que, conforme Muller (op. cit.), contribuíram para a diminuição da renda dos produtores e para o agravamento da “crise do fumo”, que atingiu seu ápice por volta de meados da década de 90; fazendo com que muitos fumicultores, cada vez mais convencidos das desvantagens (auto-exploração da mão-de-obra familiar, problemas de saúde devido ao uso de agrotóxicos, custos de produção crescentes, dívida bancária, etc.) da integração agroindustrial, desistissem da cultura do fumo.

Esta conjuntura desfavorável à agricultura familiar contribuiu, indubitavelmente, para a intensificação da emigração rural-urbano, especialmente em direção aos municípios da Grande Florianópolis e às cidades do sul do estado (SCHMIDT et alii, 2003).

Para os que permaneceram no campo, o incremento da atividade leiteira foi a opção mais imediata visando a substituição da produção de fumo pela pequena produção familiar. Inicialmente, o produto era transformado em queijo e vendido aos atravessadores, depois, em função da instalação de um laticínio no próprio município, tornou-se mais atrativa a venda do leite *in natura*. Além da atividade leiteira, outras alternativas produtivas ganham

destaque: a produção de carvão vegetal (a partir de madeira nativa e/ou reflorestada) e o reflorestamento com exóticas (pinus e eucalipto).

Contudo, embora estas alternativas tenham provocado mudanças na dinâmica socioespacial rural, as transformações mais significativas adviriam com as ações em termos de produção, beneficiamento e comercialização de alimentos orgânicos, sobretudo a partir da constituição e atuação da AGRECO.



## Capítulo 4

### A AGRECO E OS SISTEMAS DE OBJETOS E DE AÇÕES IMPLEMENTADOS

*Cada objeto e cada ação que se instala se insere num tecido preexistente e seu valor real é encontrado no funcionamento concreto do conjunto (SANTOS, 1999, p. 48).*

Ao longo de sua trajetória, a AGRECO recorreu a um conjunto de instrumentos espacialmente localizados e que se colocaram como alternativas de reprodução socioeconômica à agricultura familiar. Estas estratégias de desenvolvimento podem ser vistas como sistemas de objetos e de ações introduzidos em meio aqueles já existentes, redefinindo e atualizando seus significados, seus usos e suas inter-relações.

Cabe lembrar que ao qualificarmos estas estratégias como sistema estamos pressupondo que se tratam de estruturas inter-relacionadas e que cada vez mais não se dão isoladamente. Aliás, essa parece ser uma característica do processo de recomposição da ruralidade voltado à agricultura familiar: ações coletivas associam-se à ecologização/agroindustrialização da produção, que por sua vez, vem acompanhadas de estratégias de comercialização e de financiamento cooperativas e assim por diante.

Neste capítulo, ao *caracterizar o espaço mobilizado pela AGRECO, procuramos evidenciar não apenas elementos indispensáveis para o entendimento do quadro empírico da pesquisa, mas também a natureza e a amplitude das mudanças em curso*. Nesse caso, se num primeiro momento, qualificamos a trajetória da Entidade e a dinâmica do espaço institucional (seção 4.1), noutro, estamos preocupados em demonstrar que o ritmo imputado ao processo de desenvolvimento deveu-se a parcerias com instituições diversas, que extrapolam a escala local e configuram o que denominamos de “espaço interinstitucional” (seção 3.2).

## Prancha 1: Cenas diversas do contexto de desenvolvimento



#### 4.1. AS ESTRATÉGIAS E A DINÂMICA DO ESPAÇO INSTITUCIONAL

É sabido que a partir de meados da década de 1980, a fundação de associações de produtores rurais assumiu proporções significativas no Brasil. Em Santa Catarina, iniciativas do governo estadual – juntamente com algumas medidas federais – de incentivo à agricultura de grupo, fizeram com que diversas formas de associativismo tomassem corpo. Segundo Schmidt et al. (2002), no início dos anos de 1990 havia 947 associações de agricultores no território catarinense, sendo que a maior parte das que existem atualmente surgiram na segunda metade da década.

As iniciativas que culminam com a constituição da AGRECO estão relacionadas, portanto, a este ambiente pró-associativismo e a uma conjuntura de crise, representada de forma mais emblemática pelas dificuldades da integração agroindustrial do fumo (produtividade e preços decrescentes). Em face deste quadro, diversos atores (agricultores, técnicos, políticos, empresários, intelectuais, instituições como ONGs, universidade e prefeitura) mobilizaram-se tendo em vista a busca de alternativas para a pequena produção familiar.

##### 4.1.1. Antecedentes: a *Gemüse fest* e a família Schmidt

Embora a AGRECO tenha surgido em meados da década de 1990, os acontecimentos locais que levaram à sua constituição datam de anos anteriores. Nesse trajeto, dois fatos simultâneos tiveram uma importância fundamental: as primeiras edições da *Gemüse Fest*<sup>1</sup> e, sobretudo, a atuação da família Schmidt.

Já desde o final dos anos 80, a família Schmidt, da comunidade de Rio do Meio, investia na apicultura como alternativa econômica à fumicultura, o que culminou, em 1991, com a construção da primeira agroindústria beneficiadora de mel do município (inclusive com registro no Serviço de Inspeção Federal/SIF). Nesta mesma época, um membro da

---

<sup>1</sup> *Gemüse* é um prato típico alemão feito com batata inglesa, carne de porco e couve.

família passa a cursar agronomia na UFSC e a vender mel e queijo (adquiridos também de outros vizinhos) para alguns supermercados e atravessadores de Florianópolis.

Naquele mesmo ano, a realização da primeira *Gemüse Fest* permitiu que alguns vínculos entre “os que foram para a cidade” (outros centros urbanos) e “os que ficaram no campo” (próprio município) fossem se estreitando. Além de um momento de conagração, as primeiras edições dessa festa e as reuniões que se sucediam, constituíram-se num espaço de questionamento e de busca de alternativas à crise vivida pela agricultura familiar da região. Uma das parcerias resultantes dessa aproximação resultou na constituição de um “Conselho de Desenvolvimento Municipal” que pretendia encontrar formas de dinamização socioeconômica para Santa Rosa de Lima (AGRECO, 2001d).

Em 1995, os resultados positivos da busca de alternativas produtivas e de comercialização da família Schmidt acabaram motivando um outro membro – que era técnico agrícola e atuava como instrutor de fumo até então – e um vizinho a cultivarem morango e hortaliças em sistema convencional para serem vendidos no supermercado Santa Mônica de Florianópolis.

Paralelamente, um terceiro membro da família, professor da UFSC, instalou em sua chácara a primeira estufa destinada ao “cultivo protegido” de hortaliças da região.<sup>2</sup> No ano seguinte, quatro famílias estavam envolvidas com o cultivo protegido de hortaliças que eram comercializadas exclusivamente na referida rede de supermercados.

Em setembro de 1996, por ocasião de uma nova edição da *Gemüse Fest*, um dos sócios da referida rede de supermercados, evocando sua origem local/rural e vislumbrando a possibilidade de ser pioneiro no comércio de produtos orgânicos, propôs àquelas famílias que produzissem hortifrutigranjeiros eliminando o uso de agroquímicos.<sup>3</sup> Além de adquirir

---

<sup>2</sup> As estufas construídas posteriormente pelos produtores AGRECO, foram estruturas feitas de madeira revestidas com plástico e que possuíam em média 12x30m.

<sup>3</sup> Sabe-se que em 1994, por ocasião de uma viagem à Europa e Estados Unidos, o referido empresário constatou a existência de um mercado de produtos orgânicos em ascensão. Note-se ainda que a loja do Santa Mônica de Florianópolis, onde os produtos orgânicos começaram a ser comercializados, localizava-se próxima da UFSC e da Universidade Estadual de Santa Catarina/UDESC, assim como de várias instituições públicas e privadas como a Eletrosul, Telesc, Epagri, Secretaria da Agricultura, Cidasc. O supermercado atendia, portanto, a uma “elite econômica e cultural”, devido ao poder aquisitivo mais elevado e ao maior acesso a informações.

toda a produção, o empresário disponibilizou um espaço próprio no supermercado e se comprometeu em negociar com outros mercados eventuais excedentes de produção.

Motivadas pela proposta, as famílias começaram a produzir sem agrotóxicos e adubos químicos e, no decorrer dos meses seguintes, com o aumento da demanda, mais algumas famílias vizinhas passaram a produzir hortaliças orgânicas (basicamente folhosas: alface, radichi, espinafre, rúcula, agrião, mostarda, rabanete, temperos, etc.). Na ocasião, o grupo passou a contar com a assessoria de professores da UFSC e de técnicos do CEPAGRO e da EPAGRI, além do incentivo do poder público municipal.

#### 4.1.2. A constituição da Entidade, suas bases formais e os espaços de participação

Concomitantemente à produção, a possibilidade de formação de uma associação de agricultores ecológicos foi encaminhada às reuniões do grupo pelo membro da família Schmidt que era professor da UFSC (e que veio a tornar-se Coordenador Geral da Entidade). Dado o contexto favorável, a proposta teve boa receptividade e acabou se formalizando em 27 de dezembro de 1996, quando 12 famílias e alguns convidados, reunidos em caráter de assembléia geral, constituem a AGRECO, elegem sua diretoria e aprovam seu Estatuto (AGRECO, 1996).<sup>4</sup>

No ano seguinte, objetivando a operacionalização das ações da Entidade, além das “assembléias gerais” dois fóruns de discussão/deliberação foram instituídos: As “reuniões de produção” e as “reuniões de planejamento” (LUZZI, 2001).

As “Reuniões de Produção” serviam para dirimir dúvidas e dificuldades dos produtores acerca do sistema de manejo e eram coordenadas por um engenheiro agrônomo (membro da família Schmidt) que também conciliava a atividade de acompanhamento técnico aos produtores com a função de secretário da agricultura de um outro município. A fim de potencializar as atividades de assistência técnica, os agricultores foram organizados em “núcleos de produção” e passou-se a trabalhar em grupo. Alguns encontros e cursos de

capacitação em produção de base ecológica também começaram a ser organizados com o intuito de suprir a demanda por conhecimento técnico-produtivo.

Já as “Reuniões de Planejamento” serviam para discussão e programação das ações da Entidade, sendo comum a participação de pessoas convidadas. Um outro traço importante era o caráter amistoso desses encontros promovidos pela diretoria, haja vista que aconteciam na casa dos agricultores e comumente envolviam a realização de refeições comunitárias. Além destas reuniões que aconteciam mensalmente, ainda naquele mesmo ano foi realizado um seminário com o objetivo de planejar as ações em longo prazo e que resultou no “Plano de Trabalho da AGRECO: 1997-2000”.

Neste documento, o papel da Associação foi descrito como sendo: “Melhorar a qualidade de vida dos associados em termos financeiros, de trabalho, conhecimento, experiência, saúde, cultura, lazer, possibilitando o pleno exercício de sua cidadania, através do desenvolvimento de atividades econômicas em agroecologia, agroindústria ecológica e turismo ecológico no meio rural” (SCHMIDT et al., 2003). Por outro lado, os problemas identificados incluíam a falta de infra-estrutura (estradas, energia elétrica, lixo), as dificuldades de produzir sem agroquímicos, a descapitalização dos agricultores e a falta de segurança na comercialização (AGRECO, 1997a).

Além do Plano de Trabalho, no referido seminário foi elaborada também uma proposta de “Regimento Interno” (aprovada na Assembléia Geral de novembro de 1997) com o objetivo de regulamentar as matérias do Estatuto da Associação (Capítulo 1º) e prescrever desde os princípios e técnicas relacionados à produção agroecológica/orgânica (Capítulo 2º) até o modo de organização administrativa (Capítulo 3º) e dos associados sob a forma de núcleos de produção, transporte e de comercialização, com identidade jurídica própria. Dentre outras tantas regras, consta no Regimento, por exemplo, que os associados não podem usar agrotóxicos e adubos sintéticos na propriedade como um todo (AGRECO, 1997b).

---

<sup>4</sup> A composição da primeira diretoria permite evidenciar dois aspectos importantes: o elevado grau de parentesco e/ou de afinidade e o papel decisivo da família Schmidt no processo de organização e de constituição da Entidade, haja vista que seis membros integraram a diretoria ocupando importantes cargos.

Juntamente com este processo de constituição dos espaços de participação e de regulamentação das bases formais que regem a Entidade, ainda em 1997 o número de famílias ampliou-se de 12 para 20 famílias, envolvendo cerca de 50 associados. Mesmo com essa ampliação, os encontros e reuniões do grupo continuavam ocorrendo de forma amistosa e eram comumente realizados no Restaurante Quedas D'água.

Até meados de 1998 os instrumentos e o conjunto de associados já estavam bem entrosados, a produção se ampliava e a comercialização apresentava bons resultados; o que explica o bom rendimento mensal obtido pelas famílias de agricultores (chegando até R\$ 500,00 por pessoa). Nas estimativas de Schmidt et al. (2002, p. 86), a área de produção de hortaliças já alcançava então, aproximadamente, 30 hectares, sendo 10% ocupados pelo sistema de cultivo protegido, em estufas.

Nesta fase, a integração entre produção vegetal e animal – que fornecia o esterco para adubação orgânica – associada à diversificação/rotação de culturas e à produção centralizada de mudas, se consolidou como forma de garantir o planejamento da produção e de diminuir os problemas de manejo. Desde que respeitassem a demanda de mercado e os princípios de diversificação, as famílias tinham uma certa autonomia em relação ao “quê” e “quanto” plantar. Os produtos eram preparados (lavados, embalados e etiquetados) nas propriedades e apanhados pelo caminhão de transporte.

Também nesta época, a família Schmidt continuou exercendo um papel central, seja porque algumas atividades importantes (produção de mudas e organização da produção a ser comercializada) eram efetuadas no próprio estabelecimento familiar, seja porque certas responsabilidades (controle da produção e comercialização, assistência técnica, transporte) eram assumidas diretamente por alguns de seus membros (AGRECO, 1999).

Em face deste quadro favorável, outros grupos se interessaram e passaram a se organizar em torno da proposta. Na ocasião, os interessados eram geralmente vizinhos, parentes, amigos ou conhecidos de algum associado e tinham que ter sua filiação aprovada em Assembléia Geral.

#### 4.1.3. O PIAMER e a ampliação do espaço de atuação

Embora os documentos elencados acima já viessem dando destaque à agroindustrialização de pequeno porte como um instrumento indispensável à ampliação do processo de desenvolvimento, sua formulação enquanto estratégia dependeu da parceria com uma outra entidade.

De acordo com Luzzi (2001), no início de 1998, a Secretaria de Desenvolvimento Rural do Ministério da Agricultura propôs ao CEPAGRO que gerenciasse, em Santa Catarina, a implantação de dois projetos piloto de indústria rural de pequeno porte, financiados pelo PRONAF Agroindústria, com a condição de que tivessem resultados em curto prazo. Na verdade, o governo havia lançado oito projetos em todo o Brasil mas nenhum havia sido implantado. Então era crucial que algum fosse implantado e apresentasse resultados positivos. Este projeto tinha como público alvo os agricultores familiares e não exigia que fossem agroecológicos. O crédito seria coletivo, isto é, com aval solidário e deveria ser concedido (via Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social/BNDES) para a instalação de agroindústrias que reunissem em torno de 20 famílias. Para cada grupo de 200 produtores haveria a liberação de R\$ 30.000,00 a fundo perdido para ser aplicado em assistência técnica e 10% do valor do projeto para obras de infraestrutura (AGRECO, 1998).

Em maio daquele mesmo ano, numa nova edição da *Gemüse Fest*, houve um ciclo de debates sobre agroecologia e um professor da UFSC e assessor do CEPAGRO participou proferindo uma palestra sobre agroecologia. Entusiasmado pela experiência e pela proposta da AGRECO, sugeriu numa reunião do CEPAGRO que a região de atuação da entidade fosse beneficiária do referido projeto, o que foi prontamente aceito.

Para divulgar a idéia, os dirigentes da AGRECO iniciaram um intenso trabalho de contato e de mobilização. Uma primeira iniciativa foi convocar, por meio de um programa de rádio, uma reunião para apresentar a proposta e efetuar um levantamento de quem estava interessado. Uma outra estratégia de divulgação se deu via cultos dominicais. Com o grupo que demonstrasse interesse era agendada uma reunião para detalhamento da proposta e esclarecimentos (LUZZI, op. cit.).



Convém dizer que já em meados daquele ano – devido aos bons resultados em termos de produção, comercialização e, por conseguinte, de renda logrados pelos produtores AGRECO – o número de famílias associadas era de aproximadamente 50 (algumas em Rio Fortuna e Gravatal), perfazendo um total de 200 filiados. Entretanto, a partir da mobilização em torno do projeto das agroindústrias o contingente de associados quase triplicou num tempo relativamente curto.

Isto porque se estava correndo contra o tempo em função dos prazos (data de entrega do projeto) e parâmetros (200 famílias) impostos pelo Ministério, o que acabou acelerando o processo de formação dos grupos e comprometendo a participação efetiva dos agricultores na construção da proposta, bem como na avaliação de suas limitações e implicações.

Os grupos de agricultores mobilizados foram enquadrados juridicamente sob a forma de “condomínios rurais”. *A priori*, todo condomínio seria proprietário de uma agroindústria e responsável pelo seu gerenciamento. Apesar das recomendações do Ministério (grupos com 20 famílias), o número de membros de cada condomínio mostrou-se reduzido (em média quatro) e bastante variável (de uma a onze famílias).

A formulação do projeto, por sua vez, ocorreu paralelamente ao processo de organização dos condomínios sob a responsabilidade de uma equipe de trabalho composta por técnicos do CEPAGRO e das prefeituras envolvidas. Desse modo, foi concebido o “Projeto Intermunicipal de Agroindústrias Modulares em Rede (PIAMER)”, cujo objetivo geral consistia em alavancar um amplo processo de desenvolvimento solidário na região, pela agregação de valor à produção da agricultura familiar e pela geração de oportunidades de trabalho e renda (AGRECO, 2000c).

Assim é que se propôs a implantação de 53 agroindústrias de pequeno porte.<sup>5</sup> Visava-se ainda, manter ou gerar 499 postos de trabalho na produção de matéria prima e

---

<sup>5</sup> Do total de agroindústrias, 26 eram de beneficiamento mínimo de hortaliças, 6 de produção de conservas (conservas vegetais, compotas e geléias de frutas), 5 de processamento de cana-de-açúcar (açúcar, melado e cachaça), 4 de industrialização de leite (leite pasteurizado, queijo e iogurte), 3 de beneficiamento de mel, 2 de abate de aves, 2 de abate e processamento de suínos (carnes, defumados, embutidos e banha), 2 de beneficiamento de grãos (feijão, arroz), 1 de beneficiamento de ovo, 1 de panificação e 1 de processamento de raízes (AGRECO, 1998).

criar 208 empregos diretos nas unidades de beneficiamento e/ou transformação. A renda líquida mensal a ser alcançada em cada unidade agroindustrial equivaleria a R\$ 573,40 por família. O total de recursos financeiros mobilizados para o Projeto seria da ordem de R\$ 2.512.618,6 (AGRECO, 1998).

É fácil perceber que em sua própria denominação, o Projeto propõe que as unidades agroindustriais fossem de âmbito intermunicipal e articuladas em rede. A grande variedade de unidades de beneficiamento ia ao encontro da necessidade de diversificação das atividades produtivas nos estabelecimentos agrícolas, permitindo que cada agricultor, além de produzir a matéria-prima para a agroindústria a que está associado, fornecesse outros produtos (excedentes) para outras unidades agroindustriais. O conjunto destas unidades associativas e descentralizadas seria organizado em torno de uma Unidade Central de Apoio Gerencial – UCAG, administrada pelos próprios agricultores e com a finalidade de prestar serviços de assistência técnica, capacitação, *marketing*, comercialização e aquisição de insumos, máquinas e equipamentos para as unidades agroindustriais (AGRECO, 1998).

Consumada as etapas de organização dos condomínios rurais e de elaboração do projeto, em novembro de 1998 o PIAMER foi encaminhado, apreciado e aprovado pelo Ministério e, no mês seguinte, por ocasião da Assembléia Geral, foi aprovada a filiação do grande número de famílias que haviam ingressado em função do PIAMER, isto é, o contingente de filiados chega a aproximadamente 500, envolvendo formalmente 211 famílias de pequenos agricultores dos municípios de Santa Rosa de Lima (grande maioria), Rio Fortuna, Anitápolis, Gravatal, São Martinho, Armazém e Grão Pará.

Num certo sentido, este processo de ampliação ia ao encontro do que defendia a coordenação da AGRECO, isto é, que a alternativa produtiva e organizativa em curso deveria ser acessível ao maior número de famílias possível (AGRECO, 1999). Schmidt et al. (2002, p. 88), acrescentam que os dirigentes da entidade “(...) buscavam implementar um projeto que não fosse apenas uma experiência “marginal” e que pudesse provocar um impacto significativo na dinâmica de geração de emprego e renda na região”.

Entretanto, apesar de ter sido essencial à projeção e visibilidade social da Entidade, a ampliação do espaço mobilizado pela AGRECO através do aumento significativo do

número de filiados e do território de atuação foi acompanhado de um quadro de tensões e dificuldades relacionadas tanto à cadeia produtiva (problemas na produção primária, dificuldades na comercialização) como à aprovação e implementação do próprio PIAMER, desafiando, desse modo, o propósito e a persistência dos agricultores vinculados à proposta.<sup>6</sup>

Entretanto, antes de caracterizarmos este quadro de dificuldades, é preciso lembrar que o referido Projeto foi sendo implementado juntamente com a realização de outras estratégias de desenvolvimento, bem como do aprimoramento da equipe técnica e da metodologia de trabalho.

#### 4.1.4. Diversificação das estratégias e aprimoramento do quadro técnico

Na medida em que começa a ser implantado, o PIAMER passa a demandar um ritmo intenso de trabalho, tanto por parte da equipe técnica como dos próprios agricultores. Com a liberação da primeira parcela do financiamento começam a ser construídas, a partir de julho de 1999, as primeiras quinze unidades agroindustriais (AGRECO, 2000b).

Dois meses antes disto, diante da necessidade incontornável de pessoal qualificado para assessoria e assistência técnica na construção e funcionamento das agroindústrias, assim como nas questões de comercialização e *marketing*, a AGRECO se integra ao “Programa de Desenvolvimento da Agricultura Familiar Catarinense pela Verticalização da Produção/Desenvolver” (ler o item 4.2.2) e formaliza um acordo de cooperação técnica que disponibilizou (por um período de dois anos) para as diferentes etapas da cadeia produtiva: quatro técnicos (dois engenheiros agrônomos, uma engenheira de alimentos e uma

---

<sup>6</sup> Neste caso, deve-se mencionar o desmonte da Secretaria de Desenvolvimento Rural do Ministério da Agricultura, com a passagem do PRONAF para o Ministério do Desenvolvimento Agrário em janeiro de 1999. Para Schmidt et al. (2002), isso representou um duro golpe porque o quase desmantelamento da equipe do PRONAF-Agroindústria significou a perda da interlocução com Brasília e a descontinuidade do processo, com mudanças nos acordos já estabelecidos e nas exigências (documentação e aval) colocadas aos agricultores.<sup>6</sup> Segundo os autores, esse golpe só não foi definitivo porque o Governo Estadual buscou, através de sua Secretaria da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, honrar os compromissos assumidos. Luzzi (2001), observa que dos 53 grupos incluídos no projeto, 15 desistiram já no começo. Segundo a autora,

engenheira química) com atuação exclusiva; três técnicos (um engenheiro civil, um engenheiro sanitarista e um técnico de marketing) com atuação esporádica; e alguns técnicos locais das prefeituras envolvidas que, juntamente com a equipe central, assistiam os agricultores na produção primária e no processo de formação dos condomínios (AGRECO, 1999).

A partir da atuação desta equipe – cujo coordenador era o engenheiro agrônomo membro da família Schmidt – a metodologia de trabalho teve que ser redefinida, até porque tudo estava acontecendo ao mesmo tempo: construção das primeiras agroindústrias, revisão dos projetos que não haviam sido aprovados, aprimoramento/dificuldades nos sistemas de produção primária e de comercialização, organização de cursos e seminários, formulação de novos projetos ou estratégias, etc.

Em relação a este último caso, cabe ressaltar que três importantes iniciativas estavam em curso naquele momento: i) um projeto de apoio ao *agroturismo*, que objetivava promover o desenvolvimento de serviços de hospedagem e/ou recepção de visitantes (técnicos, agricultores e consumidores) por agricultores familiares em suas propriedades; ii) a mobilização em torno de uma *cooperativa de crédito*, que viesse a facilitar o acesso do agricultor familiar a recursos financeiros (com custos reduzidos) necessários à sua conversão e/ou consolidação como produtor agroecológico; iii) e a constituição de um *fórum de desenvolvimento* entre os municípios atendidos pela AGRECO, com o intuito de mobilizar seus dirigentes em torno da busca de soluções para problemas comuns. Posteriormente, tais iniciativas institucionalizam-se como entidades autônomas e parceiras da Associação (para maiores detalhes, leia os itens 4.2.3 e 4.2.4).

Retomando as questões concernentes ao quadro técnico, esclarecemos que inicialmente a equipe técnica atuava de forma conjunta, mas devido ao grande volume de trabalho isso foi revisto e passou-se a adotar uma abordagem mais participativa e uma divisão de tarefas a partir de três frentes: o setor primário, a construção e gestão de agroindústrias, e o setor secundário (LUZZI, 2001).

---

estas famílias foram seduzidas por um discurso que prometia renda e comercialização através da Associação e acabaram desistindo quando as dificuldades começaram a surgir.

No atendimento ao *setor primário*, os técnicos locais faziam visitas quinzenais (registradas em formulários de acompanhamento técnico) aos grupos: em uma, o atendimento se destinava ao setor produtivo, na outra, com a presença da equipe central, eram abordadas as questões relacionadas aos condomínios. A reunião de produção era realizada com o grupo e de forma alternada nas propriedades.

Na assistência à *construção e gestão das agroindústrias*, feita mensalmente pela equipe central e técnicos locais, as questões tratadas incluíam: construção, formulação dos contratos de condomínio, gestão e controle (planilhas, contabilidade) das unidades, etc.

No acompanhamento ao *setor secundário*, os membros da equipe central (engenheiras de alimento e química) responsáveis pelo processamento/beneficiamento orientavam os agricultores sobre questões relacionadas à compra de equipamentos, controle de qualidade, processamento, embalagem e armazenamento.

Desta forma, a atuação destes profissionais fez-se indispensável ao processo de ecologização e de agroindustrialização da produção. Entretanto, segundo Luzzi (2001), duas reclamações eram feitas pelos agricultores: uma, em relação à própria dinâmica da assistência técnica (elevada frequência de reuniões, metodologia um tanto intimidativa, assistência mais coletiva) e outra, a respeito da formação inadequada dos técnicos (conhecimento e experiência restritos em termos de produção agroecológica e agroindustrialização de pequeno porte).

Por outro lado, deve-se observar que a emergência de uma série de dificuldades direta ou indiretamente associada ao PIAMER tornou inadiável a alteração de outros aspectos da estrutura organizacional da Entidade, especificamente das formas de planejamento/controle da produção e do sistema de transporte/comercialização.

#### 4.1.5. Crise(s) e mudança(s) no sistema de produção e de comercialização

Nos últimos meses de 1999, dentre os problemas enfrentados pela AGRECO sobressaíam-se: excesso de produtos e elevado percentual de quebra (sobra na lavoura), perda da qualidade dos produtos, deficiências no planejamento das cotas e no controle da

produção, falta de agilidade quanto às decisões sobre preços e promoções, taxas elevadas de devolução (produção não vendida), acirramento da concorrência no setor de frutas, legumes e verduras (FLV) orgânicas, dificuldades para abertura de novos pontos de comercialização. Como se não bastasse, a rede de supermercados Santa Mônica (que representava mais de 50% das vendas) enfrenta sérias dificuldades financeiras e passa a atrasar os pagamentos (AGRECO, 2000b).

Em resposta ao evidenciamento destas dificuldades, foi criada, em setembro de 1999, a “Comissão de Produção e Comercialização/CPC” – que atualmente reúne representantes dos agricultores, transportadores e diretoria, assessorados por um membro da equipe técnica – com a incumbência de planejar e distribuir as “cotas de produção” por grupo de agricultores, abrir novos postos de vendas, ajustar os preços de acordo com a cotação de mercado, efetuar promoções e negociar as sobras ou devoluções (AGRECO, 1999).

Note-se que a partir de então, começa-se a regular a produção através do estabelecimento de cotas, ou seja, por meio da definição do “quê” e “quanto” cada condomínio deveria produzir num determinado período. No caso das hortaliças, esse planejamento era baseado na previsão de demanda do mercado (histórico das vendas e estimativa fornecida pelos supermercados) e nas características das propriedades de cada grupo (disponibilidade de mão-de-obra, aptidões do solo, tamanho das áreas de cultivo, cultivo a céu aberto ou protegido, etc.) (AGRECO, 1999; 2001b).

Teoricamente, além de procurar controlar a escassez ou excesso de produtos, as cotas visavam uma regularidade e diversidade dos produtos exigidos pelo mercado. Observe-se ainda que embora vários parâmetros fossem levados em conta, a variável principal é o mercado. Em outras palavras, na medida em que se planejava a produção a partir da demanda, a expansão da produção passava a depender cada vez mais da abertura de novas frentes de venda.

Meses depois, a necessidade de aprimorar ainda mais a estrutura organizacional da Entidade impôs outras inovações: a constituição, em dezembro de 1999, de um “Conselho Deliberativo/CD” formado por representantes dos condomínios e por assessores reunidos formalmente em torno de um Conselho Consultivo e, no mês seguinte, a transferência da

sede de gerenciamento e dos serviços de atendimento de associados – que primeiro estava centralizada na propriedade da família Schmidt e depois, por quase um ano, numa sala da Prefeitura – para o prédio cedido pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais e localizado no centro de Santa Rosa de Lima.

No entanto, apesar de todas estas mudanças, os problemas relacionados à produção/comercialização persistiam. É o que pode ser inferido das metas publicadas (sob a forma de indagações) no Boletim Informativo (AGRECO, 2000a): Como dobrar o faturamento mensal da Associação (de R\$ 50.000,00, em janeiro de 2000, para R\$ 100.000,00) e a renda média por família (de R\$ 400,00 para R\$ 800,00)? Como reduzir os índices de quebra para menos de 10%? Como organizar a produção e comercialização para atender a demanda de mais de 200 famílias a partir de janeiro de 2001?<sup>7</sup> Como planejar e organizar as propriedades segundo os princípios agroecológicos? Como consolidar a organização de 14 novos condomínios, voltados principalmente ao processamento de matéria-prima de origem animal?

Nos meses subseqüentes, dois outros eventos com repercussão imediata sobre a renda dos agricultores agravaram a problemática: a consumação do processo de falência da rede de supermercados Santa Mônica (maio de 2000) e a ocorrência de fortes geadas que resultaram em perdas de até 70% da produção de hortaliças (AGRECO, 2000b).

Devido a vários fatores, portanto, o quadro de dificuldades delineado acima marcou profundamente a trajetória da AGRECO e, de uma certa forma, passou a ser direta ou indiretamente associado ao processo de mobilização e implantação do PIAMER. A ponto de Muller (2001) e Luzzi (2001), terem que estabelecer, a partir do discurso dos agricultores, dois grandes momentos na história da Associação: o “antes” e o “depois” da ampliação do número de famílias associadas.

O “antes”, segundo estas autoras, foi um período próspero, marcado pelo grande contentamento dos agricultores, pelo fato da experiência estar dando certo do ponto de

---

<sup>7</sup> Embora mais de duzentas famílias estivessem formalmente filiadas, apenas um pouco mais de 50% estavam efetivamente produzindo e comercializando através da AGRECO.

vista econômico e por haver um certo equilíbrio entre oferta e demanda, resultando em poucas quebras ou devoluções.

O “depois”, tornou-se uma fase de dificuldades, já que evoluiu para uma situação em que o descompasso entre oferta e demanda foi se agravando, fazendo com que o sistema de cotas passasse a ter um caráter altamente restritivo relativamente à produção de todos os associados.

Por outro lado, em agosto de 2000, as primeiras 15 unidades agroindústrias entram em funcionamento e contribuem para a ampliação da pauta de itens comercializados. Na ocasião, mais de 150 itens (folhosas, raízes, grãos, frutas e manufaturados) estavam cadastrados para a venda. Ao mesmo tempo, outras dez agroindústrias estavam em construção. Além disto, uma vez que os primeiros meses de funcionamento das agroindústrias coincidem com o aumento do volume de produtos comercializados, passa-se a alimentar a perspectiva de chegar “(...) ao faturamento de 100 mil reais até o final do ano” (AGRECO, 2000b, p. 1).

Com o crescimento das vendas, a partir de setembro de 2000, o serviço de transporte e distribuição de produtos, que era efetuado pela família Schmidt num pequeno caminhão, passou a ser contratado junto a terceiros e executado num caminhão baú refrigerado (AGRECO, 2000b) (mais detalhes constam na seção 7.1).<sup>8</sup>

#### 4.1.6. Inversão do desajuste oferta-demanda e outras mudanças

O mais comemorado evento do final de 2000 foi o lançamento do “Projeto Vida Rural Sustentável/PVRS”. Resultado da parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas/SEBRAE, o projeto visava consolidar as ações protagonizadas

---

<sup>8</sup> Um detalhe sobre o papel da AGRECO no contexto político local está na candidatura para vereador de 14 filiados: 9 em Santa Rosa de Lima; 3 em Rio Fortuna, 1 em Anitápolis e 1 em Gravatal. No editorial do Boletim Informativo de setembro de 2000 é enfatizado que “O momento das eleições municipais deve ser visto como uma boa oportunidade para que nossa proposta de promover o desenvolvimento solidário e sustentável na região seja assumida pelos candidatos a vereador e a prefeito, de todos os partidos, em todos os municípios das Encostas da Serra Geral”.



pela AGRECO e tomá-las como referência para outras iniciativas em desenvolvimento local.

Com a liberação das primeiras parcelas no início de 2001, as primeiras ações do PVRS se voltam principalmente para a estrutura de comercialização: contratação de um coordenador ou gerente e início do processo de informatização do sistema.

Paralelamente, acontece o “Seminário de Planejamento Estratégico Participativo”. O evento, realizado em duas etapas, tornou-se significativo pelo balanço efetuado acerca do papel e da dinâmica da AGRECO. Na ocasião, foram elencados como “pontos fortes” da Entidade: capacidade de articulação interinstitucional e regionalização da Entidade; produção diversificada de alimentos de qualidade (sem agroquímicos) e a marca AGRECO; agroindústrias em rede e estrutura de produção e comercialização coletivas; união, participação dos agricultores, seriedade e respeito às normas (AGRECO, 2001d).

Entretanto, além deste seminário, outra importante marca daquele período está no evidenciamento de uma certa inversão no desajuste entre produção e comercialização. Isto é, se desde os últimos meses de 1999 a tônica do quadro de dificuldades enfrentado pela AGRECO pôde ser resumida em torno da dicotomia “excesso de produção e falta de mercado”, a partir do início de 2001 o *déficit* oferta-demanda se inverte, isto é, “falta produção e sobra mercado”, mesmo com o funcionamento de mais 15 unidades agroindustriais em fevereiro.

Dito de outra forma, se por um lado, a AGRECO vinha respondendo por 50% do mercado catarinense de produtos orgânicos, por outro, as estimativas de *déficit* de produção, especialmente de hortaliças, vinham oscilando entre 50 e 70%. Nos termos divulgados pela própria Entidade: “A falta de produção nos coloca numa nova crise, Ela tem repercussões na renda dos agricultores e dos transportadores, assim como na imagem e no espaço que a Agreco tem no mercado” (AGRECO, 2001a, p.1).

Visando enfrentar o problema, a CPC aprova um “Plano Emergencial da Produção Primária” em três segmentos: hortaliças, produtos não perecíveis e produção animal. Ao mesmo tempo, deve-se enfatizar que parte do referido *déficit* se deveu às perdas ocasionadas por fortes enxurradas ocorridas em fevereiro.

Além disto, o quadro de dificuldades incluía os seguintes problemas: perda de qualidade devido ao acondicionamento incorreto e falta de padronização dos produtos; crescimento do volume de quebras/devoluções; aumento da participação do transporte no custo de produção; dificuldade de comunicação; demora entre a colheita e entrega; manuseio incorreto dos produtos; prejuízos dos transportadores devido ao baixo volume de vendas; aumento da concorrência; mau acondicionamento dos produtos nas gôndolas; identificação duvidosa do espaço orgânico; preços abusivos; atraso nos pagamentos e calote por parte de uma grande rede de supermercados; dificuldades de comunicação entre associados, condomínios, escritório e diretoria; descontentamento entre os associados; descumprimento das decisões dos fóruns de deliberação (AGRECO, 2001a; 2001b; 2001c).

Uma vez que estas dificuldades afetavam principalmente os condomínios de hortaliças, era de se esperar que as metas propostas para o período referiam-se, basicamente, a mudanças na dinâmica deste segmento produtivo: aproximadamente 30% das hortaliças deviam sair dos condomínios na forma de produtos processados, lançamento de novos produtos na área de hortaliças (massa de tomate, molho italiano, sopas e chás desidratados, geléias e doces), aumento paulatino da produção numa média de 10% ao mês, elevar para 60-70% a capacidade de produção das agroindústrias de hortaliças de forma a torná-las economicamente viáveis.

O curioso é que ao mesmo tempo em que boa parte dos pedidos não estava sendo atendida, a Associação tomava iniciativas que procuravam consolidar e ampliar o espaço mercantil: seja buscando outras frentes de mercado como a venda direta ao consumidor de “cestas de produtos orgânicos” e o fornecimento de alimentos ecológicos para a merenda escolar, seja através da constituição, em março de 2001, de uma micro-empresa, a “AGRECO Produtos Orgânicos Ltda”, a fim de atender certas exigências impostas por grandes clientes e superar alguns problemas emergenciais ligados à comercialização (AGRECO, 2001b).

Em junho de 2001, a *Rede AGRECO de Agroindústrias* passa a contar com 26 unidades em funcionamento e, dentre as fragilidades levantadas, sobressaem-se: a falta de clareza do que cada um deve fazer dentro do grupo, indefinição de responsabilidades da

diretoria e da gerência da agroindústria, divergências entre sócios e na relação com parceiros, poucos sócios ou afastamento de sócios, insuficiência de matéria-prima, falta de recursos e venda de produtos por fora da Associação (AGRECO, 2001b).

No mês seguinte, devido ao aumento da complexidade da estrutura de produção e de comercialização (grande número de produtores, de unidades agroindustriais, de produtos e de clientes) implantou-se a informatização do sistema de comercialização. Uma outra mudança na forma de gerenciar a produção pode ser percebida no fato de que o planejamento das ações passa a se dar em função da diferenciação dos condomínios em grupos: “núcleo de hortaliças e conservas”, “núcleo de produtos de origem animal”, “núcleo de mel” e “núcleo de cana-de-açúcar”.

Ainda na ocasião a AGRECO ganha o processo de licitação e inicia o fornecimento da merenda orgânica às escolas de ensino fundamental de Florianópolis e Criciúma, tornando-se, desse modo, pioneira no que vem sendo qualificado como “mercado institucional”, isto é, naquele circuito de vendas cuja clientela é constituída por coletividades ou instituições (escolas, hospitais, etc). Sendo que os fornecimentos mais freqüentes são feitos escolas ou hospitais (para mais detalhes leia o item 4.2.6). Ainda em agosto, é realizada a 1ª FESTAL – Festa de Alimentos Orgânicos da Encostas da Serra Geral, em Rio do Sul, Anitápolis. A exemplo das primeiras edições da *Gemüse Fest*, o evento foi realizado com o intuito de atualizar e reforçar os laços campo-cidade.

#### 4.1.7. Atualizando e ilustrando os sistemas de objetos e de ações

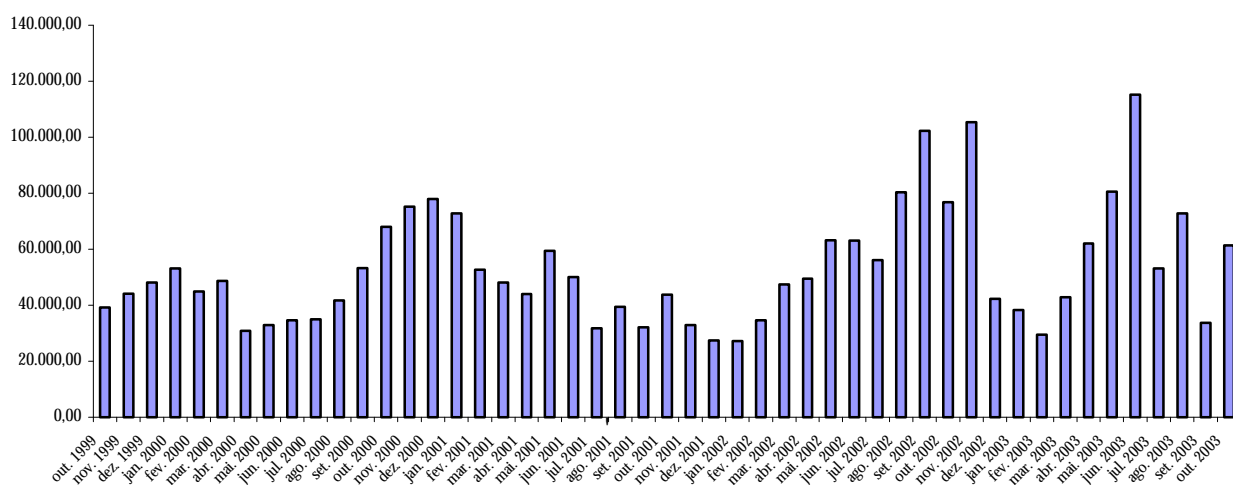
Num certo sentido, os primeiros meses de 2002 não foram mais favoráveis que os anteriores. As atas de reuniões e assembléias permitem constatar que enquanto certas dificuldades persistiram, outras foram redefinidas, atualizando, portanto, a pauta de problemas: aumento dos custos de produção; falta de planejamento e desorganização das propriedades; diminuição nas vendas; sazonalidade no fornecimento para merenda escolar em função das férias letivas; comercialização arbitrária e taxas de devolução que chegavam a 40%; desconhecimento do processo de comercialização por parte dos agricultores; falta de

conscientização dos consumidores e transportadores; falta de comunicação entre escritório, CPC, CD, e entre condomínios; implantação do processo de nucleação sem organização da produção.

Tendo em mente este quadro, é possível entender porque dentre as perspectivas projetadas para o período sobressaem-se: intensificar as vendas (priorizando negociações com desconto ao invés de devolução) para supermercados com o intuito de compensar a baixa da merenda orgânica nos meses de férias letivas, aumentar as vendas fora do grande mercado e diversificar das formas de comercialização (merenda escolar e cestas), organização da produção das vendas e da entidade, aumentar a diversidade nas propriedades, fazer no setor de hortaliças uma nucleação planejada, com a participação de todos, organizando antes a produção (AGRECO, 2002a).

Contudo, mais do que simplesmente atualizar a pauta de problemas e de perspectivas, interessa-nos caracterizar melhor e ilustrar certos aspectos vinculados às estratégias de desenvolvimento, a começar pela apresentação de um gráfico da evolução do faturamento da Entidade entre outubro de 1999 e outubro de 2003.

**Gráfico 1:** Evolução do faturamento mensal (bruto) da AGRECO (out./1999 a out./2003).

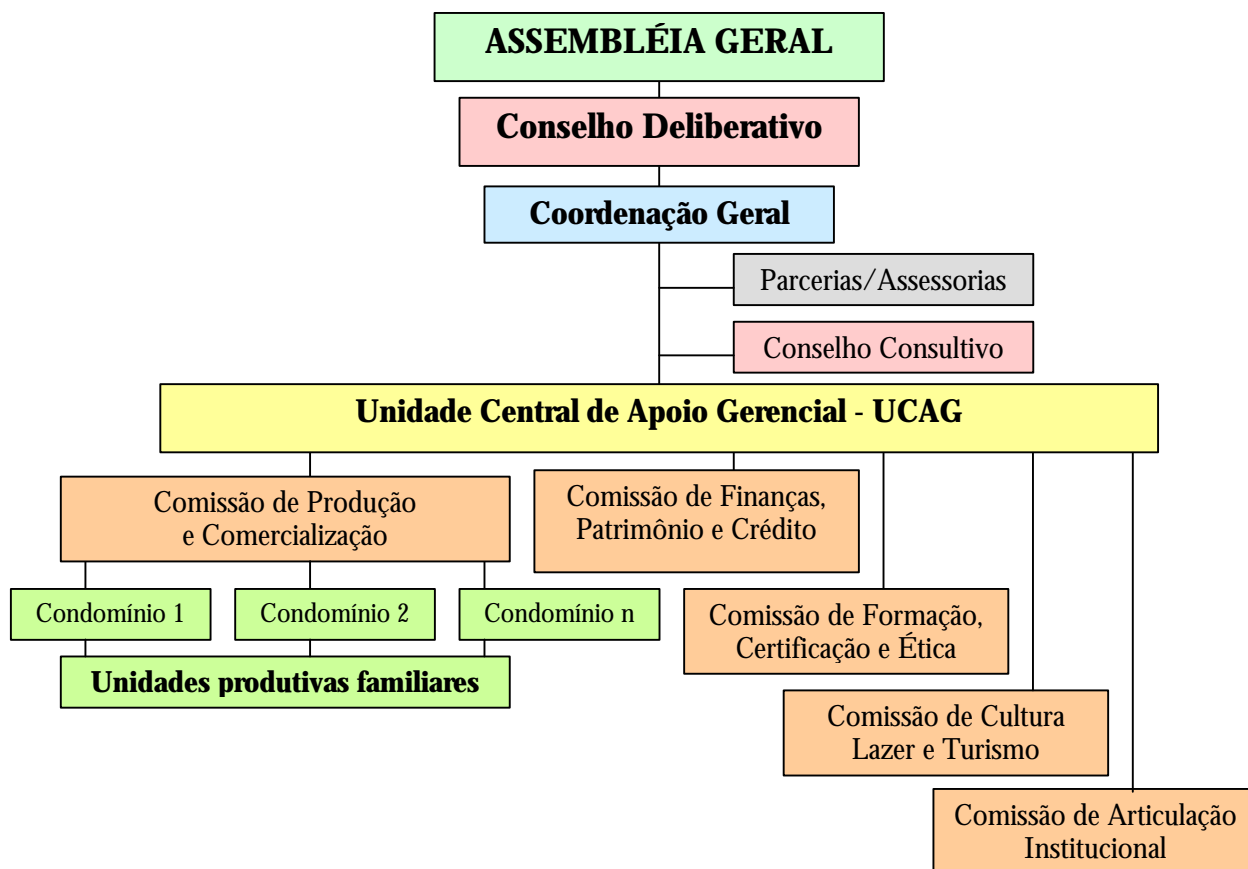


**Fonte:** Pesquisa documental, março e novembro de 2003.

Em face deste gráfico é possível abstrair duas fases distintas na evolução do faturamento: 1) uma de comportamento menos irregular, que se estende até meados de 2001, onde predomina as vendas pro mercado convencional (supermercados), com variações gradativas ao longo do ano e picos de venda coincidindo com os meses de verão; 2) outra bem mais irregular, que começa a ser evidenciada a partir do segundo semestre de 2001 e coincide com o início do fornecimento para o “mercado institucional”, acompanhado da redução das vendas aos supermercados. Nessa segunda fase, note-se a ocorrência de variações mensais abruptas e a mudança dos picos de faturamento que passam a ocorrer nos períodos letivos em função das vendas para a merenda escolar.

Quanto à Entidade, as mudanças visando fazer frente aos problemas e demandas mais prementes levaram à seguinte configuração:

**Figura 2:** Organograma simplificado da AGRECO



**Fonte:** Pesquisa documental, março de 2003.

Em face deste organograma, note-se que desde março de 2002 a estrutura técnico-administrativa tem se organizado em torno de diversas comissões: Finanças, Patrimônio e Crédito; Formação, Certificação e Ética; Cultura, Lazer e Turismo; e Articulação Institucional; além da já conhecida Comissão de Produção e Comercialização.

Em relação à Rede AGRECO de Agroindústrias, é sabido que foram construídas 26 unidades: 11 de beneficiamento mínimo de hortaliças, 5 de cana-de-açúcar (açúcar mascavo e melado), 3 de laticínios (leite e queijo), 2 de mel, 2 de conservas, 1 de ovos caipira, 1 de suínos (carne e salame) e 1 de panificação (pão de milho). A Figura 3, na página seguinte, procura localizar e representar as unidades agroindustriais de pequeno porte existentes, bem como outros empreendimentos relacionados às demais estratégias de desenvolvimento.

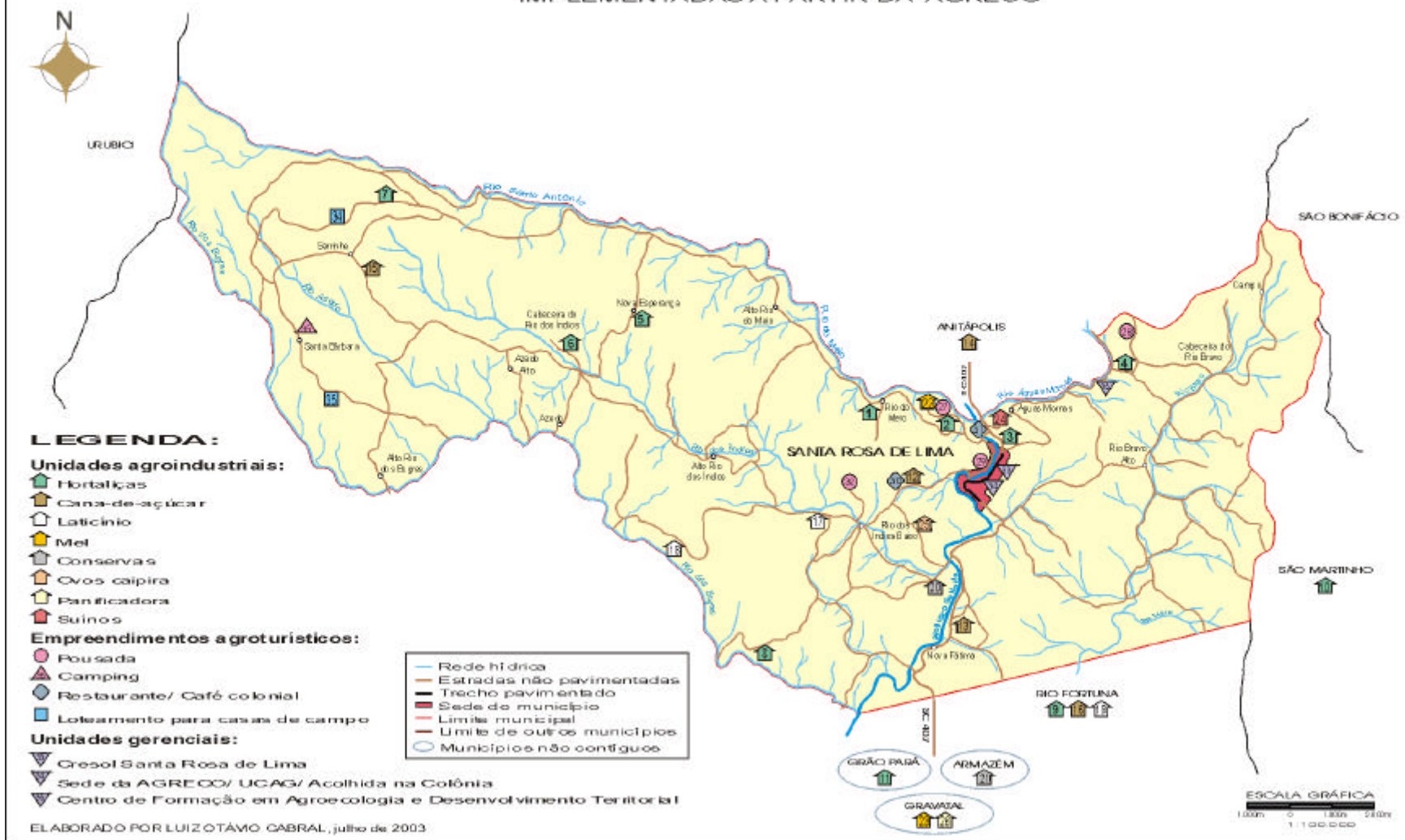
Por outro lado, a partir do início de 2002, três classes de eventos vêm contribuindo para redefinir esta configuração original: desligamento, readequação e fechamento de unidades agroindustriais.

A primeira ocorrência está relacionada ao desligamento do Laticínio Silva da Rede AGRECO de Agroindústrias, em março de 2002. Devido a irregularidades identificadas (não recolhimento da taxa de 1% e utilização de matéria-prima produzida com agroquímicos), decide-se pela suspensão do uso da marca AGRECO pelo referido estabelecimento e, posteriormente, por seu desligamento da Entidade (2002b).

A segunda e a terceira classe de eventos são conseqüências do acirramento e persistência das dificuldades em torno do sistema de produção e comercialização de hortaliças. Em face disto, enquanto algumas unidades de beneficiamento mínimo de hortaliças têm modificado suas instalações a fim de processarem produtos de maior valor agregado, algumas unidades com dificuldades diversas e incapazes economicamente de promover tais mudanças, têm interrompido suas atividades de beneficiamento e fechado (temporariamente?) a agroindústria. Por sua vez, a readequação das agroindústrias de hortaliças ajuda a explicar as mudanças na pauta de itens comercializados pela AGRECO, que cada vez mais passa a incluir produtos processados e de maior valor agregado (laticínios, derivados da cana-de-açúcar, panificados, conservas, carnes e derivados, ovos, desidratados, mel, etc.) em detrimento dos produtos minimamente beneficiados.

**FIGURA 3:**

**LOCALIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DAS UNIDADES AGROINDUSTRIAIS, AGROTURÍSTICAS E GERENCIAIS IMPLEMENTADAS A PARTIR DA AGRECO**



Sobre o serviço de assistência técnica, com o término do convênio com o Programa Desenvolver e a saída dos técnicos, a AGRECO passou a contar apenas com a atuação do técnico agrícola cedido pela Prefeitura Municipal de Santa Rosa de Lima (desde março de 1999), sendo que em agosto de 2001, o quadro foi reforçado mediante a contratação pelo PVRS de um veterinário. Posteriormente, a Associação passou a receber assessoria dos técnicos da EPAGRI (um agrônomo e dois técnicos agrícolas) que foram lotados no município de Santa Rosa de Lima em setembro de 2002. Mais recentemente, em meados de 2003, foi contratada uma agrônoma com especialização em agroecologia que veio para a AGRECO para efetuar o levantamento necessário ao processo de certificação dos produtores.

Aliás, com relação a isto, é sabido que desde o primeiro ano de existência da AGRECO a certificação já figurava na agenda de prioridades, no entanto, somente em janeiro de 2003 – em função do fato de que algumas negociações com importantes clientes vinham esbarrando na falta de certificação dos produtos – é que uma proposta elaborada pelo presidente da Comissão de Formação, Certificação e Ética foi apreciada e aprovada em reunião do Conselho Deliberativo. Neste sentido, optou-se pela “certificação em grupo” concedida pela ECOCERT-Brasil<sup>9</sup>, uma empresa certificadora de origem francesa. Concluído o processo, foram certificados 40 produtores e 21 unidades agroindustriais (13 de produtos vegetais e 8 de origem animal), sendo que a área total cadastrada foi de aproximadamente 50ha (a maioria ocupada com pastagem) (ECOCERT BRASIL, 2003).<sup>10</sup>

Por fim, é importante ressaltar que nas questões abordadas até aqui, privilegiamos elementos do espaço institucional, até porque desse patamar de observação foi possível

---

<sup>9</sup> Neste caso, a própria entidade representativa dos agricultores é que é certificada por seu “Sistema de Controle Interno” (SCI), que consiste do acompanhamento das propriedades e agroindústrias, da documentação (cadastro, croqui e ficha histórica da propriedade e registros feitos pelo próprio agricultor da compra de insumos, venda de produtos e práticas de manejo) e da inspeção obrigatória pelo menos uma vez por ano de cada unidade. Além da auditoria sobre o SCI, a certificadora realiza ainda a inspeção direta de um determinado número (amostragem) de unidades produtivas e agroindustriais escolhidas por sorteio (AGRECO, 2003).

<sup>10</sup> Portanto, aproximadamente 10% das unidades de produção agrícola de Santa Rosa de Lima são manejadas organicamente e possuem certificação; ao passo que para Santa Catarina, Oltramari et al. (2002), estimaram que apenas 0,35% do total de estabelecimentos são manejados organicamente, o que equivale a 706 produtores, sendo que apenas 34% destes possuem certificação.



relacionar com mais facilidade as estratégias mobilizadas pela AGRECO enquanto sistemas ou conjuntos. Entretanto, o sentido dessa dinâmica não poderá ficar aí restrito, sendo necessário, portanto, efetuar reconstituições que permitam observar em outras escalas os elementos relacionados ao contexto de desenvolvimento protagonizado pela Entidade.

## 4.2. AS PARCERIAS E O ESPAÇO INTERINSTITUCIONAL

Segundo Vainer (2001, p. 147), “Qualquer projeto de transformação envolve, engaja e exige táticas em cada uma das escalas em que hoje se configuram os processos sociais, econômicos e políticos estratégicos”. Partindo desse pressuposto e em face de certos dados apresentados na seção anterior, já é possível afirmar que a agilidade imputada ao contexto de desenvolvimento protagonizado pela AGRECO deve-se, fundamentalmente, à sua elevada capacidade de articulação e mediação (especialmente do seu coordenador geral) com instituições e entidades diversas.

Acreditamos que a construção deste espaço interinstitucional evidencia o esforço da Entidade no sentido de superar a tendência ao “localismo”, permitindo, desse modo, ampliar a escala de abrangência da proposta e dos instrumentos de desenvolvimento – a ponto de ser tomada como referência, seja à construção de uma metodologia que permita replicar a experiência em outros lugares do território nacional (Projeto Vida Rural Sustentável), seja à formulação de políticas públicas voltadas à agricultura familiar.<sup>11</sup>

Portanto, torna-se inquestionável que para uma maior compreensão da extensão e dinâmica do processo de desenvolvimento em curso seja necessário analisar, pelo menos brevemente, as parcerias que constituem este espaço interinstitucional, seus objetivos e implicações. Nesse caso, entendemos por “parceria” todo sistema de cooperação

---

<sup>11</sup> Conforme relatado pelo coordenador geral da Entidade, em 2003 a AGRECO passou a fazer parte das 11 experiências brasileiras tomadas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário como subsídio para a formulação de políticas voltadas à agricultura familiar.

institucionalizado, seja acordos firmados juridicamente seja arranjos informais (JOYAL e JEAN citados por FAVERO, 1998).

No caso da AGRECO, são tantas parcerias que se quiséssemos nos deter com esmero sobre esse tema teríamos problemática para uma outra tese. Neste trabalho, entretanto, nosso propósito consiste apenas em caracterizar minimamente as parcerias que consideramos mais importantes – deixando de lado aquelas de caráter mais pontual – a fim de dar visibilidade a dimensão interinstitucional e a natureza transescalar do contexto de desenvolvimento.

#### 4.2.1. As primeiras parcerias

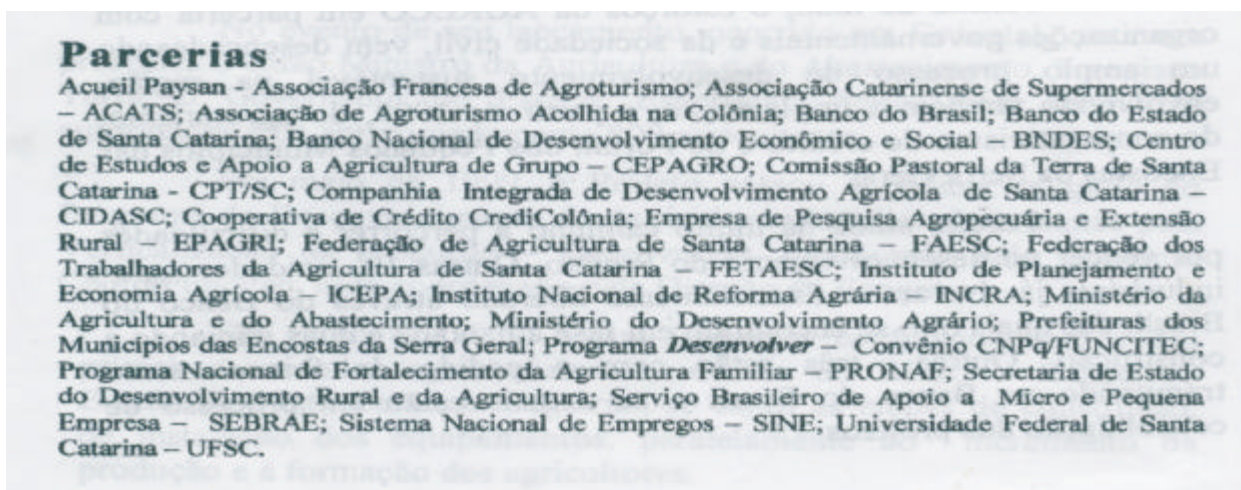
Deve-se lembrar, então, que antes do PIAMER, o espaço interinstitucional construído pela AGRECO já incluía parcerias com o CEPAGRO, UFSC, EPAGRI, com a Comissão Pastoral da Terra/CPT e com a Prefeitura de Santa Rosa de Lima. Embora tenham sido importantes, boa parte destas relações não se constituía, propriamente, acordos ou convênios entre instituições, mas sim o resultado do envolvimento de profissionais nas ações protagonizadas pela Entidade, sejam porque eram amigos ou conhecidos de algum membro da diretoria ou simplesmente porque tinham afinidade com a proposta.

Deste modo, contou-se com a colaboração: de professores da UFSC, principalmente do Centro de Ciências Agrárias, para o proferimento de palestras e organização de ciclos de debates e seminários (agroecologia, desenvolvimento local); de extensionistas e/ou pesquisadores da EPAGRI, na realização de eventos promovidos pela Associação e assessoria em questões ou problemas do processo produtivo; da CPT, precisamente pela atuação direta de seu Coordenador Estadual (e atual Vice-coordenador Geral da AGRECO) no processo de mobilização de famílias interessadas no PIAMER; da Prefeitura Municipal, em função dos auxílios em termos de infra-estrutura (sala para trabalho da equipe técnica por quase um ano, telefone, combustível e outros itens de consumo) e recursos humanos, já que entre 1998 e 1999, o membro da família Schmidt responsável pela equipe técnica da AGRECO atuava também como Secretário da Agricultura.

Já a parceria com o CEPAGRO<sup>12</sup>, evoluiu de uma condição pontual, representada pela assessoria sobre questões relacionadas ao associativismo (formas legais, estatuto, regimento), para a construção do processo que culminou, como já vimos, com o PIAMER.

#### 4.2.2. O PIAMER e a redefinição/ampliação das parcerias

A partir da implantação do PIAMER, algumas das relações pessoais e institucionais enunciadas acima foram reforçadas, outras redefinidas ou desfeitas, ao mesmo tempo em que novas parcerias foram estabelecidas, ampliando e diversificando as escalas do espaço interinstitucional. A figura abaixo, extraída do folder de inauguração das primeiras quinze agroindústrias, em agosto de 2000, ilustra perfeitamente esse processo:



**Figura 4:** Recorte do folder de inauguração das primeiras unidades agroindustriais.

É sabido, por exemplo, que a partir da elaboração e coordenação do referido Projeto a atuação do CEPAGRO se torna mais direta e efetiva, voltando-se inclusive para a construção de outras estratégias como o cooperativismo de crédito e o agroturismo.

---

<sup>12</sup> Este Centro tem por objetivo apoiar as diversas iniciativas de organização associativa da agricultura familiar, isto é, cada uma das suas instituições de base reúne diversos pequenos grupos de cooperação constituídos por agricultores familiares.

A UFSC, principalmente através de professores e pesquisadores do Centro de Ciências Agrárias/CCA (alguns vinculados também ao CEPAGRO), passa a prestar assessoria e a desenvolver projetos de extensão em pastoreio rotativo, agrorede, produção de galinha caipira, etc. Alguns professores do CCA e do Centro de Ciências da Educação/CED também passam a ajudar na divulgação e distribuição de produtos (cestas).

A EPAGRI passa a contribuir de forma mais direta, seja por causa da atuação de seus extensionistas (contratados pelos convênios com as prefeituras da região) junto com a equipe da AGRECO nas atividades de assistência técnica, seja por colaborar na capacitação dos produtores (produção, processamento).

Também a partir do PIAMER, a relação da AGRECO com as prefeituras municipais da região das Encostas da Serra Geral ampliou-se significativamente. Se o documento prescreve a instalação de unidades agroindustriais em apenas quatro municípios, no processo de implantação do Projeto este número elevou-se para sete municípios. Esta parceria formalizou-se através de convênios onde cada prefeitura disponibilizava um técnico local e responsabilizava-se pela assistência técnica dos associados existentes no município.

Por outro lado, é com instituições do governo federal e estadual que a AGRECO estabelece as parcerias mais abrangentes. Embora já tenham sido indicadas, convém repetir que enquanto as parcerias com o governo federal (Secretaria do Desenvolvimento Rural do Ministério da Agricultura e Ministério do Desenvolvimento Agrário) tiveram um papel maior na fase de elaboração do Projeto, na fase de implantação destacaram-se as parcerias com o governo estadual (Secretaria de Estado Rural e da Agricultura e Secretaria Estadual do PRONAF). Devido ao repasse dos recursos do PRONAF-Agroindústria, foram se estreitando os vínculos com as agências de financiamento: Banco do Brasil e BNDES no plano federal e Banco do Estado de Santa Catarina/BESC no plano estadual.

O ingresso da AGRECO no *Programa Desenvolver*, mencionado anteriormente, consistiu num acordo de cooperação técnica firmado entre o CNPq (através do Programa de Apoio a Tecnologias Adaptadas/PTA) e a Fundação de Ciência e Tecnologia do Estado de Santa Catarina/FUNCITEC. Por esse convênio o CNPq disponibilizou, dentre outros recursos, bolsas de fomento tecnológico para contratação de profissionais nas áreas de

infra-estrutura, extensão rural, controle de qualidade dos produtos, marketing e coordenação técnica (BAZZO SCHMIDT, 2000). Na realidade, este Programa havia sido implementado no final de 1997 – em resposta à demanda de algumas prefeituras e organizações de agricultores envolvidos com projetos de agroindústrias de pequeno porte – com o intuito de apoiar a criação e/ou consolidação de unidades de beneficiamento/transformação da produção oriunda da agricultura familiar, por meio do assessoramento técnico e da geração e difusão de tecnologias apropriadas em todas as etapas da cadeia produtiva, desde a produção de matéria prima até a comercialização dos produtos transformados.

Pensando ainda nas novas parcerias efetuadas por ocasião da implantação do PIAMER, destacamos que enquanto o Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina/ICEPA passa a assessorar a elaboração e regulamentação dos projetos das agroindústrias em geral, a Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina/CIDASC passou a assessorar na elaboração dos projetos e na construção das instalações das unidades agroindustriais – em acordo com a legislação sanitária vigente – destinadas ao processamento de matéria-prima de origem animal.

Por último, interessa-nos mencionar a parceria com o Instituto de Permacultura Austro-brasileiro, especialmente a partir da assessoria prestada por seu Coordenador na promoção de cursos de capacitação em permacultura junto aos agricultores AGRECO.

#### 4.2.3. Cooperativismo de crédito e agroturismo: das estratégias complementares às entidades parceiras

Já mencionamos que desde meados de 1999, além da produção orgânica, da agroindustrialização de pequeno porte e do processo de comercialização coletiva, outras estratégias estavam em curso, como o agroturismo e o cooperativismo de crédito. Entretanto, o desenvolvimento desses instrumentos complementares perpassou pela institucionalização de entidades autônomas e parceiras da AGRECO.

Em relação aos eventos que antecedem a mobilização em torno do agroturismo deve-se enfatizar, por um lado, que a expectativa em torno do turismo rural como atividade

complementar e alternativa de renda já vinha se configurando nas pautas e deliberações das reuniões e seminários de planejamento, por outro, que a repercussão do trabalho da AGRECO passou a atrair um número crescente de técnicos, agricultores e até consumidores interessados em conhecer de perto a experiência.

Portanto, foi a partir da percepção do potencial turístico representado pelo crescente afluxo de visitantes que foi concebido o “Projeto de Apoio ao Agroturismo como Estratégia para Promover o Desenvolvimento Local” como resultado de uma parceria entre o CEPAGRO, o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial/SENAC, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (através do PRONAF), a Empresa Brasileira de Turismo/EMBRATUR e a *Accueil Paysan*, uma associação francesa de agroturismo. Suas metas consistiam: na sensibilização e capacitação dos agricultores familiares, diagnóstico das propriedades e dos municípios, organização dos agricultores em torno de uma associação e do próprio agroturismo em circuitos locais e regionais, assessoria técnica aos agricultores para a implantação da infra-estrutura e dos serviços agroturísticos, divulgação e comercialização do produto agroturístico, valorização e conservação da cultura e da natureza da região (CARDOSO e GUZZATTI, 1999).

A parceria com a *Accueil Paysan*, por sua vez, foi possível devido aos contatos estabelecidos pela técnica do CEPAGRO coordenadora do referido projeto e que por ocasião da realização de um estágio na França, em 1997, conheceu a experiência em agroturismo daquela entidade. A partir desta referência e da realização de “Cursos de Sensibilização” com agricultores familiares em alguns municípios da região de atuação da AGRECO, viu-se a possibilidade de realização de um projeto semelhante, inclusive com apoio daquela associação. Para tanto, foi encaminhado um pedido de cooperação técnica para a *Accueil Paysan* que por sua vez, enviou uma representante em novembro de 1998 para conhecer o projeto e as potencialidades daquela região. Dado o parecer favorável, o acordo – que incluía, dentre outros aspectos, a utilização da marca e dos princípios da associação francesa – foi firmado em abril de 1999 e, a partir de então, iniciou-se o processo de constituição de uma associação de agroturismo (id. *ibid.*).

Fundada em junho de 1999, a “Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia” passou a desenvolver a atividade, sendo que atualmente a entidade é responsável pela coordenação de um “circuito agroturístico” que envolve dezenas de famílias e empreendimentos (pousada ou quarto colonial, restaurante e café colonial, agroindústria familiar, posto de venda de produtos, *camping*, etc.) em Anitápolis, Gravatal, Rancho Queimado, Rio Fortuna e Santa Rosa de Lima, onde a iniciativa tem apresentando melhores resultados devido ao trabalho da AGRECO.<sup>13</sup>

Hoje, além do público interessado em conhecer o trabalho da AGRECO, as pousadas recebem pessoas atraídas pelas oportunidades de lazer e convívio com o ambiente local. No final de 2002, os resultados desta experiência com agroturismo garantiram à Acolhida o segundo lugar na categoria “Diversificação das Economias Rurais” do “Prêmio Destaque Ministério do Desenvolvimento Agrário”, disputado com outras 135 experiências de todo território nacional.

No que se refere ao cooperativismo de crédito, já dissemos que a mobilização em torno dessa estratégia foi motivada pela necessidade de se ter acesso a formas diferenciadas de crédito, menos burocráticas e com custos menores de operacionalização. Vencidas as resistências e face ao interesse despertado nos agricultores a partir da realização de várias reuniões, a Diretoria da AGRECO (especialmente o seu Coordenador Geral) juntamente com alguns assessores do CEPAGRO assumiram a coordenação do processo de constituição de uma cooperativa de crédito, que culminou em novembro de 1999 com a fundação da “Credicolônia”.

Vinculada atualmente ao Sistema CRESOL, além de representar um instrumento que visa facilitar o acesso do agricultor familiar ao crédito agrícola, a Credicolônia vem sendo vista como uma instituição eficaz na captação, gestão e aplicação de recursos financeiros voltados ao desenvolvimento sustentável da agricultura na região. SCHMIDT et al. (2002), acreditam que se a Cooperativa mantiver seu objetivo de funcionar como uma “agência” de desenvolvimento local, poderá contribuir no aporte (potencialização da poupança local) ou

---

<sup>13</sup> Torna-se curioso (e *très chic*) observar que o “Circuito Agroturístico das Encostas da Serra Geral” é o único no Brasil e na América Latina a figurar no guia turístico da entidade francesa que divulga o agroturismo em diferentes países da Europa (ver Anexo 2, p. 256).

na intermediação (fundos de incentivos nacionais ou estrangeiros) dos recursos financeiros e humanos exigidos para a implantação de alternativas de desenvolvimento nos municípios de sua área de abrangência (Santa Rosa de Lima, onde funciona a sede da cooperativa, Rio Fortuna e Anitápolis).

Em seu primeiro ano de funcionamento, a maioria dos sócios da cooperativa era constituída de agricultores filiados também à AGRECO. Atualmente esse perfil se inverteu, ou seja, a grande maioria dos mais de 600 sócios existentes no final de 2003 é de agricultores convencionais. Mesmo assim, aproximadamente 90% dos agricultores AGRECO são filiados da Cooperativa e desfrutam de serviços que incluem conta corrente, cheque especial, talão de cheque, limite de cheque, microcrédito e crédito pessoal, pagamento/recebimento de duplicatas, PRONAF custeio e investimento, acesso a recursos financeiros específicos (fundo agroecológico, fundo rotativo de agroturismo, etc.). Além de uma carteira de crédito em torno de R\$ 450 mil, a instituição dispõe de recursos de repasses do BNDES, BRDE e Banco do Brasil.

Como a maior parte da demanda é por créditos para custeio (capital de giro, compra de sementes e embalagens) não há limite mínimo e a média de empréstimos oscila entre R\$ 2 mil a R\$ 3 mil, sendo possível aprovar créditos maiores de até R\$ 15 mil. Além de participar do controle da Cooperativa, os agricultores têm como vantagens: acesso a serviços financeiros com menos burocracia, rapidez na liberação de recursos e taxas de juros menores e isenção do pagamento de tarifas.

Em março de 2003, por ocasião da Assembléia Geral Ordinária foi aprovada a mudança da razão social da Cooperativa, passando a ser denominada de “CRESOL Santa Rosa de Lima”. Este procedimento se deu em função de duas razões: da necessidade de padronização exigida pelo Sistema CRESOL, já que se recomenda que o nome do município configure na denominação da agência; e em função da possibilidade de conversão do posto de atendimento de Rio Fortuna em uma outra cooperativa de crédito, haja vista que na ocasião, o número de filiados da CRESOL Santa Rosa de Lima estava perto de superar o contingente estabelecido como ideal pelo Sistema (500 a 600 associados).



Contudo, embora a cooperativa de crédito e a associação de agroturismo tenham se consolidado como entidades com personalidade jurídica própria, as relações mantidas com a AGRECO têm apresentado algumas diferenças. Enquanto a Cresol SRL vem construindo uma autonomia e consolidando uma dinâmica própria, até porque a maior parte do público filiado é de agricultores familiares convencionais, a Acolhida na Colônia vem trabalhando no sentido de manter e até mesmo de aprofundar a sua dependência em relação às ações da AGRECO. Uma evidência espacial disto pode ser percebida na recente mudança do escritório da entidade que saiu do prédio ao lado de onde funcionava a Credicolônia para o prédio onde funciona a UCAG.

#### 4.2.4. As prefeituras e o Fórum de Desenvolvimento

Embora a proposta da AGRECO tenha surgido e apresentado resultados mais expressivos em Santa Rosa de Lima, já na origem – e sua denominação é uma evidência disso – ela pretendia abranger vários municípios das Encostas da Serra Geral.

Neste sentido, paralelamente às ações acima caracterizadas, a partir de maio de 1999, a AGRECO buscou articular-se – especialmente a partir do PIAMER – com dirigentes dos municípios vizinhos para iniciar a construção de um processo de desenvolvimento sustentável de âmbito (micro)regional. Tal iniciativa formalizou-se posteriormente enquanto “Fórum de Desenvolvimento dos Pequenos Municípios das Encostas da Serra Geral” (AGRECO, 2001c).

Como é sabido, os municípios que integram o Fórum (Águas Mornas, Alfredo Wagner, Angelina, Anitápolis, Armazém, Grão Pará, Gravatal, Imaruí, Orleans, Rancho Queimado, Rio Fortuna, Santa Rosa de Lima, São Bonifácio e São Martinho) se caracterizam pela baixa densidade populacional e por uma economia essencialmente agrícola e com forte predomínio de pequenas propriedades familiares. Na prática, alguns destes municípios pertencem à Associação dos Municípios da Grande Florianópolis (Anitápolis e Rancho Queimado) enquanto a maioria integra a AMUREL. Portanto, o Fórum de Desenvolvimento protagonizado a partir da AGRECO não deixa de se traduzir numa outra

iniciativa de regionalização, agora com o propósito de integrar as ações das prefeituras envolvidas em torno de uma proposta de desenvolvimento sustentável e onde questões prioritárias como agricultura familiar, saúde, educação, turismo e infra-estrutura (estradas, telefonia, energia elétrica, lixo, minério), desertificação populacional, e alternativas econômicas sejam objetos comuns de negociação com diferentes escalas do poder governamental, de forma que sejam alvos de políticas públicas para a região das Encostas da Serra Geral.

Em 2001, o processo associativo inerente a esta iniciativa passa a contar com a assessoria da UFSC através de um projeto de extensão. Um dos resultados desta parceria foi a regulamentação de um Curso de Especialização em Políticas Públicas destinado para professores do ensino fundamental e médio, que será ministrado no Centro de Formação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (AGRECO, 2003).

Nas últimas reuniões do Fórum que ocorrem bimestralmente, vem sendo estudada a possibilidade de constituir uma agência regional de desenvolvimento.<sup>14</sup>

#### 4.2.5. O SEBRAE e o Projeto Vida Rural Sustentável

Aproveitando o entusiasmo dos atores e instituições envolvidos e a repercussão da sua experiência, especialmente no âmbito do PIAMER, em meados de 2000 a AGRECO propõe ao SEBRAE Nacional a realização, de um projeto piloto de desenvolvimento local denominado de “Vida Rural Sustentável”, que, como já mencionamos, propunha a consolidação das ações protagonizadas pela Associação aliada à formulação de referenciais metodológicos capazes de orientar iniciativas em desenvolvimento voltadas à agricultura familiar em outras regiões do país.

---

<sup>14</sup> De acordo com LEADER (1995), num processo de desenvolvimento local “Os municípios devem, com efeito, agrupar-se em maior escala para serem capazes de negociar e por em prática transferências importantes, tanto em matéria de competências como de meios financeiros. Esta estrutura territorial deve dispor de estabilidade e duração, o que supõe um reconhecimento e uma legitimidade institucional fortes.”

Os principais objetivos do Projeto eram a viabilização técnico-econômica, social, ambiental e cultural das unidades de produção familiares a partir da região piloto; a melhoria da qualidade de vida dos agricultores familiares e a sua permanência no meio rural; e a produção e oferta de produtos sadios aos consumidores.

A operacionalização destes objetivos pressupunha a implementação das seguintes etapas (seqüenciais ou não) ou ações: *motivação* – estímulo à participação e inclusão de novos agricultores; *aprendizado* – capacitação de agricultores através de cursos, estágios, visitas; *produção agroecológica e agroindustrialização* – estímulo à produção e beneficiamento de produtos; *estudo de mercado, marketing e comercialização* – subsídios à comercialização de produtos; *agroturismo, comunicação e cultura* – resgate da cultura e capacitação para o agroturismo; *Implantação de sistema de gestão, qualidade e certificação* (AGRECO, 2000c).<sup>15</sup>

Embora o Projeto devesse se estender por toda a área de atuação da AGRECO, os municípios a serem atendidos prioritariamente foram Anitápolis, Santa Rosa de Lima e Rio Fortuna.

Na avaliação de Schmidt et al., (2002), a implementação do Projeto – principalmente das iniciativas que buscavam promover ações de sensibilização, apoio e capacitação, visando aumentar a organização e propiciar assistência técnica e gerencial – contribuiu bastante para o fortalecimento do empreendedorismo associativo que caracteriza a proposta da AGRECO.

#### 4.2.6. O Fórum do Maciço e as parcerias campo-cidade

Por ocasião de nossa pesquisa de campo, outras duas iniciativas intimamente relacionadas encontravam-se em curso: o “Programa Saber e Sabor” e o “Fórum de Economia Solidária”. Ambas as ações resultaram da parceria entre a AGRECO e o Fórum das Comunidades do Maciço Central do Morro da Cruz do município de Florianópolis, que

---

<sup>15</sup> Os custos de implantação do PVRs são de R\$ 2,6 milhões. Destes recursos, R\$ 1,4 milhões ficaria a cargo do SEBRAE e R\$ 1,2 milhões a cargo dos parceiros técnico/financeiros que são o Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina/BADESC, o BESC, a CIDASC, a EPAGRI, as prefeituras municipais, a Secretaria do Estado de Desenvolvimento Rural e da Agricultura/DAS e a UFSC (id. *ibid.*).

vem se constituindo num processo de construção de relações campo-cidade através de atividades diversas, representado de forma mais emblemática pelo fornecimento de alimentos orgânicos na merenda escolar dos alunos do ensino fundamental.

A idéia da “merenda orgânica” foi sugerida pelo Coordenador Geral da AGRECO numa reunião do Fórum do Maciço, em fevereiro de 2001.

Em junho daquele mesmo ano, em outra reunião para a formação do *Fórum de Economia Solidária*, foi elaborado um pré-projeto que previa a compra, pelo Governo Estadual, de produtos da AGRECO para a merenda das escolas do Maciço. Como já vimos, o fornecimento iniciou em agosto de 2001, quando a Escola Estadual de Educação Lauro Muller, no centro de Florianópolis, adotou a merenda orgânica duas vezes por semana (AGRECO, 2003).

Na seqüência deste movimento, surge, naquela mesma ocasião, o *Programa Saber e Sabor*, cujo objetivo consiste em fornecer uma alimentação de qualidade aos estudantes de ensino fundamental através do consumo de produtos orgânicos e, ao mesmo tempo, auxiliar no desenvolvimento de áreas rurais pela consolidação de oportunidades de trabalho e renda para famílias de agricultores filiadas à AGRECO. Além disto, segundo seus coordenadores, o Programa pretende ser uma proposta educacional que resgata a cultura do meio rural através da culinária, dos costumes e do conhecimento do homem do campo (AGRECO, 2003). A repercussão da proposta foi de tal ordem que três meses depois, oito escolas do Maciço do Morro da Cruz já estavam incluídas no Programa.

Com esta expansão, os encaminhamentos que buscavam consolidar o fornecimento da merenda orgânica motivaram as discussões em torno da economia solidária enquanto forma alternativa de produzir, distribuir e consumir que permite estabelecer vínculos éticos e democráticos entre as pessoas (produtores e consumidores). Uma vez instituído, o *Fórum de Economia Solidária* passou a reunir, bimestralmente, representantes da AGRECO e das associações de moradores dos bairros do Maciço, diretores e professores de escolas estaduais e municipais, professores da UFSC, representantes de outras associações de agricultores, bem como alguns consumidores. Outra iniciativa que visava fortalecer os elos campo-cidade e que foi ampliada a partir deste Fórum, consiste na venda de cestas de

produtos orgânicos (com 15 a 20 tipos de produtos AGRECO) diretamente ao consumidor. Isto é, a partir da implantação do Fórum, o número de cestas distribuídas em Florianópolis passou de 13 para 50.

Portanto, foi a partir do *Programa Saber e Sabor* e do *Fórum de Economia Solidária* que se formalizou o “mercado institucional da merenda orgânica” enquanto resultado de uma outra parceria, agora entre a AGRECO e a Secretaria Estadual de Educação. Deste modo, ao longo de 2002, o fornecimento de alimentos orgânicos na merenda escolar foi ampliado para outros municípios, totalizando 61 escolas da rede estadual de ensino fundamental (26 em Florianópolis, 15 em Criciúma e 20 em Itajaí) e cerca de 70 mil crianças entre 7 e 13 anos. Hoje, durante o período letivo, o mercado institucional chega a representar 50% do volume de vendas da AGRECO. Na opinião dos dirigentes das entidades parceiras, através do repasse de recursos às escolas para a compra de alimentos orgânicos, o governo está apoiando estratégias de desenvolvimento mais sustentáveis e contribuindo para tornar a relação cidade-campo mais ética e solidária (AGRECO, 2003; TAGLIARI, 2002).

Ainda no que concerne as ações realizadas no âmbito do *Programa Saber e Sabor*, destacam-se: a promoção de encontros visando a troca de experiências culinárias entre merendeiras e agricultoras filiadas à AGRECO, especialmente devido as dificuldades encontradas por aquelas no preparo de certos alimentos; a realização de visitas pelos diretores e professores das escolas à Santa Rosa de Lima a fim de conhecerem as propriedades e unidades agroindustriais; e o incentivo ao consumo da merenda ecológica por meio da orientação dos alunos acerca da importância desse tipo de alimento, suas vantagens para a saúde e, também, da importância de valorizar o trabalho do agricultor familiar e de dar condições de mantê-lo no meio rural. “Esta conscientização é o saber que vem junto com o sabor da galinha caipira, do pão de milho, do salame, do queijo e dos hortigranjeiros da AGRECO” (AGRECO, 2003, p. 17). Note-se que desta maneira o cardápio orgânico passou a oferecer, além dos alimentos tradicionais (arroz, feijão, carne), outros itens com forte apelo regional.<sup>16</sup>

---

<sup>16</sup> A fim de atender a demanda da merenda por alguns alimentos não produzidos por seus agricultores (frutas, arroz, por exemplo), pelo menos em certas épocas do ano, a AGRECO passou a estabelecer parcerias com outras associações de produtores orgânicos. Assim é que a ACEVAN, de Praia

Recentemente, vem se buscando promover o intercâmbio cultural através de atividades e visitas alternadas entre crianças da cidade e do campo. Um dado que vem motivando esse processo é o fato da região das Encostas da Serra Geral conter as nascentes de rios (Itajaí do Sul, Tijucas, Biguaçu, Cubatão, Capivari, Braço do Norte) que abastecem importantes cidades das porções centro-leste e sul do território catarinense (Florianópolis, Tubarão, Criciúma, etc.). Sendo assim, a proposta é que as crianças e professores do meio urbano ao visitarem os lugares onde são produzidos os alimentos orgânicos também conheçam a região onde nascem os rios que abastecem suas cidades e as pessoas do campo, por sua vez, ao visitarem a cidade e o litoral conheçam o local de destino das águas que nascem nas Encostas da Serra Geral.

Este apelo à importância hídrica da região, juntamente com a mensagem de que a mesma se constitui num “corredor ecológico” entre o Parque Nacional de São Joaquim e o Parque Estadual da Serra do Tabuleiro, vem sendo muito utilizado pela coordenação da AGRECO – para sensibilizar a opinião pública e os governos em relação ao papel das estratégias de desenvolvimento sustentável em curso, enquanto ações capazes de garantir a qualidade dos mananciais e a preservação dos ecossistemas ali existentes.<sup>17</sup>

#### 4.2.7. A Cooperativa de Profissionais ALIAR

Com o objetivo de colocar à disposição das organizações locais as suas competências técnicas, foi fundada em 2001 (por 40 profissionais de diferentes especialidades vinculados ou não à AGRECO), a Cooperativa de Profissionais em Desenvolvimento Sustentável das Encostas da Serra Geral – ALIAR. Propondo-se a atuar numa perspectiva de construção do desenvolvimento sustentável da região, a Cooperativa oferece suporte técnico para

---

Grande, passou a fornecer banana e abacaxi, a ECONEVE, de São Joaquim, maçã, a APOU, de Urupema, tomate e batata inglesa, a COOPERTURVO, de Turvo, passou a fornecer arroz, etc.

<sup>17</sup> Na esteira desse movimento, foi realizado em 22 de março de 2002, Dia Mundial da Água, a “Celebração das Águas”. Nesse evento, dezenas de crianças que estudam nas escolas da Região das Encostas, trazendo água das nascentes dos rios, se juntaram na Assembléia Legislativa do Estado com centenas de crianças das escolas do Maciço do Morro da Cruz, que portavam faixas, mapas e cartazes, com o intuito de chamar a atenção da opinião pública para a necessidade de substituição da agricultura convencional pela produção ecológica, que já vem sendo praticada e difundida pela AGRECO (SCHEIBE, 2003).

organizações públicas e da sociedade civil que atuam nas áreas de agricultura, agroindústria, educação, saúde, arquitetura e urbanismo, turismo e meio ambiente, administração e outros campos essenciais ao referido processo (AGRECO, 2003).

Como se pode perceber, a Cooperativa surge como uma forma de potencializar a experiência profissional acumulada nos trabalhos pioneiros implementados pela AGRECO na região e se diferencia tanto pelo perfil multidisciplinar de seus profissionais, como pela tentativa de integrar o trabalho de técnicos de nível superior com a experiência de agricultores que atuam como formadores e difusores de práticas bem sucedidas. Neste sentido, é de se esperar que seus principais clientes na região sejam a própria AGRECO, a Acolhida na Colônia, a Credicolônia, prefeituras municipais e outras organizações direta ou indiretamente vinculadas à proposta.

Uma vez caracterizado os sistemas de objetos e de ações do espaço interinstitucional, devemos lembrar que as parcerias que o compõem nem sempre são sinérgicas ou isentas de conflitos. E podemos ilustrar esta consideração citando o caso da parceria entre a AGRECO e o CEPAGRO, por ocasião da implantação do PIAMER. Ao longo desse processo, as divergências entre os membros da diretoria do CEPAGRO resultaram na saída do Secretário Executivo e de dois de seus assessores, que por sua vez, passaram a atuar junto à AGRECO. A partir de então, embora a parceria tenha sido teoricamente mantida, na prática ela foi deixando de existir.

Para Luzzi (2001, p. 62), o fato é que com a visibilidade adquirida pela AGRECO, o CEPAGRO passou a se sentir ameaçado e a reivindicar seu protagonismo no contexto de desenvolvimento, bem como a alimentar uma certa disputa para ver quem teria mais credibilidade e capacidade de articulação junto às instituições. Ainda nessa questão, as afirmações feitas pela autora assumem um sentido generalista: “Como o projeto da AGRECO ganhou visibilidade e reconhecimento, inclusive internacional, existe uma disputa forte dos parceiros pela proposta, todos querem se promover e dizer que estão ajudando na construção de um projeto de desenvolvimento rural sustentável”.

Por outro lado, segundo um técnico da prefeitura municipal “A AGRECO comete o erro de não reconhecer as ajudas recebidas de outras instituições”. Menos do que servir para evidenciar que a atitude da AGRECO também alimenta essa disputa, o depoimento contribui para concluirmos que as parcerias que compõe o espaço interinstitucional têm um comportamento diferenciado, a ponto de em alguns casos os interesses e objetivos antes comuns, passarem a divergir e converter o referido espaço num campo de tensões e disputas.<sup>18</sup>

## ÚLTIMAS (RE)CONSIDERAÇÕES

Localmente, vimos que o cenário de atuação da AGRECO resulta da combinação fatores geoecológicos, demográficos, fundiários, socioeconômicos, históricos e geopolíticos, etc. Ao focalizar a trajetória da agricultura de base familiar, vimos que desde meados do século XX, por influência de processos provenientes de diferentes escalas, boa parte das unidades de produção transitou por duas importantes fases de mudanças na sua forma de organizar a produção e de se relacionar com a sociedade envolvente: primeiramente, foi o processo de “modernização parcial” da agricultura tradicional através da integração agroindustrial da cultura do fumo e, nesta última década, foi o “processo de ecologização e multifuncionalização” da agricultura familiar a partir das ações empreendidas pela AGRECO.

Neste caso, as iniciativas que culminaram com a constituição da Associação surgem num cenário marcado, de um lado, pela “crise do fumo” e por um processo de desertificação social do meio rural e, de outro, pela mobilização de diversos atores em torno da busca de alternativas de sobrevivência e de dinamização socioeconômica voltadas à pequena produção familiar. Dentre as estratégias efetivadas a partir da AGRECO,

---

<sup>18</sup> Durante o trabalho de campo, observamos aspectos semelhantes também na parceria com a EPAGRI.



destacamos: a produção orgânica de alimentos voltada a *nichos* de mercado, o transporte e a comercialização coletiva dos produtos agroecológicos, o beneficiamento da produção em unidades agroindustriais de pequeno porte, a realização de atividades e serviços agroturísticos, a mobilização de recursos através do cooperativismo de crédito.

Em meio a esse movimento, interessa-nos ressaltar o papel de certos intelectuais e técnicos, sobretudo porque ao estarem vinculados a instituições (de pesquisa e extensão, universidades) que são reconhecidamente espaços de produção de idéias e projetos inovadores, atuaram como mediadores entre o processo de desenvolvimento local e as tendências de recomposição do espaço rural tanto “aqui” como “lá” (principalmente Europa).

No que se refere à dinâmica espacial do contexto mobilizado pela AGRECO, não resta dúvidas de que a natureza das estratégias de desenvolvimento implementadas foi capaz de promover a diversificação e revitalização do espaço rural e, insiste-se, especialmente no município de Santa Rosa de Lima: potencialização do capital social através da promoção de ações coletivas e de formas de organização dos produtores; constituição de fóruns de participação, discussão e deliberação em diferentes escalas; intensificação da sociabilidade local e revitalização das localidades rurais; capacitação dos agricultores, aumento das oportunidades de trabalho e de renda e ampliação das condições para o exercício da pluriatividade por parte das famílias envolvidas; construção e funcionamento de um grande número de agroindústrias com diferentes linhas de beneficiamento/processamento e estruturadas em rede; implantação de diversos tipos de empreendimentos, atividades e serviços agroturísticos e valorização da paisagem rural; difusão de sistemas de manejo mais sustentáveis e promoção da sensibilidade e de condutas voltadas à valorização e preservação do meio ambiente; integração dos segmentos ou setores produtivos; institucionalização de formas de comercialização coletiva e de crédito cooperativo; valorização do papel e da identidade social do agricultor, assim como de certos traços da cultura local e regional (alimentação, técnicas de manejo agrícola), etc.

É importante ressaltar que a diversificação desencadeada pelos instrumentos de desenvolvimento é produto e é produtora de outras diferenciações entre os agricultores

familiares e os grupos organizados, assim como entre as propriedades e as localidades assistidas pela AGRECO.

Se por um lado, qualificar as estratégias de desenvolvimento implementadas como sistemas de objetos e de ações pressupõe que se tratam de instrumentos inter-relacionados e que se complementam, por outro, não se deve duvidar que a diversidade e combinação de estratégias estejam no cerne dos desafios e problemas impostos ao gerenciamento do contexto de desenvolvimento.

Buscando caracterizar melhor a complexidade do processo em curso, é possível enquadrar os problemas e desafios mais recorrentes na trajetória da AGRECO em três classes: i) *produção primária e beneficiamento* (perdas devido a adversidades climáticas como geadas, estiagens e enxurradas, falta ou excesso de produção, deficiência no planejamento integrado das propriedades a partir de princípios ecológicos, dificuldades na organização da produção através do estabelecimento de cotas, perda de qualidade e falta de padronização dos produtos, deficiências no serviço de assistência técnica); ii) *gerenciamento e comercialização de produtos* (redução e sazonalidade das vendas, preços abusivos, instabilidades e assimetrias das relações mercantis, acirramento da concorrência no setor de FLV orgânicas aliado às dificuldades de abertura de novos postos de comercialização, mau acondicionamento dos produtos nas gôndolas, volume significativo de devoluções de produtos, custo de transporte elevado e morosidade da logística de distribuição, lentidão nas decisões sobre preços e promoções, atraso nos pagamentos e calotes por parte de grandes redes de supermercados); iii) *experiência associativa* (falta de comunicação entre agricultores, condomínios, escritório e diretoria; descontentamento entre os associados; descumprimento das decisões dos fóruns de deliberação, centralização do processo de tomada de decisões, indefinição de funções entre diretoria e equipe técnica, problemas no processo de nucleação).

É fácil perceber que estas três classes de problemas apresentam muitos elementos em comum e que o caráter recorrente das mesmas induziu a alterações mais ou menos significativas na estrutura da Associação e na dinâmica do processo de desenvolvimento.

Extrapolando as dimensões mais diretamente relacionadas ao espaço institucional, buscamos evidenciar que desde sua constituição, a AGRECO vem estabelecendo e se

beneficiando de parcerias diversas, assim como da construção de novas relações campo-cidade, com o intuito de superar a tendência ao “localismo”, comum a experiências dessa natureza. Indubitavelmente, grande parte da dinâmica do processo de desenvolvimento resultou da capacidade de articulação interinstitucional da diretoria da Associação – habilidade essa extremamente centrada na figura de seu coordenador geral. Em função disso, constatou-se a ocorrência de um significativo volume de recursos externos à região – o que torna questionável a reprodutibilidade da experiência em outras regiões do país, conforme se pretende a partir do PVRS.

Ao longo do tempo, parcerias foram efetuadas, desfeitas e aprimoradas em função da conjuntura social, econômica e política vigente, seja na escala local, (micro)regional, seja nas escalas dos territórios estadual e nacional e até mesmo em nível global. Cada parceria expôs a entidade a uma equação de forças que extrapolam o lugar/local, sendo que algumas delas tiveram um peso significativo sobre aspectos específicos da dinâmica institucional: a parceria com o CEPAGRO, por exemplo, mostrou-se fundamental à constituição da Entidade e à concepção e implementação das diferentes estratégias de desenvolvimento; com o governo estadual (Programa Desenvolver) foi possível ampliar e aprimorar o quadro técnico; com o SEBRAE, procedeu-se o aperfeiçoamento e a informatização do gerenciamento do sistema de comercialização; com o Fórum das comunidades do Maciço do Morro da Cruz e com a Secretaria Estadual de Educação, se institucionalizou o mercado da “merenda ecológica” e se ampliou o relacionamento campo-cidade; com a Acolhida na Colônia foi implantado o projeto de agroturismo; com a Cresol Santa Rosa de Lima se viabilizou o cooperativismo de crédito.

Contudo, se por um lado, evidenciamos que as parcerias construídas pela AGRECO foram indispensáveis à dinâmica do processo de desenvolvimento, por outro, concluímos que nem sempre as forças que compõem este espaço interinstitucional são sinérgicas, podendo vir a configurar determinados setores do referido espaço num campo de disputas e conflitos. Além disso, deve-se chamar a atenção para o fato de que, com o término dos projetos e da injeção de recursos externos, certas dificuldades e problemas vêm assumindo um peso cada vez maior.

Finalmente, estamos certos de que a descrição da dinâmica do espaço institucional e interinstitucional nos autoriza a qualificar o contexto de desenvolvimento relacionado à AGRECO como um evento resultante da convergência de circunstâncias sociais, econômicas e políticas advindas de diferentes escalas espaciais, ou melhor, como algo “conjuntural”.

Terceira parte  
DECOMPONDO O CONTEXTO:  
AS ESTRATÉGIAS E A RECONSTRUÇÃO DA RURALIDADE  
ENTRE OS AGRICULTORES FAMILIARES

PRIMEIRAS CONSIDERAÇÕES

Partindo do pressuposto de que qualquer contexto de desenvolvimento (rural), ao modificar o conteúdo (material e simbólico) da realidade acaba por redefinir a experiência socioespacial dos atores envolvidos, torna-se indispensável, nesta terceira parte da tese, *demonstrar como a agricultura familiar vinculada à AGRECO vem respondendo ao processo de diversificação e revitalização do espaço rural promovido pelas ações da própria Entidade.*

Poderíamos dizer ainda que nos interessa efetuar uma leitura mais comprometida com a dinâmica espacial das estratégias de desenvolvimento através da qualificação dos usos e significados atribuídos pelos agricultores filiados aos sistemas de objetos e de ações implementados.

Como estamos tratando de elementos que ocorrem e funcionam enquanto sistema é necessário enfatizar, que a decomposição do conjunto tem o propósito (didático) de sistematizar e realçar dados ou aspectos que, de outra forma se dissipariam numa massa de informações variada e possivelmente confusa. Tal procedimento, portanto, não deve ofuscar o fato de que estamos tratando de estratégias complementares e que apresentam muitos aspectos em comum, ou seja, nenhuma delas prescinde de determinações socioespaciais expressas nas outras.

Mesmo sabendo que as estratégias não funcionam isoladamente, partimos do entendimento de que as implicações de cada iniciativa implementada tendem a reforçar aspectos mais ou menos específicos do espaço rural, requerendo, portanto, abordagens próprias e compatíveis. Por isso, além da própria noção de espaço (sistemas de objetos e de ações), tornou-se indispensável ao longo desta terceira parte, recorrer a categorias como lugar (sítio de atividades imediatas e de significados), paisagem (unidade visual ou cena) e território (extensão marcada por relações de poder) a fim de operacionalizar nosso intento de decifrar o papel das estratégias de desenvolvimento local na reconstrução da espacialidade do agricultor familiar no contexto protagonizado pela AGRECO.

Estamos convencidos que desta forma seja possível tratar a espacialidade do agricultor enquanto objeto de análise, ou melhor, que através destas categorias possamos apreender as relações entre determinações (sistemas de objetos e de ações) provenientes de diversas escalas e teias de significações e vivências expressas localmente. Tal procedimento torna conveniente ainda, retomar a premissa de que a agricultura familiar supõe uma certa espacialidade para acrescentar que isto não deixa de corresponder a uma dada forma de significação e apropriação do espaço em lugares, paisagens e territórios.

Paralelamente, preferimos adotar o termo “ruralidade” nesta terceira parte do trabalho por entendermos que o mesmo não apenas pode ser empregado como sinônimo de espacialidade, mas, sobretudo, porque permite enquadrar de forma mais direta e específica (assim como urbanidade) as relações entre os atores rurais e o espaço vivido. Nesse caso, estamos entendendo a ruralidade como um processo dinâmico de redefinição da relação entre os agricultores familiares e o espaço rural a partir da incorporação de novos objetos, práticas, técnicas, hábitos, valores e representações.

Em face destas escolhas teórico-metodológicas, focalizamos, primeiramente, a dinâmica do associativismo representado pela AGRECO a partir da idéia de “espaço associativo” (Capítulo 5). Em seguida, priorizamos o processo de ecologização e de agroindustrialização da produção, assim como o agroturismo, segundo suas influências no espaço e na vida local (Capítulo 6), sendo que as duas primeiras estratégias foram trabalhadas a partir da categoria de “lugar” e a terceira a partir da noção de “paisagem”. Por último, no caso do processo de comercialização coletiva, a categoria espacial que nos pareceu mais adequada à análise foi a de “território” (Capítulo 7).

Considerando a estrutura apresentada, cabe uma ressalva: embora tenhamos consciência do papel e da importância do cooperativismo de crédito para o processo de desenvolvimento aqui considerado, optamos por não tratá-lo da mesma forma que as demais estratégias por entendermos que se constitui numa iniciativa de difícil enquadramento à perspectiva de análise aqui adotada, haja vista que sua dinâmica consiste em subsidiar financeiramente as atividades relacionadas às demais estratégias.

## Capítulo 5

### O ASSOCIATIVISMO E O(S) SENTIDO(S) DA AGRECO

*Em toda experiencia asociativa existen factores que facilitan y otros que obstaculizan su desarrollo (LOMBARDO apud MARTÍNEZ, 2001, p. 36).*

Até a década de 1990, as ações de animação do associativismo no meio rural catarinense foram marcadas por uma forte polarização, afirmam Schmidt et alii (2002): por um lado, instituições privadas ou públicas propunham a “transformação” do agricultor familiar em pequeno empresário, o qual deveria se incorporar a estruturas cooperativas de lógica economicista; por outro, movimentos sociais e ONGs propunham a formação de associações de agricultores de um ponto de vista essencialmente político. Enquanto a crise do modelo de modernização agrícola evidenciou os limites da primeira estratégia, as dificuldades no trato das questões econômicas fizeram com que a segunda alternativa acabassem atingindo muitos poucos produtores. Para os autores, o caso da AGRECO, permite o aproveitamento máximo tanto de uma oportunidade quanto de outra.

Pensando na estrutura associativa implementada pela Associação, interessa-nos abordá-la mais detalhadamente sob dois níveis: de um lado, a forma constituída pela própria “entidade”, isto é, pela diretoria e o conjunto dos associados, de outro, aquela representada pelos grupos de produtores ou “condomínios rurais”. Enquanto a primeira forma será analisada neste capítulo, a segunda, devido à sua inextricável relação com as agroindústrias de pequeno porte, será enfocada apenas quando tratarmos dessa iniciativa (Seção 6.2).

Por hora, nosso esforço se volta à necessidade de *caracterizar a dinâmica do associativismo representado pela AGRECO* (seção 5.1), *analisar as representações atribuídas pelos agricultores familiares em relação ao significado e importância da Entidade* (seção 5.2) e *qualificar certos aspectos que perpassam o relacionamento da diretoria com os agricultores filiados* (seção 5.3).

#### 5.1. A DINÂMICA DO ASSOCIATIVISMO E SEUS INDICADORES



Por hora, empregaremos o termo “espaço associativo” para designar o sistema de objetos e de ações vinculado diretamente ao associativismo mobilizado em torno da Entidade. Trata-se de um espaço regido por bases formais (estatuto, regimento), que reúne indivíduos unidos por interesses mais ou menos comuns, por laços de solidariedade e pela aceitação e aplicação de certos princípios e estratégias de reprodução socioeconômica.

#### 5.1.1. A evolução do número de filiados

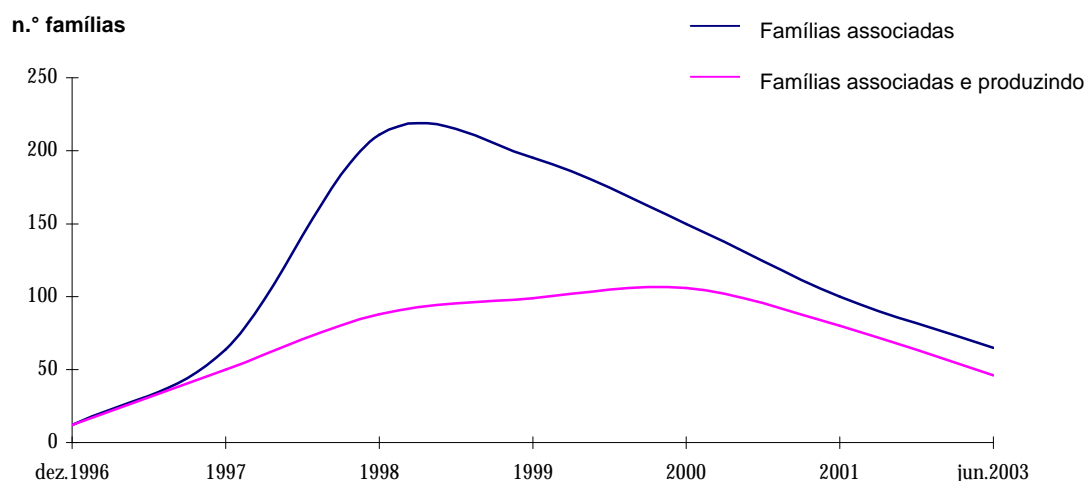
Segundo o Estatuto da AGRECO, há duas modalidades de filiação: o título de “sócio” é concedido a todo agricultor que assuma a filosofia e os princípios que regem a entidade, enquanto a condição de “sócio convidado”, destina-se aos filhos de agricultores residentes em outras cidades desde que se identifiquem com os propósitos da Entidade (AGRECO, 1996b). No entanto, na prática, essa segunda categoria também se aplica a pessoas de origem e formação profissional diversas que se encontram envolvidas de alguma forma com o contexto de desenvolvimento. Convém esclarecer então, que embora hajam dezenas de filiados na condição de *sócio convidado*, nossa atenção recai apenas sobre os agricultores familiares envolvidos diretamente com as estratégias de desenvolvimento e que residem no município sede da Associação.

Dentre os elementos relacionados à “AGRECO enquanto espaço associativo”, a evolução do número de filiados pode ser tomada como a mais importante variável de avaliação de sua dinâmica. Isto é, a ampliação ou redução do contingente de associados enquanto resultado da convergência de fatores que favorecem ou dificultam a experiência associativa, indica, a um só tempo, a abrangência social e territorial do contexto de desenvolvimento.

Em relação ao contingente de famílias de agricultores associadas à AGRECO, é preciso observar que a partir do PIAMER torna-se conveniente distinguir entre o número de famílias formalmente associadas e o número de famílias filiadas envolvidas efetivamente com a produção. A figura a seguir procura ilustrar que, dependendo do caso, a evolução do

número de famílias sofreu variações mais ou menos significativas ao longo da trajetória da Entidade.

**Gráfico 2:** Evolução do número de famílias filiadas à AGRECO



**Fonte:** Levantamento bibliográfico e documental (mar./nov. de 2003).

Uma vez que o único levantamento completo existente é o que foi realizado pela AGRECO entre março e maio de 2003<sup>1</sup>, por ocasião do cadastramento exigido pela ECOCERT-Brasil para o processo de certificação dos produtores, observe-se que os demais dados que permitiram a composição da figura acima são estimativas garimpadas no levantamento bibliográfico-documental. Mesmo que a maioria dos dados seja apenas aproximações, o que valida o uso do gráfico é a sua capacidade de ilustrar uma fase ascendente e outra descendente na evolução do número de famílias.

É imprescindível observar que, se a mobilização de agricultores em torno do PIAMER foi o principal fator responsável pelo comportamento ascendente de ambas as curvas, a representação gráfica proposta permite considerar que é preciso cuidar com a tendência de atribuir as principais debilidades da experiência da AGRECO ao “crescimento

---

<sup>1</sup> Note-se que antes disso, uma ou outra tentativa de cadastramento dos agricultores filiados foi iniciada, porém, por razões que desconhecemos, nenhuma chegou a ser concluída.

repentino” do número de filiados, haja vista que o aumento do número de famílias associadas e engajadas no processo produtivo (curva inferior) – e que representa a demanda efetiva à estrutura da entidade – não foi tão significativo quanto o do contingente de famílias formalmente filiadas (curva superior).<sup>2</sup>

### 5.1.2. O movimento de expansão/contração e outros indicadores

Embora reconheçamos o peso do PIAMER sobre o espaço associativo (especialmente no que se refere à ampliação do contingente de filiados e do território de atuação), não poderíamos tomá-lo como o divisor ou ponto de inflexão de sua dinâmica em um movimento de “expansão” e outro de “contração”, dado que se trata de um processo bem mais complexo; resultado da combinação de elementos que se comportam de forma diferenciada no tempo e no espaço. Se aceitarmos, portanto, que a dinâmica a que estamos nos referindo depende de fatores de natureza e escalas diversas, é de se esperar que além da “evolução do número de filiados”, outros indicadores como os que estão sistematizados no Quadro abaixo, possam ser enunciados a fim de qualificá-la.

Convém deixar claro, que o que define um contexto ou outro não é a presença absoluta de indicadores positivos ou negativos, mas a predominância de elementos que facilitam (expansão) ou que dificultam (contração) o processo e a experiência associativa. Dito de outra forma, não deve nos causar surpresa, por exemplo, se encontrarmos um indicador como a diversificação dos canais de comercialização num contexto de contração do espaço associativo ou, vice-versa, a especialização do espaço mercantil num momento de expansão da experiência.

#### **Quadro 01:** Indicadores dos movimentos de expansão/contração do espaço associativo

---

<sup>2</sup> Por exemplo, no capítulo anterior mencionamos que Muller (2001) e Luzzi (2001), traçaram, a partir do “crescimento repentino” do número de famílias associadas, um “antes” como sendo um período onde a experiência estava apresentando bons resultados, principalmente do ponto de vista econômico, e um “depois”, caracterizado como sendo uma fase de tensões, dificuldades e mudanças profundas na estrutura da AGRECO e no contexto de desenvolvimento. Embora esta perspectiva se mostre coerente, especialmente quando se considera o discurso dos agricultores familiares, entendemos que o “número de filiados” não deve ser a única variável a ser considerada.

EXPANSÃO	CONTRAÇÃO
Ampliação da área de atuação da AGRECO de uma escala local, envolvendo algumas dezenas de famílias de diferentes localidades do município de Santa Rosa de Lima, para uma escala (micro)regional, envolvendo localidades e famílias de vários municípios das Encostas da Serra Geral.	Redução gradual do espaço de atuação da Entidade, que tende a refluir à escala do município onde está sua sede.
Concepção e institucionalização de diferentes estratégias de desenvolvimento.	Proposição e construção de estratégias alternativas (institucionalizadas ou não).
Construção de um grande número de unidades agroindustriais voltadas ao beneficiamento/ transformação de diferentes produtos.	Suspensão da construção de novas agroindústrias acompanhada da readequação de certas unidades – especialmente de beneficiamento mínimo de hortaliças – e fechamento de outras.
Aumento da produção e elevação do nível de renda das famílias associadas.	Problemas na produção/beneficiamento e degradação da renda.
Expansão e diversificação do espaço mercantil e, por conseguinte, da estrutura de transporte, distribuição e comercialização de produtos orgânicos.	Dificuldades de gerenciamento da comercialização acompanhadas de restrições do espaço mercantil e do crescimento de formas paralelas de comercialização.
Realização dos fóruns de discussão/deliberação com elevada frequência e intensa participação dos agricultores associados.	Redução da frequência de realização dos fóruns e da participação dos associados nas reuniões, assembleias. Dificuldades de comunicação entre filiados e, principalmente, entre diretoria e associados. Centralização crescente das decisões.
Ampliação e aprimoramento do quadro técnico e administrativo. Emergência de lideranças entre os agricultores envolvidos no processo.	Redução do quadro técnico-administrativo e falta de lideranças para renovação das funções de diretoria da entidade.
Motivação e satisfação intensas e construção de laços de solidariedade entre os atores envolvidos no processo.	Estados psicossociais de desânimo, incerteza e de individualismo entre agricultores filiados e outros atores envolvidos.
Grande afluxo de visitantes e pesquisadores interessados em conhecer e analisar a experiência e divulgação expressiva na mídia televisiva e impressa.	Diminuição do movimento de visitantes e das formas de divulgação através da mídia.
Ampliação/diversificação das parcerias com instituições governamentais ou entidades civis, grande aporte de recursos externos, etc.	Redução do número de parcerias e do volume de recursos externos

**Fonte:** Pesquisa de campo, março 2003.

Feita esta breve caracterização da dinâmica do espaço associativo, interessa-nos refletir sobre os significados e atitudes que os agricultores familiares atribuem ao associativismo e à própria AGRECO.

## 5.2. AS REPRESENTAÇÕES E O(S) SENTIDO(S) DA AGRECO

Dado o movimento de contração em que se encontra a AGRECO atualmente, a coexistência de problemas e dificuldades com certos ganhos e realizações pessoais/familiares ajuda a explicar porque as representações construídas pelos agricultores sobre o associativismo caracterizam-se por uma certa ambigüidade e/ou ambivalência: ora é reconhecido pelos produtores como um instrumento indispensável ao processo de desenvolvimento em curso e, mais especificamente, à sua reprodução enquanto agricultores familiares, ora (às vezes no mesmo depoimento) tende a ser enquadrado como inoperante e afastado dos seus interesses e necessidades mais prementes.

Nesta seção, interessa-nos demonstrar que em meio às representações e atitudes dos agricultores sobre o associativismo, é preciso considerar a existência de pelo menos três formas de avaliar e se posicionar em relação à AGRECO: “como proposta”, “como problema” e “como oportunidade”.

### 5.2.1. A ambivalência das representações: a “AGRECO como proposta” e “como problema”

Por vivermos um período em que as ações coletivas vêm sendo revalorizadas por diferentes segmentos sociais e propaladas pela mídia em geral como uma estratégia capaz de superar limitações de ordem diversa, não deve nos causar surpresa que os agricultores entrevistados comunguem, apesar dos percalços experienciados, o reconhecimento de que o associativismo coloca-se como uma alternativa e uma necessidade dos tempos atuais à viabilização socioeconômica e à reprodução do (pequeno) agricultor familiar.

*Aqui é lugar do pequeno e é por isso que a gente tem que se associar (agricultor, 53 anos). Antigamente nem se ouvia falar que tinha grupos trabalhando junto e hoje, se uma comunidade não se unir não vai pra frente... Se a gente que vive num canto desses não se organizar e não buscar saída a gente sabe que não chega a lugar nenhum (agricultor, 51 anos).*

*A gente vê pelo Brasil afora que os agricultores em associações ou cooperativas tem mais força e conseguem um resultado melhor... Então a saída pro agricultor é por aí e a gente tem esperança que desse jeito pode melhorar (agricultor, 33 anos).*

A partir destes depoimentos, interessa-nos enfatizar, primeiramente, o papel atribuído ao associativismo enquanto instrumento capaz de vencer as barreiras impostas pelo isolamento físico ou pelas limitações geográficas a que estão submetidos os agricultores familiares da região. Uma outra evidência desse reconhecimento pode ser percebida nas palavras mais empregadas pelos entrevistados para expressar o significado da AGRECO: “união”, “cooperação”, “força”, “organização”.

Em segundo lugar, poderíamos dizer que a convicção demonstrada encontra uma certa correspondência com a referência feita pelos informantes a uma “proposta” ou “projeto”, a uma “idéia” ou “princípio”, quando discorrem sobre o significado e importância da Associação. Embora representem uma concepção idealizada acerca do associativismo e da própria Entidade à qual pertencem, essas concepções acabam servindo de parâmetro para avaliar, grosso modo, o contexto vivido.

*A AGRECO pra mim é um projeto muito amplo pois representa a possibilidade de mudar muitas coisas erradas, até em nível de sociedade... agora é de esperar que as dificuldades sejam enormes pois a luta pela sobrevivência é muito grande (técnico, 38 anos).*

*A AGRECO pra mim é uma proposta ousada... os princípios são muito bons, apesar de ter problemas na forma de fazer acontecer (agricultor, 26 anos).*

*Eu não sei se a AGRECO vai progredir e ser aquilo que nós sonhamos... uma AGRECO verdadeira... mas eu vejo que apesar de todas as dificuldades nós temos uma organização que bem ou mal tá funcionando (agricultor, 52 anos).*

Note-se, nestes relatos, a ambivalência comum ao estado de quem experimenta, simultaneamente, numa determinada situação, sentimentos opostos; de quem se encontra num contexto extremamente variado e complexo. Este balanço, feito por quem se coloca entre o ideal e a realidade, entre as possibilidades e os problemas, ajuda a explicar o fato de que às vezes, ao destacarem algum aspecto negativo da Associação, os agricultores fazem menção à “proposta” a fim de compensar ou amenizar o efeito da crítica efetuada ou ainda com o intuito de ratificar sua “crença”, “esperança” ou “fé” no futuro ou nas mudanças que deverão ocorrer.

*Hoje a gente já não vê com tanto entusiasmo as coisas... por causa das dificuldades mesmo [E porque vocês se mantêm filiados?] Porque se tem alguma esperança de que a coisa melhore,*

*depois do momento ruim vem o bom, tem muita gente desistindo e aí pode ser que melhore pra quem ficar (agricultor, 23 anos).*

Ao procurar reunir as razões que dão sentido ao enquadramento da “AGRECO enquanto proposta”, deve-se enunciar: i) a perspectiva de aumento de renda; ii) a forma diferenciada de trabalhar e de produzir (dispensando o uso de agroquímicos); iii) a construção de alternativas para a agricultura familiar; iv) a intenção de permanecer no campo; v) a garantia de venda para os produtos; vi) a preservação do meio ambiente; vii) a melhoria da qualidade de vida e o resgate da história e da cultura locais.

É curioso perceber que de uma forma ou de outra, estas razões elencadas pelos entrevistados se repetem quando apresentam os motivos de sua filiação, ou seja, quando justificam sua opção pela AGRECO.

*Se vivia isolado e de repente se conheceu a experiência lá dos Schmidt, que tinham um outro modo de lidar com a agricultura, de trabalhar, de ganhar dinheiro (...) A gente vinha de plantar fumo mais de vinte anos, queimar carvão, plantar reflorestamento, trabalhar com gado... então na verdade foi a questão da renda porque nas conversas eles colocavam que tinham uma renda muito boa... o vizinho fazia dinheiro... havia um bom incentivo por parte dos técnicos da AGRECO... venda garantida e tal... isso fez com que a gente se interessasse ainda mais... a questão ecológica também, de não trabalhar mais com veneno por causa da saúde (...) pode-se considerar 90% a questão da renda e 10% a questão ambiental (agricultor, 33 anos).*

Ao reconhecer o paralelismo entre as razões da filiação<sup>3</sup> e aquelas que sustentam a perspectiva da *AGRECO como proposta*, deve-se dizer que, se por um lado, essas motivações não podem ser reduzidas à dimensão instrumental-econômica, incluindo outras razões e valores de caráter pessoal, familiar e socioambiental, por outro, as expectativas construídas em torno de uma renda melhor sempre foram e ainda são consideradas como centrais para a permanência e engajamento no processo; o que ajuda a explicar, dada a persistência das dificuldades em termos de retorno econômico, as frustrações e incertezas em torno do

---

<sup>3</sup> Muller (2001), quando buscou reconhecer a lógica subjacente à opção dos agricultores pela AGRECO e pela agroecologia, já havia destacado as seguintes razões: i) a possibilidade de poder substituir a fumicultura por outra atividade com perspectiva de um bom retorno econômico; ii) o fato do sistema de produção não empregar agrotóxicos e depender de um tipo de trabalho menos cansativo, embora mais contínuo; iii) a garantia de comercialização da produção; v) a oportunidade de manter-se no campo e na condição de agricultor.

contexto de desenvolvimento manifestadas pelos agricultores, especialmente entre os produtores de hortaliças.

Se nas referências à “proposta” ou “projeto”, percebe-se indicações ao início da Associação – numa demonstração clara de que o apelo ao passado constitui uma estratégia recorrente na interpretação do presente –, nos argumentos que remetem à situação da entidade hoje, verifica-se a tendência a enquadrar a “AGRECO como problema”. É o que os depoimentos a seguir explicitam ainda mais:

*No começo era a coisa mais importante... agora hoje, pra mim, representa mais problema do que solução... até porque não tá dando condições de sobrevivência (agricultor, 23 anos).*

*A idéia em si da Agreco eu sempre dei valor... pena que toda aquela concepção inicial foi perdida (...) e a questão dela hoje, pelos fracassos que ocorreram, tá ficando cada vez mais difícil (agricultor, 37 anos).*

Deve-se enfatizar que nesta forma de significação – representativa do movimento de contração do espaço associativo –, a Entidade é comumente associada a uma condição que precisa de correção, a fatores problemáticos que precisam e devem ser superados. Dentre aqueles levantados pelos informantes, sobressaem-se:

**a)** As dificuldades de comercialização da produção e a inabilidade da UCAG no sentido de aumentar as vendas ou de superar as restrições do espaço mercantil:

*Essa questão de comercialização não é de hoje que é um problema na AGRECO e já foi muito falada nas reuniões e assembléias. Tá sendo pago técnico pra isso, mas a coisa não caminha como devia (agricultor, 34 anos).*

**b )** O crescimento repentino da Entidade e do número de agricultores associados:

*Eu coloco a AGRECO como uma coisa boa mas que deu um salto muito alto... então ela cresceu, cresceu muito rápido e daí caiu(...) Nós fomos de 50 pra 200 famílias assim sem muita consciência do projeto da AGRECO... e depois o pessoal entrou com o pensamento de botar uma agroindústria pra produzir e ganhar dinheiro, sem muita convicção do que é a AGRECO, do que é ser agricultor agroecológico (agricultor, 52 anos).*

**c)** A heterogeneidade em termos de interesses e de compreensão entre os filiados:

*Um dos nossos grandes problemas está na diversidade de idéias e isso é bom por um lado, mas ruim por outro. Outro dia eu até estava comentando que na AGRECO tem dois tipos de associados: tem aquele que na hora da crise e da dificuldade se sente responsável e procura contribuir e tem aquele associado que na hora da crise e da dificuldade simplesmente desanima, critica e joga a culpa em alguém, no presidente, naquele que não vendeu (...) Então por isso eu acho que se deve discutir o projeto da AGRECO, o que nós queremos e pudemos fazer (agricultor, 52 anos).*



**d)** O aporte de recursos externos e a sua aplicação em iniciativas cujos benefícios são questionados pelos agricultores:

*Pra mim um problema da AGRECO foi a excessiva quantidade de dinheiro que entrou, veio recurso de monte... e a forma como vem sendo aplicados esses recursos não beneficiam o agricultor, a gente até recebeu um pouco em cursos pra capacitação (...) O fato é que esse dinheiro distorceu um pouco dos princípios que eram discutidos, inverteu bastante até... e acabou se entrando num sistema altamente capitalista (...) Então ficaram se preocupando com a propaganda e de onde arrancar e gastar mais dinheiro (agricultor, 26 anos).*

**e)** A restrita participação dos agricultores na construção e na condução do processo de desenvolvimento aliada às dificuldades de comunicação entre os associados e, principalmente, entre os associados e a diretoria:

*Agora um dos problemas é que se tem discutido muito o trabalho da AGRECO mas não muito com os agricultores... é com o pessoal da diretoria, com os assessores que vem (...) Também tem um outro problema que é a falta de comunicação dos representantes dos condomínios e dos núcleos com os demais associados, então o representante vai a reunião e nem sequer passa o que foi discutido pra seus familiares, quanto mais pros outros agricultores (agricultor, 52 anos).*

Por outro lado, convém considerar que além de uma AGRECO idealizada (“proposta”) e outra real (“problema”), muitos dos entrevistados tendem a reconhecer a importância e o significado da própria Associação com base nos aspectos ou resultados positivos logrados.

### 5.2.2. Os ganhos e as expectativas: a “AGRECO como oportunidade”

Sabendo que o principal problema vivido pela maioria dos agricultores entrevistados – especialmente os produtores de hortaliças – refere-se à persistência das dificuldades em termos de renda, não deve nos surpreender que suas expectativas privilegiem a possibilidade da Entidade superar as restrições em torno do processo de comercialização:

*Tem coisas boas que a gente descobriu e tem outro lado que não era pra ter seguido esse caminho (...) Primeiro, acho que devia mudar na diretoria a parte de gerenciamento dos negócios, das vendas... a gente gostaria que o que se produzisse eles conseguisse vender, o que tá devagar ali é a venda (agricultora, 43 anos).*

Mesmo reconhecendo o peso desta problemática, sua análise será protelada para o Capítulo 7, por enquanto, a citação serve apenas para indicar que de várias maneiras os

entrevistados manifestam sua crença e esperança na mudança desse e de outros aspectos desfavoráveis que caracterizam o processo de contração do espaço associativo. Também de muitas formas os agricultores tendem a reconhecer que “apesar de todas as dificuldades” a AGRECO proporcionou alguns ganhos e potencializou uma série de oportunidades (presentes e futuras).

*Olha o meu orgulho é que eu aprendi bastante com essas andanças pra cima e pra baixo. O projeto ajudou a enxergar que o produtor deve aproveitar os recursos e as oportunidades que tem na propriedade e outro lado é ter distância do agrotóxico (agricultor, 53 anos).*

*Acho que se criou e potencializou uma série de oportunidades, tipo a questão do agroturismo que permite diversificar as atividades na propriedade e ter uma outra opção de renda... as agroindústrias também... têm dificuldades, mas tão agregando valor e gerando empregos (técnico, 33 anos).*

Não deixa de ser interessante perceber que em relação à experiência associativa os principais ganhos identificados foram em termos de aprendizado pessoal e valorização do ofício de agricultor:

*É que antes a gente era muito tímido. Hoje a gente é também, mas já se consegue conversar com certas pessoas, não se tem mais aquele receio... a gente até se acha importante também, porque muitas vezes vem pessoas bem estudada e perguntam como é que faz isso, como é que faz aquilo... (...) Hoje, por ser agricultor a gente não se intimida e até tem orgulho porque sem o agricultor não tem cidadão que sobrevive e uns anos atrás a gente tinha vergonha de ser agricultor, de ser colono (agricultor, 39 anos).*

Ainda sob esta perspectiva da “AGRECO como oportunidade”, um outro aspecto levantado pelos informantes está no fato das diferentes estratégias implementadas oferecer maiores oportunidades de trabalho e renda, tornando o campo mais atrativo para a permanência dos jovens agricultores.

Em face do reconhecimento acerca destes ganhos e oportunidades desencadeados pela experiência associativa, há quem acrescente outras vantagens e, ao mesmo tempo, acabe reconhecendo outros problemas:

*Apesar de todas as dificuldades o nosso trabalho não é tanto pelo financeiro porque tem outros ganhos... hoje Santa Rosa é conhecida em outros estados, no Brasil inteiro e até mesmo em outros países graças ao trabalho da AGRECO, da Acolhida... É até um pensamento da gente que o trabalho cresceu muito mais pra fora do que aqui dentro (...) e nem foi tanto nós que divulgamos, mas principalmente esses projetos como o Vida Rural Sustentável que estavam investindo dinheiro e queriam fazer propaganda só das coisas boas... Agora quando chegavam as excursões a gente colocava que tinha muitas dificuldades, que as agroindústrias tinham muita capacidade ociosa, que o*

*individualismo é muito forte... só que bem ou mal a gente tem uma organização que tá funcionando e que pode ser feita muito melhor do que a gente tá fazendo (agricultor, 52 anos).<sup>4</sup>*

Não deve passar despercebido aqui, a tentativa, já referenciada, de fazer um balanço tanto dos aspectos positivos quanto negativos, de se posicionar criticamente diante da complexidade do contexto vivido. No nosso modo de ver, tal atitude torna-se indispensável à constituição do agricultor enquanto sujeito<sup>5</sup> do processo em curso e fundamental à concepção e proposição de mudanças que permitam superar as limitações associadas ao movimento de contração do espaço associativo. Dito pressuposto torna-se ainda mais evidente quando um dos agricultores afirma que:

*O futuro depende de todos... porém muito mais do trabalho dos agricultores... uma coisa é verdade quanto mais a AGRECO for deixada nas mãos das pessoas que não são agricultores mais problemas aparecerão (agricultor, 26 anos).*

No limite, as mudanças necessárias revestem-se de uma radicalidade que se chega a vislumbrar a “AGRECO como oportunidade para uma outra proposta”:

*O que eu espero é a realização daqueles princípios iniciais... de acordo com as necessidades de hoje. Pra mim é um momento de construção de uma outra proposta que hoje ainda não tá muito clara mas que vai ser o resultado dessa experiência que se teve (agricultor, 26 anos).*

Em face das considerações efetuadas nesta seção, convém ressaltar que ao mesmo tempo em que os discursos dos entrevistados convergem para o reconhecimento da “Agreco enquanto proposta”, tendem a divergir em relação à forma como assumem as outras duas formas de apreciar a Entidade. Isto é, enquanto na avaliação dos produtores mais afetados pelas dificuldades existentes predomina a apreciação da “AGRECO como um

---

<sup>4</sup> É oportuno dizer que boa parte da imagem construída pela AGRECO enquanto protagonista de um projeto de viabilização da agricultura familiar deveu-se à intensa divulgação da experiência através da mídia impressa ou televisiva. Entretanto, ao mesmo tempo em que o marketing ampliava o reconhecimento do projeto e consolidava sua imagem e sua dimensão interinstitucional (o conteúdo sempre positivo ou otimista das matérias sugerem uma espécie de prestação de contas pelo aporte de recursos externos), também incitava uma certa indignação nos agricultores com sérias dificuldades de renda, especialmente por causa da divulgação (até pouco tempo atrás) de que cada membro da família envolvida no projeto estava obtendo um ganho mensal de mais ou menos R\$ 500, 00.

<sup>5</sup> Entendendo por sujeito o indivíduo que procura ser autor de sua própria vida e não apenas um ente passivo, comungamos o entendimento de que não se trata de uma “entidade isolada” ou um indivíduo encerrado na sua particularidade e nem tampouco um mero “produto social” sendo, portanto, “[...] um ‘ator social’, que se afirma à medida que se reproduz enquanto produtor de uma situação” (BRANDENBURG, 1999, p. 41).

problema”, nas considerações dos demais agricultores e até mesmo dos técnicos percebe-se mais facilmente a ênfase na “AGRECO como oportunidade”.

Contudo, mais do que vincular este ou aquele grupo a uma ou outra versão, queremos deixar claro que todas as três perspectivas fazem parte da mesma realidade e, não obstante, às vezes estão presentes – por mais contraditório que possa parecer – na fala de um mesmo sujeito, quanto mais no discurso do mesmo grupo. De fato, se desejamos escapar da crença em torno de um discurso coerente por parte deste ou daquele indivíduo ou grupo, segundo essa ou aquela perspectiva, ou ainda, em torno de um consenso, devemos considerar que isso não é possível dada a complexidade que caracteriza qualquer processo de mudança socioespacial. O depoimento abaixo vai ao encontro desse entendimento:

*A gente mesmo se confunde quando tá pensando, quando tá falando e tentando entender tudo que aconteceu porque na verdade é muito complexo tudo isso (agricultor, 52 anos).*

Contudo, em decorrência das questões levantadas na análise das representações e dos sentidos atribuídos à AGRECO, gostaríamos de considerar de forma mais detalhada uma dimensão essencial ao entendimento da atual fase de contração do espaço associativo: a dinâmica dos fóruns de participação institucionalizados e o relacionamento entre os agricultores filiados e a direção da Entidade.

## 5.2. OS ESPAÇOS DE PARTICIPAÇÃO E O DISTANCIAMENTO DIRETORIA-ASSOCIADOS

Assim como em qualquer outra associação da mesma natureza, um dos maiores desafios da AGRECO tem sido a capacidade de se firmar enquanto organização com elevada participação para o encaminhamento das demandas dos agricultores filiados.

É sabido que no início, quando a AGRECO agrupava algumas dezenas de famílias e atuava numa escala mais local, as discussões e decisões ocorriam em reuniões onde o envolvimento e a participação dos agricultores era mais significativa. Todos se conheciam e

os encontros – realizados em sua maioria na casa dos próprios filiados – alimentavam laços de interconhecimento e de solidariedade e, freqüentemente, incluíam alguma forma de confraternização. De uma certa forma, esta atitude de integração em relação à Entidade pode ser inferida das expressões empregadas por alguns agricultores entrevistados: “A AGRECO somos nós”, “Eu sou parte da AGRECO”, “A AGRECO são os agricultores”.

Com a ampliação do espaço associativo, entretanto, as reuniões passaram a envolver um número muito maior de agricultores de diferentes localidades, tornaram-se mais formais e menos participativas, reforçando cada vez mais as posições hierárquicas dentro da própria Entidade. Além do que, se antes o agricultor participava de forma pessoal e direta, a partir da atuação da figura do “representante do condomínio” seu envolvimento passou a ser cada vez mais indireto. Em face deste quadro desencadeou-se tanto um certo estranhamento entre os próprios agricultores como um “distanciamento entre diretoria e associados”.

Se de um lado, a direção da Entidade propala que “Para uma AGRECO forte é preciso que seus sócios acreditem nela, participem ativamente das discussões no seu interior, das suas reuniões e assembléias” (AGRECO, 1999, p. 2), de outro, estudos recentes (MOREIRA, 2000; MULLER, 2001; LUZZI, 2001) e as próprias observações feitas em campo permitem afirmar de que os espaços de participação institucionalizados não vêm permitindo o desenvolvimento dos agricultores como sujeitos sociais engajados na construção da Entidade.<sup>6</sup>

Três constatações reforçam este ponto de vista: i) A redução gradativa do número de agricultores participantes nas Assembléias Gerais, Reuniões do Conselho Deliberativo e Reuniões da Comissão de Produção e Comercialização, verificada junto às listas de presença anexadas às respectivas atas; ii) As últimas duas Assembléias (09/03/02 e 27/12/02) começaram seus trabalhos em segunda chamada devido à falta de quorum, sendo que a penúltima foi realizada para (re)eleger a diretoria da Entidade; iii) A Reunião do Conselho

---

<sup>6</sup> De um modo geral estes espaços são muito mais ocupados pelos homens do que pelas mulheres agricultoras. Sobre sua participação nas reuniões do condomínio uma agricultora fez o seguinte comentário: *Quantas vezes acontecia aqui em casa e eu dizia alguma coisa... tinha um ou outro que dava razão mas os outros nem aceitavam, não sei se é porque eu sou mulher.* Convém observar que no caso da AGRECO, faltam iniciativas que busquem fazer com que os sujeitos reflitam e trabalhem questões de gênero como essa.

Deliberativo de 29 de março de 2002 teve como ponto de pauta a questão da “Participação dos condomínios nas reuniões”. Nesse evento, os membros do CD e CPC acusaram a pouca participação de alguns condomínios nas reuniões, alegando que “Este fato gera desinformação e dificuldades para articular e definir questões que envolvem a Rede de Agroindústrias da Agreco. Uma causa apontada para este fato é o desânimo de alguns produtores diante das dificuldades apresentadas. Em alguns condomínios, existem até produtores abandonando as atividades, definitivamente, ou, na perspectiva de retornar no momento em que considerar a condição mais favorável” (AGRECO, 2002c).

Nas entrevistas realizadas, foi possível identificar duas situações emblemáticas: de um lado, os agricultores que não (ou raramente) participam das reuniões e assembléias alegam que procedem dessa forma porque se sentem um tanto intimidados nesses eventos, porque estão cansados de tantos encontros e/ou porque consideram que não adianta de nada, já que “é muita discussão e pouca ação”; de outro, aqueles agricultores que participam assiduamente e que embora concordem com o excesso de reuniões e com a morosidade no encaminhamento das deliberações tomadas, consideram que a realização daqueles fóruns e a participação dos associados são indispensáveis ao processo em curso.

*Não tenho mais participado porque tem muita coisa que tá sendo decidido e não tá sendo cumprido... de que adianta a gente não vê acontecer mesmo (agricultor, 45 anos).*

*Ainda não falhei uma reunião (...) agora até tá um pouco mais devagar, mas teve um ou dois anos aí que era reunião, era curso... A gente sabe que o pessoal tá saturado de tanta reunião, que a propriedade também sente, os serviços ficam pra trás e no final o cara nem sabe se vai pra roça ou se vai pra lá (...) O gasto também, porque o agricultor ganha pelo serviço que faz, não tem salário que vem de fora (...) Só que não adianta, é uma Associação não é, então tem que ter reunião e tem que ir (agricultor, 52 anos).*

É claro que as razões comumente apresentadas pelos informantes tornam-se insuficientes para explicar as raízes desta forma de alienação, devendo-se acrescentar, da parte da maioria dos associados, a deficiência dos valores e atitudes voltados à experiência coletiva e, do lado da diretoria, as debilidades na construção e aplicação de uma metodologia de trabalho que, a partir dos fóruns institucionalizados, tornasse o processo efetivamente democrático e participativo.

*Acho que é uma proposta muito do urbano pro rural... tem Conselho Deliberativo, tem Comissão de Produção e Comercialização, mas pela forma como se encaminha as coisas não é o agricultor*

*quem toma as decisões... ele acaba apenas acatando aquilo que já vem pronto e já tá definido e não deve ser assim, tem que ter participação (...) Então é uma associação só no nome porque na prática qual é o espírito cooperativo que existe entre os agricultores... então acho que o grande furo do projeto foi ali (...) A gente teve no início uma equipe técnica significativa, o escritório tava cheio de técnico mas pra orientar na questão econômica e na questão de gestão dos condomínios, agora essa questão da consciência de grupo, esses valores coletivos faltaram... porque os agricultores hoje não pensam o processo, nem são donos, eles são só mão de obra (agricultor, 38 anos).*

Observe-se neste relato, a referência explícita ao caráter “legitimador” dos fóruns de deliberação (assembléias e reuniões).

Moreira (2000, p. 391), também avalia que a dinâmica construída pela AGRECO atropelou o processo de mudanças de valores de uma cultura individualista e competitiva para uma cultura solidária e participativa. Nesse sentido, torna-se pertinente a constatação feita por um agricultor de que quando passou de cinquenta para duzentas famílias o que houve não foi “crescimento”, mas sim “inchaço”.

Considerando este quadro, o conceito de “alienação local” – empregado por Santos (1999) para representar que no presente momento histórico o ator é freqüentemente apenas o veículo da ação e não o seu motor – parece adequado para qualificar a condição de boa parte dos agricultores em relação ao processo.

No nosso entendimento, outros dois aspectos relacionados à dimensão política do espaço associativo também contribuem para agravar o *distanciamento diretoria-associados*: i) o papel secundário atribuído à formação/consolidação de novas lideranças entre os próprios agricultores, indispensáveis à rotatividade dos indivíduos nos cargos de direção da Entidade; ii) a problemática em torno da figura do Coordenador Geral, representada tanto pelo desgaste sofrido em função de estar à frente da AGRECO desde sua constituição, como pelo fato de residir e trabalhar fora do município, o que a leva a uma presença e atuação muito esporádicas junto aos associados.

*A gente vê a permanência de pessoas muito tempo na direção como um problema, porque por mais que elas se esforcem acabam se acomodando, queira ou não queira acabam inibindo o surgimento de novas lideranças (...) e ainda tem o fato de ser alguém que não é agricultor, que tem outro trabalho e que não pode estar no dia a dia da associação... e aí qual é o ritmo que se imprime? É a visão do agricultor? Não, é a visão de quem olha de lá pra cá, de fora pra dentro (...) a gente até brincava:*

*tá sendo associação dos agricultores ecológicos? Não, tá sendo associação pros agricultores ecológicos! (agricultor, 38 anos).<sup>7</sup>*

Convém chamar a atenção para o fato de que com o acirramento do quadro de tensões e dificuldades, as atitudes de estranhamento dos filiados passaram a incluir uma certa diferenciação espacial, isto é, o escritório da UCAG se consolida como referência material da direção da AGRECO e passa a ser alvo das críticas dos agricultores descontentes com o processo. Muller (2001, p. 145), ao assumir uma interpretação semelhante, chega a considerar que “(...) é como se a AGRECO deixasse de pertencer aos associados para agora pertencer à diretoria e à equipe técnica (...) num processo de ‘desapropriação’ e de ‘centralização’ de poder”.

Ainda sob este ângulo, o distanciamento entre diretoria e agricultores associados pode ser abstraído tanto da imbricação dos pronomes pessoais com os demonstrativos espaciais (a gente aqui/eles lá) como através da recorrente associação entre AGRECO, diretoria e o escritório da UCAG, isto é, do uso destes termos como sinônimos ou equivalentes.

*Bem da verdade eles ficam lá naquele escritório... vendendo ou não vendendo cada um tem o seu salário mesmo e a gente aqui é que fica com os problemas (agricultora, 52 anos).*

Em nossa opinião, um outro importante fator que vem contribuindo para o distanciamento entre diretoria e associados, reside nas debilidades da “mediação” entre esses dois pólos da Entidade. Ao mesmo tempo, não restam dúvidas de que muito desse “meio de campo” teria que estar sendo desempenhado pelos técnicos que atuam na extensão rural, entretanto, por razões diversas, não é o que vem acontecendo.

*Geralmente quem entra mais em contato com a diretoria e com o escritório são os representantes dos condomínios, agora se tivesse os técnicos que fizessem o “meio de campo” a gente estaria mais bem informado e à par do que está acontecendo (agricultor, 33 anos).*

---

<sup>7</sup> Convém lembrar que muitas destas questões preocupavam também certos técnicos que atuavam junto à Entidade. Prova disso pode ser encontrada na ata da reunião do Conselho Deliberativo de 22 de fevereiro de 2002, que registra as recomendações feitas pela agrônoma contratada pelo Projeto Desenvolver, por ocasião de sua saída: “Ter um agricultor na UCAG para monitorar a operacionalização dos trabalhos e retirar a sobrecarga do Coordenador Geral; Continuar os trabalhos de capacitação em gestão participativa; Normatizar as instâncias estabelecendo regras de funcionamento; Intensificar a formação na área de comercialização; Fortalecer a participação nos fóruns de deliberação” (AGRECO, 2002b, p. 2).



No entendimento da direção da AGRECO, a assistência técnica deve ser responsabilidade do Estado e, como é sabido, ao longo da sua trajetória a Associação sempre dependeu das parcerias com o poder público (municipal/estadual) ou de projetos com outras instituições para que seus associados tivessem acesso a esse serviço. Além de uma assistência irregular e da elevada rotatividade de técnicos, outro agravante foi a contratação de profissionais cuja formação e experiência não estavam ajustadas às demandas do contexto de desenvolvimento, especialmente no que se refere à capacidade de atuar a partir de uma metodologia de trabalho efetivamente participativa, que promovesse o agricultor à condição de co-autor do processo.

*Hoje praticamente não tem nenhuma assistência técnica.... Bem da verdade a gente tem um técnico só que ele não atua à campo (...) No início tinha bem mais só que quando terminou o Programa Desenvolver os técnicos foram embora... sei bem que os técnicos não tinham uma formação, eles eram formados no sistema convencional, muito mais pra orientar pra produção de fumo do que de horta orgânica. Agora tem os técnicos da EPAGRI só que eles têm que atender os agricultores de todo o município (agricultor, 33 anos).*

*No início da AGRECO e até hoje... o que há essa insistência de tentar passar uma coisa como se o agricultor não soubesse disso, então ao mesmo tempo em que é deficiente ela cria uma dependência (...) então o técnico serve pra passar uma idéia desenvolvida com pouca participação do agricultor... e tem mais, o mesmo técnico que passou a dar assistência é aquele que no dia anterior fazia a insistência na fumageira, pra que o agricultor fizesse assim e assim... (agricultor, 26 anos).*

Em face destes depoimentos algumas questões relacionadas às insuficiências do serviço de assistência técnica precisam ser ressaltadas, até para poder efetuar algumas ressalvas. Primeiramente, é preciso esclarecer que a “inexistência de assistência técnica” foi identificada apenas pelos produtores da área vegetal, haja vista que até meados de 2003 tanto a atuação do técnico agrícola (que era instrutor de fumo antes de passar a trabalhar na AGRECO) vinha se restringindo ao escritório e ao processo de comercialização, como a da engenheira agrônoma recém-contratada estava se concentrando no cadastramento dos produtores exigido pelo processo de certificação (motivo pelo qual veio para a Entidade).<sup>8</sup>

Em segundo lugar, a observação em torno do fato de que os técnicos da EPAGRI têm de atender a todos os agricultores do município parece pertinente na medida em que

---

<sup>8</sup> Já entre os produtores da área animal, percebe-se uma grande satisfação no que se refere à atuação do veterinário, apesar de que sua permanência esteja sendo ameaçada pelo término dos recursos do PVRs.

aponta para o entendimento de que seus compromissos maiores não são com a Associação, o que limita, obviamente, seu engajamento no processo em curso.

Em terceiro lugar, as constatações sobre as deficiências na formação (“convencional”) dos técnicos levantam uma questão crucial para qualquer iniciativa de desenvolvimento rural inovadora: a tendência de reproduzir, através da assistência técnica, o perverso sistema de “pensar pelo agricultor”, numa clara demonstração de “deslegitimação de seu saber”, ou ainda, de separação entre saber “científico” (técnico) e “prático” (agricultor) (MOREIRA, 2003). Não seria demais lembrar que este pressuposto traduz a lógica da formação técnica e da extensão rural convencionais. Nesse sentido, a substituição do termo “assistência” por “insistência”, conforme verificada num dos relatos acima, parece ser bastante ilustrativa das deficiências e tensões existentes.

Sobretudo, o que estas questões nos levam a reconhecer é que a assistência não vem cumprindo de forma sistemática com seu papel de mediação entre os propósitos da diretoria e a demanda (no sentido amplo) dos agricultores associados.<sup>9</sup> Por fim, a simples observação feita por um agricultor poderia ser tomada como a solução mais sensata para esse distanciamento que é ao mesmo tempo social e espacial:

*A diretoria podia funcionar bem melhor se tivesse mais junta do agricultor (agricultor, 37 anos).*

Em face das questões abordadas nesta última seção, cabe uma breve reflexão sobre o modelo de desenvolvimento protagonizado pela AGRECO, já que tem sido propalado como um processo de desenvolvimento local e até mesmo territorial.

Para tanto, achamos oportuna a distinção feita por Ávila (2002) entre “desenvolvimento no local” e “desenvolvimento local”. Segundo o autor, no primeiro caso, agentes externos se dirigem à comunidade localizada para promover melhorias nas suas condições de vida, com a participação da mesma, enquanto que no segundo, a comunidade mesma desabrocha suas capacidades ou habilidades de agenciamento das mudanças nas

---

<sup>9</sup> De acordo com Lombardo (citado por MARTÍNEZ, 2001), o papel do técnico deveria consistir em facilitar a formação e o crescimento dos indivíduos e dos grupos em sua capacidade de participação nas decisões que afetam sua vida cotidiana, em animar o desenvolvimento de um modo de pensar reflexivo e em fomentar a criatividade e a autovalorização de si e do seu grupo.

próprias condições de vida, metabolizando, obviamente, as participações contributivas de agentes externos.

Em face desta distinção e dos dados já levantados acerca da forma como a AGRECO e o contexto de desenvolvimento foram construídos, assim como da forma como se dá à participação dos agricultores no processo – e que será mais aprofundada nos capítulos seguintes –, parece mais pertinente enquadrá-lo como um contexto de “desenvolvimento no local”.

## Capítulo 6

# A ECOLOGIZAÇÃO/AGROINDUSTRIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO, O AGROTURISMO E A REVALORIZAÇÃO DO ESPAÇO LOCAL

*A história concreta do nosso tempo repõe a questão do lugar numa posição central [e impõe] a necessidade de, revisitando o lugar no mundo atual, encontrar os seus novos significados (SANTOS, 1999, p. 252).*

No que tange ao nosso estudo de caso, não resta dúvida de que cada instrumento implementado a partir da AGRECO pode ser vista como tendo uma dinâmica mais ou menos própria. Tanto é que o desenvolvimento de alguns deles perpassou pela institucionalização de entidades “autônomas”.

Assim é que neste capítulo, buscamos *analisar a relação dos agricultores com os sistemas de objetos e de ações vinculados à produção orgânica, às agroindústrias de pequeno porte e ao agroturismo*, por entender que a lógica dessas estratégias se diferencia das demais em função da natureza das mudanças desencadeadas no âmbito do estabelecimento familiar e da localidade rural.

Dada a estreita relação entre ecologização e agroindustrialização da produção e o fato de incluírem a totalidade das famílias de agricultores associadas à AGRECO, elas serão abordadas, sobretudo, com o auxílio da noção de “lugar”: a primeira, pelas suas implicações sobre a unidade de produção familiar (seção 6.1) e a segunda pelos seus efeitos sobre certos aspectos da localidade e da vida local (seção 6.2). Já o agroturismo (seção 6.3), é enquadrado por ser uma estratégia que envolve um número bem menor de famílias e pelo fato de sua dinâmica espacial poder ser melhor abordada a partir da noção de “paisagem”.

### 6.1. ECOLOGIZANDO A PROPRIEDADE COMO LUGAR DA FAMÍLIA

## Prancha 2: cenas das propriedades e do manejo ecológico



Assim como acontece com tantas outras categorias de produtores agrícolas, a questão da propriedade é indiscutivelmente central na análise da experiência do agricultor filiado à AGRECO.

*Significa tudo... sem isso aqui o que seria de mim e de minha família? (agricultor, 56 anos).*

*Representa tudo pra mim, é o lugar onde eu nasci e me criei... isso aqui não tem preço! (agricultora, 35 anos).*

O sentido de totalidade contido nestas expressões coloca em evidência a extensão dos laços afetivos e do apego do agricultor com a propriedade, sobretudo como lugar da família. Também no segundo depoimento pode-se constatar o quanto o fato de ter nascido/criado na propriedade pode marcar esse lugar de vida.<sup>1</sup>

Ao mesmo tempo, o ritmo de vida do agricultor está atrelado à natureza e aos processos de nascimento, crescimento e morte dos organismos vegetais e animais. O vínculo com a terra e com a natureza, a satisfação que é encontrada no trabalho são atributos de uma lógica familiar que na opinião de Brandenburg (1999) são reafirmados cotidianamente, apesar de que essa vivência tende a se diferenciar entre os membros da família (de acordo com o sexo, faixa etária, etc).

A relação do agricultor e sua família com a propriedade ou com a terra que exploram constitui-se, de muitas maneiras, num centro denso de significados e valores, especialmente a partir da esfera do convívio doméstico, do trabalho e da produção. Enquanto lugar, a propriedade condiciona o imaginário, as práticas e as situações vividas, que por sua vez, reafirmam o estatuto privado desse espaço enquanto núcleo de uma sociabilidade familiar.

Segundo Maurel (1998), querer dissociar o que diz respeito ao econômico e sociocultural (da ordem do simbólico), seria arriscar-se numa segmentação arbitrária, ou seja, a questão da relação com a propriedade deve ser colocada de forma a não privilegiar uma ou outra de suas dimensões, mas sim no sentido de entender, na medida do possível, a maneira como essas se articulam.

---

<sup>1</sup> Sabe-se que a propriedade enquanto espaço familiar configura-se a partir da casa. A casa é o lugar de onde parte uma teia de ligações significantes com o jardim, a horta, o paiol, o estábulo, as roças, etc. “A casa, o lugar da casa, a disposição das coisas na casa, a hierarquia, a coesão e as regras morais se dão em casa. Essas últimas se manifestam e se reproduzem no espaço da comunidade” (TEDESCO, 2001, p. 51).

Esta propriedade, portanto, que é ao mesmo tempo material e imaterial, forma e conteúdo é o que estamos chamando aqui de “lugar da família”.

No caso dos agricultores AGRECO, considera-se que as mudanças no sistema de trabalho e no processo produtivo – calcadas na eliminação do uso de agroquímicos e na adoção de outras técnicas de base ecológica – vêm acompanhadas de um processo de ressignificação e revalorização dos elementos concernentes à propriedade. Por isso, nesta seção, estamos interessados em analisar tanto os benefícios (Item 6.1.2.) quanto as dificuldades e contradições (Item 6.1.3) relacionadas ao processo de ecologização. Antes de assumirmos esses termos, entretanto, precisamos esclarecer alguns aspectos relacionados ao manejo produtivo e aos agricultores AGRECO.

#### 6.1.1. Acerca da diversidade de denominações, de formas de manejo e de produtores

Um tema controverso em torno do sistema produtivo difundido pela AGRECO está relacionado à sua denominação. Para começar, o Regimento Interno faz referência tanto à “agroecologia” como à “agricultura orgânica”. No referido documento, enquanto a primeira noção assume um sentido mais idealista e ecocêntrico, a segunda é encontrada sob uma ótica mais pragmática, sendo empregada, por exemplo, quando se trata dos princípios gerais, das técnicas e dos procedimentos de manejo.

Entre os pesquisadores que já se debruçaram sobre a experiência da AGRECO, prevalece o enquadramento do sistema de produção como sendo “agroecológico”, mesmo reconhecendo as deficiências existentes. A referência à “agroecologia” também é recorrente no discurso da direção e da coordenação da Associação, muito embora os produtos sejam comercializados com a chamada “Ético e orgânico” nos rótulos.

Já entre os produtores, encontramos desde a simples idéia de “produção sem agrotóxico” até os termos de “agricultura ecológica” e “orgânica” e, eventualmente, as noções de “produção agroecológica” e de “permacultura”.

*Antes a gente falava de produção sem agrotóxico, agora, ultimamente, é que a gente vem chamando de produção ecológica, orgânica (agricultor, 23 anos).*

Em face desta miríade de termos, preferimos não assumir no presente trabalho nenhuma definição em particular. Opção que se justifica pelo fato de que na prática o que vem ocorrendo é a incorporação – de forma diferenciada entre os produtores – de preceitos e práticas de base ecológica ao sistema produtivo, o que caracterizaria muito mais um “processo de ecologização” (BUTTEL, 1995) do que a aplicação rigorosa de um padrão alternativo de agricultura, até porque, princípios e técnicas dessa ou daquela abordagem ainda não estão sendo considerados ou não foram implementados de forma generalizada.

Portanto, no que concerne ao manejo produtivo praticado pelos agricultores AGRECO tem-se um quadro bastante diversificado e que poderia ser ilustrado com a concepção de uma escala onde:

**a)** Num extremo, estariam os produtores de leite que ainda continuam utilizando uréia na produção de milho destinado à alimentação das vacas e por isso, se aproximariam de uma forma de agricultura de insumos reduzidos.<sup>2</sup>

*Aqui na região se não usar adubo ou uréia pra plantar milho tu não colhe, ainda não foi encontrado uma outra saída... e esse é o maior empecilho pra nós ter o leite orgânico e a certificação (agricultor, 37 anos).*

**b)** Numa posição intermediária encontramos a maioria dos produtores cujo manejo está baseado principalmente na eliminação do uso de agroquímicos e no emprego de adubação orgânica e que se aproxima do que apregoa a agricultura orgânica e ecológica.

*Agricultura orgânica pra gente é trabalhar sem adubo químico, sem nenhum veneno... é usar esterco e esses preparados caseiros nas plantas (agricultor, 37 anos).*

**c)** Noutro extremo, estariam alguns produtores que inspirados nas abordagens da agroecologia e da permacultura, vêm construindo agroecossistemas que além do emprego de técnicas ecológicas elementares, procuram integrar as diferentes atividades e planejar a propriedade como um todo.

*A gente começou a ver que pode melhorar ainda mais nessa questão de produção e na organização da propriedade (...) na permacultura se fala de trabalhar o mínimo possível, de fazer um sistema que funcione por si. Então esse tipo de lógica, a questão das energias na propriedade, de multiplicar a função de cada coisa, de integrar as atividades... se você planejar direito em dois hectares você*

---

<sup>2</sup> Na verdade, não são apenas os produtores de leite que utilizam uréia na cultura do milho, segundo depoimento de um técnico da Entidade, 90% dos agricultores utilizam o referido insumo.



*consegue tirar o seu sustento, viver bem, daí você pode deixar o resto da propriedade pra preservação (agricultor, 25 anos).*

Note-se que estes manejos apontam para duas formas distintas de perceber e organizar o espaço da propriedade: uma mais “instrumental”, que se preocupa apenas com aqueles fatores diretamente relacionados à atividade produtiva (mercantil) e outra mais “sistêmica”, que tende a conceber a propriedade como um conjunto ou organismo.

Independente disto, os agricultores comungam o reconhecimento de que a agricultura de base ecológica é mais adequada às condições geoambientais e à lógica de funcionamento da agricultura familiar, predominantes na região:

*Essa produção tá sendo bastante valorizada por nós porque aqui é lugar do pequeno... onde tem lugar pra máquina é lugar pra coisas maior e onde não tem lugar pra máquina as coisas tem de ser feita à mão e a agricultura ecológica é coisa feita mais com a mão (agricultor, 53 anos).*

Um outro elemento de consenso entre os produtores entrevistados está na forma como se autodefinem, entretanto, o mais curioso é que ao invés de se adjetivarem de ecológicos, orgânicos ou ainda agroecológicos, eles continuam se autodenominando como “pequenos agricultores” ou simplesmente “agricultores”. Acreditamos que isso se deva ao peso do domínio do “saber herdado/empírico” haja vista que a quase totalidade dos agricultores atendidos pela AGRECO são descendentes diretos de agricultores e trazem consigo toda uma experiência de vida na agricultura, o que os torna possuidores de um conhecimento que surge da imbricação entre o “patrimônio sociocultural” (LAMARCHE, 1993) e o aprendizado advindo da relação direta com os recursos e meios que utilizam para produzir. Não querendo dizer com isso que o patrimônio sociocultural seja aceito sem restrições, o que pode ser ilustrado com o fato de que apesar da maioria ser descendente de colonizadores alemães e italianos, o termo “colono” raramente é empregado, e quando ocorre, é utilizado para expressar uma certa diferenciação em relação à condição atual – tendendo a assumir, certas vezes, uma conotação pejorativa.

*Não é que represente só dinheiro e coisa (...) é que a gente gosta de estar explorando a propriedade sem prejudicar o meio ambiente, de realizar um trabalho que beneficia a todos... Como agricultor hoje se tá mais informado, mais capacitado pras coisas... hoje a gente já não é mais colono, já virou agricultor mesmo. Então a gente se orgulha disso (agricultor, 39 anos).*

Ainda neste depoimento, a ressalva em relação à questão econômica e o sentido socioambiental atribuído ao papel do agricultor/agricultura orgânica, tornam oportuna a classificação dos agricultores filiados à AGRECO a partir da natureza de suas motivações, das concepções em torno do tipo de agricultura e, até mesmo, em relação à proposta mais ampla. Isto é, com base nos dados levantados em campo e na categorização encontrada em Brandenburg (1999), é possível distinguir, de um lado, aqueles produtores que obedecem a uma lógica mais instrumental e economicista e, de outro, aqueles agricultores cuja lógica agrega também valores éticos e socioambientais.

Por hora, deixando de lado a diversidade existente em termos de formas de manejo e de produtores, convém retomar nosso propósito de reconhecer as vantagens e os benefícios associados à prática de uma agricultura ecológica.

#### 6.1.2. Benefícios da ecologização da produção

Indo ao encontro dos significados atribuídos à produção orgânica pelo conjunto de agricultores entrevistados, torna-se evidente que as razões que os levam a optarem e persistirem neste tipo de agricultura referem-se a benefícios tanto materiais quanto simbólicos, tanto objetivos quanto subjetivos, tanto internos como externos à propriedade. Desse modo, os agricultores filiados à AGRECO vêm revalorizando e atualizando o sistema de objetos e de ações que conformam o espaço ou lugar da família.

##### *6.1.2.1. Da (re)valorização dos fatores internos... :*

Procurando caracterizar os benefícios vinculados ao processo de ecologização deve ser mencionado que os fatores levantados pelos agricultores entrevistados, num primeiro momento, referem-se mais diretamente à família, ao trabalho e à propriedade que exploram.

Se por um lado, grande parte dos aspectos que serão caracterizados a seguir pode ser agrupada em torno de uma expressão recorrente na fala de certos agricultores: “qualidade de

vida”<sup>3</sup>, por outro, deve-se dizer que tanto essa expressão quanto as demais vantagens enunciadas pelos informantes estão direta ou indiretamente associadas à eliminação do uso de agroquímicos do processo produtivo.

No caso daqueles agricultores que produziam fumo, então, essa vinculação é ainda mais direta e, com frequência, expressa de forma maniqueísta e/ou metafórica:

*A gente agora parece que tá no céu, antes parecia assim que tava abafada num banhado velho... por causa do veneno... que era coisa triste (agricultora, 54 anos).*

*Pra gente o fumo é o lado da morte e o que tá se fazendo hoje é o lado da vida (agricultor, 39 anos).*

*Ao invés de estar contaminando, hoje tá se limpando a terra (agricultora, 27 anos).*

Certos depoimentos explicitam sentimentos de prazer, de gratificação e de realização pessoal pelo feito:

*Apesar de tudo, o que dá mais orgulho, não é orgulho é prazer de ter parado de usar veneno (agricultor, 51 anos).*

Dito com outros termos, se antes “se produzia fumo sem gostar” ou “sem estar disposto”,

*Hoje se produz com melhor qualidade e com gosto, porque aquilo que a gente está fazendo é com carinho... Isso é resgatar um pouco do que nós éramos antes (agricultor, 53 anos).*

Embora os agricultores estejam cientes de que agricultura orgânica “não é como se produzia antigamente”, que “é bem diferente” (principalmente quanto às práticas ecológicas para prevenção/controle de pragas e doenças e às técnicas de manejo do solo visando recuperar e manter sua fertilidade), as semelhanças com a agricultura tradicional não deixam de ser vistas como um benefício na medida em que permitem a revalorização das práticas agrícolas e culturais antepassadas.

*Quando se é criança as coisas marcam muito e eu lembro que era tudo sem agrotóxico... depois entrou na fase do veneno pesado e agora passou por uma limpeza. Então é como se tivesse voltando no passado, voltando a produzir como era antes só que de forma diferente (agricultora, 35 anos).*

Especialmente para os produtores de hortaliças, a produção orgânica é associada a melhorias na alimentação e no padrão de autoconsumo familiar: seja porque a “verdura”

---

<sup>3</sup> Embora possa parecer desnecessário, é importante lembrar que este termo, assim como tantos outros, vem sendo assumido pelos agricultores familiares a partir do contato estabelecido com esferas discursivas mais amplas, sobretudo com aquela representada por certos atores (intelectuais, técnicos, assessores, lideranças locais) que atuam mais efetivamente no processo de desenvolvimento.

passou a integrar de forma mais significativa e contínua a dieta das famílias, seja porque os produtos consumidos são mais saudáveis e de melhor qualidade.<sup>4</sup>

*Uma das coisas foi que a própria alimentação passou a ser melhor e mais saudável. Antes a gente passava épocas sem comer hortaliça porque era mais difícil produzir (agricultor, 33 anos).*

Observe-se neste depoimento, o que já havíamos mencionado no capítulo anterior, ou seja, o reconhecimento de que a participação no processo de desenvolvimento – e não somente a prática da agricultura orgânica – vem contribuindo para o crescimento e aprimoramento pessoal (“visão um pouco diferente”) e interpessoal (“contato com pessoas”) de boa parte dos produtores.

Ao mesmo tempo, convém observar que em meio ao processo de revalorização dos aspectos relacionados à família, merece destaque a forma como os agricultores passaram a qualificar o “processo de trabalho ecológico”, especialmente em relação àquele executado anteriormente, isto é, na produção de fumo. Dentre as qualidades mencionadas, as adjetivações “leve”, “limpo”, “fácil” e “saudável” são as mais utilizadas pelos informantes:

*Bem mais leve... não é um serviço pesado que maltrata a gente e não é tão agitado como era no fumo... não é que era pesado, a lida com a lenha é que era pesado (agricultor, 54 anos).<sup>5</sup>*

*É bom pra saúde da gente (...) Eu digo assim porque quando se trabalhava com fumo era tanto veneno que nem conseguia se alimentar direito, com a verdura não... é mais limpo (Roseli, 27 anos).*

*É mais fácil porque não se tá tão exposto ao sol, não precisa trabalhar de noite como era com o fumo quando tinha que cuidar da estufa (agricultor, 51 anos).*

No entanto, duas ressalvas são feitas pelos entrevistados. A primeira foi verificada basicamente entre os produtores de hortaliças e está relacionada ao fato do trabalho ser “contínuo”, já que o trabalho na cultura do fumo e até mesmo noutros tipos de lavoura, alterna períodos mais intensos (plantio e colheita) com meses de relativa tranquilidade, ao contrário da produção de hortaliças – especialmente em sistema protegido (estufas)<sup>6</sup> – que

---

<sup>4</sup> Embora alguns agricultores tenham observado que “no geral o consumo de hortaliças é baixo” porque “não se tem o hábito de consumir mesmo”, a realização de algumas refeições (almoço e janta) com as famílias dos entrevistados confirmou um consumo razoável de hortaliças, é certo que mais sob a forma cozida do que crua (salada).

<sup>5</sup> Paulilo (1990), em seu estudo junto a produtores de fumo observou que os entrevistados faziam uma distinção entre trabalho “cansativo” e “pesado”. “O fumo é visto como uma lavoura que dá trabalho exaustivo, mas não pesado. Dizem que ele exige muito trabalho ‘mas tudo trabalho leve’. Pesado é aquele tipo de atividade que exige força física e que é feito sempre pelos homens adultos”, conclui a autora.

<sup>6</sup> No sistema protegido, o fornecimento de água às plantas se dá através de irrigação (aspersão ou gotejamento). No verão como as temperaturas são mais elevadas, a irrigação é feita diariamente.

exige um cuidado ininterrupto. Nesse sentido, torna-se difícil para o agricultor ausentar-se da propriedade muitos dias, isto é, “Não dá pra tirar umas férias quase!”. Numa ou noutra situação, foi observado o uso dos termos “preso” ou “amarrado” para descrever o tipo de dedicação exigido pelo cultivo de hortaliças. Em compensação, há quem veja o fato de forma positiva,

*É um trabalho de dia a dia... não tem aquele dia de agito e outro dia não tem nada pra fazer, é todo dia aquele tanto e acho mais correto assim! (agricultor, 53 anos).*

Esta ambigüidade também é observada em relação à segunda ressalva que está ligada ao fato da remuneração obtida com a produção comercializada ser mensal e, mais recentemente, quinzenal. Isto é, ao mesmo tempo em que receber “tudo de uma vez” ainda é visto como uma vantagem da época do fumo, o fato de atualmente se receber “aos poucos” propicia uma melhor distribuição dos recursos ao longo do tempo.

*No fumo era melhor porque a gente recebia tudo de uma vez, no final da safra... agora o cara vai recebendo aos poucos... Agora por outro lado é bom porque a gente vai recebendo e pagando as despesas, porque antes se pegava meio ano de fiado (agricultor, 23 anos).*

Uma outra mudança relacionada ao processo de trabalho e à organização da propriedade na agricultura orgânica, percebida principalmente pelos produtores de hortaliças, refere-se à redução da área de cultivo em função do sistema de manejo adotado ser mais intensivo e mais exigente em mão-de-obra:

*Antes, quando eu tava solteiro em casa, nós fazia derrubada e plantava três sacos de milho, cem mil pés de rama, cem mil pés de baraço, então se tinha 15 ha de roça... depois que se passou a plantar fumo veio para 3 ha e hoje não passa de 1 ha (agricultor, 54 anos).*

*De primeiro se trabalhava com mais espaço e menos intensidade, então não tinha diferença se uma roça tá um pouco mais longe. Agora, como é o caso da hortaliça, se trabalha num pequeno espaço e mais intensivamente e daí a questão da distância já tem bastante peso (agricultor, 37 anos).*

De uma certa forma, este processo de “concentração espacial da produção” que se acentua com a agricultura orgânica explica tanto o cuidado para que as áreas de cultivo estejam localizadas o mais perto possível da residência ou da unidade agroindustrial como também a diminuição da expectativa fundiária manifestada pelos horticultores, ou seja, eles se dizem satisfeitos com a área que possuem, pois

*Bem da verdade, essa área já tá até grande demais (agricultor, 54 anos).*

Um outro dado curioso entre os produtores de hortaliças refere-se aos usos e significados atribuídos às estufas utilizadas no cultivo protegido. À começar pelo fato de que

*O cara chama “estufinha” porque se falar “estufa” fica meio confuso, não sabe se é estufa de fumo ou estufa de verdura e como essa é bem maior quase devia ser o contrário... (agricultor 23 anos).*

Sabe-se que através da “estufinha” se visa obter um certo controle das variáveis ambientais permitindo a criação de um “microclima” mais adequado à produção de certas espécies de hortaliças, mesmo naquelas épocas do ano mais desfavoráveis.

*Na estufinha as verduras produzem melhor, fica mais molinha, principalmente no verão. Enquanto no inverno nós já plantamos na rua, no verão não se produz verdura fora da estufinha. A estufa é mais para os produtos fora de época, tipo no inverno, se plantar vagem ou tomate na rua qualquer geadinha mata tudo e, no verão, daí é mais folhosa porque fora o calor é forte e costuma dar bastante enxurrada (...) Na estufinha a gente tem sempre o que fazer porque se pode trabalhar dia de chuva... já quando tá muito calor e abafado a gente procura trabalhar mais de manhã e de tardinha e nas horas mais quentes só molhar (agricultor, 23 anos).*

É curioso notar que ao mesmo tempo em que artificializa o meio de cultivo, permitindo uma produção mais regular de certas espécies de forma a atender as demandas de mercado, a “estufinha” acaba redefinindo certos aspectos da lógica de trabalho e do relacionamento do agricultor com os fatores ambientais ou ecológicos.

Outro dado importante relacionado à organização da propriedade encontra-se na necessidade de diversificação da produção, inclusive no sentido de integrar produção vegetal e animal enquanto um dos preceitos inerentes a uma agricultura de base ecológica. MULLER (2001), em seu estudo, constatou que embora a diversificação de produtos e atividades estivesse presente nos estabelecimentos assistidos pela AGRECO, em alguns casos, a valorização e a manutenção dessa prática vinha decrescendo. Já em nossa pesquisa de campo verificamos um movimento contrário, pelo menos entre aqueles produtores e até mesmo por parte de alguns técnicos que vem se preocupando com o planejamento e organização da propriedade a partir dos pressupostos da agroecologia e da permacultura. Um traço comum do discurso desses sujeitos está na crítica que realizam à especialização promovida pelo cultivo de hortaliças orgânicas.

*Não adianta pensar em produzir vinte tipos de hortaliça achando que isto vai diversificar a propriedade porque isso é monocultura! Então não se pode pensar que uma atividade única vai te dar uma sustentabilidade (agricultor, 38 anos).*

*O pessoal custou muito pra perceber a fragilidade do sistema... que se tava num monocultivo... e mais ainda pra mudar e diversificar as atividades e buscar outras alternativas (...) Isso foi de uma certa forma um aprendizado porque hoje se vê a importância de ter um sistema mais sustentável, com as atividades integradas, porque isso dá uma segurança maior (...) Nesse caso talvez não se venda um volume muito significativo, mas o que conta é o que sobra porque não adianta ter um movimento de vinte mil por mês e sobrar só quinhentos (técnico, 33 anos).*

Portanto, se nos primeiros anos da AGRECO, a conjuntura favorável à comercialização de hortaliças motivou a Entidade e seus filiados a privilegiarem a sua produção em sistema protegido (estufas), de uns dois anos para cá essa forma de cultivo intensivo vem sendo visto com restrições tanto em termos de organização da unidade produtiva familiar (especialização), quanto mercantil (acirramento da competição, elevado custo de transporte e baixo valor agregado) e ecológico (degradação do solo e simplificação do agroecossistema).

Pensando ainda na relação dos agricultores em geral com os recursos existentes na propriedade, é preciso destacar o aumento da preocupação com a recuperação do solo, com a proteção dos mananciais e qualidade da água, com a preservação da mata nativa e também com a produção e tratamento de esterco. Na prática esse processo de revalorização tem se traduzido em iniciativas que visam o uso conservacionista daqueles recursos: adubação verde, cobertura morta, consorciamento, rotação de culturas, construção de sistemas de proteção de nascentes, manutenção e/ou recuperação da mata ciliar, recolhimento e acondicionamento do esterco em local protegido, produção de compostos, húmus e biofertilizantes<sup>7</sup>, etc.

Enquanto certos agricultores chamaram a atenção para o fato de que algumas dessas práticas como a adubação verde e a rotação de culturas já vinham sendo realizadas antes mesmo de passarem a produzir ecologicamente, outros explicitaram que parte dessa preocupação, especialmente em relação à conservação dos recursos hídricos e florestais advém do ambientalismo difundido por diferentes atores e meios de comunicação, especialmente pela mídia televisiva. Entretanto, tanto estes quanto aqueles ratificam que

---

<sup>7</sup> Tratam-se de materiais orgânicos que sofreram um processo de fermentação e que além de servirem à nutrição vegetal, podem ser empregado para o combate de certas pragas e doenças.

passaram a dar mais valor e a usar de forma mais criteriosa os recursos disponíveis na propriedade em função da produção orgânica e da existência da AGRECO.

Alguns relatos sugerem que o exercício da agricultura orgânica é responsável ainda por uma maior sensibilidade dos agricultores em relação aos indicadores e processos ecológicos.

*Hoje a gente se dá conta que os venenos que a gente passava matava muitos bichinhos que são bons pra terra... nem minhoca não tinha mais na roça. Agora que a gente parou de passar esses venenos já pode cavar em qualquer lugar na roça que já acha (agricultora, 43 anos).*

*Que nem tem gente que diz que em redor da estufinha tem que tá tudo limpo, eu não acho, pois às vezes é melhor ter mato porque os bichinhos vão no mato e não vão na plantação, porque os insetos que mexem numa cultura são inimigo natural dos que mexem na outra... então eles se equilibram (agricultor, 54 anos).*

Por vezes, esta sensibilidade se manifesta sob a forma de atitudes mais ou menos preservacionistas:

*Hoje a gente trabalha num pequeno espaço e se preserva a natureza, cuida dos bichos, pássaros, pra viver tudo junto (...) antes, eu gastava um quilo de pólvora por ano, hoje nem espingarda eu tenho mais. (agricultor, 54 anos).*

Ao mesmo tempo, deve-se dizer que tais aspectos (revalorização dos recursos naturais e dos meios de produção, práticas conservacionistas, sensibilidade ecológica) se expressam de forma tão diferenciada entre os produtores que torna qualquer possibilidade de categorização extremamente limitada.

#### *6.1.2.2. ... às considerações sobre as externalidades:*

Por outro lado, as implicações do processo de ecologização não se limitam ao espaço familiar incluindo também componentes do ambiente externo, à começar pela revalorização dos recursos hídricos e florestais. Nesse caso, o ambientalismo subjacente à proposta e iniciativas da AGRECO e de seus filiados pode se apresentar também como um campo de tensões e conflitos com outros atores locais que promovem o uso predatório dos recursos naturais.

*Tem os dois lados: tem as pessoas que acham interessante a gente tá trabalhando dessa forma e tem as pessoas que não aceitam e acham que a AGRECO está prejudicando quem continua trabalhando da forma convencional. De vez em quando as pessoas falam que a vinda dos fiscais do*



*IBAMA sempre foi por causa da AGRECO, por causa dos agricultores ecológicos (agricultor, 33 anos).*

Outra dimensão dessa preocupação com as “externalidades” está na relação estabelecida por alguns entrevistados entre a qualidade dos alimentos produzidos e a saúde do consumidor, uma vez que produzir alimento sem veneno representa “qualidade de vida e saúde, tanto pra quem produz como pra quem consome”.

Entre os agricultores cuja lógica inclui estes valores socioambientais, é comum o reconhecimento que isso é o que diferencia o agricultor ecológico dos agricultores convencionais e até mesmo de outras ocupações profissionais.<sup>8</sup>

*Então mesmo com todas as dificuldades a gente se acha valorizado e uma pessoa útil pra sociedade... não é um que vive ali só pra tá tirando benefício ou se encostando pra sobreviver nos órgãos públicos. O agricultor que tá aí na peleia todo dia, no fumo, ele não tem essa noção, não tem esse cuidado, só vê a lavoura do fumo e o dinheiro e o mais em volta ele não enxerga. Hoje já tá enxergando a questão da água e o quanto é importante o solo sem venenos, preservar a mata... o bem da vida. A gente tá orgulhoso por estar produzindo vida! (agricultor, 39 anos).*

Neste ponto, gostaríamos de recorrer a Brandenburg (1999), quando considera que ao optar por uma via diferenciada ou alternativa de fazer agricultura o agricultor familiar não tem em vista apenas o aspecto econômico, mas sua própria sobrevivência e a manutenção das condições ecossistêmicas que garantem a sua reprodução enquanto categoria social. Daí a preocupação de certos agricultores em recorrer aos benefícios socioambientais ou ao caráter multifuncional da agricultura orgânica a fim de convencer seus interlocutores da sua importância e de seu papel na sociedade atual:

*Um outro lado muito interessante é que aqui nas Encostas da Serra nós temos as nascentes dos principais rios que abastecem a cidade grande... Então pra esse pessoal da cidade ter uma água mais limpa eles tinham que incentivar a produção orgânica da AGRECO pra que os outros agricultores deixassem de usar veneno, preservassem as matas... e aí no fim a cidade ia ter água de qualidade e produto limpo (agricultor, 39 anos).*

*Eu acho que nós estamos preservando pros nossos filhos e para os descendentes de todos... só que pra isso tinha que se dar condições de sobrevivência... de que adianta agente tá preservando, preservando mas com necessidade (agricultor, 37 anos).*

---

<sup>8</sup> Por outro lado, cabe considerar ainda que a maior preocupação com o meio ambiente apresenta-se como um parâmetro de caráter ambivalente: ora é utilizado pelos produtores AGRECO como fator de distinção em relação aos demais agricultores (convencionais); ora é empregado por certos agricultores filiados (mais críticos) para diferenciar os próprios produtores AGRECO.

Estes depoimentos vão ao encontro da reflexão sobre o papel do Estado e da sociedade em geral na construção e/ou consolidação de contextos de desenvolvimento e de agricultura mais sustentáveis. Acreditamos que seja necessário realizar o que Jean (1994), denomina de “validação do trabalho social do agricultor familiar”. Via de regra, o reconhecimento do trabalho do agricultor se dá apenas pelo mercado sob a forma de mercadoria, no entanto, segundo o autor, o trabalho agrícola vai além dessa “parte visível”. Há uma “parte invisível” relacionada ao manejo e conservação dos recursos e que apesar de não ter valor ou de não ser remunerada pelo mercado, é essencial à manutenção da base material – e porque não dizer cultural também – que sustenta a sociedade.

Por este viés, torna-se legítimo que num contexto de construção de experiências de desenvolvimento rural que sejam justas socialmente e prudentes ecologicamente, que o economicamente viável dependa da validação social do trabalho do agricultor, ou seja, do reconhecimento da “parte invisível” através de políticas públicas de incentivo (fomento à construção de tecnologias e práticas de base ecológica, criação e fortalecimento de grupos e instituições locais tanto de produtores como consumidores, democratização e criação de linhas de crédito rural específicas, aprimoramento do espaço mercantil, etc.) e do apoio da sociedade através do consumo e da mobilização junto às instituições e agências de desenvolvimento para que estas políticas sejam priorizadas e efetivadas. Acreditamos que de alguma forma esta seja a reivindicação contida nos depoimentos acima.

### 6.1.3. Dificuldades/contradições do processo de ecologização

No discurso dos agricultores AGRECO, o revés da agricultura orgânica ou ecológica está colocado por dificuldades que vão do manejo produtivo à comercialização realizada pela Entidade.

Embora a maior parte dos agricultores admita que “não foi tão difícil” passar a produzir de forma ecológica, principalmente por causa das semelhanças com a agricultura tradicional, praticada por seus antepassados, eles também concordam que as maiores dificuldades em termos de manejo ocorreram no início: baixa fertilidade dos solos,

ocorrência de pragas e doenças, substituição da adubação química pela orgânica, falta de planejamento da produção, deficiência de mão-de-obra, etc.

*Foi mais difícil no começo... o sistema estava todo desequilibrado em função da dependência criada no uso de químicos... e hoje ainda se sofre os resultados disso (agricultor, 26 anos).*

A estas dificuldades iniciais, somou-se a falta de recursos financeiros para implantar a infra-estrutura necessária como, por exemplo, as estufas, no caso dos produtores de hortaliças, e o piqueteamento das pastagens, no caso dos produtores de leite, etc.

Quando comentam sobre a eliminação do uso de agroquímicos os agricultores dão a entender que deixar de usar “veneno” não foi tão difícil quanto substituir o “adubo” pelo “esterco”. Duas dificuldades podem ser enunciadas: a maior quantidade de mão de obra exigida no manejo (recolhimento, tratamento e aplicação) do adubo orgânico e a produção insuficiente deste insumo no interior da unidade produtiva.

*Isso de deixar de usar adubo pra usar esterco foi e ainda é difícil. O esterco não faz o efeito tão rápido, vai muito pra deixar boa a terra. Quando se usava adubo, se não era o suficiente era só jogar mais um punhado que resolvia (agricultor, 23 anos).*

Visando superar a insuficiência de adubo orgânico e atender a demanda da unidade produtiva, os agricultores poderiam aumentar em curto prazo o rebanho bovino o que implicaria num investimento relativamente alto e numa reorganização das atividades e das formas de uso e ocupação do solo da propriedade. Dados esses custos e as mudanças necessárias para se tornar auto-suficiente na produção de esterco, a opção que resta a maioria dos produtores é recorrer a outras técnicas de manejo conservacionista (adubação verde, cobertura morta, plantio direto, etc.), que permite melhorar o teor de matéria orgânica do solo em médio prazo, ou ainda recorrer à fontes externas para obtenção do insumo, que normalmente são os aviários convencionais. Nesse caso, a qualidade do insumo obtido é condenável devido aos resíduos (medicamentos aplicados nas aves e tratamento químico da madeira de onde é extraída a serragem) existentes na cama de aviário, sendo que alguns contaminantes resistem até mesmo ao processo de fermentação – recomendado para esses casos e que raramente é cumprido à risca pelos agricultores.

Outra dificuldade inicial e que ainda persiste refere-se à maior exigência em termos de mão-de-obra do sistema de manejo orgânico, principalmente no que se refere ao controle de ervas daninhas nas áreas de cultivo e de pastagem:

*No início, o problema maior é a questão dos inços, pra você ter o controle... então tem um esforço muito grande pra fazer as capinas e defender a plantação... e mais o fato de não poder usar os adubos (agricultor, 23 anos).*

*Preparar um canteiro e semear não é o problema, o problema é quando chega na capina... enquanto se capina um canteiro de cenoura aqueles do convencional que põe uma bomba de veneno nas costas fazem um hectare (agricultor, 51 anos).*

A maior exigência em termos de mão de obra acrescida da eliminação do uso de agroquímicos para o controle dos inços e nutrição das culturas submeteu boa parte dos agricultores familiares AGRECO a um dilema ou contradição: priorizar a produção orgânica destinada ao mercado em detrimento do cultivo de espécies destinadas ao autoconsumo.

*Uma coisa que a gente vê... é que há tempos atrás nós tinha quase tudo pro nosso consumo... Depois que começamos com a agroecologia a gente abandonou aquilo que dava mais trabalho pra fazer. Agora não se usa mais o Roundap pra matar as ervas, então fica difícil ir lá roçar, limpar... Então se tem que comprar muita coisa do mercado (agricultor, 37 anos).*

*O quê é que acontece, tudo que a gente pode produzir mas acaba comprando fora sai muito mais caro, então não adianta de nada trabalhar só naquele sentido... porque os mercados querem, querem... mas nós temos que cuidar do nosso alimento porque a agricultura familiar tem que fazer o sustento dela (agricultor, 51 anos).*

Com base em Maluf (2002), entendemos que estas constatações validam o pressuposto de que mesmo num sistema de produção orgânica, à medida que o produtor vai se especializando e/ou ampliando a escala de produção de um determinado produto, ele vai deixando de cultivar/criar outros. Por outro lado, observe-se no último depoimento, que as limitações de renda proporcionada pela atividade mercantil vêm promovendo o reconhecimento do papel da produção destinada ao autoconsumo como garantia da segurança alimentar da família e como essencial à lógica de funcionamento da pequena produção familiar.

Em relação ao planejamento da produção orgânica, o principal problema levantado pelos produtores de hortaliças referiu-se à “cota de produção” estabelecida pela Comissão de Produção e Comercialização da Associação:

*Eles fazem uma previsão pra tanto e depois não dá certo porque o mercado só pede aquilo pouco e daí a gente fica com o restante então é uma coisa insegura... não se entende direito mas eu acho que um pouco é falha deles (agricultora, 51 anos).*

O depoimento de um agricultor, registrado na ata de uma reunião da CPC realizada em 23 de janeiro de 2002, vai no sentido de que os produtores não vêm participando do processo de estabelecimento das cotas: “(...) a última cota não foi elaborada adequadamente (...) a cota foi imposta e não construída com os condomínios”.

Portanto, além da dificuldade de planejar a produção a partir da demanda do mercado através do estabelecimento de cotas, deve-se enfatizar que as deficiências já relacionadas à assistência técnica (número insuficiente de técnicos e inexperiência) no capítulo anterior também agravam a problemática. Embora os agricultores admitam que a importância da assistência técnica é maior no começo, durante o processo de transição, quando as dúvidas e problemas são mais frequentes, o acompanhamento técnico continua sendo visto como fundamental, seja “quando surge uma doença, uma praga”, seja no sentido de auxiliar no planejamento e realização da produção primária.

*Eu acho que tá faltando uma assistência pra produção da matéria prima porque além de produzir o agricultor tem de tá correndo atrás. Não é muito fácil lidar com setenta e quatro variedades de hortaliças, dependendo do tipo nem o produtor sabe qual é a época e o dia certo pra plantar, o tempo de colher... a gente até aprende sozinho mas no final acaba apanhando muito (agricultor, 53 anos).*

Dada as debilidades da orientação técnica direta, observe-se que ao mesmo tempo em que se vêem como detentores de uma capacidade e conhecimento próprios, os produtores vêm tomando iniciativas e realizando experiências isoladas, sendo que algumas não têm sido bem sucedidas.

*Nós chegamos a fazer uma experiência com cepilho no morango e acabamos perdendo todos os sete canteiros... é que esse cepilho era desse pinus tratado e nem me passou pela... então se tivesse um técnico talvez não se errava tanto assim (agricultor, 51 anos).*

Contudo, a maior dificuldade apontada pelos agricultores AGRECO, especialmente pelos produtores de hortaliças orgânicas, é o baixo retorno em termos de renda.

*Se tu pensar no orgânico em termos de retorno aí complica. O lucro tem sido tão pouco que não tá compensando... o serviço é bom, gostoso de fazer só que quando tu não tem lucro no fim desanima (...) Queira ou não queira tá tudo sempre ligado à renda... se você tá ganhando você trabalha animado, se não tu investe num tipo de produção mas não com aquele afinco, com aquela dedicação de quem tá contente (agricultor, 37 anos).*

No âmbito da propriedade, uma evidência visual desta dificuldade está no péssimo estado dos plásticos das estufas de cultivo protegido, sendo que muitas delas encontram-se completamente sem o revestimento, apenas com a estrutura de madeira. Para os agricultores entrevistados, o investimento na reposição deste meio de produção somente seria possível com o retorno em termos de renda ou, pelo menos, só se justificaria com uma expectativa e garantia de lucro na atividade.

Dentre os fatores associados às dificuldades em termos de renda, destacam-se: o aumento dos custos de produção e das restrições do espaço mercantil que, por sua vez, inclui questões como a redução gradativa das vendas, sazonalidade da demanda, aumento da concorrência, elevado volume de devoluções e falta de consciência dos consumidores.

*Desde que nós começamos até agora o que a gente nota é que o custo vem subindo sem ser passado pro valor do produto e isso fez com que a renda da gente diminuísse muito (agricultor, 33anos).*

*Hoje ainda se compra e se consome muito pela aparência, acho que começa a mudar um pouco mas ainda se olha pouco para outros valores, ético, nutricional... às vezes o produto de aparência bonita não tem esses outros valores, então esse problema da demanda se soma aos problemas na propriedade (agricultor, 26 anos).*

Em face deste quadro de dificuldades, parte das soluções pensadas pelos agricultores perpassa pelo planejamento da propriedade e da produção, de forma que haja uma redução dos custos, o que inclui um esforço maior na produção dos itens de autoconsumo:

*Acho que na agroecologia a lógica é reduzir custos e não elevar tanto a produção (...) Hoje tem muito agricultor que faz mil reais com alface, repolho e cenoura e gasta quinhentos comprando trigo, feijão, arroz, farinha de milho, carne, coisa que não podia ser assim, tem que primeiro produzir o que ele precisa (agricultor, 38 anos).*

Sabendo que o aprofundamento da discussão em torno desta problemática será protelado para o Capítulo 7, o que nos compete neste momento é apenas apontar para as questões relacionadas à renda e à comercialização como o mais importante campo de dificuldades do contexto aqui tratado. Ao mesmo tempo, é preciso ressaltar que dada a falta de perspectiva de melhora num curto prazo, os agricultores menos capitalizados tem recorrido a atividades produtivas afins ou não com os princípios da agricultura ecológica e, no limite, alguns têm abandonado essa lógica de produção e rompido com a própria proposta e com a AGRECO.

Dentre as atividades que são contrárias ao processo de ecologização estão a produção de carvão a partir da derrubada de mata nativa (secundária), reflorestamento com exóticas e a retomada da produção de fumo. Essa alternativa, por sua vez, vem apresentando um forte apelo: primeiro, porque o fumo cultivado naquelas áreas manejadas organicamente tem proporcionado boas safras e, segundo, porque os retornos econômicos têm sido significativos devido ao alto preço que vêm sendo pago pelas fumageiras. Aliás, a expansão da cultura do fumo em Santa Rosa de Lima tem sido surpreendente, chegando a 40% em 2002, segundo depoimentos de um instrutor de fumo que atua na região.

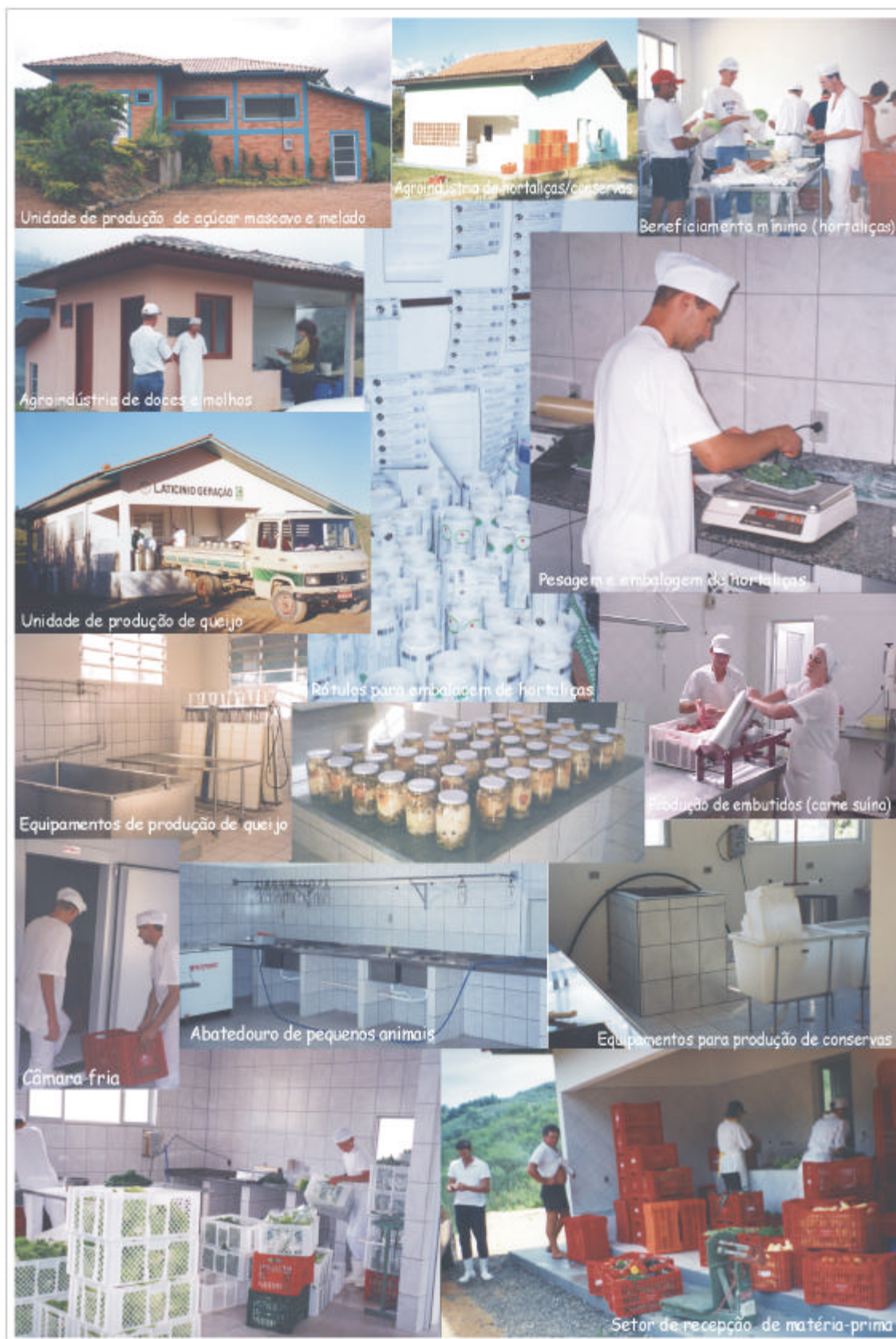
## 6.2. O CONDOMÍNIO-AGROINDÚSTRIA COMO LUGAR DO GRUPO

Nesta seção, os sistemas de objetos e de ações vinculados aos “condomínios rurais” (enquanto forma de organização das famílias de produtores) e às “agroindústrias de pequeno porte” (enquanto estruturas destinadas ao beneficiamento da produção primária pelos próprios agricultores familiares),<sup>9</sup> serão analisados devido aos seus efeitos sobre o espaço e a vida local. Um dado curioso sobre a atividade agroindustrial, é que não se trata de algo inteiramente novo, haja vista que no caso dos agricultores familiares que eram integrados as fumageiras, o enfardamento das folhas de fumo e a secagem em estufas constituía-se num processo de beneficiamento mínimo da produção.

---

<sup>9</sup> Em 2000, um censo das indústrias rurais de pequeno porte em Santa Catarina (OLIVEIRA et alii, 2000), identificou 1.116 empreendimentos que variaram desde iniciativas muito pequenas, absolutamente informais e “caseiras”, até aquelas já consolidadas e inseridas no mercado formal de produtos alimentares.

### Prancha 3: Cenas das agroindústrias de pequeno porte





Aliás, o papel destas iniciativas na valorização do lugar/local pode ser evidenciado, de imediato, nos nomes dados pelos agricultores para denominar o condomínio e a unidade agroindustrial, isto é, no caso dos grupos que reúnem maior número de famílias, o nome dado ao condomínio-agroindústria é o da própria localidade (Rio do Meio, Rio Bravo Alto, Nova Esperança, etc.) ou de algum traço (natural) que identifica o lugar (Morro Verde, Recanto do Puma, etc.). Ao passo que naqueles grupos que reúnem poucas famílias e com forte grau de parentesco, predomina o sobrenome dos sócios (Wiemes, Willemann, Becker, Silva etc) ou denominações que incluem características do produto beneficiado (Doce Encanto, Delícias da Cana, etc.).

Comumente, cada condomínio – independente do número de famílias que agrega – possui e gerencia uma única agroindústria. Embora sejam estruturas distintas, aquela sendo de natureza mais social e a segunda material ou física, encontram-se tão imbricadas na experiência cotidiana que os agricultores entrevistados utilizam os termos como sinônimos ou equivalentes.

Num certo sentido, estas constatações iniciais vão ao encontro do nosso propósito de se referir ao condomínio-agroindústria enquanto forma-conteúdo, precisamente enquanto “lugar do grupo”. Para tanto, depois de caracterizarmos o sistema de unidades associativas e agroindustriais vinculados à AGRECO (Item 6.2.1), propomos uma leitura das vantagens ou benefícios (Item 6.2.2.), bem como dos problemas e desafios (Item 6.2.3) mencionados pelos agricultores entrevistados.

#### 6.2.1. Aspectos das unidades associativas e agroindustriais

Sobre os condomínios especificamente, torna-se oportuno lembrar que essa forma de associativismo surgiu em função do PIAMER e, por serem agrupamentos de famílias em torno do beneficiamento de um (ou mais) produto(s) numa unidade agroindustrial, sua composição (número de famílias, grau de parentesco, ocupação profissional dos sócios, etc.), dependendo do caso, mostra-se mais ou menos variável. É o que se evidencia no quadro abaixo.

**Quadro 02:** Caracterização das unidades da Rede AGRECO de Agroindústrias.

<b>Condomínio</b>	<b>Agroindústria</b>	<b>Localização</b>	<b>N.º famílias Inicial/ atual (grau parentesco)</b>	<b>Setor de ocupação dos sócios</b>
<b>Rio do Meio</b> (1)*	<i>Início:</i> Hortaliças <i>Hoje:</i> Abatedouro	Rio do Meio/Santa Rosa de Lima -SRL	6 / 8 (forte)	Não agrícola
<b>Morro verde</b> (2)	Hortaliças	Braço Rio do Meio/SRL	9 / 2 (forte)	Agrícola
<b>Willemann</b> (3)	<i>Início:</i> Hortaliças <i>Hoje:</i> conservas	Águas Mornas/SRL	1 família (forte)	Misto
<b>Rio Bravo Alto</b> (4)	Hortaliças	Rio bravo Alto/SRL	11 / 2 (fraco)	Misto <sup>1</sup> (UF)
<b>Nova Esperança</b> (5)	<i>Início:</i> Hortaliças <i>Hoje:</i> +conservas	Nova Esperança/SRL	4 / 3 (médio)	Misto
<b>Wiemes</b> (6)	Hortaliças	Rio dos Índios/SRL	2 famílias (forte)	Agrícola
<b>Recanto do Puma</b> (7)	Hortaliças	Serrinha/SRL	5 / 1 (forte)	Agrícola
<b>Agrovida</b> (8)	<i>Início:</i> Hortaliças <i>Hoje:</i> conservas	Rio dos Bugres/SRL	3 famílias (médio)	Agrícola
<b>Doce Encanto</b> (12)	Cana-de-açúcar (açúcar, melado) e licores	Rios dos Índios/SRL	2 famílias (forte)	Agrícola
<b>Delícias da cana</b> (13)	Cana-de-açúcar	Nova Fátima/SRL	2 / 1 (fraco)	Agrícola
<b>Flor da Serra</b> (15)	Cana-de-açúcar	Serrinha/SRL	1 família (forte)	Agrícola
<b>Geração</b> (17)	Queijo e leite	Rio dos Índios/SRL	5 famílias (média)	Agrícola
<b>Silva</b> (18)	Queijo	Rio dos Bugres/SRL	1 família (forte)	(UD)
<b>Becker</b> (20)	Conservas	Rio dos Índios/SRL	2 / 5 (fraco) <sup>1</sup>	Não Agrícola
<b>Florada da Serra</b> (22)	Mel	Braço Rio do Meio/SRL	5 famílias (fraco)	Não agrícola
<b>Emigre</b> (25)	<i>Início:</i> Ovos <i>Hoje:</i> + massas	Rio dos Índios/SRL	4 / 2 (forte)	Misto
<b>Frigoprímo</b> (24)	Suínos (carne e embutidos)	Águas Mornas/SRL	6 / 4 (forte)	Não Agrícola
<b>Cachoeiras</b> (9)	Hortaliças	Rio BravoBaixo/RioFortuna	4 famílias (forte)	Agrícola
<b>Feldhaus</b> (16)	Cana-de-açúcar	Barra Rio Facão/RioFortuna	2 famílias (forte)	Agrícola
<b>Bloemer</b> (19)	Queijo	Rio Facão/RioFortuna	4 famílias (forte)	Agrícola
<b>Del Campo</b> (23)	Pão (de milho)	São Miguel/Gão Pará	2 famílias (forte)	Agrícola
<b>Bioápis</b> (26)	Mel, desidratados e banana-passa	São Miguel/Grão Pará	2 famílias (forte)	Agrícola
<b>Gabiroba</b> (10)	Hortaliças	Rio Gabiroba/São Martinho	6 / 3 (médio)	Agrícola <sup>2</sup>
<b>AFARP</b> (11)	Hortaliças	Rio Pequeno/Gravatal	5 famílias (médio)	Agrícola(UF)
<b>Sul do Rio</b> (14)	<i>Início:</i> cana-açúcar <i>Hoje:</i> doces, molho	Rio do Sul/Anitápolis	2 famílias	Misto
<b>Pik</b> (21)	Conservas	SãoBernardo/Armazém	1 família	Agrícola

\* Número do ícone da figura de localização/representação das unidades agroindustriais, **Capítulo 4, p. 108**.  
Os condomínios com nome grifado (em negrito) tiveram pelo menos um de seus membros entrevistado  
**Siglas:** (UF) = Unidade temporariamente fechada; (UD) = Unidade desligada da AGRECO.

<sup>1</sup> O aumento do número de famílias nesse condomínio foi devido à venda do empreendimento (que passou a se chamar “Conservare”) a um grupo de técnicos e assessores da AGRECO.

<sup>2</sup> Em março de 2002 este condomínio optou por se desligar da AGRECO e, com a ajuda da EPAGRI, começou a buscar formas próprias de comercialização.

**Fonte:** Pesquisa de campo, março de 2003.

*A priori*, para ser sócio da AGRECO o agricultor não precisaria estar vinculado a nenhum grupo, no entanto, segundo Muller (2001), a forma de condomínio foi privilegiada pelos seguintes aspectos: facilita o processo de organização e o planejamento da produção, assim como o transporte e a comercialização de produtos; viabiliza o acompanhamento e orientação técnica de um maior número de famílias; favorece o acesso a recursos financeiros e humanos através de projetos junto à instituições diversas; e mobiliza recursos entre os agricultores associados para a aquisição de equipamentos e para a viabilização do próprio empreendimento agroindustrial.

Por sua vez, a dinâmica da atividade agroindustrial depende, obviamente, tanto da natureza e do volume de matéria-prima a ser processada como do produto final. Dependendo da sazonalidade do ciclo de produção da matéria prima, o funcionamento das agroindústrias acontece num ritmo mais ou menos regular. Os laticínios e as agroindústrias de beneficiamento mínimo de hortaliças, por exemplo, funcionam de forma mais regular (três e dois dias por semana, respectivamente) do que a agroindústria de cana-de-açúcar, que tende a concentrar as atividades de beneficiamento nos meses mais quentes, por ocasião da colheita da cultura.

Em geral, as atividades nas agroindústrias são executadas por um ou dois membros de cada família associada. Não há uma divisão rígida do trabalho de beneficiamento, entretanto, apontando para uma questão de gênero, é fácil perceber que as mulheres tendem a ocupar as funções de lavagem e limpeza dos produtos, inclusive por recomendação dos técnicos que consideram as mulheres mais hábeis para essas atividades. Por outro lado, as atividades mais técnicas impõe uma divisão de trabalho que não é tanto em termos de gênero ou de faixa etária, mas principalmente por nível de escolaridade. Isto é, as funções de pesagem, registro nas planilhas e/ou contabilidade das agroindústrias tendem a ser exercidas pelas pessoas com mais escolaridade – que são comumente mais jovens.

Ao impor a necessidade de registros administrativos e financeiros, pode-se dizer que a agroindustrialização introduziu um dado novo na lógica de funcionamento da pequena agricultura familiar: a da maior preocupação com as questões contábeis do empreendimento.

Além das atividades de beneficiamento e/ou gerenciamento, os sócios de um mesmo condomínio se reúnem (reuniões e assembléias) para discutir e deliberar sobre as questões relacionadas ao grupo e à agroindústria. Portanto, é a partir do funcionamento das agroindústrias de pequeno porte que há um envolvimento mais efetivo dos agricultores com o condomínio e com a construção de um espaço coletivo, fora do núcleo familiar.

#### 6.2.2. Qualificando as vantagens do condomínio-agroindústria

Ao procurar caracterizar os pontos positivos atribuídos ao condomínio-agroindústria, deve ser dito, primeiramente, que no caso daqueles grupos que reúnem maior número de famílias, o aspecto mais emblemático traduz-se no fundamento da própria cooperação, qual seja, a vantagem da divisão de tarefas e de responsabilidades:

*Em grupo é mais fácil de trabalhar, não precisa só uma pessoa dar conta de tudo, um fica responsável por uma função, outro por outra, daí não dá aquele acúmulo de responsabilidade... e se tem um problema o cara não precisa resolver sozinho, têm mais cabeça pensando (agricultor, 23 anos).*

Outra forma de reconhecimento sobre a importância do condomínio e do trabalho coletivo está na crença manifestada por vários agricultores de que a construção e o gerenciamento de uma unidade agroindustrial somente é viável em grupo ou, até mesmo, de que essa é a única forma que permitirá à pequena produção familiar de se reproduzir enquanto forma social produção.

*A vantagem é que pra construir e manter uma agroindústria como a nossa, sozinho ninguém ia conseguir, seria inviável (...) Embora um diga isso outro diga aquilo uma coisa é certa ou o pequeno agricultor se junta com outros agricultores, moderniza a sua produção e agrega o valor do seu produto ou então em dez, quinze ou vinte anos ele vai desaparecer (agricultor, 52 anos).*

Ao procurar reconhecer em que medida os sentidos decorrentes da experiência compartilhada vêm influenciando os laços dos agricultores AGRECO com a localidade, é de se esperar que a realização de atividades conjuntas (beneficiamento da produção, reuniões, etc.) promova a agroindústria como um espaço da amizade e da sociabilidade local – apesar da resistência e das dificuldades iniciais.

*Hoje o pessoal se comunica mais, conversa mais... antes o cara trabalhava menos junto, por causa do fumo, trocava dia na época da safra... Agora, por causa do trabalho na agroindústria tem mais reunião, toda semana se tá junto (agricultor, 23 anos).*

*No começo parecia que a gente não se adaptava muito bem, mas depois o trabalho no condomínio aproximou mais o pessoal do lugar, ajudou a fazer pensar de uma maneira mais igual, a ver mais a situação do outro (agricultora, 27 anos).*

Entretanto, há quem afirme que o fortalecimento da sociabilidade entre os sócios do condomínio e suas famílias veio em detrimento do convívio com outros agricultores da localidade não filiados à AGRECO, o que vai ao encontro do que Muller (citado por WANDERLEY, 2000a) definiu como “solidariedade corporativa”:

*O contato entre nós sócios é bem maior agora que a gente se reúne pra trabalhar, mas só que a participação na comunidade mesmo eu até acho que depois da agroindústria diminuiu, a gente não participa mais tanto de salão, de igreja... (agricultor, 37 anos).*

Quanto às vantagens relacionadas ao beneficiamento ou processamento numa unidade própria, os agricultores destacam: a possibilidade de agregação de valor ao produto e a qualificação técnica adquirida para a realização dessa etapa da cadeia produtiva. Decorrente tanto da orientação técnica como da própria experiência, esta capacitação necessária à agroindustrialização é às vezes referenciada com orgulho e com sentidos de auto-valorização.

*Na época todos já eram produtores de leite e se vendia pra outros laticínios, então como surgiu a oportunidade de nós mesmos beneficiar o produto pra eliminar o atravessador... fizemos o laticínio pra agregar renda e melhorar nossa perspectiva de vida também (...) Tem muita coisa boa que a gente aprendeu com isso aí... A gente se orgulha e se sente valorizado porque hoje já se domina toda a cadeia, desde a produção da matéria-prima até a transformação dela (agricultor, 37 anos).*

Se num primeiro momento, havia uma certa resistência, principalmente entre os agricultores de mais idade, em deixar de lado o processo de produção no estabelecimento agrícola para trabalhar na agroindústria, hoje, isso é definido como uma extensão daquilo que realizam na propriedade. De um modo geral os agricultores, principalmente as mulheres, reconhecem que as instalações e os equipamentos na agroindústria são mais adequados, permitindo a obtenção de um produto mais padronizado e de melhor qualidade. Também é motivo de satisfação e orgulho, o fato da unidade agroindustrial estar registrada e ter todos equipamentos em conformidade com as exigências legais – apesar de muitas delas terem sido taxadas de “absurdo” por ocasião da construção da agroindústria.

*A importância que eu vejo é que a gente tem mais qualidade. No início cada um fazia num padrão e o mercado reclamava e lá se exige grama, tamanho, quilo e qualidade... depois, com a balança eletrônica, tem que ser tudo igual. Então eu acho que pro pequeno agricultor, tendo uma agroindústria e entregando o seu produto classificado, embalado, com garantia de um selo é um grande passo (agricultor, 53 anos).*

*Apesar das dificuldades a agroindústria foi uma boa coisa, aquilo não vai se estragar porque é tudo de inox, as coisas tudo a jeito, têm as três fossas como eles pediram... o engenheiro vinha toda semana aí pra olhar e tá tudo conforme as leis pediam mesmo (agricultora, 43 anos).*

Tais depoimentos confirmam uma das dimensões mais significativas deste tipo de empreendimento: a internalização crescente dos aspectos legais, tanto do ponto de vista sanitário, como ambiental e fiscal, perante os organismos públicos de regulação (MIOR, 2003).

Ao lembrar que esta estratégia frequentemente está associada à transformações de atividades anteriormente confinadas à cozinha (GUIVANT *apud* MIOR, 2003), convém mencionar que em geral as mulheres se referem ao trabalho na agroindústria como um trabalho “bom de se fazer”. Algumas entrevistadas expressaram a insatisfação com o trabalho doméstico e acabaram concluindo que o trabalho na agroindústria é diferente:

*Porque lá se faz e vê ficar pronto e só um tempo depois tem que fazer de novo (agricultora, 52 anos).*

Por isto a agroindústria se constitui num espaço ou oportunidade de trabalho que além de permitir rupturas na rotina das atividades domésticas também confere uma certa valorização ou reconhecimento do papel feminino:

*Pra gente que tem o serviço da casa é bom trabalhar na agroindústria porque pode variar (...) O que a gente faz em casa não tem o mesmo valor... eu sempre quis uma atividade fora e por isso que é bom trabalhar na agroindústria (agricultora, 45 anos).*

Já para um produtor que atuava como técnico da AGRECO, a importância maior está no fato de se ter uma estrutura de agroindústrias em rede extremamente diversificada.

*Aqui por exemplo, além da agroindústria de mel e de frango caipira nós temos parceria com a agroindústria de ovos, com a unidade de conservas, com a unidade de doces. Então a rede de agroindústrias vai ao encontro dessa necessidade de diversificação da propriedade e aí que eu vejo o salto porque a rede funciona como canais abertos pra escoamento da produção (técnico, 33 anos).*

Se por um lado, as agroindústrias são associadas às vantagens enunciadas acima e levam ao reconhecimento da importância do associativismo e da própria Entidade, por

outro, a ocorrência de problemas e dificuldades tem contribuído para redefinir as representações e relações dos agricultores AGRECO com o empreendimento.

### 6.2.3. Focalizando os problemas e desafios

Ao refletir sobre os empecilhos relacionados ao condomínio-agroindústria pode-se abstrair, inicialmente, uma classe de dificuldades mais interna, associada à dinâmica das atividades de beneficiamento e às relações de trabalho e depois, outra mais externa e diversa, relacionada a questões que remetem ao processo de construção do PIAMER e à dinâmica do sistema de comercialização e do espaço mercantil.

#### 6.2.3.1. *Entre os problemas internos... :*

Partindo do pressuposto de que toda forma de organização e divisão do trabalho supõe a existência de conflitos, não deve nos surpreender que um primeiro problema atribuído ao condomínio-agroindústria pelos entrevistados, refere-se ao “individualismo” e à dificuldade de conciliar interesses e lógicas mais ou menos diversas, especialmente num contexto de dificuldades econômicas:

*Começa quando o cara acha que a vontade dele é que deve ser obedecida... que a agroindústria está no terreno dele e que é a terra dele que foi hipotecada... e aí tem outro caso, quando tá dando dinheiro todo mundo fica contente e faz, mas quando dá problema aí um reclama, o outro acha que a responsabilidade é daquele... quando deveria ser o contrário porque se há dificuldade a gente deveria se juntar com mais força ainda pra resolver (agricultor, 52 anos).*

Convém observar que embora a maior parte dos informantes já tivesse experiência de trabalho com outros agricultores através da troca de dias de serviço e/ou mutirões isso, no entanto, não implicava num projeto comum, pois a gestão das atividades estava sob responsabilidade do proprietário da unidade de produção. Pelo depoimento acima, percebe-se que parte dos conflitos surge porque apesar da agroindústria ser uma estrutura comum, alguns sócios se sentem mais comprometidos e com mais direitos sobre o lugar, seja porque cederam o lote ou porque alienaram suas propriedades como garantia do financiamento, seja por outro motivo menos tangível. Portanto, trata-se de uma espacialidade contaminada por significações e valores inerentes ao estatuto do espaço privado.

Outras reclamações feitas pelos informantes vão no sentido do comprometimento de sua autonomia relativa frente aos compromissos com o grupo. A começar pelo fato de que a própria organização da produção e do trabalho individual/familiar deve estar mais ou menos em sintonia com a dinâmica de funcionamento do condomínio-agroindústria o que implica na consideração e respeito a uma outra temporalidade:

*Com o condomínio, a primeira coisa foi o horário... antes os agricultores não tinham relógio... Agora tem hora na agroindústria, na colheita, na entrega e tudo porque tem o dia de colher, de processar, tem o dia de entregar, a hora de limpar a agroindústria (...) Então não se tá bem livre como às vezes se gostaria, tem aquele compromisso... se fosse só nós podia deixar aquilo pra depois e fazer isso aqui primeiro, então como é em grupo tem que primeiro fazer aquilo lá (agricultor, 54 anos).*

Nossos informantes ressaltaram ainda o inconveniente de que nas atividades em grupo estão sujeitos a serem avaliados e cobrados por suas atitudes quanto o incômodo ou constrangimento vivido quando é necessário avaliar ou cobrar determinados procedimentos de outros membros do condomínio.

*Certas vezes tem vantagem, outras tem desvantagem... porque se fizer uma coisa errada ou não fizer bem feita, o cara pode ser cobrado pelos outros (agricultor, 23 anos).*

*Na hora de classificar as hortaliças eu vejo que tá muita coisa errada e às vezes tu não consegue ou acaba nem podendo falar nada (...) dizer que essa folha tá muito estragada ou muito amarela, que esse produto não pode ir... As pessoas tinham que entender que se um coloca um produto que não presta todo mundo sai perdendo, porque o produto sai com o nome do condomínio (agricultora, 27 anos).*

Estes últimos depoimentos chamam a atenção também para as dificuldades, vivida principalmente pelos produtores de hortaliças, de controlar a qualidade do produto que entra e que é beneficiado na própria agroindústria. Problema que se torna ainda maior quando se considera a produção de todos os condomínios que é comercializada através da AGRECO.

*Na questão do condomínio não se tem grande problema, tem probleminhas rotineiros, coisa assim de conversar... mas na questão da associação têm a questão da qualidade, a qualidade desse condomínio mistura com a do outro... e também a quantidade, a falta ou excesso de produto... isso tudo vem em prejuízo de quem trabalha dentro da cota e procura fazer pela qualidade (agricultor, 37 anos).*

Nossa intenção aqui consiste em chamar a atenção para determinadas tensões e conflitos como um dos traços da experiência associativa ou coletiva, seja através destas formas brandas, enunciadas acima, seja sob formas mais agudas, capazes de levar à saída de



um ou mais sócios e, no limite, à desintegração do próprio condomínio-agroindústria enquanto lugar do grupo.

*No condomínio que eu fazia parte, apesar de serem todos vizinhos e até mesmo parentes, os maiores problemas foram de relacionamento mesmo, divergências na forma de compreender o processo... então como não foi possível conciliar as coisas a maior parte dos associados depois de duas reuniões acompanhadas pelo pessoal do escritório decidiu fazer um acerto e sair... é claro que não foi muito tranqüilo, foi meio forçado, teve umas brigas (agricultor, 38 anos).*

Como se pode perceber, estas formas mais graves de conflito, seja no âmbito do condomínio ou da própria Entidade, não são facilmente resolvidas ou superadas, especialmente porque envolvem também relações de amizade, vizinhança e até mesmo de parentesco.

Em face destas considerações, cabe uma breve digressão para lembrar que em se tratando de uma experiência associativa ou coletiva, não basta querer trabalhar junto frente às conveniências e vantagens percebidas – sobretudo se elas forem predominantemente econômicas. É preciso ter consciência das implicações (mudanças) em termos de valores, atitudes e condutas; de que se trata de uma outra forma de relação social e também espacial, já que ela implica na construção de um projeto e de um lugar comuns e que deve estar pautado na confiança e na solidariedade, assim como na disposição de participar para trabalhar as questões coletivamente.

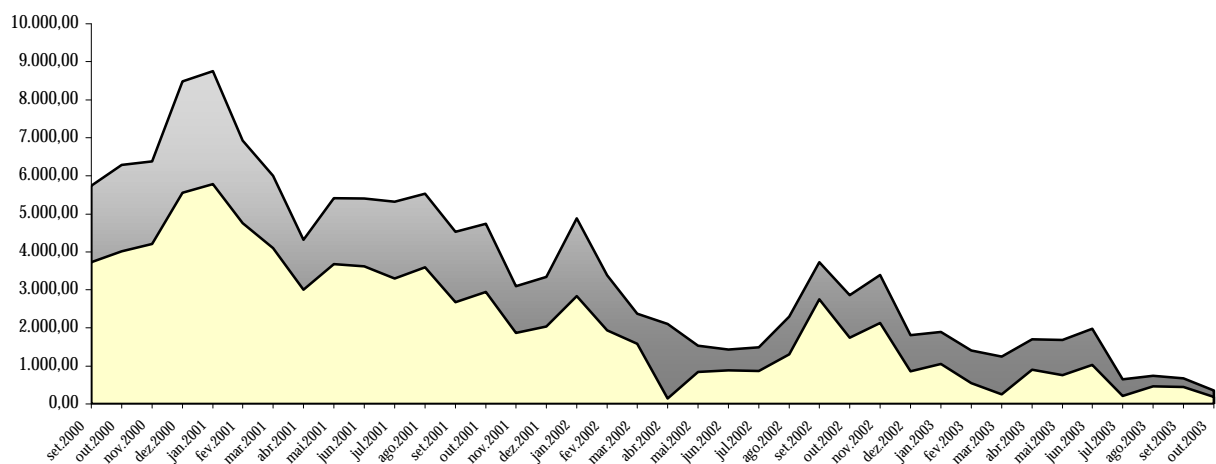
No caso da AGRECO, tanto a saída de famílias de agricultores dos condomínios como o desligamento e/ou fechamento de agroindústrias devem ser vistos não somente uma consequência das renitentes dificuldades econômicas, mas também como um indicador das debilidades da base necessária à experiência associativa. Mais especificamente, quanto à redução do número de sócios nos condomínios, pode-se evidenciar no quadro apresentado no início desta seção, que ao mesmo tempo em que há exceções (aumento do número de sócios) também não se trata de casos isolados, mas sim de um traço comum a vários grupos, especialmente daqueles que agregavam maior número de indivíduos.

#### *6.2.3.2. ... e a inadequação do PIAMER:*

Indubitavelmente, o entendimento de muitas das dificuldades relacionados à dinâmica (interna) do condomínio-agroindústria perpassa pela análise dos aspectos de natureza mais ampla ou externa. Antes de qualquer coisa, é preciso ter em mente que o processo de degradação da renda – especialmente entre os produtores de hortaliças – se constitui num catalisador da percepção dos problemas que atravessam a experiência da AGRECO, isto é, muitos dos aspectos negativos levantados pelos entrevistados só adquirem esse peso devido às dificuldades econômicas que vêm sendo enfrentadas.

Além dos depoimentos dos entrevistados, o gráfico abaixo, construído com base no relatório de receitas e despesas de um condomínio de hortaliças, permite ilustrar o processo de rebaixamento da renda dos produtores.

**Gráfico 3:** Evolução do faturamento mensal (bruto e líquido)<sup>10</sup> de uma agroindústria de beneficiamento mínimo de hortaliças (set./2000 a out./2003).



**Fonte:** Pesquisa documental, março e novembro de 2003.

Por outro lado, o tratamento das questões de caráter mais amplo relacionadas ao condomínio-agroindústria impõe a necessidade de recuperar certos aspectos do processo de

<sup>10</sup> Do faturamento líquido não estão descontados os valores referentes à prestação do financiamento da agroindústria (em média R\$ 700,00 mensais) e das despesas com energia elétrica (em média R\$ 32,00 mensais).

construção do PIAMER, a começar por uma breve comparação com o outro projeto piloto de agroindústrias modulares em rede implantado em Santa Catarina: o “Projeto de Agroindústrias Associativas dos Agricultores Familiares do Oeste Catarinense”. Embora tivessem sido elaborados para instalar o mesmo número de agroindústrias de pequeno porte (53 e 52 unidades, respectivamente, para sermos mais precisos), enquanto o primeiro foi concebido para abranger apenas 7 municípios e envolver 211 famílias de agricultores, o segundo visava atender 23 municípios e envolver diretamente 481 famílias; desse modo, enquanto aquele apresentava um número médio de apenas 4 famílias por agroindústria, esse último previa o envolvimento de aproximadamente 9 famílias por unidade agroindustrial (EPAGRI, DESENVOLVER e APACO, 1999). Em resumo, o PIAMER, foi concebido para uma área de abrangência e um número de famílias bem menor.

Atendo-se às entrevistas, é possível afirmar que um dos pontos de convergência do discurso de técnicos da AGRECO e de agricultores filiados reside na constatação de que tanto o PIAMER quanto à estratégia de mobilização das famílias interessadas incorreram numa série de equívocos.

Especificamente em relação ao Projeto, técnicos e agricultores concordam que ele se mostrou inadequado ao contexto e às necessidades locais, sendo que o maior problema está no número excessivo de agroindústrias, especialmente de unidades de beneficiamento mínimo de hortaliças.

*Acho que foi muito condomínio de uma só vez... quer vê de hortaliça então (agricultora, 27 anos). Apesar de que naquele momento a bola da vez era a verdura, mas é preciso reconhecer que onze agroindústrias de beneficiamento mínimo de hortaliças foi demais e não só, eram pra ter sido feitas 53 agroindústrias de vários tipos, imagine o que isso implicaria em termos de estrutura, de recurso, de negociação com governo, com prefeitura, então isso seria inviável (técnico, 38 anos).*

Schmidt et al. (2002, p. 88), lembram que “os responsáveis pelo PRONAF-Agroindústria tinham uma visão idealizada e de ‘escala’ das unidades agroindustriais associativas e que o programa incitava que se chegasse a um projeto com mais de duzentas famílias”. Também para os técnicos entrevistados, o referido problema resultou desses critérios pré-estabelecidos pelo Governo Federal, mais precisamente pelo Ministério da Agricultura:

*Teve uma certa pressão por parte da estrutura do projeto que se prendia a números, mas também havia uma demanda dos agricultores e uma certa resistência, tanto é que a maioria se pudesse fazer uma agroindústria sozinho faria, teve vários casos que era pra sair duas ou três agroindústrias e foi feito uma só (técnico, 33 anos).*

Contudo, se o “individualismo” ao qual se refere nosso informante ajuda a explicar o número reduzido de famílias da maior parte dos condomínios formados na época – e da totalidade dos que existem atualmente –, essa não é a razão que justifica o grande número de agroindústrias e, se as causas não estão explicitadas na fala dos informantes, pelo menos parece que vão ao encontro tanto da rigidez dos parâmetros relacionados ao projeto, mencionada acima como dos interesses (inter)institucionais que estavam em jogo na ocasião. Nesse caso, é preciso lembrar que da parte da AGRECO, especificamente, havia a necessidade de ter acesso aos recursos para assistência técnica e infra-estrutura que, conforme vimos no Capítulo 4, somente seriam repassados para um número mínimo de 200 famílias. Já da parte do conjunto das instituições envolvidas (AGRECO, CEPAGRO, prefeituras municipais), interessava atender os parâmetros exigidos e implementar o maior número possível de unidades de beneficiamento, dada a visibilidade social e a dimensão política que isso representava.

Uma consequência direta do excessivo número de agroindústrias de pequeno porte pode ser evidenciada também no fato de que a maior parte das que existem operam com elevada capacidade ociosa, especialmente as de hortaliças que utilizam apenas 20% do potencial de beneficiamento.

*O problema é que foi um negócio pra além da necessidade... que nem aquela nossa ali, atualmente funciona com verdura apenas dois dias na semana e é só meio dia... quer dizer, foi um negócio superdimensionado (agricultor, 51 anos).*

Além da inadequação do Projeto, os agricultores em geral e os técnicos que se posicionam de forma mais crítica em relação ao processo consideram que a estratégia de mobilização das famílias interessadas pecou pela forte expectativa criada, especialmente em torno de uma certa “promessa” ou “garantia” em termos de comercialização e renda.

*Na minha opinião não se deveria ter criado tanta expectativa, as pessoas entraram na AGRECO achando que iam ganhar muito dinheiro e no decorrer do tempo foram muitas as dificuldades (técnico, 38 anos).*

*Um ano depois que as agroindústrias estavam instaladas a gente viu que foi uma bobagem fazer tantas de hortaliças. Então até pode se dizer que os agricultores queriam tantas assim, só que não foi bem isso (...) A gente fez isso aí em cima de uma propaganda... eles vieram ali, fizeram uma reunião no salão da igreja lá, aí veio gente do Cepagro, do Desenvolver, da universidade e garantiram que era um projeto piloto para o país, que ia sair essas agroindústrias, que ia ter renda garantida, que todo mundo podia botar que isso dava (...) que a gente não ia saber o que fazer com o dinheiro e todo mundo foi na conversa (agricultor, 60 anos).*

Alguns informantes também se referiram à reduzida participação dos agricultores na construção e implantação do PIAMER como um dos maiores equívocos do processo.

*O projeto realmente não foi pensado pelos agricultores, os agricultores até tiveram participação, mas o projeto já veio pronto (...) Faltou um trabalho de base, quer dizer, se constituiu o grupo de forma forçada, porque o que é que aconteceu “ah tem que formar os grupos pra pegar o recurso pra construir a agroindústria” e nunca se trabalhou alguns valores necessários pra se trabalhar em grupo (...) Tem pessoas que até hoje, na minha avaliação, não conseguiram entender o processo, apesar de continuarem filiadas (agricultor, 38 anos).*

Durante a pesquisa de campo foi possível perceber que a indignação dos produtores em torno da mudança na forma de garantia (aval solidário para hipoteca da propriedade) exigida por ocasião da aprovação e liberação do financiamento, não somente permanece como vem aumentando.<sup>11</sup> Certos depoimentos nos obrigam a acrescentar que a maior parte dos agricultores só aceitou a alteração de última hora e se manteve no PIAMER porque os técnicos do sistema financeiro e da própria direção da AGRECO prometeram que posteriormente seria providenciada a troca da garantia das propriedades para a agroindústria, o que não ocorreu até hoje.

*Agora eu lembro bem que quando foi pra assumir essa dívida o gerente regional do BESC falou numa reunião ali, que depois de construída (a agroindústria) a hipoteca seria passada dos terrenos pra agroindústria, só que não foi isso que aconteceu (agricultor, 37 anos).*

Outro aspecto curioso está na forma como os agricultores entrevistados se referem ao financiamento contraído para a construção das agroindústrias, ou seja, há pelo menos duas formas emblemáticas de perceber os compromissos junto ao sistema financeiro: como

---

<sup>11</sup> Por ocasião da mobilização em torno do PIAMER, se de início bastava o aval solidário e as unidades agroindustriais como garantia, depois foi exigida a hipoteca das propriedades. Atualmente, o fato de alguns produtores (que deixaram de produzir ou se desligaram da AGRECO) terem interrompido o pagamento das prestações do condomínio ao qual pertencem não deixa de ser um outro dado dessa problemática. Em face disso, a direção da Entidade tem se posicionado afirmando que nesses casos será movida uma ação judicial para fazer com que os agricultores inadimplentes sejam responsabilizados.

*investimento* ou como *dívida*. Se aquela forma é predominante entre os produtores com menores dificuldades econômicas ou que pelo menos estão confiantes de que a situação vai melhorar (“já que depois de pagar a agroindústria daí a prestação sobra”), a segunda tende a ser manifestada pelos produtores menos capitalizados e com menor renda, cujas preocupações não se limitam ao pagamento da prestação do financiamento mas também à possibilidade de perder o patrimônio em caso de inadimplência.<sup>12</sup> Daí o emprego do termo “preso” para representar esta situação de risco e de incerteza.

*De uma certa forma o investimento que a gente fez acaba prendendo a gente. Hoje eu vivo mais preocupado, porque eu tenho meu terreno tudo hipotecado por causa da agroindústria... se der alguma zebra é nós que entramos pelo cano e depois se eu quiser repartir o terreno com os filhos, deixar como herança, eu não posso (agricultor, 56 anos).*

Num certo sentido esta perspectiva do financiamento como dívida relaciona-se à avaliação feita por certos entrevistados de que há um processo de descapitalização em curso, haja vista que nos casos em que a renda obtida através da agroindústria não tem sido suficiente para o pagamento do empréstimo, os agricultores têm recorrido à venda de algum bem ou recurso (animais, madeira, etc.) e/ou utilizado a renda proveniente de outra atividade para cumprir com o compromisso junto ao banco.

*Às vezes o cara fica pensando porque é que eu entrei nessa associação, o pior foi entrar como sócio no condomínio, fazer aquilo lá tudo pra hoje não tá ganhando nada e ainda pagando, às vezes tirando dinheiro de outra coisa pra poder pagar a prestação (...) tem vez que a gente fica até sem dormir... já chegamos a pegar dinheiro emprestado dos outros pra poder pagar o banco (agricultor, 23 anos).*

Já para os técnicos tais ações tendem a ser encaradas não como um indicativo de descapitalização da pequena produção familiar, mas sim como uma forma de rearranjo patrimonial da unidade produtiva.

Longe de querer identificar culpados, nossa pretensão aqui se resume em demonstrar que esta problemática em torno do PIAMER contribui direta ou indiretamente à dinâmica do relacionamento dos agricultores com o condomínio-agroindústria. De uma certa forma, a reduzida participação dos agricultores na construção do processo ajuda a explicar ainda

---

<sup>12</sup> O valor da prestação pago por cada produtor depende, obviamente, do tamanho do condomínio (número de sócios) e do valor total do empréstimo. Só para se ter uma idéia, há condomínios com 9 sócios que pagam em média R\$ 90,00 de mensalidade e há grupos com 8 membros que pagam R\$ 900, 00.

porque diante do fato de que “não tá dando o retorno esperado, que era pra ser”, boa parte se mantém passiva, atribuindo a culpa ao quadro técnico administrativo da Entidade.

#### 6.2.3.3. Da resignificação à readequação das agroindústrias:

Em certa medida, a agregação de sentidos mais ou menos negativos – e até mesmo opostos – ao significado (“original”) do empreendimento agroindustrial pode ser tomada como uma evidência do quadro de tensões e dificuldades vivenciado pelos agricultores familiares, agravadas, sobretudo, pela dinâmica do sistema de comercialização (complexidade e morosidade do esquema de distribuição, custo de transporte elevado, redução do volume de vendas, etc.) e do espaço mercantil (acirramento da competitividade, sazonalidade das vendas, assimetria das relações mercantis, etc.).

Um exemplo bastante apropriado desse processo de resignificação está na leitura sustentada por um agricultor em torno da oposição “agregar *versus* transmitir valor”, permitindo entender que a agroindústria além de não estar proporcionando o incremento de renda esperado tem contribuído para elevar os custos de produção e, por conseguinte, rebaixar a margem de lucro do agricultor familiar.

*Quando a AGRECO começou cada um fazia seu produto em casa... se amarrava o produto com palha de milho (...) Depois veio a época do “vamos agregar valor” e aí a agroindústria representava o paraíso porque se ia fazer muito mais dinheiro... só que não se pensava na despesa que vinha atrás (...) Então nós fizemos a agroindústria, pegamos tipo a couve mineira e passamos a lavar cada folha três ou quatro vezes, picamos, ajeitamos dentro de uma bandeja, passamos filme plástico e mais uma etiqueta... e aí botamos tudo dentro de uma câmara fria pra depois mandar pro mercado. Daí eu comecei a dizer: “não minha gente isso não é agregar valor, é transmitir o valor”, porque a gente tava pegando a embalagem da empresa, botando nosso produto dentro e vendendo nosso produto e mais a embalagem com um custo maior pro cara da cidade fazer lixo (...) Como eu falo: “a gente fazia dinheiro quando se lavava no cocho”. Não tinha toda essa estrutura, tanto trabalho, não usava essa embalagem caríssima, a etiqueta era bem simples e se vendia a couve lá por cinquenta centavos, hoje a gente vende por um real e sobra 20 centavos... sai por um real pro mercado que pro consumidor já sai dois (agricultor, 25 anos).*

Observe-se que a perspectiva (“agregar *versus* transmitir valor”) assumida pelo informante não se limita a focalizar o aumento dos custos de produção, referindo-se ainda à assimetria na apropriação do lucro obtido com a venda de produtos orgânicos, onde a maior

parte fica com os agentes responsáveis pela venda ao consumidor, no caso os supermercados.

Obviamente que o quadro de dificuldades associado às agroindústrias não tem o mesmo sentido e nem os mesmos efeitos para todos os condomínios e agricultores filiados. Um registro da ata da Assembléia Geral realizada em dezembro de 2002 vai ao encontro desta constatação: “Existem famílias que obtém renda de até 3.000,00 reais por mês com a agroecologia e agroindústria. Outras, no entanto, faturam abaixo de um salário mínimo com os produtos que entregam na rede. O diagnóstico deste quadro é claro: alguns produtos têm maior agregação de valor e demanda, produzindo assim um maior resultado econômico” (AGRECO, 2002d).

Uma outra evidência pode ser obtida ainda do fato de que a partir do funcionamento das agroindústrias, a direção da Entidade e o conjunto dos produtores filiados vêm assumindo uma classificação baseada no grau de perecibilidade dos produtos: “grupo dos perecíveis” (hortaliças) e dos menos perecíveis (conservas, açúcar mascavo, melado, mel, embutidos, desidratados, queijo, etc.), que na realidade é chamado de “grupo dos não perecíveis”.

Haja vista que as dificuldades no sistema de produção/comercialização de hortaliças vêm persistindo e até mesmo aumentando em certas épocas do ano – nos períodos de férias letivas, por exemplo, quando o fornecimento para a merenda escolar é interrompido – é comum os produtores recorrerem a esta categorização para expressar a condição em que se encontram ou até mesmo a opção desfavorável que acabaram realizando.

*De verdura a maioria tá passando por dificuldade, tem outros, não-perecíveis, que tão se dando bem... hoje a gente vê que deveria ter feito outro tipo de agroindústria (agricultor, 23 anos).*

Ainda sob esta perspectiva, a dimensão estritamente geográfica ou espacial assume um peso significativo, haja vista que o isolamento relativo ou a distancia dos centros de consumo agrava o fato da hortaliça (principalmente folhosas) ser um produto altamente perecível, principalmente depois de submetida ao beneficiamento mínimo (recepção, seleção, pré-lavagem, processamento, sanitização, enxágüe, centrifugação, pesagem, embalagem, armazenagem e expedição).



*Não que eu seja contra porque essa agroindústria que tá aí hoje, pelo menos a vinte ou trinta quilômetros da cidade é um negócio muito bom... porque aí você leva de dois em dois dias ou todo dia, você tem a mercadoria lá novinha e nós aqui não, temos que levar duas vezes por semana, tem que aprontar no dia anterior e às vezes o produto chega no mercado até três dias depois de colhido... Essa coisa de empacotar o produto, se você deixar o produto ao ar livre ele se guenta muito mais, você pega um repolho e enrola no plástico ele guenta muito menos, é o consumidor que tá exigindo isso aí né, agora pra nós tudo isso se torna mais caro e o produto não chega com tanta qualidade (...) Hoje o que nos optamos por colocar junto na agroindústria foi a conserva pra ver se tem uma renda por outra forma né, pra não ter tanto prejuízo (agricultor, 51 anos).*

Esta última observação feita por nosso informante torna oportuno considerar que se por ocasião da formulação e implantação do PIAMER, as unidades de beneficiamento mínimo de hortaliças eram a “vedete” da Rede de Agroindústrias AGRECO, prova disso é que o Projeto previa a instalação de 26 estabelecimentos (50% do total). Entretanto, a partir de meados de 2001, em face do agravamento das restrições impostas sobretudo pelo espaço mercantil (altas taxas de devolução de produtos, aumento da competitividade e dificuldades de ampliação das vendas), a coordenação da Entidade e a própria UCAG começam a incentivar os produtores de hortaliças a readequarem suas unidades agroindustriais a fim de que passem a processar produtos de maior valor agregado.

*Há um ano e meio atrás a gente se convenceu do problema das hortaliças... se sentiu que não tinha mais esse mercado todo e desde essa época, principalmente nas reuniões do Conselho, vem se falando que vai ficar no máximo 4 ou 5 condomínios de hortaliças e temos que buscar alternativas ou na conserva, ou nos desidratados... mas daí quem quer mudar... (agricultor, 52 anos).*

Vista com uma certa resistência, até porque isto implicava num investimento mais ou menos significativo, somente a partir do final de 2002 é que a “estratégia da readequação” começa a ser colocada em prática. Duas situações emblemáticas ilustram os rumos desse processo: a do Condomínio Rio do Meio, que reúne famílias com maior capacidade de investimento e empresarial e que converteu a unidade de beneficiamento de hortaliças num abatedouro de pequenos animais (frango caipira, coelho, javali, etc.) e a do condomínio Nova Esperança, que por reunir agricultores menos capitalizados optou por instalar alguns equipamentos (fornalha a lenha e tachos de inox) para a produção de conservas.

Já entre aqueles que não têm condições financeiras de readequar a unidade agroindustrial ou que estão incertos do sucesso da estratégia, é possível perceber, de um lado, um certo desânimo e, no limite, a vontade de ir para outro lugar.

*Quase todo mundo aqui tá desanimado, às vezes dá vontade de ir embora, mas ir pra onde, não tem... eu penso às vezes, ir pra cidade, mas como... sair daqui para ganhar duzentos reais que é isso que eu vou conseguir e olhe lá (...) É triste viver num lugar que não dá mais condições de vida... No começo o ânimo foi bastante forte mas o desânimo tá sendo bem pior (agricultora, 27 anos).*

De outro lado, a disposição de permanecer no lugar e assumir a busca de outras soluções para os problemas existentes:

*Hoje a gente tá num passo de não cobrar mais os problemas já que a construção da agroindústria também tem a participação nossa, teve muita insistência, mas se o agricultor não quisesse não teria sido construída, então hoje é mais uma questão de assumir a agroindústria, o condomínio e a solução dos problemas (agricultor, 26 anos).*

Feitas estas considerações, é no mínimo curioso observar que através destas questões mais externas ao espaço familiar e coletivo acabamos recorrendo a “outros lugares”, isto é, tornou-se indispensável referir-se à determinações que advêm de outros estratos espaciais (municipal, regional, nacional, global), mais ou menos remotos, que extrapolam a escala local mas que integram direta ou indiretamente a experiência do agricultor familiar no contexto de desenvolvimento aqui considerado.

### 6.3. O AGROTURISMO E A VALORIZAÇÃO DA PAISAGEM RURAL

Já é do nosso conhecimento que o agroturismo difundido pela “Acolhida na Colônia” traduz-se num conjunto de atividades relacionadas à recepção e/ou permanência de pessoas em estabelecimentos agrícolas familiares.<sup>13</sup> Embora tenha sido concebida e institucionalizada como alternativa econômica para a agricultura familiar vinculada à AGRECO, o agroturismo, enquanto estratégia de desenvolvimento, vem se mostrando viável a um número reduzido de famílias.

---

<sup>13</sup> Segundo levantamento recente (TORESAN et alii, 2002), dos 1.174 empreendimentos de turismo cadastrados no espaço rural dos 293 municípios catarinenses, 551 foram cadastrados como unidades de agroturismo, sendo que 28% dos estabelecimentos estão localizados na região Sul do Estado, 27% na região Oeste e 25%, no Vale do Itajaí. Esses dados, de uma maneira geral, alinham-se com a realidade agropecuária estadual, cuja dinâmica é dada pela agricultura familiar, predominantes naquelas regiões.

## Prancha 4: Cenas relacionadas ao agroturismo



No entanto, apesar de ser desenvolvida por uma entidade autônoma e de ter se mostrado uma iniciativa de pouca expressão em termos de números de famílias, ela será objeto de análise desta seção por sua estreita relação com as demais estratégias implementadas pela AGRECO e, sobretudo, devido à natureza das mudanças provocadas tanto na organização daquelas propriedades que desenvolvem serviços agroturísticos como em outros aspectos da dinâmica do espaço rural local.

Desde já, procurando identificar a lógica espacial inerente ao agroturismo, deve-se voltar a atenção para a valorização dos aspectos cênicos ou estéticos do espaço rural, pois como nos disse uma entrevistada:

*Pra sobreviver aqui eu acho que nós temos que vender a imagem, o que nós temos de bonito aqui no nosso lugar! (agricultora, 35 anos).*

Em outras palavras, devemos focalizar a significação e organização do “espaço enquanto paisagem” na medida em que vai ao encontro da demanda por conhecimento e lazer de visitantes, sobretudo, na escala dos estabelecimentos familiares agroturísticos (Item 6.3.2.) e, em alguma medida, no meio rural municipal (Item 6.3.3). Antes, porém, convém caracterizar certos elementos do sistema agroturístico local.

#### 6.3.1. Sobre a atividade e os empreendimentos agroturísticos

Dentre os princípios que orientam a atividade agroturística difundida pela Acolhida na Colônia, destacam-se: i) o agroturismo deve ser desenvolvido de forma associativa e integrada (rotas e circuitos); ii) os serviços agroturísticos são planejados e executados pelos agricultores familiares; iii) trata-se de uma atividade complementar à produção agropecuária (de base ecológica, preferencialmente) enquanto principal atividade econômica da propriedade; iii) os serviços de recepção e/ou hospedagem ocorrem em instalações já existentes e adaptadas para tal; iv) deve haver disposição dos agricultores para trocar experiências de vida, garantir a qualidade de seus produtos e serviços, oferecer preços acessíveis, valorizar a cultura local e preservar o meio ambiente (ACOLHIDA NA COLÔNIA, 1999).

Além destes aspectos, outras observações sobre a dinâmica desta atividade são pertinentes. Primeiramente, é preciso atentar para o fato de que se trata de um “circuito de agroturismo”, onde a implementação da atividade supõe um conjunto de ações e de serviços que transcendem até mesmo as atividades específicas relacionadas ao turismo. Em segundo, é sabido que o afluxo de visitantes nesse tipo de atividade é bastante irregular, haja vista que tem demandas circunscritas a períodos curtos e às necessidades de lazer e entretenimento de pessoas provenientes da região em sua maioria. Em terceiro, no caso dos empreendimentos situados no município de Santa Rosa de Lima (ver quadro abaixo), grande parte da demanda existente é representada pelas atividades de visitação promovidas pela AGRECO às unidades familiares de produção e de agroindustrialização, constituindo o que vem sendo definido como “turismo de conhecimento”.

**Quadro 3:** Caracterização dos empreendimentos agroturísticos ligados à Acolhida na Colônia, em Santa Rosa de Lima.

<b>Tipo de Empreendimento</b>	<b>Denominação localidade</b>	<b>Serviços oferecidos (n° pessoas atendidas)</b>	<b>Mão-de-obra (n° pessoas)</b>	<b>Outras observações</b>
<b><i>Pousada colonial</i></b>	<i>Pousada Vitória</i> Braço do Rio do Meio (27)*	- hospedagem (14) - pescaria - trilha ecológica - banho de cachoeira - refeições coloniais - visita à agroindústria de mel/compra de mel - visita à bica de água termal na localidade de Águas Mornas	- familiar (2-3)	O proprietário é professor do ensino médio e reside com a família na sede do município. Nos meses de maior movimento o agroturismo chega a representar 40% da renda familiar **
	<i>Pousada Tenfen</i> Rio Bravo Alto (28)	- hospedagem (30) - colônia de férias - pescaria - banho de piscina - refeições coloniais - futebol - dia de campo - trilha ecológica - produção orgânica	- familiar (2-4) - contratada nas ocasiões de maior movimento (1)	Nos meses de maior movimento o agroturismo chega a representar 60% da renda familiar
	<i>Pousada Vandressen</i> Praça (29)	- hospedagem (7) - refeições coloniais	- familiar (2-3)	Representa de 10 a 20% da renda
	<i>Pousada Assing</i> Rio dos Índios (32)	- hospedagem (4) - refeições coloniais - trilha ecológica	- familiar (3)	Representa de 5 a 10% da renda familiar
<b><i>Café colonial</i></b>	<i>Doce Encanto</i> Rio dos Índios (30)	- refeições coloniais (30) - visita à agroindústria de cana-de-açúcar	- familiar (3) - contratada nos dias de maior	Nos meses de maior movimento o agroturismo chega a

		- venda de produtos - trilha ecológica	movimento (1)	representar 50% da renda familiar
<b>Restaurante colonial</b>	<i>Quedas D'água</i> Quedas D'água (31)	- refeições (40) - banho de cachoeira	- familiar (2) - contratada nos dias de maior movimento(1-2)	Nos últimos meses o restaurante permaneceu desativado
<b>Camping</b>	<i>Santa Bárbara</i> Santa Bárbara (35)	- acampamento - trilha ecológica ("Trilha da Serra")	- familiar (2)	Está em processo de estruturação
<b>Posto de venda de produtos</b>	<i>Posto de Produtos Agroecológicos</i> Praça (34)	- venda de produtos da AGRECO	- contratada (1)	Funciona junto ao escritório da UCAG
<b>Agroindústria familiar</b>	Diversos tipos e localidades (1, 12, 13, 20, 22, 24, 25)	- visitação (20-30)	- familiar e/ou contratada	Só 7 condomínios vêm pagando a anuidade para receber visitação

\* Número do ícone da figura de representação dos empreendimentos agroturísticos, **Capítulo 3, p. 108.**

Exceto o Restaurante Quedas D'água, os demais empreendimentos foram contemplados nas entrevistas

\*\* Estimativas fornecidas pelos entrevistados.

**Fonte:** Pesquisa de Campo, março de 2003.

Em face deste quadro, note-se: a diversidade quanto a natureza dos empreendimentos existentes; o papel decisivo da mão-de-obra familiar e a contratação (esporádica ou regular) de terceiros para a execução dos serviços; e, a participação maior ou menor (empreendimento, época) da renda obtida com o agroturismo na receita familiar.<sup>14</sup>

Paralelamente, um conjunto de razões pode ser levantado para explicar o caráter seletivo do agroturismo desenvolvido pela Acolhida na Colônia: natureza e amplitude das mudanças necessárias (reorganização da propriedade e modo de vida); falta de infraestrutura adequada (instalações, equipamentos, telefone, etc.) e/ou de recursos financeiros; fluxo limitado e sazonal (oscila conforme a época do ano e dias da semana) de visitantes, dependente em grande medida da visitação mobilizada através da AGRECO; indisposição ou resistência das famílias em exercer alguma atividade ou serviço voltado ao agroturismo; deficiências da infra-estrutura municipal, inclusive em termos de lazer e entretenimento.

---

<sup>14</sup> Convém observar que a maior parte dos proprietários ainda não costuma registrar regularmente os custos de suas atividades, o que dificulta a composição da renda segundo a origem.



### 6.3.2. A “propriedade como paisagem” e o balanço agroturístico

Concebida para ser uma atividade complementar, o agroturismo vem participando de forma bastante variável na renda familiar dos agricultores. Em alguns estabelecimentos a atividade tem se destacado em função das dificuldades enfrentadas pela produção agropecuária de base ecológica, ou seja, pelo menos em certos períodos tem proporcionado receitas significativas. Mesmo naquelas unidades onde seu peso econômico é menor, o agroturismo vem contribuindo para ampliar e diversificar as funções do estabelecimento, isto é, seu caráter multifuncional; de forma que sua organização não se dá apenas enquanto unidade de produção agrícola, mas também como objeto de consumo dos visitantes.

#### 6.3.2.1 A valorização das dimensões estética e utilitária:

Além das mudanças na estrutura socioeconômica da unidade de produção familiar, o que nos interessa ressaltar é que as atividades agroturísticas vêm promovendo também a valorização estética e utilitária do espaço da propriedade, daí a referência à perspectiva da “propriedade como paisagem”. O uso da figura abaixo, extraída de um folder de divulgação do agroturismo, editado pelo CEPAGRO, é bastante apropriado para ilustrar essa lógica.



**Figura 5:** Recortes do Folder sobre agroturismo publicado pelo CEPAGRO em 2001.

Dito de outra forma, nos estabelecimentos agroturísticos “salta aos olhos” a

preocupação e o cuidado cada vez maior, de um lado, com a residência e com outras instalações utilizadas pelos visitantes, com o saneamento domiciliar e com determinados hábitos familiares (alimentação, higiene, vestuário, tradições), ou melhor, com a *dimensão utilitária da propriedade* enquanto habitat e como espaço voltado também ao lazer; de outro, com a ornamentação e embelezamento dos lugares freqüentados pelos visitantes, isto é, com a *dimensão estética da propriedade*.<sup>15</sup>

*De primeiro a gente só se preocupava em plantar e colher, agora já tem que beneficiar o produto e cuidar pra ter a propriedade organizada e mais bonita pra receber as pessoas... a gente ajeita a casa, apara a grama, planta flores e deixa o jardim mais bonito pensando nas pessoas que vêm de fora (agricultor, 39 anos).*

Torna-se necessário reconhecer aqui, o papel exercido pela Acolhida na Colônia no sentido de difundir esta sensibilidade entre os agricultores familiares e coordenar o processo de reorganização das propriedades. Nesse sentido, dentre as ações mais significativas, sobressaem-se: a assistência técnica ou assessoria prestada aos agricultores e suas famílias; promoção de cursos de capacitação; realização de reuniões e de dias de visitação (às propriedades) para discussão/deliberação e troca de experiências; formulação de projetos e captação de recursos financeiros. Além dessas iniciativas e da existência de instrumentos legais (Estatuto e Regimento Interno) que buscam estabelecer os princípios e regular as atividades agroturísticas, foi implementado, recentemente, um Caderno de Normas com o intuito de aprimorar, padronizar e assegurar a qualidade dos serviços e produtos agroturísticos prestados pelos agricultores familiares.

Uma outra iniciativa curiosa e diretamente relacionada ao processo de promoção da propriedade enquanto paisagem está na realização de concursos visando eleger e premiar os melhores jardins tanto entre as pousadas como nas agroindústrias credenciadas à visitação. Segundo a circular de um dos concursos: “A campanha visa estimular a utilização de plantas nativas ou de uso comum na região, a recuperação de objetos tradicionais decorativos (máquinas, implementos, instrumentos de trabalho, etc.), a valorização do artesanato e de técnicas típicas de construção (portais, cercas et.) e o aproveitamento dos recursos naturais

---

<sup>15</sup> Na realidade, em se tratando de um contexto ligado ao (agro)turismo, estas dimensões (estética e utilitária) não se excluem, pelo contrário, se complementam e em muitos casos até se confundem. Portanto, a categorização aqui proposta têm um sentido meramente didático.



de cada local (águas, relevo, rochas, etc.)” (Acolhida na Colônia, 2002).

O que queremos dizer, é que de muitas formas os agricultores foram e vêm sendo estimulados a reorganizar a propriedade enquanto paisagem, seja ornamentando as entradas e o entorno das instalações (construindo portais, cultivando canteiros de flores, fazendo taipas de pedra, plantando palmeiras e outras espécies arbóreas, refazendo ou construindo novos açudes, recuperando e expondo equipamentos tradicionais como rodas de carroças, carros de boi, etc.), seja – no caso daqueles que se dedicam a hospedagem – reformando e redecorando a residência (aumento do número de banheiros, de quartos e do mobiliário necessário, pintura, construção de varandas, etc.) ou até mesmo construindo novas instalações (casa de hóspedes, quiosque, churrasqueira, campo de futebol, quadra de vôlei, *playground*, sistemas de proteção de nascentes e de tratamento de esgoto, etc.),

Estas observações permitem entender que o agroturismo vem incidindo tanto sobre os objetos do presente – introduzidos em função das atividades de hospedagem e/ou recepção de visitantes – como do passado (instalações, móveis, instrumentos de trabalho), atualizando ou redefinindo seus sentidos e promovendo a sua revalorização enquanto elementos da paisagem e do modo de vida rurais. Um exemplo emblemático deste processo foi a reforma de uma estufa de fumo visando sua utilização na hospedagem de visitantes.

#### *6.3.2.2. Dos aspectos positivos das mudanças na propriedade... :*

Mesmo que de forma breve, interessa-nos detalhar como os agricultores familiares vêm respondendo a estas mudanças no espaço da propriedade. A partir do discurso dos entrevistados é possível entender que os benefícios identificados partem da questão econômica em direção a aspectos mais subjetivos e intangíveis.

Inicialmente, pode-se dizer que apesar dos agricultores se diferenciarem quanto à renda obtida com as atividades e serviços agroturísticos, eles se aproximam no reconhecimento de que a vantagem do agroturismo está no fato de representar uma importante alternativa de receita desenvolvida na propriedade.

*Agora a vantagem do agroturismo é que a gente recebe o visitante e a renda em casa, não precisa sair da propriedade e correr por aí... você organiza a sua propriedade e recebe os visitantes em casa (...)  
E isso é bom porque se tem mais opção pra família viver daqui (agricultor, 53 anos).*

Mesmo nos casos em que a venda direta de produtos não é a atividade fim do estabelecimento, o agroturismo permite agregar valor aos produtos da agricultura familiar consumidos nas refeições feitas pelos visitantes. Aliás, ao mesmo tempo em que este aspecto pode ser tomado como um processo de “expansão do autoconsumo” da unidade produtiva, ele se torna um fator de viabilização do próprio empreendimento na medida em que reduz os custos operacionais.

Sobretudo, para os agricultores vinculados ao agroturismo, o significado do retorno obtido com a prestação de serviços às “pessoas de fora” não está restrito à “renda” ou ao “lado financeiro”, ou seja, a dimensão econômica se amplia na medida em que é associada aos ganhos em termos de convívio, de aprendizado e de relacionamento pessoal e familiar.

*Além de se ter uma renda a gente conhece pessoas interessantes e tem a alegria de conviver (...) A gente vê o agroturismo como um intercâmbio, um conhecimento porque você conversando com pessoas que vem de outra região, da cidade, tá sempre aprendendo e recebendo injeção de ânimo. É isso que faz a gente enxergar melhor o projeto e o trabalho da gente porque se fosse pra ficar só plantando cana, transformando na agroindústria e procurando vender... pelo dinheiro... aí talvez não fizesse sentido (agricultor, 39 anos).*

Observe-se que os informantes tendem a ver o convívio e a troca de experiências inerentes às atividades de recepção e/ou hospedagem de visitantes como essenciais ao processo de valorização e de reconhecimento do papel e do ofício de agricultor (ecológico). É notável, portanto, a satisfação e o orgulho manifestados pelos agricultores em relação à atividade e à convivialidade inerente ao agroturismo. Há um certo consenso quanto ao fato de que as melhorias na propriedade não servem somente aos interesses e necessidades dos visitantes, mas acabam por beneficiar e proporcionar satisfação também ao agricultor e sua família:

*Se a gente sabe que amanhã vai vir pessoas então a gente procura deixar as coisas na casa e no jardim mais organizadas e mais bonitas... e não faz isso só pras pessoas que vêm não, porque se você arruma o jardim, a gente que mora aqui também se beneficia. Então se vive com mais otimismo, com mais perspectiva de vida, mais satisfeita (agricultor, 53 anos).*

Pelo fato da lógica operacional da maioria das atividades agroturísticas ocorrer no seio familiar, observa-se que a mulher tem um papel significativo tanto na execução dos serviços quanto no gerenciamento e administração do empreendimento. Na opinião de algumas entrevistadas, o agroturismo representou uma oportunidade singular de trabalho e

de mudanças mais ou menos profundas.

*Se não fosse o agroturismo eu não teria um trabalho pra mim porque aqui quase não tem opção e depois se mora num município que é distante de tudo (...) Com a pousada eu comecei a enxergar as coisas diferentes, só pra ter uma idéia, por ser mulher eu ganhei de herança apenas 4ha... mas nessa área aqui eu tiro mais do que os meus irmãos que têm 23ha cada um, então pra que é que eu vou brigar por mais área (agricultora, 35 anos).*

Assim como nas outras estratégias já analisadas, note-se nestes depoimentos a importância dada ao convívio proporcionado pelo agroturismo enquanto instrumento de superação das barreiras socioespaciais impostas pelo relativo isolamento. Alguns informantes chegam a declarar que a aproximação rural-urbano proporcionada pelo agroturismo vem amenizando a intensidade do estranhamento em relação à cidade.

*A gente recebe muitas excursões... então hoje a gente vai pra Florianópolis e já se sente em casa lá também, porque se conhece pessoas, se tem amigos lá. Então não se tem mais aquele medo de quando ia pra lá... tinha vez que se sentia até meio perdido... (agricultor, 39 anos).*

Em face dos benefícios percebidos, a expectativa dos entrevistados em relação ao agroturismo fica evidente nos relatos sobre seus planos para os próximos anos. A quase totalidade manifestou o desejo ou a intenção de melhorar as condições e a qualidade do atendimento e até mesmo de ampliar ou oferecer novos serviços aos visitantes. Em geral, os agricultores têm consciência de que se trata de investimento de médio e longo prazo.

*Tem que ir fazendo e acreditar porque hoje em dia não tem nada fácil e pra se organizar uma propriedade leva tempo, leva tempo e leva tempo (agricultor, 53 anos).*

#### 6.3.2.3. ... às dificuldades e limitações da atividade agroturística:

Apesar do peso dos aspectos positivos das mudanças engendradas na propriedade, a dinâmica do agroturismo não poderia ser devidamente compreendida se desconsiderássemos as dificuldades e limitações encontradas no desenvolvimento desta atividade. Nas entrevistas, os aspectos levantados pelos agricultores referem-se tanto ao início como a atual fase do processo de construção da proposta.

Ao relacionarem as dificuldades iniciais, os agricultores focalizam aquelas advindas do fato do agroturismo ter sido uma proposta pioneira e inovadora. Ao mesmo tempo em que reconhecem a insegurança própria do momento, avaliam o papel da Acolhida na Colônia no sentido de animar e incentivar o processo.

*A dificuldade foi maior no início quando a gente não tinha conhecimento, não se sabia se ia dar certo. Então se começou sozinho, acreditando no pessoal de fora, no pessoal da associação, acreditando nos cursinhos que a gente fez e ali foi sentindo a realidade (...) de primeiro também a gente não queria deixar do serviço pra atender o pessoal (...) hoje a gente já ouve os outros falar que “esse cara ta fazendo a coisa certa, se não ele já tinha parado” (agricultor, 53 anos).*

De uma certa forma este depoimento também ajuda a entender porque os entrevistados consideram que “no início não foi nada fácil” aceitar que muitas coisas na propriedade (reformas, construção de novas instalações) e no cotidiano (relacionamentos, hábitos alimentares e de higiene, forma de se vestir) tinham que mudar e, muito menos, começar a realizar as mudanças, já que isto implicava num esforço e em gastos numa atividade sem garantia de retorno financeiro.

Uma outra dificuldade inicial e que ainda persiste refere-se à falta de recursos próprios. Esse foi destacadamente o maior gargalo identificado pelos entrevistados, isto é, quase todos os informantes declararam que os recursos que dispõe são insuficientes para promover as melhorias e ampliações necessárias e desejadas à atividade agroturística. Ao mesmo tempo, há dificuldades na obtenção de crédito com custos operacionais reduzidos. Ao mesmo tempo em que parte dessa demanda tem sido atendida através da Cresol Santa Rosa de Lima<sup>16</sup>, os informantes admitem que as mudanças na propriedade devem ser feitas gradativamente, na medida em que o agroturismo for se consolidando e proporcionando o retorno esperado.

Quando comentam sobre o impacto do agroturismo no ritmo de vida familiar e comunitário, os agricultores referem-se ao comprometimento dos dias de descanso (domingos), haja vista que o afluxo de visitantes se intensifica nos finais de semana e feriados. Segundo os informantes, muitas vezes “falta tempo” para participar de eventos comunitários e até mesmo para “visitar os parentes”.

*Pra gente que trabalha com o agroturismo o fim de semana, o sábado e o domingo são iguais à segunda feira, então se a gente tratou alguma coisa na comunidade às vezes se deixa de cumprir, dependendo do fim de semana o envolvimento é tanto que a gente não pode nem ir na missa e nem visitar os parentes (agricultor, 53 anos).*

---

<sup>16</sup> Recentemente, a constituição de um “Fundo Rotativo de Agroturismo” vem sendo utilizada para a realização de algumas pequenas melhorias, haja vista que o montante disponível para cada associado é de R\$ 1.500,00, com prazo de pagamento de 6 a 18 meses e carência de até 8 meses.

Sendo assim, enquanto o trabalho no condomínio-agroindústria intensifica certos aspectos da sociabilidade local, o envolvimento com o agroturismo tendem a afrouxar esses laços devido a dedicação exigida nas atividades de recepção e hospedagem de visitantes.

Uma limitação também associada à dinâmica da atividade agroturística refere-se à irregularidade ou sazonalidade do fluxo turístico. No caso das pousadas por exemplo, enquanto nas épocas de maior demanda (férias escolares, festas de fim de ano, feriados) pode haver superlotação, nas épocas de baixa demanda os empreendimentos funcionam com elevada capacidade ociosa.

Já para as agricultoras entrevistadas estes aspectos relacionados à dinâmica do agroturismo assumem mais uma conotação, qual seja, o peso dos serviços agroturísticos na jornada de trabalho uma vez que os mesmos se somam às atividades já realizadas.

*É bastante pesado pra nós mulheres porque tem o serviço da casa, comida, roupa, telefone, são as coisas na indústria, tem o café colonial, tem dias assim que a gente fica tão cansada que dá vontade de sair... até ir pra roça a gente quer ir... bem ao contrário de antes (...) Agora é muito complicado porque na região aqui sempre foi assim... é difícil achar uma casa onde o homem ajuda no serviço da cozinha (agricultora, 37 anos).*

Ainda na opinião dos informantes em geral, vão de encontro ao desenvolvimento do agroturismo as deficiências nas condições de infra-estrutura em nível municipal, precisamente em relação à falta de opções turísticas – indispensáveis a um afluxo mais significativo e regular de visitantes – e, sobretudo, as más condições das estradas de acesso nos períodos mais chuvosos.

Contudo, apesar destas dificuldades e limitações do agroturismo, o quadro favorável em termos de retorno econômico e a grande satisfação manifestada pelos agricultores torna conveniente uma breve leitura, a partir de seus discursos, dos aspectos que aproximam e diferenciam a Acolhida na Colônia e a AGRECO.

#### *6.3.2.4. Acolhida versus AGRECO:*

Nos capítulos anteriores falamos sobre as dificuldades e limitações da participação dos agricultores nos espaços institucionalizados pela AGRECO. No caso da Acolhida na Colônia, os associados tendem a reconhecer que sua participação nos fóruns promovidos

pela Entidade se dá de forma mais efetiva e que ao invés de se sentirem intimidados, se sentem mais à vontade, mais “animados” e “valorizados” para “debater as coisas”.

*Na parte do agroturismo até dá vontade de fazer reunião porque o pessoal é compreensivo, a gente consegue debater as coisas, um anima o outro, os técnicos de vez em quando estão no meio ouvindo e falando alguma coisa... e isso faltou na AGRECO, faltou o agricultor dar sua opinião e daí ser valorizado (...) graças a Deus a nossa associação tá indo muito bem (agricultor, 53 anos).*

Apesar da autonomia institucional, os entrevistados têm consciência da profunda relação e do sentido de complementaridade inerente às duas entidades e às propostas que desenvolvem:

*A Acolhida depende muito da AGRECO, porque as excursões que nós recebemos, o turista que vem pra cá vem pra conhecer a propriedade ecológica, a agroindústria, é um pessoal que vem pra conhecer a experiência daqui... já tem algumas pessoas que vem só pelo agroturismo mesmo, só que são bem poucas (agricultora, 35 anos).*

Note-se que a idéia de que a proposta da AGRECO pressupõe um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de ações é mais bem representada pelos agricultores do agroturismo, haja vista o reconhecimento da inter-relação das estratégias desenvolvidas. No entanto, essa dependência do agroturismo em relação às ações da AGRECO tende a assumir uma conotação ambígua: ao mesmo tempo em que é vista como essencial, dado que a visitação às unidades de produção e de agroindustrialização representa grande parte da demanda pelas atividades de recepção e hospedagem de visitantes, também preocupa na medida em que o agravamento da crise vivida pela AGRECO compromete o desenvolvimento do agroturismo no município.

*Sem o trabalho da AGRECO o agroturismo não existiria, não conseguiria caminhar sozinho... as pessoas que vêm pela AGRECO é que vem pro agroturismo... vai ser um fracasso se terminar a AGRECO, até se pode continuar mas não com a mesma velocidade (agricultor, 39 anos)*

Por outro lado, se tomarmos os números do agroturismo para Santa Rosa de Lima nos deparamos com uma situação curiosa: em 2001, aproximadamente 1.800 pessoas foram atendidas pela atividade, o que representou um volume de recursos da ordem de R\$ 28.000,00, sendo que as atividades de visitação contribuíram com a maior parcela dessa receita; já em 2002, foram 1.600 pessoas e aproximadamente R\$ 40.000,00, sendo que dessa vez, a maior entrada de recursos se deu pelos serviços de hospedagem, sobretudo com pernoite. Portanto, parece estar havendo uma mudança no caráter do agroturismo no

município, isto é, do “turismo de conhecimento” para o “turismo de hospedagem e lazer”.

### 6.3.3. O Agroturismo e a “paisagem como natureza”

De acordo com nossos informantes, o agroturismo não traz vantagens apenas ao agricultor familiar e a sua propriedade, haja vista que o fluxo de visitantes beneficia o comércio e o município em geral. De diversas formas, tendem a reconhecer que o trabalho desenvolvido de forma associativa sensibilizou a administração municipal a contribuir com o agroturismo através da realização de certas melhorias na infra-estrutura local.<sup>17</sup>

*O agroturismo fez aparecer mudança até no nosso município... uma é que o turista pra fazer a visita acaba passando por vários lugares, então isso reflete também no comércio e nos outros negócios, até nas escolas que passa a ter mais cuidado com a educação das pessoas... outra é porque com a Acolhida se pressionou mais o prefeito pra manter as estradas em ordem e fazer a sinalização por causa do turismo (agricultor, 39 anos).*

Um aspecto curioso sobre as implicações do agroturismo no município é que segundo os entrevistados o fluxo de “turistas” vem contribuindo para uma maior preocupação dos atores locais em relação ao uso e manejo dos recursos florestais.

*O fato de tá vindo turista pra cá tá levando o pessoal a ter mais cuidado na questão do desmatamento... porque o pessoal daqui é difícil denunciar pro IBAMA e coisa assim, mas as pessoas de fora denunciam e isso tem ajudado (agricultora, 35 anos).*

Neste ponto, convém teorizar um pouco mais acerca da lógica espacial do agroturismo afirmando que uma outra dimensão da valorização do “espaço como paisagem” pode ser buscada na íntima associação entre paisagem e natureza, na tendência a enquadrar o espaço natural como expressão por excelência da paisagem, ou melhor, na significação da “paisagem como natureza” e vice-versa. Ainda mais quando esta perspectiva vai ao encontro das necessidades e preferências dos atores diretamente envolvidos com alguma forma de turismo.

Segundo Meinig (2002), esta forma de apreciação espacial destaca os componentes

---

<sup>17</sup> O exemplo mais emblemático da parceria com o poder público municipal, mais precisamente entre a Acolhida na Colônia e o Conselho Municipal de Turismo, está na concepção e execução do projeto de sinalização (com placas de madeira protegidas por um pequeno telhado, em forma de “casinha”) das localidades e dos empreendimentos agroturísticos existentes no espaço municipal.

naturais do espaço e atribui pouca importância aos elementos artificiais. Convém lembrar ainda que ao mesmo tempo em que se é tentado a retirar os componentes antrópicos da cena – com o intuito de restaurar sua condição “primitiva” ou “original” – tende-se a reprovar certas formas resultantes da intervenção humana na paisagem.

No caso dos sujeitos envolvidos com o agroturismo verifica-se, por exemplo, de um lado, a valorização da pujança da mata nativa, dos recursos hídricos, das formas do relevo, de outro, a desaprovação do desmatamento e do reflorestamento com exóticas.

No âmbito da propriedade enquanto empreendimento agroturístico, um exemplo emblemático da perspectiva da “paisagem como natureza” está na atitude de um agricultor que ao comprar uma fotografia aérea de sua propriedade, pediu para que o vendedor retirasse a “cena do reflorestamento de eucaliptos recém cortado” deixando apenas a grama, sendo que na versão “maquiada” da fotografia – exposta sob a forma de um pôster na parede da pousada – a referida área foi representada com a imagem (“clonada”) de uma “mata nativa”. A seqüência de fotografias abaixo ilustra o ocorrido (canto superior direito):



*Fotografia aérea (original)*

*Pôster (fotografia “clonada”)*

**Figura 6:** Imagens de uma propriedade que trabalha com agroturismo.

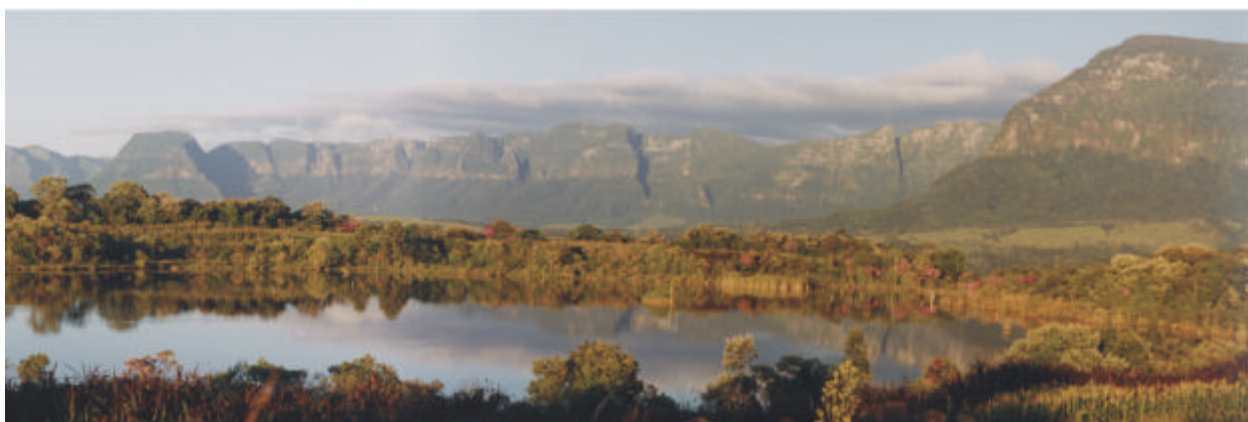
Direta ou indiretamente esta perspectiva – decorrente também do próprio ambientalismo subjacente à proposta da AGRECO – acaba alimentando o campo de tensões e de conflitos com aqueles agentes envolvidos com o uso predatório dos recursos naturais como agricultores convencionais e, principalmente, madeireiros.



Em outras palavras, por assumirem uma concepção de “paisagem enquanto natureza”, tanto os coordenadores das entidades envolvidas quanto os agricultores vinculados ao agroturismo tornam-se mais expostos às críticas e ameaças formuladas neste embate.

*Têm aqueles que apóiam e acham interessante o agroturismo e tem aqueles que se sentem prejudicados... Outro dia eu tava conversando com um rapaz que tira lenha, que faz derrubada de mata nativa e ele disse que o pessoal que trabalha com isso ia se juntar pra proibir os turistas que vem de fora de passar por dentro dos terrenos, que iam procurar dificultar um pouco o próprio trabalho da AGRECO (agricultor, 33 anos).*

Um outro aspecto que permite evidenciar este processo de valorização da “paisagem como natureza” é encontrado na formação de dois loteamentos para “casas de campo” na porção leste do município, junto à zona de escarpas da Serra Geral. O primeiro loteamento que surgiu, situado na localidade de Santa Bárbara (ver fotografia abaixo), já está com todos os quatorze lotes de 2ha vendidos para pessoas de classe média oriundas de diferentes cidades e estados.



**Figura 7:** Encostas da Serra Geral vista do loteamento para casa de campo na localidade de Santa Bárbara.

De acordo com o proprietário, a idéia de formar um “condomínio de casas de campo” neste local com vista privilegiada das Encostas da Serra Geral surgiu dos coordenadores da AGRECO e da Acolhida na Colônia, que inclusive encaminharam muitos dos atuais titulares dos lotes.

O segundo loteamento por sua vez, situado na localidade de Serrinha, surgiu em

decorrência do sucesso do primeiro empreendimento. Neste, o terreno foi dividido em 28 lotes de 2ha, sendo que aproximadamente 50% já foram vendidos.

Fruto do processo de valorização da paisagem das Encostas da Serra, não resta dúvidas que os dois loteamentos representam mais um elemento do processo de diversificação e revitalização do espaço rural resultante do contexto de desenvolvimento mobilizado a partir da AGRECO.

Por último, não é difícil perceber também o papel desempenhado pela valorização do “espaço como paisagem” e da “paisagem como natureza” tanto na identidade e no discurso da AGRECO como nas publicações mais recentes. Isto é, desde o nome da Entidade até as matérias feitas pela mídia impressa ou televisiva, a paisagem das “Encostas da Serra Geral” é privilegiada como referência espacial do contexto.

## Capítulo 7

### A COMERCIALIZAÇÃO COLETIVA (INSTITUCIONAL) E A DINÂMICA DO TERRITÓRIO MERCANTIL

*O território resulta da necessidade de assegurar o controle sobre aquilo que pode ser possuído e/ou distribuído (RAFFESTIN, 1993, p. 151).*

Conforme retrata Schmidt (2003), a AGRECO procurou adotar um esquema de comercialização que permitisse o escoamento de quantidades importantes de produtos, sempre evitando que eles fossem banalizados, o que foi favorecido pelo fato de haver em Santa Catarina pequenas e médias redes de supermercados interessadas em atrair e fidelizar clientela pelo setor de FLV orgânicas e, sobretudo, pelo fato desses produtos terem um grande apelo junto a um importante segmento de consumidores.

Poderíamos dizer que ao presidir a lógica de distribuição e de colocação final dos produtos, a AGRECO tem no processo de comercialização coletiva, um dos eixos estratégicos de organização e, de uma certa forma, isso também indica um de seus pontos mais vulneráveis e polêmicos. Isto é, a esta altura do trabalho já não há nenhuma novidade em dizer que com a persistência das dificuldades em termos de renda, vivenciada pelos produtores, o sistema de transporte e a própria estrutura de distribuição mobilizados pela AGRECO passaram a ser objeto mais de dissenso do que de consenso entre os atores que participam mais diretamente do processo. Na medida em que a estratégia de comercialização coletiva ou institucional passou a não responder às demandas dos produtores filiados, formas de “comercialização paralela” foram e vem sendo construídas pelos próprios agricultores.

Neste capítulo, nosso intento consiste em *analisar o espaço mercantil como um território em disputa entre certos atores (agricultores, UCAG e transportadores), isto é, como um espaço que é mobilizado enquanto elemento decisivo à viabilização de estratégias de reprodução socioeconômica e no estabelecimento e manutenção do poder*. Sob essa perspectiva, efetuamos algumas (re)considerações sobre o sistema de comercialização a fim de qualificar melhor sua estrutura e dinâmica (seção 7.1),

analisamos alguns dos dilemas abstraídos do modo como agricultores e técnicos se posicionam em relação à problemática mercantil (seção 7.2) e discorremos sobre os elementos associados às formas institucional e paralela de territorialidade mercantil (seção 7.3).

Dito de outra maneira, estamos nos propondo a analisar o processo de comercialização em curso como uma forma de territorialização, isto é, enquanto movimento dos agentes visando presidir a lógica do sistema de distribuição e venda dos produtos sobre determinadas extensões do espaço. Por conseguinte, estamos denominando de “territorialidade mercantil” o conjunto das ações ou estratégias que permitem o controle do sistema de comercialização.<sup>1</sup> Desse modo, compactuamos com Raffestin (1993), quando considera que a territorialidade não deve ser vista como uma simples ligação com o espaço, mas como algo que se inscreve no quadro da produção, da troca e do consumo das coisas.

## 7.1. SOBRE O SISTEMA DE COMERCIALIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Certamente que as implicações da problemática concernente à comercialização não afetam igualmente os agricultores e os condomínios vinculados à AGRECO, haja vista a diversidade de situações existentes. Ao mesmo tempo, é fácil perceber que os produtores de hortaliças vêm assumindo a maior parte desse ônus.

Não obstante, para caracterizarmos melhor a dinâmica do território mercantil faz-se necessário recuperar e atualizar aspectos importantes relacionados ao processo de organização do transporte, distribuição e venda de produtos orgânicos pela Associação.

---

<sup>1</sup> Como se pode perceber, estamos adotando formas de aplicação destes conceitos não muito comuns e, por enquadrarmos o espaço mercantil como território, deve-se construir um gancho conceitual entre a própria idéia de “território”, que usualmente pressupõe contigüidade espacial, e a noção de “rede”, onde não há essa contigüidade, mas sim um conjunto de pontos ou “nós” (unidades produtivas e postos de venda) conectados entre si por segmentos ou “arcos” (estradas ou vias de acesso) onde ocorrem os fluxos. Trata-se, portanto de um “território descontínuo” (nos termos encontrados em SOUZA, 1995) e de tessitura extremamente dinâmica, dada a sua capacidade de responder às forças e relações econômicas.

A partir do que foi descrito no capítulo 4, quando traçamos o contexto relacionado à AGRECO, pode-se considerar que dentre as principais mudanças ocorridas no sistema de comercialização, sobressaem-se: i) ampliação do circuito de distribuição e diversificação do mercado de produtos orgânicos (mercado convencional, institucional e venda direta); ii) terceirização do serviço de transporte e alterações na forma de remuneração dos transportadores (“percentual fixo”, “percentual diferenciado” e “Km rodado”); iii) informatização do sistema e reorganização dos núcleos de produção e das linhas de distribuição.

#### 7.1.1. Ampliação e diversificação do território mercantil

No caso da AGRECO, a busca incessante de novos pontos de comercialização fez com que a estrutura de distribuição evoluísse de poucos canais no âmbito regional (com “exclusividade informal” dada à rede de supermercados Santa Mônica) para uma quantidade e variedade significativa de postos (a maioria supermercados) no circuito inter-regional e até inter-estadual.

No início do segundo semestre de 2000, os produtos eram comercializados em mais de 35 pontos de nove redes de supermercado. Nesse caso, o esquema de venda dos produtos passa por alguns aprimoramentos, indo da colocação em balcão comum juntamente com produtos convencionais à colocação em estande refrigerado e exclusivo. Da parte da AGRECO, são contratados repositores para atuar nas grandes lojas de supermercados com a função de organizar/abastecer os balcões e informar os consumidores.

É sabido que juntamente com a ampliação do circuito e aprimoramento da estrutura de vendas, há um processo de diversificação do território mercantil que se concretiza a partir de meados de 2001, quando a AGRECO deixa de atuar apenas no “mercado convencional”, representado basicamente pela venda a supermercados e lojas especializadas, para atuar no “mercado institucional”, através do fornecimento da merenda orgânica para escolas de ensino fundamental em alguns municípios catarinenses. Também na mesma

época, a Entidade reforçou a forma de “venda direta ao consumidor” mediante o fornecimento de um número bem mais significativo de cestas de produtos orgânicos.

Atualmente, dependendo da época do ano e devido principalmente à sazonalidade imposta pelo “mercado institucional”, estas frentes de comercialização têm uma participação maior ou menor sobre o faturamento da Entidade. Em 2002, por exemplo, durante o período letivo, o mercado da merenda e de cestas representou cerca de 50% das vendas, enquanto que por ocasião das férias letivas, quando foi interrompido o fornecimento para a merenda, a maior parte do volume comercializado, aproximadamente 80%, foi absorvido pelo mercado convencional.

#### 7.1.2. O transporte e a evolução das formas de remuneração

Já foi mencionado que em setembro de 2000, o esquema de transporte de produtos orgânicos – que era efetuado pela família Schmidt – passou a ser contratualizado com terceiros. Na ocasião, o serviço passou a envolver um caminhão comum e era remunerado por “percentual fixo”: 25% sobre o faturamento das vendas (AGRECO, 2000b).

Posteriormente, em fevereiro de 2001, em função do aumento do volume de vendas registrado nos meses anteriores, o serviço de transporte passa a envolver de 3 a 4 caminhões com baú refrigerado (aos domingos, terças e quintas) e a ser remunerado por “percentuais diferenciados” para cada grupo de produtos: *Grupo A* (conservas, ovos, mel, melado, produtos embalados à vácuo) – 10%; *Grupo B* (açúcar mascavo, produtos fatiados e embandejados, pães) – 16%; *Grupo C* (produtos higienizados e embalados em bandejas ou pacotes, produtos embalados em rede) – 20%; *Grupo D* (produtos em maço, em unidade, produtos à granel) – 25,5% (AGRECO, 2001a). Note-se que neste esquema quanto menor o valor agregado do produto maior é a sua participação no rateio das despesas com transporte.

Para se ter uma idéia da logística de distribuição que passou a ser colocada em prática, deve-se mencionar a organização de três linhas de recolhimento, que por sua vez estavam em correspondência com três linhas de distribuição: na *Linha Norte*, os produtos

dos condomínios Morro Verde, Rio do Meio, Nova Esperança, e Recanto do Puma (todos situados no norte e no oeste de Santa Rosa de Lima) eram recolhidos e levados até Brusque, sendo que em Florianópolis, a maior parte da carga era repassada para um outro caminhão responsável pela distribuição tanto naquela cidade como também em Balneário Camboriú, Itajaí, Joinville, Blumenau, Jaraguá do Sul e Gaspar; na *Linha Sul*, os produtos dos condomínios situados em outros municípios como Gabiroba (São Martinho), PIK (Armazém), Del Campo (Gravatal), Afarp (Grão Pará), Brisa Silvestre e Cachoeiras (Rio Fortuna) eram recolhidos e distribuídos para Braço do Norte, Tubarão, Criciúma, Içara, Ararangá, Imbituba e Garopaba; e na *Linha Porto Alegre*, os produtos dos condomínios Agrovida (Rio Fortuna), Wiemes, Becker, Doce Encanto, Rio Bravo Alto e Willemann (situados em diferentes regiões de Santa Rosa de Lima) eram recolhidos e levados até a distribuidora Do Campo, em Porto Alegre (AGRECO, 2001c).

Não é difícil perceber, então, que se tratava de uma logística extremamente complexa, baseada em circuitos relativamente longos e, num certo sentido, morosa e inadequada, haja vista o elevado grau de perecibilidade da maior parte dos produtos comercializados na ocasião. Tanto é que mesmo com toda a quantidade de pontos de comercialização, o volume de vendas e do faturamento começou a baixar, a ponto dos transportadores exigirem mudanças na forma de remuneração do serviço prestado, que passou então a ser feita por “Km rodado”, em julho de 2001.<sup>2</sup>

Um outro aspecto que deve ser enfatizado é que por um bom tempo várias funções foram exercidas pelos motoristas: auxílio na organização dos pedidos, emissão de notas, contatos com supermercados, procura de novos postos de venda, divulgação dos produtos AGRECO, etc. Atualmente, devido a problemas provocados pelo excesso de atribuições e, sobretudo, dado o aprimoramento do sistema (informatização) no sentido de permitir um maior controle pela UCAG sobre todas as etapas do processo de comercialização, a atuação

---

<sup>2</sup> Na verdade, trata-se de uma forma de remuneração híbrida, isto é, cada produto contribui com um percentual para o pagamento do frete sendo que o valor pago aos transportadores é pago por Km rodado. Nessa forma, quando o volume de faturamento é relativamente baixo, há sempre uma “diferença” entre o valor descontado dos produtos e o valor calculado para pagamento dos transportadores, que precisa ser rateada entre os produtores. Atualmente esse custo (“diferença de transporte”) está sendo rateado entre os condomínios de cada núcleo, proporcionalmente às suas vendas.

dos transportadores voltou a se restringir aos serviços de carga, transporte e distribuição dos produtos.

### 7.1.3. Informatização do sistema e redefinição dos núcleos de produção/linhas de distribuição

Até meados de 2001, o sistema de comercialização da AGRECO era gerenciado com programas de informática isolados e cálculos feitos manualmente. O fato é que o aumento do número de produtores, de clientes e de produtos (variedade) tornou o processo de organização da produção-comercialização cada vez mais complexo e impôs o aprimoramento do sistema de planejamento e controle e a sua crescente informatização.

Pelo que foi visto no Capítulo 4, em julho de 2001 começou a ser implantado o primeiro módulo do sistema de informações chamado de “rota do pedido”, elaborado pela equipe do Projeto Agrorede da UFSC, com recursos do SEBRAE/CNPq.

Na ocasião, o sistema de comercialização passou a obedecer aos seguintes passos: 1) Primeiramente, é feito o cruzamento dos “pedidos dos clientes” (que chegam com uma semana de antecedência) com as “estimativas de colheita” (projeção para quatro semanas) dos condomínios; 2) No caso de pedidos maiores que a produção, é feito um rateio que prioriza o atendimento de certas categorias de clientes (que comprem sem sobras, com menor número de intermediários, que vendem mais barato); 3) Em se tratando de pedidos menores do que a produção, o excedente é comercializado através de mais vendas e/ou promoções. Em caso de sobra, os condomínios são avisados para não colher o produto e aguardar novos pedidos. Havendo perdas, essas são rateadas entre todos os condomínios produtores; 4) O próximo passo do sistema é a organização da coleta e das cargas do transporte (segundas, quartas e sextas), com a montagem das “planilhas de colheita” por condomínio e também do repasse entre as linhas de distribuição (Norte, Sul e Porto Alegre); 5) Na UCAG, é feita a distribuição dos produtos por mercado, o monitoramento do repasse de produtos entre as linhas de transporte e são emitidas as “planilhas de entrega” para os clientes acompanhadas das notas fiscais; 6) Em posse do “romaneio” (relação dos produtos, quantidades e valores emitido para cada ponto de comercialização) e das notas fiscais os



transportadores fazem a distribuição da carga na linha sob sua responsabilidade; 7) De volta à Associação, os dados são lançados no sistema para permitir a elaboração dos históricos de vendas, perdas, quebras, relatórios de pagamentos e cobranças, etc (AGRECO, 2001b).

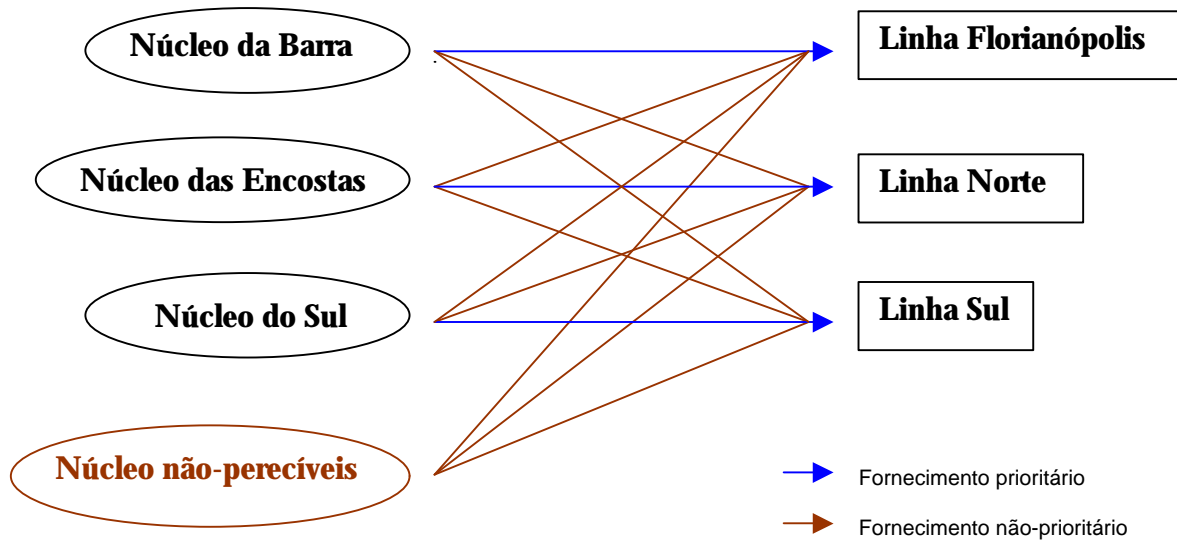
Paralelamente à implantação do primeiro módulo da “rota do pedido”, convém ressaltar que houve um processo de reorganização (para fins de planejamento e operacionalização) da Rede AGRECO de Agroindústrias por meio da classificação dos condomínios em: *núcleo de hortaliças e conservas*, *núcleo de produtos de origem animal*, *núcleo de mel e núcleo de cana-de-açúcar*. Além desta categorização, os condomínios passaram a ser diferenciados como sendo de produtos “perecíveis” e “não-perecíveis”, conforme vimos anteriormente.

Mais tarde, por volta do início de 2002, a forma de organização dos núcleos de produção e das linhas de coleta-distribuição foi redefinida. Neste sentido, os condomínios de hortaliças, ou melhor, de “produtos perecíveis”, foram agrupados em três núcleos que, por sua vez, representam linhas de coleta que mantêm correspondência direta com três linhas de distribuição: o *Núcleo da Barra*, constituído pelos condomínios Morro Verde, Willemann e Rio Bravo Alto (todos situados no norte do município de Santa Rosa de Lima), passa a fornecer produtos prioritariamente para a *Linha Florianópolis*; o *Núcleo das Encostas*, formado pelos condomínios Recanto do Puma, Nova Esperança e Wiemes (situados no oeste do município), atende prioritariamente a *Linha Norte* (Joinville, Blumenau, Brusque, etc.); e o *Núcleo do Sul*, que integrado pelos condomínios Cachoeiras, Gabiroba e Agrovida (situados ao sul nos outros municípios) fornece prioritariamente à *Linha Sul* (Tubarão, Araranguá, etc.).<sup>3</sup> Por sua vez, as agroindústrias que não são de beneficiamento mínimo de hortaliças, passam a integrar o grupo dos “não-perecíveis” e a fornecem para todas as linhas acima enunciadas (inclusive para a *Linha Porto Alegre*, que havia sido temporariamente reativada em março de 2003). O esquema abaixo procura ilustrar esta estrutura:

---

<sup>3</sup> Desde o início de 2003, esta linha vem sendo abastecida apenas com produtos não-perecíveis, devido a problemas com os supermercados (elevadas taxas de devolução e resistência em passar a negociar com descontos e sem devolução) e com os condomínios do núcleo sul (1 está fechado, 1 havia se desligado da AGRECO e outro estava com uma produção muito baixa).

**Figura 8:** Correspondência entre núcleos de produção e linhas de distribuição



Deste modo, a segmentação dos territórios produtivo e mercantil traduz-se numa iniciativa emblemática de regionalização, ou melhor, de reordenação territorial. Esta espacialização expressa-se nos nomes dos núcleos, das linhas e através da relação entre elas. De uma certa forma, este processo constitui-se numa tentativa de classificar as agroindústrias e os canais de comercialização não apenas pelos seus atributos mas, sobretudo, por sua localização.<sup>4</sup>

A partir de dezembro de 2002, com a redução do volume de vendas, apenas dois caminhões refrigerados passam a atuar no recolhimento dos produtos (domingos e quartas) junto às agroindústrias e no transporte até os postos de venda. Atualmente, apenas um caminhão vem executando o serviço.

## 7.2. DILEMAS/DICOTOMIAS EM TORNO DO TERRITÓRIO MERCANTIL

Dentre os fatores levantados pelos produtores entrevistados – principalmente de hortaliças – para explicar a insustentabilidade do sistema de transporte e de comercialização

<sup>4</sup> É curioso que em muitas circunstâncias, os agricultores familiares classificam e são classificados a partir do núcleo a que pertencem e pelas referências aos espaços de onde procedem. De uma certa forma, esta regionalização não deixa de alimentar novas identidades territoriais ou atualizar aquelas já existentes.

coletivos destacam-se: redução e sazonalidade das vendas; aumento das despesas com transporte e distribuição; elevado percentual de devolução de produtos (perecíveis) pelos postos de comercialização; falhas no gerenciamento e centralização do sistema por parte da UCAG; atraso nos pagamentos e calotes por parte de grandes clientes (supermercados).

Em face deste levantamento, mais do que detalhar cada um destes aspectos identificados pelos entrevistados gostaríamos de abordá-los, direta e/ou indiretamente, através da análise dos dilemas e dicotomias que podem ser abstraídos da avaliação feita por técnicos e agricultores em relação à problemática mercantil.

### 7.2.1. Produção *versus* comercialização

Noutra ocasião, procuramos caracterizar como os sucessivos desajustes entre produção e comercialização têm marcado a experiência da AGRECO e dos agricultores filiados. Aqui, convém lembrar, a partir do que nos colocam Schmidt et al. (2003, p. 299), que uma tensão sempre esteve presente na relação entre estes dois segmentos da cadeia produtiva: “(...) se não há mercado não se pode ampliar a produção, mas se não há produção não se consegue ampliar as possibilidades de venda”. O depoimento de um técnico explicita ainda mais este dilema:

*É assim: quando o momento é favorável e a comercialização tá se expandindo não se tem o produto pra se estabelecer uma relação sólida com o cliente e aí então a comercialização que deveria estar numa ascensão acaba baixando, mas como a demanda estava em alta, as pessoas visualizam uma perspectiva favorável e aí investem bastante na produção, porém como a comercialização não teve resposta da produção ela decai enquanto a produção cresce e aí tem produtos que começam a se estragar e que não é vendido, aí se começa a buscar, expandir as vendas, só que aí a produção começa a cair. Então nós não conseguimos ainda estabelecer um equilíbrio. (técnico, 25 anos).*

Em face desta questão, o que queremos é demonstrar que entre técnicos e agricultores, uma das formas de resolver o referido dilema está na tendência a atribuir a responsabilidade do problema a um ou outro pólo, a este ou aquele agente da cadeia produtiva. Resumidamente, a equação pode ser expressa da seguinte forma: enquanto boa parte dos agricultores tende a atribuir a culpa das dificuldades em termos de comercialização à inabilidade da UCAG, os técnicos insistem que o problema não está tanto na estrutura de

gerenciamento e na falta de mercado, mas na produção ou, em certa medida, nos produtores.

Segundo os produtores entrevistados, se os canais de venda (“com uma mínima taxa de devolução”) estiverem abertos e se os pagamentos forem efetuados nos prazos acordados, não há porque faltar produção, portanto, “o problema não é do agricultor de preparar o seu produto”:

*Se hoje tiver o órgão que compre o produto e quando dê os trinta dias o produtor receba pela sua entrega... não precisa nem o técnico vir na propriedade pra pedir mais produção (...) O mais engraçado é que toda vez que a gente participa de uma reunião eles dizem “plante que mercado tem, o que falta é produção”, o problema é que isso não fecha com a realidade (agricultor, 53 anos).*

Em muitos depoimentos chama a atenção a vinculação estabelecida entre as dificuldades de comercialização e a UCAG enquanto referência espacial ou “sede” do problema.

*Muita gente demais naquele escritório e nós desde já dizia: “não pode ficar todo mundo no escritório (...) mas não, continuam se amontoando lá dentro, eu cheguei a dizer pra eles: “não cabe mais um do lado do outro, tem que ficar um em cima do outro aqui no escritório. E depois é como o pessoal costuma dizer “se soltar duas tartarugas lá dentro, uma escapa” (agricultor, 54 anos).*

Por outro lado, é preciso ressaltar que esta representação de um “escritório superlotado” se deve muito mais à incapacidade do quadro técnico-administrativo no sentido de aumentar as vendas e de superar as restrições impostas pelo mercado – daí a alegoria da “tartaruga” – do que ao excesso de funcionários propriamente dito.

Na concepção da maioria dos agricultores, essa condição de “lentidão” e “imobilidade” na condução do processo poderia ser superada mediante a contratação de um gerente de vendas:

*Nós sempre dizíamos que a comercialização tava meio parada porque eles ficavam no escritório esperando os pedidos do mercado e acho que a coisa não funciona por aí... tinha que alguém passar pelos mercados e ver como é que estavam as coisas, conversar mais, fazer alguma coisa pra ver se vendia mais (agricultor, 60 anos).*

Um outro aspecto que na opinião dos agricultores entrevistados vai de encontro à competência da UCAG no sentido de gerenciar o processo de comercialização, refere-se às dívidas contraídas por grandes clientes (supermercados) que não foram quitadas.

*A gente perdeu uma conta no Santa Mônica de 120 mil reais, depois foi pago uma parte sem juro que abateu só 30% da dívida, perdemos em Curitiba uns 7 mil, perdemos em Porto Alegre pra Do*

*Campo 36 mil, agora têm de cestas 8 mil, tem mais umas contas de 15 mil reais da merenda escolar que parece vai ser paga agora esse ano... e o agricultor vai bancando tudo isso (agricultor, 25 anos).*

Na realidade, o que deixa muitos agricultores perplexos é o fato de que até hoje esses calotes sequer foram objetos de cobrança judicial. Especificamente em relação à merenda, sabe-se que até o final de 2002 a AGRECO havia fornecido mais produtos do que as escolas tinham condições de pagar com as verbas destinadas à merenda daquele período, sendo que a dívida foi quitada no início de 2003, por ocasião do recebimento das primeiras parcelas dos recursos para a merenda.

Da parte dos técnicos, alguns depoimentos deixam claro que dentre os problemas existentes, está a falta de empenho de certos produtores:

*Os agricultores orgânicos pensam que podem tá trabalhando de forma diferenciada de um produtor convencional, não! Tem que pegar na enxada no mínimo 8 horas por dia pra ter um bom rendimento, porque a produção orgânica exige tanto quanto a convencional... só que existe um problema na AGRECO dos produtores não terem esse empenho, inclusive as pessoas trabalham em outras atividades e aí se dedicam pouco à produção orgânica e muitas vezes criticam por não ter uma boa remuneração mas não trabalham o suficiente pra isso [Isto quer dizer que os agricultores não se empenham o suficiente pra atender as cotas de produção?] Existe, existem muitos casos... (técnico, 25 anos).*

Entretanto, esse posicionamento não constitui consenso e encontra seu contraponto no depoimento de um outro técnico:

*Acho que a gente deveria ter mais cautela nessa coisa de incentivar a produzir muita matéria prima e depois não ter a venda, isso de não ter condições de organizar uma produção... (técnico, 38 anos).*

Neste sentido, o problema do descompasso produção-comercialização é remetido tanto à dimensão macroestrutural representada pelo mercado como às dificuldades de gerenciamento da própria UCAG.

### 7.2.2. Circuito longo *versus* circuito curto

Em Schmidt (2001), os conceitos de “circuito curto” e “circuito longo” fazem referência aos canais de comercialização enquanto atores de uma determinada cadeia produtiva. Neste estudo, tornou-se conveniente utilizar esses termos fazendo referência tanto aos canais de venda como às escalas do espaço onde se realiza o processo de

comercialização de produtos orgânicos. Desse modo, enquanto as cadeias curtas têm como principais atores as formas de venda direta ao consumidor (feiras, cestas, lojas especializadas) e tendem a se realizar numa escala mais local e/ou (micro)regional, as longas têm como ator principal as redes de supermercados (médias e grandes) e tendem a abranger escalas espaciais mais amplas.<sup>5</sup>

Pode-se dizer que o território mercantil construído pela AGRECO baseou-se no pressuposto de que a venda em circuitos curtos não daria condições de escoamento de um volume significativo de produtos e que seria preciso estabelecer e ampliar as frentes de comercialização nos circuitos longos. Entretanto, em meio à concretização dessa logística, emergiu um dilema que pode ser expresso da seguinte forma: enquanto as formas de venda na cadeia curta tendem a permitir uma maior aproximação com o consumidor e um maior controle do processo de comercialização, as formas mercantis da cadeia longa, embora baseadas em transações assimétricas, possibilitam o escoamento de um volume bem maior de produtos.

Num certo sentido, agricultores e técnicos passaram a se posicionar em relação a este dilema divergindo na forma como avaliam o papel destes circuitos: enquanto os primeiros defendem que a AGRECO deveria concentrar seus esforços nas formas de venda em cadeia curta, os segundos consideram que escoar um grande volume de produtos somente é possível através dos canais da cadeia longa.

Na prática, o que vem ocorrendo é que ao mesmo tempo em que as vendas no circuito longo continuam tendo um peso muito mais significativo sobre o faturamento da Entidade, a recorrência e/ou persistência de certas dificuldades (altas taxas de devolução, calotes e, sobretudo, o peso dos gastos com transporte e distribuição de produtos) têm levado os agricultores a criticarem e questionarem esta estratégia de comercialização em favor daquela representada pelos circuitos curtos.

---

<sup>5</sup> Mesmo tendo um propósito didático e analítico, a associação entre ator e escala espacial não exime o enquadramento proposto de contradições, por exemplo, um supermercado de porte médio em Braço do Norte pode estar mais próximo da Sede da AGRECO do que um consumidor de cesta de produtos orgânicos que mora em Florianópolis.

*Começou em Florianópolis que não era uma distancia tão grande, hoje a gente já tá em Jaraguá do Sul, já teve em Curitiba, teve em Porto Alegre agora tá voltando (...) Então pra gente que tá distante do mercado e numa condição difícil de estrada... essa coisa de puxar pra tão longe e pagar o frete por quilômetro rodado o produtor não agüenta, ele quebra, então eu não sei porque continuar fazendo isso (...) Se em vez de fazer trezentos quilômetros se fizer a mesma entrega em cem quilômetros é bem melhor não é? (agricultor, 53 anos).*

*Antes o desconto de transporte era percentual parelho, depois foi feito uma tabela onde se cobrava diferente pra cada produto... por último veio o pessoal do transporte dizendo que assim também não dava (...) teve transportador mesmo que chegou a botar na parede: “ou paga por quilômetro rodado ou se para”... e pra parar é complicado, porque tem a produção... de lá pra cá o transporte nunca mais baixou de trinta por cento. Pra funcionar eu acho que a AGRECO tinha que ter mais pulso com a questão do transporte, porque se tu abre brecha enfraquece muito (agricultor, 37 anos).*

A partir destes depoimentos, três questões merecem ser ressaltadas: primeiramente, entende-se que as colocações dos entrevistados acerca das formas locais e/ou diretas de comercialização revelam o quanto essa estratégia se aproxima da lógica de funcionamento da agricultura familiar, isto é, a preferência dos produtores por relações mercantis ancoradas nas redes sociais locais e/ou regionais.

Em segundo lugar, a atitude reivindicatória dos motoristas é uma prova de que a questão do transporte está longe de ser consensual e isenta de conflitos, sendo antes a resultante do embate e do confronto de interesses entre agricultores, transportadores e técnicos. Aliás, cabe uma breve digressão para assumir o pressuposto de que toda territorialização é também uma forma de classificar ou qualificar as coisas (GOMES, 2002) e destacar que a idéia de um “território mercantil” aplicada ao nosso estudo de caso supõe que os “outros”, com os quais há a possibilidade de tensões e conflitos, tanto podem estar em esferas mais ou menos distantes (supermercadistas, outros agricultores e/ou grupos de produtores orgânicos), quanto na própria entidade (diretoria, técnicos, outros produtores associados). Para sermos mais diretos, o transporte enquanto estratégia fundamental no estabelecimento e manutenção do poder sobre um determinado território mercantil é objeto de divergências e disputas até mesmo entre os próprios agricultores filiados, ou melhor, entre o “grupo dos perecíveis” e o “grupo dos não-perecíveis”:

*Tem a parte de comercialização que envolve transporte e a negociação tá acontecendo só entre o grupo de hortaliça, mas todo mundo tá entregando, os não perecíveis tão entregando a mesma coisa... eles vendem e não discutem, não participam de um núcleo na verdade (agricultor, 37 anos).*

Uma outra evidência desta disputa entre o “grupo dos perecíveis” e dos “não-perecíveis” pode ser identificada na iniciativa deste último grupo de solicitar um financiamento, em meados de 2002, para a compra de um caminhão que serviria apenas para o transporte de seus produtos (conservas, queijo, embutidos, açúcar, melado, etc.). Ao que tudo indica, o recurso só não foi tomado porque o volume produzido ainda é relativamente baixo para justificar o emprego de um veículo próprio.

Em terceiro lugar, deve-se considerar que as observações feitas pelos entrevistados sobre a distância em relação aos postos de venda e às dificuldades de acesso – ou em outras circunstâncias sobre o fato de se estar num município “isolado” ou “distante de tudo” – indicam que o espaço (relativo) é entendido a partir de relações entre os objetos; relações estas que implicam custos – dinheiro, tempo, energia – para se vencer a fricção imposta pela distância (HARVEY apud CORREA, 1995).

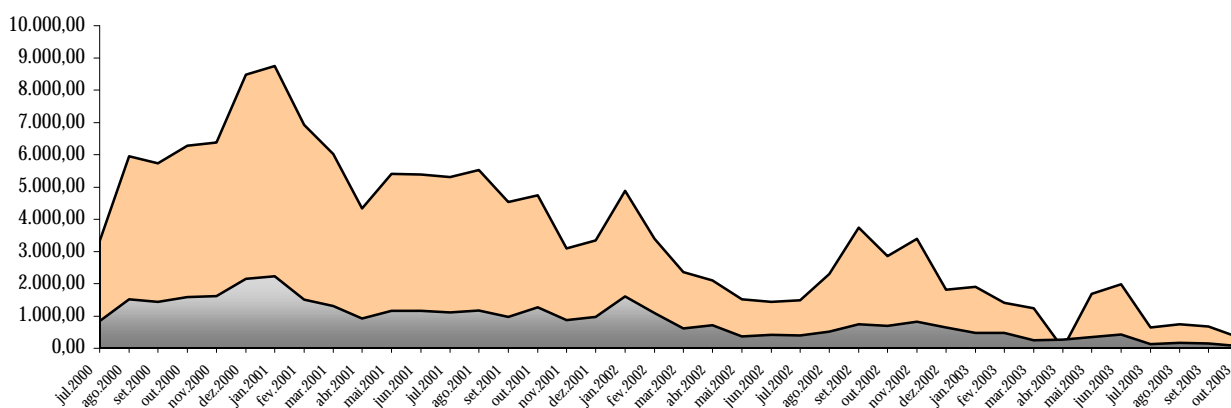
Num certo sentido, esse entendimento também está subjacente à constatação de que os produtos AGRECO vêm se tornando cada vez menos competitivos no âmbito da cadeia longa:

*Há cinco anos atrás, era praticamente nós quem produzia orgânico e hoje em qualquer lugar tem gente produzindo... e pertinho de grandes cidades como Florianópolis, entregando o produto no mesmo dia que colhe, com mais aparência e qualidade e por um preço menor (...). Pra nós, como o transporte sai mais caro, se vender no mesmo preço que eles não se têm lucro. Eu acredito que mais é o frete que tá matando nós, a distância pra levar a mercadoria (...) O pior é que muitos produtores vieram aqui, conversaram, olharam como é que nós fazia e copiaram e quanto mais tem produzindo maior é a competição (agricultor, 60 anos).*

Por outro lado, ao constataremos que o relativo isolamento, as longas distâncias percorridas e a forma de remuneração dos transportadores estão no cerne da insatisfação e da crítica formulada pelos agricultores em relação ao processo de distribuição em cadeia longa, convém efetuar uma ressalva a partir do gráfico abaixo, que procura ilustrar o peso dos gastos com transporte em relação ao faturamento (bruto) de um determinado condomínio de hortaliças.

**Gráfico 4:** Relação entre faturamento bruto e custo de transporte de uma agroindústria de beneficiamento mínimo de hortaliças (jul./2000 a out./2003)





**Fonte:** Levantamento documental, março e novembro de 2003.

Deve-se considerar, portanto, que embora os gastos com transporte (seqüência inferior) apresentem uma certa variação ao longo do tempo, na média sua participação nos custos de produção tem se mantido apesar do rebaixamento no nível de faturamento do condomínio. Sendo assim, quando os agricultores falam de aumento dos gastos com transporte não estão se referindo em termos absolutos, mas sim em termos relativos (faturamento versus transporte). Dito de outra forma, como a curva do custo de transporte é mais suave, ela adquire um maior significado com o rebaixamento do faturamento.

Além disto, no caso dos produtores de hortaliças que trabalham com um produto de valor agregado menor e arcam com uma despesa de transporte maior, um outro aspecto bastante condenado reside nas taxas de devolução dos produtos mais perecíveis. Crítica esta que também é feita pela direção e técnicos da AGRECO

Como é sabido, a maior parte dos supermercados além de utilizar o setor de produtos orgânicos como estratégia de marketing – isto é, para se autopromover, especialmente junto aos clientes de melhor poder aquisitivo<sup>6</sup> – se exime de qualquer risco ou ônus na transação mercantil ao adotar o sistema de consignação, pagando apenas pela parte que é vendida e, no máximo, deixando apenas de ganhar com a sobra do produto na

<sup>6</sup> Schmidt (2001, p. 66), afirma que comumente através da venda de produtos orgânicos o supermercadista está interessado em reforçar junto ao consumidor a percepção de uma oferta comercial diferenciada daquela dos seus concorrentes, “Ou seja, o produto orgânico se transforma em um instrumento de promoção”.

prateleira. Ao mesmo tempo, suspeita-se que as sobras de produtos que são lançadas como “devolução” encobrem atitudes ainda mais arbitrárias, para não dizer desonestas.

*O que se sabe é que os mercados na parte de hortifrutigranjeiros têm que fechar o balanço positivo e então ele pode tá lançando notas de quebra de produto que nem foram vendidos... Às vezes a quebra é lançada em cima de um produto só, por exemplo, um supermercado de Itajaí descarregou uma quebra de pacotes de alface americana em cima do Condomínio Morro Verde, parece que foram devolvidos 180 pés de alface enquanto só haviam sido comprados 140 pés (técnico, 38 anos).*

Como se não bastasse, estes canais ainda detêm o poder de praticar o que se denomina de *mark-up*, ou seja, a elevação do preço ao consumidor sem repasse do valor correspondente ao fornecedor e/ou produtor.

*Eu acho é que o mercado tem uma margem enorme de lucro em cima do produto e eles acabam se aproveitando do agricultor... Há umas semanas atrás foram visitados uns mercados e foi visto que um pacotinho de radichi que sai daqui a cinquenta centavos, só pra colocar lá, porque o mercado não tem despesa nenhuma, já tava sendo vendido a dois reais (agricultor, 37 anos).*

Portanto, apesar de estar comercializando de forma coletiva um produto de diferenciado (qualidade superior e maior valor agregado), o que a princípio daria um maior poder de barganha na negociação, a AGRECO sofre ainda com o caráter assimétrico da relação mercantil.

Também é verdade que desde a colheita até a venda, muitos fatores se somam, ajudando a explicar a perda de qualidade e os altos índices de quebra e devolução de hortaliças orgânicas pelos postos de comercialização: ponto e momento inadequados de colheita; problemas na padronização da matéria prima (tamanho, aspecto); intenso manuseio na agroindústria; presença de água na embalagem, especialmente nos pacotes de hortaliças desfolhadas; temperatura de acondicionamento (na câmara fria da agroindústria e/ou no baú do caminhão) incorreta; manuseio por ocasião da organização e/ou transferência da carga entre caminhões; demora no transporte/distribuição devido as grandes distâncias percorridas; manuseio e acondicionamento (nas gôndolas) incorretos; muito tempo de permanência no posto de venda; preços de venda muito elevados.<sup>7</sup> Aliás,

---

<sup>7</sup> Ao mesmo tempo é curioso notar que enquanto os agricultores tendem a reconhecer apenas os aspectos relacionados ao transporte, distribuição e comercialização, os técnicos atribuem maior peso aos problemas na colheita e beneficiamento.

nessa questão das quebras e devoluções, até questões culturais estão envolvidas, como sugere o depoimento abaixo:

*Só que se tem uma série de limitações pra se trabalhar com produtos de boa qualidade e até manter qualidade não só na agroindústria, mas também na cadeia... por exemplo, o produto que vai pra gôndola na segunda feira ele foi preparado no sábado e fica estocado em câmara fria, enquanto deveria ser preparado no domingo, mas por toda uma questão cultural de não se trabalhar no domingo não se consegue isso (técnico, 25 anos).*

Cabe mencionar também que o princípio de divisão eqüitativa ou “socialização das perdas”, verificado nos primeiros anos de funcionamento da AGRECO, gerou uma série de problemas, insatisfações e críticas, especialmente por parte dos produtores mais comprometidos com a qualidade dos produtos, daí a necessidade da estrutura estar sendo cada vez mais informatizada para que o sistema de controle consiga atribuir as devoluções e os respectivos prejuízos, especialmente no caso das hortaliças, aos respectivos condomínios.

Além da crítica às condições impostas pelos supermercados, um outro aspecto comum no discurso de agricultores e técnicos refere-se à mudança no empenho dos transportadores a partir do momento em que o serviço deixou de ser pago por “percentual sobre as vendas” e passou a ser remunerado de forma fixa, isto é, por “Km rodado”.

*Então o empenho que existia antes quando o frete era pago pelo faturamento e que gerava até problemas como, por exemplo, o produto de maior consumo era escondido dentro do caminhão pra aumentar o faturamento e oferecer uma remuneração melhor pro transportador, com isso algumas linhas eram bem atendidas e outras não, e aí uma série de conflitos foram gerados com os clientes pelas dificuldades de atendimento (...) Então aquele esforço acabou não existindo mais, pelo contrário, houve uma certa acomodação por causa do pagamento fixo (técnico, 25 anos).*

Por fim, convém fazer uma ressalva em relação à posição dos técnicos em prol dos circuitos longos, haja vista que a persistência das restrições impostas pelas vendas à supermercados acrescida da viabilização de outras formas de comercialização (merenda, cestas e até mesmo posto de venda exclusivo e feira<sup>8</sup>) vêm fazendo com que estes atores comecem a defender a busca e a consolidação de canais de comercialização que se situam numa interface ou sinergia entre os diferentes circuitos.

---

<sup>8</sup> A partir de fevereiro de 2003, numa iniciativa conjunta da AGRECO com a Acolhida na Colônia, passou a funcionar às sextas feiras e em frente do escritório da UCAG, uma barraca para venda de produtos orgânicos à população local.

*Hoje já se tem uma perspectiva diferente... essa crise com a venda pra supermercado forçou a busca de outras formas, tanto a venda direta pro consumidor como o mercado institucional é bem mais interessante pra se pensar a venda de produtos diferenciados. Então as alternativas que se conseguiu estão mostrando um rumo bem mais interessante (técnico, 36 anos).*

### 7.2.3. Centralização versus descentralização

Em face da incapacidade da UCAG em superar as dificuldades em termos de comercialização, um outro dilema foi tomando fôlego: se de um lado, a centralização da estrutura de gerenciamento permite otimizar recursos e operacionalizar um sistema de comercialização já conhecido, de outro, qualquer iniciativa de descentralização que venha potencializar a capacidade dos agricultores e condomínios no sentido de desempenhar um papel mais ativo no processo e de construir alternativas à estratégia de comercialização institucional esbarra numa série de restrições materiais (falta de recursos financeiros e infra-estrutura) e humanas (capacitação dos agricultores familiares em relação às etapas à jusante da cadeia produtiva).

Na prática, este dilema relaciona-se à seguinte dicotomia: se o quadro técnico-administrativo da AGRECO defende com “unhas e dentes” a centralização da estrutura de gerenciamento existente, justificando ser a única forma possível e viável, certos agricultores defendem a necessidade de descentralização e de uma maior autonomia em relação ao processo de comercialização por parte dos núcleos de produção. Os dois depoimentos abaixo ilustram estas posições mais emblemáticas:

*Eu acredito que essa é a forma mais econômica e mais eficiente pra estrutura existente, tem que ter essa centralização porque hoje o transporte tem um custo muito alto e se for pra cada condomínio buscar o seu mercado o custo será muito maior (técnico, 33 anos).*

*Na verdade ela [a UCAG] impõe a centralização da comercialização... só que a gente acha que a associação é grande demais pra ficar centralizada num lugar só, porque hoje é uma desordem total, não se cobra de quem tá devendo, atrasa o pagamento pro agricultor e nem o agricultor sabe quando tem pra receber... e tudo isso torna a coisa bastante difícil (agricultor, 33 anos).*

Ao mesmo tempo, a fim de fundamentarmos melhor a extensão deste dilema, é necessário recuperar alguns aspectos importantes da história acerca do processo de descentralização da comercialização.

Dissemos anteriormente, que nos primeiros meses de 2002 a forma de classificação das unidades produtivas e agroindustriais em núcleos fora redefinida. Para sermos mais precisos, a idéia de segmentar o território de atuação da AGRECO em 4 núcleos (da Barra, das Encostas, do Sul e dos Não Perecíveis) foi encaminhada por um grupo de agricultores integrantes do Núcleo das Encostas que propunham ainda a descentralização do processo de comercialização, que deveria então ficar sob responsabilidade de cada um dos núcleos. Em outras palavras, o que se propunha na ocasião era a organização de “núcleos de produção e de comercialização” com uma maior autonomia por parte dos agricultores e dos condomínios sobre o gerenciamento destes segmentos da cadeia produtiva.<sup>9</sup>

Além da insatisfação em relação ao volume de vendas (baixo) e de devoluções (alto), dentre as razões que motivaram este grupo a encaminhar a referida proposta configurava a insatisfação em relação ao sistema de “socialização das perdas” e a necessidade de um maior controle e autonomia sobre a questão mercantil.

*A gente começou a ver que assim não tava dando certo porque dava muita quebra... quer ver só, se a gente mandasse 100 cabeças de repolho e outro condomínio mandava mais 100 só que 30 eram ruim e aí dava 15% de quebra... então nós pagávamos igual, mas os nossos repolhos foram bons e isso, devido à centralização chegou a um ponto que não tinha controle... e foi aí que nós bolamos o projeto de descentralização da comercialização dentro da AGRECO e aí dividimos por núcleo e condomínio e hoje é assim... Só que na nucleação que a gente propôs era o grupo de agricultores que ia negociar, que ia receber o pagamento, que ia pagar o frete (...) No caso isso deu várias discussões porque isso ia descentralizar... só que isso era só pra comercialização porque a marca seria AGRECO, as regras seriam as mesmas (agricultor, 25 anos).*

Note-se, portanto, que a proposta encaminhada gerou um embate entre aqueles que defendiam a manutenção da estrutura centralizada e aqueles que se manifestavam em favor da descentralização do processo de comercialização. Alguns depoimentos permitem inferir que esta disputa foi tão acirrada que acabou levando a saída de alguns agricultores (mais engajados com a proposta de descentralização).

---

<sup>9</sup> Na verdade, não há nenhuma inovação na proposição da figura do “núcleo de produção e comercialização”, haja vista que o próprio Estatuto e Regimento da AGRECO já previam essa forma de organização dos associados: “Os associados poderão organizar-se em núcleos de produção, de comercialização e de consumo, com identidade jurídica própria (...) Entende-se por núcleo a organização em grupo dos agricultores com atividades de produção, transporte e comercialização, bem como dos consumidores, nas modalidades de condomínios rurais, cooperativas, empresas comunitárias e microempresas, cada qual com sua estrutura administrativa própria” (AGRECO, 1997b).

*Eu e o pessoal lá da Nova Esperança tivemos várias divergências nas reuniões do Conselho em relação à forma de comercializar e de organizar uma série de coisas e depois de brigar uns seis meses acabamos sendo atropelados pelo processo e entregando os pontos... a gente acabou sendo isolado e hoje tá fora do processo (agricultor, 38 anos).*

Convém ressaltar também que a posição pró-centralização não foi assumida apenas pelos membros da diretoria e técnicos da AGRECO, haja vista que a maior parte dos agricultores dos outros núcleos considerava a proposta de descentralização também inviável; em parte porque resistiam ao fato de aceitar que além de produzir e beneficiar teriam que passar a se envolver também com as questões relacionadas à venda dos produtos.

*Os outros condomínios até concordaram só que não assumiram mesmo a proposta (...) Agora uma preocupação da gente era a dificuldade do núcleo de comunicação, pra receber pedido de mercado, enviar... era complicado... teria que ter um telefone e um computador ligado à Internet, essa também era uma preocupação da diretoria (...) é claro, ia precisar de uma formação pros agricultores mas daqui à pouco ao invés de ter um vendedor você ia ter quatro, dez... (agricultor, 33 anos).*

Este depoimento e o que vem transcrito logo abaixo, permitem avaliar o quanto a descentralização da estrutura de comercialização proposta estava dependente da informação e da comunicação, ou ainda, em que medida as deficiências em termos de infra-estrutura se impuseram como limitações ou obstáculos ao processo de (re)territorialização.

Entretanto, se o esquema de descentralização da comercialização proposto pelo Núcleo das Encostas pode ser visto como um anseio dos agricultores e uma resposta à centralização e às debilidades do sistema estruturado e mantido pela UCAG, é de se esperar que não estivesse desprovido de conveniências e interesses, o que pode ser ilustrado com o reconhecimento de que este núcleo detinha as melhores condições para iniciar um esquema próprio de comercialização (tanto é que iniciou, como veremos mais adiante), bastando para isso citar apenas dois aspectos: o fato de que um dos integrantes é proprietário de um caminhão e conhecedor do potencial de demanda da Linha Norte e o fato da maior parte dos produtores deste núcleo deter um bom nível relacionamento, escolaridade, empreendedorismo e de engajamento no processo de construção da AGRECO.

O fato é que além da reorganização dos “núcleos de produção”, das “linhas de distribuição” e da descentralização do sistema de controle de pedidos e de pagamentos, os demais passos do processo de descentralização, conforme haviam sido solicitados pelos agricultores, não foram efetivados. Por um lado, como foi dito, isso se explica pelos desafios

e dificuldades (financeira, humana) que se colocaram aos núcleos no sentido de estruturar um sistema próprio de transporte e comercialização, o que também ajuda a explicar a resistência manifestada pelos integrantes dos demais núcleos, por outro, pela inevitável perda de receitas (devido ao não recolhimento de valores como a taxa de comercialização, por exemplo) e de poder por parte da UCAG.

*Então eles aceitaram a formação dos núcleos só que o controle mesmo continuou no escritório... mas o que nós queria descentralizar era o operacional, era nós que ia vender e cobrar e onde um agricultor iria trabalhar entre os agricultores porque o grupo seria menor e não precisaria ir lá na praça pra perguntar pra uma pessoa lá que geralmente tá muito ocupada que vai dizer pra mim e eu vou falar pro vizinho de outra forma, então os agricultores estariam mais bem informados (...) A AGRECO quando era pequena em número de produtores dava certo, então a gente queria fazer pequena em termos de comercialização, agora a AGRECO como associação e como marca poderia continuar grande (agricultor, 25anos).*

Observe-se aqui, novamente, a referência ao passado (e à “AGRECO como proposta”) como elemento fundamental à avaliação do presente (“AGRECO como problema”) e à construção de um outro contexto associativo (a “AGRECO como oportunidade”).

Finalmente, o que mais nos interessa no enquadramento deste dilema representado pelo embate entre atitudes pró-centralização e pró-descentralização é chamar a atenção para o pressuposto de que ele pode ser relacionado à existência de territorialidades mercantis distintas.

### 7.3. AS FORMAS DE TERRITORIALIDADE MERCANTIL HOJE

Em face da persistência e até mesmo do agravamento dos dilemas e das atitudes (dicotomizadas) analisadas anteriormente, não deve nos surpreender que a redefinição das formas de territorialidade mercantil possa ser enquadrada em dois movimentos distintos: um *institucional*, representado por mudanças empreendidas pela UCAG no sistema de comercialização coletiva e outro *paralelo*, constituído por uma série de iniciativas de comercialização (individuais e/ou coletivas) promovidas pelos próprios agricultores.

### 7.3.1. Das mudanças recentes no sistema de comercialização institucional...

A partir do final de 2002, a condição de “lentidão” da UCAG (caracterizada pelos agricultores através da metáfora da “tartaruga”) passa a ser objeto de discussões e encaminhamentos nos fóruns de deliberação da AGRECO.

Mais precisamente, na Assembléia de dezembro de 2002, são propostas e avaliadas três possibilidades de reestruturação do sistema de comercialização institucional: 1) Contratar um gerente geral para administrar a produção e comercialização; 2) Realizar um gerenciamento participativo, destacando alguns associados para o quadro funcional da produção e comercialização; 3) Manutenção do controle por parte da UCAG, com contratualização da compra e venda da produção (AGRECO, 2002d).

No mês seguinte, em reunião do Conselho Deliberativo, estas propostas são reavaliadas e submetidas à votação. Como resultado desse processo, optou-se pela manutenção da estrutura atual com algumas modificações, sobressaindo-se a designação de um “gerente comercial” e de um “gerente administrativo” com maior autonomia a fim de agilizar a tomada de decisões em relação à comercialização; funções essas, ocupadas por pessoas do próprio quadro técnico-administrativo da UCAG. Paralelamente, ocorre a conclusão do processo de informatização do sistema e com isso, a crença de que certos problemas do gerenciamento da comercialização serão superados:

*Chegou num ponto que já tinha agricultor saindo, outros bem desmotivados, então numa reunião do Conselho Deliberativo se aprovou que as decisões pra comercialização tinham que ser mais rápidas e se deu mais poder de decisão pra mim e pro outro técnico... pra ver onde não compensa, pra negociar diferente, se não parar de fornecer (...) já o sistema de informatização que vem sendo implantado há dois anos, nos últimos meses é que vem ficando redondinho. Então hoje se tem uma condição que é diferenciada e é nisso que a gente tá apostando (técnico, 36 anos).<sup>10</sup>*

---

<sup>10</sup> Segundo registros na própria ata da Reunião do CD de 31 de janeiro de 2003: “Também a demora em tomar decisões não permite corte de custos em momentos de queda no faturamento. Como exemplo terminamos novembro com faturamento superior a 100.000,00 R\$ e dezembro com 50.000,00 R\$, mantendo praticamente o mesmo patamar de custos. Encaminhamento: Designar um gerente subordinado a CPC com autonomia para tomar decisões, que serão acompanhadas pela CPC e Conselho Deliberativo a cada mês” (AGRECO, 2003b).



Em resposta à polêmica em torno do esquema de “socialização das perdas”, a conclusão do sistema informatizado de controle das vendas permitiu que a distribuição das quebras e devoluções passasse a ser feita por núcleo.

*(...) por exemplo, o Recanto do Puma faz parte do Núcleo das Encostas e entregou 100 alfaces e o Nova Esperança que faz parte do mesmo núcleo entregou 50 alfaces... os dois entregam pra Linha Norte que teve uma devolução de 3 alfaces, 2 vai pro Recanto do Puma e 1 vai pra Nova Esperança (técnico, 25 anos).*

Além das mudanças na estrutura gerencial, começaram a ser implementadas ações no âmbito da forma de negociação com os clientes através da contratação de “representantes de vendas” e da priorização de negociações com clientes que comprem os produtos com desconto ao invés de devolução.

*O fato é que nós não conseguimos ainda estabelecer um equilíbrio [entre oferta e demanda] e eu acredito que hoje nós temos essa condição em função da estrutura que foi montada, com representantes de vendas próximos dos mercados cuidando dos produtos nas prateleiras e fazendo todo um jogo de relações, isso foi montado faz dois meses (...) Uma outra estratégia é negociar com os mercados um desconto por ocasião da venda, no máximo 10%, ao invés de trabalhar com devolução e isso tem dado um bom resultado, no caso dos mercados com alta margem de devolução que se recusam a trabalhar dessa forma tem-se interrompido o fornecimento (técnico, 36 anos).*

Uma outra estratégia que vai no sentido de reduzir o nível de perdas com quebras e devoluções e, que se tornou possível a partir da informatização do sistema, está na modificação da forma de organização da carga junto aos condomínios.

*(...) hoje o sistema concentra o máximo do pedido de um cliente em um único condomínio pra facilitar a organização da carga e a troca de produtos entre os caminhões pra que se troque o mínimo possível e ele fique aberto o menor tempo possível na hora da troca (técnico, 25 anos).*

Por último, convém mencionar uma outra estratégia que começou a ser encaminhada nos primeiros meses de 2003: o “Contrato de Produção e Comercialização”. Trata-se de um instrumento que visa formalizar o acordo entre o produtor e a UCAG em relação à quantidade, preço e prazo de venda de um ou mais produtos. Isto é, nesse contrato a AGRECO se compromete em escoar todo volume acordado e o produtor se responsabiliza em produzir e entregar à Associação uma determinada quantidade de produto. Embora ainda estivesse sendo objeto de discussão e formulação (modelo), no início de 2003 algumas tentativas de contratualização já vinham sendo colocadas em prática.

*Então hoje tem alguns casos como a do condomínio Geração na parte de queijo e do Frigoprímo na parte de carne moída e salame que trouxeram uma proposta de contrato onde se assume um preço e um prazo de pagamento específico e por conta e risco nosso (técnico, 36 anos).*

De uma certa forma, o caráter embrionário do referido Contrato explica as dúvidas e incertezas dos agricultores em relação ao papel e importância do instrumento:

*Isso é um problema, vai amarrar o produtor e depois se o cara não cumprir o contrato vai que pagar multa e isso pra quem produz sem veneno não dá porque se bate uma praga, um bicho, uma praga e daí... como é que vai resolver o problema de uma coisa que não pode usar nada pra combater... algumas coisas dá pra se comprometer em entregar tanto por semana, outras coisas não dá fazer contrato (agricultor, 60 anos).*

Mesmo tendo sido proposto como garantia para o cumprimento dos direitos e deveres tanto de associados como da própria Entidade, o “Contrato de Produção e Comercialização” pode ser visto também como um instrumento (jurídico) que coloca de um lado, produtores que passam a ser tratados como “fornecedores” e, do outro, a UCAG, que passa a assumir cada vez mais o papel de “distribuidora” dos produtos AGRECO.

Na realidade, dentre as razões que vêm justificando a regulamentação do Contrato de Produção e Comercialização sobressai-se a necessidade da UCAG em assegurar que certos produtos sejam comercializados primeiramente através da AGRECO e não por iniciativa dos próprios agricultores, como vem acontecendo.

*(...) teve vários casos onde aquilo que é difícil de vender tem uma pressão pra cima da Associação vender e o que é fácil não aparece, é vendido por fora... e teve também problemas com o fato da Associação não conseguir vender toda a produção... então isso é pro agricultor ter segurança e poder produzir e pra Associação ter a segurança de ter o produto pra vender (técnico, 36 anos).*

Ao mesmo tempo, por ocasião do cadastramento dos produtores para processo de certificação, cada agricultor teve que assinar um “termo de compromisso” que vai ao encontro de parte do que estabelece o “contrato de produção e comercialização”, precisamente pelo fato de que na cláusula cinco o produtor se compromete em entregar à AGRECO a produção resultante de sua participação no projeto (ECOCERT-BRASIL, 2003).

### 7.3.2. ...às formas de comercialização paralela

É evidente que as restrições do espaço mercantil somadas à subordinação ao sistema de comercialização administrado pela UCAG afeta de diversas formas a autonomia (relativa) dos produtores e que, no limite, a persistência das dificuldades que impedem a obtenção do rendimento esperado acaba por afetar a possibilidade de reprodução e o estado de bem estar do agricultor e sua família.

*Muitas vezes a gente tá na roça, vai plantar as coisas ali e fica pensando será que vamos vender isso aí e por não ter certeza, a gente até desanima de cuidar da produção. Se soubesse que vendesse tudo ficava bem melhor pra gente trabalhar (agricultora, 52 anos).*

Concordamos com Wanderley (1998b) quando esclarece que a penosidade relacionada à exploração familiar frequentemente deixa de ser de natureza física, ou seja, não é raro que a responsabilidade na condução de uma empresa familiar provoque estados de tensão psíquica, resultantes, muitas vezes, do impacto de fatores sobre os quais o agricultor não tem controle como, por exemplo, a relação com o sistema financeiro, o mercado, etc.

Como foi sinalizado acima, as formas de territorialidade mercantil não estão restritas à dinâmica institucional, ou seja, na medida em que o esquema de comercialização organizado pela UCAG não consegue responder aos interesses dos produtores filiados, é de esperar que eles próprios comecem a buscar e realizar formas paralelas e diferenciadas de venda da produção (ver quadro a seguir).

*São cinco condomínios que trabalham com derivado de cana e o que vende direto na rede é só nós, os outros tão vendendo meio por fora (agricultor, 39 anos).*

**Quadro 4:** Caracterização das formas de comercialização das unidades agroindustriais vinculadas à AGRECO (mar./2002 a mar./2003).

<b>Condomínio</b>	<b>Agroindústria</b>	<b>% produção comercialização institucional*</b>	<b>% produção comercialização paralela - formas</b>
<b>Morro verde</b>	Hortaliças minimamente processadas	100%	
<b>Willemann</b>	Conservas	100%**	
<b>Rio Bravo Alto</b>	Hortaliças minimamente processadas	<i>Unidade desativada em agosto de 2003</i>	
<b>Nova Esperança</b>	Hortaliças e conservas	100%	
<b>Wiemes</b>	Hortaliças minimamente processadas	100%	

<b>Recanto do Puma</b>	Hortalças minimamente processadas	100%	
<b>Agrovida</b>	Conservas	60%	40% - atravessador
<b>AFARP</b>	Hortalças minimamente processadas	<i>Unidade desativada em janeiro de 2003</i>	
<b>Gabiroba</b>	Hortalças minimamente processadas	<i>Esta unidade desligou-se em março de 2003</i>	
<b>Cachoeiras</b>	Hortalças minimamente processadas	90%	10% - direta
<b>Doce Encanto</b>	Cana-de-açúcar (açúcar, melado)	100%	
<b>Delícias da cana</b>	Cana-de-açúcar	10%	90% - atravessador
<b>Feldhaus</b>	Cana-de-açúcar	0%	100% - atravessador
<b>Flor da Serra</b>	Cana-de-açúcar	10%	90% - atravessador
<b>Sul do Rio</b>	Melado, molhos, geléias	90%	10% - direta
<b>Geração</b>	Queijo e leite	20 a 40%	60-80% - atravessador
<b>Silva</b>	Queijo	<i>Unidade desligada em março de 2002</i>	
<b>Bloemer</b>	Queijo	0%	100% - direta
<b>Conservare</b>	Conservas	100%	
<b>Pik</b>	Conservas	<i>Unidade temporariamente desativada</i>	
<b>Florada da Serra</b>	Mel	0%	100% - atravessador
<b>Bioápis</b>	Mel, desidratados e banana passa	10%	50% - direta 40% - atravessador
<b>Rio do Meio</b>	Abatedouro pequenos animais	100%	
<b>Frigoprímo</b>	Suínos (carne e embutidos)	40%	60% - atravessador
<b>Emigre</b>	Ovos e massas caseira	100%	
<b>Del Campo</b>	Pão (de milho)	90%	10% - direta

\* Os dados referentes ao volume de produção comercializado pelas vias institucional e/ou paralela são estimativas fornecidas pelos agricultores e técnicos entrevistados em março de 2003.

\*\* A partir de março de 2003, essa unidade retomou o escoamento de sua produção através da AGRECO depois de passar 5 meses vendendo exclusivamente para a Agrolima.

**Fonte:** Pesquisa de campo, março 2003.

Em face destes dados, interessa-nos efetuar algumas considerações: i) o sistema de comercialização institucional, obviamente, está longe de ser a única via possível de escoamento da produção dos agricultores filiados à AGRECO; ii) Os condomínios que mais dependem do esquema de vendas institucional são os de hortalças, seguido de outros em menor número, que mantêm uma relação mais estreita com a Entidade; iii) Os condomínios mais engajados em formas de comercialização paralela são aqueles cujos produtos são de maior demanda e/ou valor agregado.

Além da incapacidade da estrutura da UCAG em comercializar a totalidade da produção dos condomínios, dentre os fatores que justificam estas iniciativas de comercialização, estão, a redução dos custos com transporte e distribuição e o não pagamento das taxas de comercialização à AGRECO. Portanto, se as estratégias de venda paralela podem ser vistas como uma resposta às debilidades do sistema institucional, em

certos casos, podem ser tomadas também como uma forma de oportunismo e de descompromisso do filiado para com a Entidade.

*Agora a questão de descompromisso é mais séria nos outros do que nos de hortalça, talvez pela facilidade que eles têm de vender por fora... esse ano, por exemplo, nós temos três condomínios que produzem mel e teve um que vendeu toda a produção fora (técnico, 36 anos).*

Por outro lado, cabe mencionar que o peso do movimento paralelo de comercialização vem se impondo de tal maneira que algumas iniciativas vêm procurando o aval da própria AGRECO. Nesse sentido, o caso do Laticínio Bloemer é emblemático. Desde meados de 2002, esse condomínio vem reivindicando a aprovação pelo Conselho Deliberativo do registro de uma marca diferenciada para que a agroindústria possa processar e comercializar produtos convencionais. Seguindo essa tendência, outros condomínios como o Laticínio Geração e Frigoprímo (carnes suína e embutidos) também fizeram a mesma solicitação às instâncias deliberativas da Associação. Entretanto, a posição da coordenação tem sido no sentido de indeferir o pedido haja vista “(...) que existe o compromisso da Agreco com a viabilidade das Agroindústrias, porém, com produção orgânica” (AGRECO, 2002d, p. 2).

Na prática, entretanto, esta decisão não tem sido suficiente para coibir tais iniciativas. Pelo menos no caso de um dos laticínios referidos acima, comprovamos que há a comercialização (paralela) de queijo como produto diferenciado. Os rótulos apresentados a seguir são uma evidência disto.



**Figura 9:** Rótulos para comercialização sob a forma institucional e paralela.

Segundo depoimento de um dos membros deste condomínio, este segundo rótulo foi resultado de uma longa briga com a AGRECO, uma vez que a Entidade não queria permitir que se comercializasse por fora sob hipótese alguma.

Alguns agricultores avaliam estas estratégias de comercialização paralela como um indicador de que “se a coisa não melhorar cada um vai ter que se virar por si mesmo”.

*A gente depende muito da própria AGRECO... mas devagarzinho se eles não tomarem providência cada um vai começar a se separar, cada um vai trabalhar separado, não vai ter mais a AGRECO (agricultor, 60 anos).*

Pensando numa tipologia para as estratégias paralelas de comercialização, podemos empregar dois critérios: a natureza do canal de comercialização estabelecido e o número de produtores familiares envolvidos. No primeiro caso, tem-se desde aquelas formas convencionais onde parte da produção é entregue a um atravessador ou supermercado, até aquelas mais alternativas de venda direta ao consumidor (feiras, cestas) e, no segundo, desde

formas individuais, onde apenas um produtor e sua família executam a venda, até as formas grupais, onde mais de um produtor está envolvido com a comercialização paralela de produtos.

Ao mesmo tempo em que alguns elementos desta categorização podem ser evidenciados no Quadro acima – especialmente no que concerne à natureza do canal de comercialização (convencional/alternativo) – interessa-nos ilustrar outros aspectos transcrevendo um depoimento que procura caracterizar uma estratégia de comercialização alternativa que vem sendo concebida e colocada em prática pelo grupo de agricultores (4 famílias) do condomínio Nova Esperança.

*Hoje nós estamos colocando em prática uma alternativa de comercialização baseada em cestas que são entregues a famílias que residem em Florianópolis... a idéia é criar um grupo não só de comercialização mas de troca de experiência também, de formar uma parceria com o pessoal da cidade. A proposta é tudo que eu produzir a mais na minha propriedade vai ser pra entregar pro cara lá (...) Daqui à pouco se eu tiver condições de abastecer duas famílias... até chegar no máximo 1 família aqui pra cinco lá... e se eu não receber eu sei que é fulano na rua tal que tá me devendo. A idéia é que daqui a pouco tenha 30 aqui com 150 lá e assim a gente vai crescendo (...) Agora tem que ter cuidado porque tem várias pessoas que querem entrar no grupo, então tem que criar critérios porque se não a gente vai cair no mesmo erro... a questão da permacultura por exemplo, tem que ter o curso e organizar a propriedade na linha da permacultura [E se a consolidação dessas alternativas dependerem da constituição de uma outra associação?] Quem sabe, até porque a nossa divergência enquanto proposta é grande... inclusive na última assembleia da AGRECO cogitaram da gente fazer uma chapa de oposição só que isso não passa pela nossa cabeça, agora a gente diverge na essência da proposta (agricultor, 38 anos).*

A partir de outubro de 2003, além de já estar colocando em prática esta forma de venda direta (cestas), o referido condomínio passou a vender seus produtos para a rede de supermercados Bistek, mediante contrato pautado nas seguintes cláusulas: venda com desconto (10%) ao invés de devolução; produtos (hortaliças, conservas, empacotados à vácuo, desidratados) com preço 30% acima do convencional; frequência de entrega de duas a três vezes por semana; cheque para 30 dias como forma de recebimento. O transporte, por sua vez, vem sendo realizado com o caminhão de um dos sócios do condomínio e é remunerado por percentual fixo (20% sobre o faturamento). Paralelamente, outras iniciativas foram tomadas pelo condomínio, interessando-nos destacar a constituição de uma diretoria própria (presidente, vice-presidente, secretário e gerente de vendas) e o

encaminhamento do processo de certificação através da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Rural Sustentável/FUNDAGRO.

Num certo sentido, ainda que iniciativas como esta se constituam em casos isolados e envolvam um pequeno número de produtores, interessa-nos destacá-las por entendermos que se tornam significativas enquanto expressão de uma lógica que visa uma maior autonomia ou controle dos agricultores em relação ao território mercantil. Em certa medida, as “imagens territoriais” associadas aos dilemas “circuito curto versus longo” e “centralização versus descentralização”, são reveladoras não somente das necessidades e expectativas de agricultores e técnicos em torno do processo de comercialização, mas também das relações de poder que perpassam a problemática mercantil.

Dito de outra forma, longe de ser apenas uma estratégia de reprodução socioeconômica, o sistema de comercialização vem se revelando um campo ou território de questões políticas e espaciais: política, por causa da reivindicação dos agricultores familiares no sentido de uma maior autonomia sobre a distribuição e venda dos produtos e, espacial, porque na proposta de descentralização há um forte apelo para que o processo seja controlado pelos agricultores dos condomínios contíguos e afins, ou seja, pertencentes ao mesmo núcleo de produção.

Por isto, acreditamos que a temática deste Capítulo vai ao encontro do pressuposto sobre o caráter essencial do controle e da gestão territoriais para qualquer organização social. Neste sentido, a referência ao condomínio Nova Esperança como exemplo parece ainda mais adequada, haja vista a sua capacidade de ilustrar que a disputa em torno do território mercantil e a coexistência de diferentes formas de territorialidade, têm se traduzido numa tentativa de repensar não somente o esquema de escoamento e venda dos produtos, mas também de reavaliar os sentidos que sustentam as perspectivas dos agricultores em relação à Entidade e à própria experiência associativa.

## ÚLTIMAS (RE)CONSIDERAÇÕES



Ao longo desta terceira parte, enfocamos a dinâmica espacial concernente a cada um dos instrumentos de desenvolvimento que atinge mais diretamente os agricultores familiares filiados à AGRECO. Procuramos demonstrar que enquanto sistema de objetos e de ações, cada estratégia tende a atuar de modo mais direto sobre um determinado aspecto ou dimensão do espaço rural, engendrando, portanto, diferentes formas de ruralidade. Não seria demais insistir que o recurso de separar, analisando cada estratégia isoladamente, foi empregado tão somente para identificar melhor o papel de cada uma na redefinição e atualização da relação do agricultor familiar com o(s) espaço(s) e, de uma certa forma, para ver também em que medida se diferenciam e se complementam.

Sobre a dinâmica do associativismo representado pela AGRECO, vimos que o atual movimento de contração do espaço associativo é caracterizado por um quadro de dificuldades que vem afetando tanto os sentidos e significados atribuídos à Entidade como o próprio relacionamento entre a diretoria e o conjunto dos associados.

Em meio à ambigüidade das representações em torno do associativismo (instrumento necessário e indispensável, porém complicado e inoperante) é preciso considerar, portanto, a existência de pelo menos três sentidos em relação ao mesmo objeto, ou melhor, no mínimo três AGRECOs dentro de uma só: a primeira seria a Entidade tal como se concebe ou se idealiza, a “AGRECO como proposta”; a segunda seria a Entidade em sua complexidade, tal como ela é, a “AGRECO como problema”; e a terceira seria a Entidade avaliada pelos ganhos obtidos e/ou como ela pode vir a ser, a “AGRECO como oportunidade”.

Especificamente no que se refere à “AGRECO como problema” destacamos, com base nos depoimentos dos entrevistados, que a restrita participação dos agricultores e as deficiências de comunicação configuram como um dos principais fatores que precisa e deve ser superado para que a ruralidade pautada nas ações coletivas seja revalorizada, permitindo uma aproximação maior entre diretoria e associados. Analisando sistematicamente esta problemática, identificamos que: i) os espaços institucionalizados (assembléias, reuniões etc) não vêm permitindo o desenvolvimento dos agricultores familiares como sujeitos sociais

engajados na construção do processo; ii) o descaso com a formação/consolidação de novas lideranças entre os próprios agricultores vem agravando os problemas relacionados à falta de rotatividade dos cargos de direção e administração; iii) as deficiências do serviço de assistência técnica não vêm permitindo que os próprios técnicos atuem como mediadores efetivos entre os propósitos da diretoria e a demanda dos agricultores associados. Não restam dúvidas que tais aspectos reforçam nossa intenção de qualificar o processo de mudanças engendrado a partir da AGRECO, como sendo um contexto de “desenvolvimento no local”. A esta altura, não seria descabido afirmar que apesar de se constituir numa proposta alternativa e inovadora, a AGRECO não conseguiu romper com a lógica de “cima para baixo”, tão criticada nas formas hegemônicas de associativismo e cooperativismo.

É importante ressaltar que o baixo retorno em termos de renda, especialmente pelos produtores de hortaliças, se constituem num “catalisador da percepção dos problemas” que atravessam a experiência da AGRECO isto é, muitos dos aspectos negativos levantados pelos entrevistados só adquirem essa conotação devido às dificuldades econômicas enfrentadas.

Num segundo momento, analisamos a ecologização e agroindustrialização da produção e o agroturismo, focalizando a dinâmica das mudanças provocadas por estas estratégias em diferentes aspectos do espaço local. Em relação ao processo de ecologização, representado de forma mais emblemática pela eliminação do uso de agroquímicos do manejo produtivo, vimos que a adoção de técnicas alternativas de manejo provocou mudanças positivas no âmbito da propriedade, atualizando seu(s) sentido(s) como lugar da família: de um lado, quanto à forma de significar e representar os fatores internos (revalorização dos recursos naturais e dos insumos biológicos disponíveis na propriedade; preferência pelo processo de trabalho ecológico por ser mais “leve”, “limpo”, “fácil” e “saúdável”; satisfação e realização pessoal por produzir sem agroquímicos; preocupação com a qualidade da alimentação e com a saúde pessoal/familiar; revalorização da diversificação produtiva e do autoconsumo; resgate de práticas de manejo tradicionais, etc.),

de outro, quanto à forma de organizá-la (práticas de manejo conservacionistas; concentração espacial da produção; integração das atividades na propriedade, etc.).

Ao mesmo tempo, vimos que a ruralidade concernente à ecologização da produção e da propriedade como lugar da família não prescinde da referência à certas “externalidades”, seja porque a valorização dos recursos naturais e as atitudes de preservação ambiental abrangem outras escalas espaciais, seja porque está associada à preocupação com a qualidade dos alimentos e com a saúde do consumidor.

Por sua vez, na avaliação dos agricultores, o revés deste processo está representado por dificuldades que vão da produção primária (falta de recursos financeiros, deficiência de insumos biológicos próprios, maior exigência em mão-de-obra, dificuldades no planejamento da produção pelo sistema de cotas, assistência técnica insuficiente, etc.) ao processo de comercialização (redução das vendas, aumento da competitividade, elevado percentual de devoluções, etc.) e que resultam no baixo retorno em termos de renda, sobretudo entre os horticultores. Em face da necessidade premente de viabilização econômica, os produtores entrevistados não deixam de fazer referência à necessidade de reconhecimento social e político, haja vista o caráter multifuncional da agricultura que praticam, que beneficia a sociedade em geral.

Quanto ao processo de agroindustrialização, procuramos demonstrar que enquanto forma-conteúdo, o condomínio-agroindústria constitui-se numa estrutura que passou a exigir a construção e/ou redefinição de uma forma de ruralidade que vai de encontro ao estatuto do espaço privado (individual, familiar) e em favor de um espaço coletivo, ou melhor, de um “lugar do grupo”. Se por um lado, as vantagens (cooperação no trabalho e fortalecimento da sociabilidade entre as famílias associadas; beneficiamento próprio e agregação de valor ao produto; instalações adequadas e em conformidade com as exigências legais, padronização do produto; espaço de trabalho para mulheres e jovens, etc.) atribuídas pelos agricultores entrevistados ao condomínio-agroindústria resultam da dinamização de certos aspectos da vida social local e levam ao reconhecimento da importância do associativismo, por outro, a persistência de dificuldades, sobretudo econômicas, têm

contribuído para redefinir as sentidos e a relação dos agricultores tanto com o empreendimento como com a própria AGRECO.

Passando a focalizar os problemas ligados ao condomínio-agroindústria, abstraímos uma classe mais interna, relacionada à dinâmica das atividades de beneficiamento (individualismo, comprometimento da autonomia individual, tensões e conflitos nas relações de trabalho, etc.), e outra mais externa, associada, por um lado, às inadequações da estrutura do PIAMER, que aliadas à restrita participação dos agricultores na construção do Projeto e à enorme expectativa criada em torno da dimensão econômica, não só estão na raiz como permanecem nutrindo os problemas e dificuldades (aumento das despesas e degradação da renda, expectativas frustradas, endividamento) associadas ao condomínio-agroindústria; e, por outro lado, às restrições impostas pela dinâmica do sistema de comercialização e do espaço mercantil, que não somente têm dificultado a viabilidade econômica de certas agroindústrias (principalmente hortaliças), como têm imposto a necessidade de readequação dos equipamentos e estruturas a fim de que possam ser beneficiados produtos menos perecíveis e de maior valor agregado.

Acerca do agroturismo, procuramos analisar a dinâmica desta estratégia através das mutações evidenciadas naqueles estabelecimentos familiares que desenvolvem atividades e serviços de recepção e/ou hospedagem de visitantes, bem como em certos aspectos do espaço rural municipal. Na escala da propriedade, especificamente, a referência à perspectiva do “espaço como paisagem” serviu para ressaltar que a atividade agroturística vem promovendo a valorização e a reorganização das dimensões estética e utilitária da propriedade, isto é, “salta aos olhos” o cuidado dispensado pelo agricultor e sua família tanto à ornamentação e embelezamento dos lugares quanto ao conforto e à funcionalidade das instalações e equipamentos utilizados pelos visitantes. Desse modo, vem se ampliando e diversificando os usos e as funções da propriedade, de forma que seu espaço passa a ser concebido e organizado não apenas enquanto substrato à produção agropecuária, mas também como objeto de consumo de visitantes.

Apesar das dificuldades (falta de recursos próprios e de crédito a custos reduzidos; resistência às mudanças na infra-estrutura da propriedade; comprometimento dos dias de

descanso e da sociabilidade local; irregularidades do afluxo de visitantes; falta de reconhecimento e aumento da carga de trabalho da mulher; deficiências na infra-estrutura turística e no apoio do poder municipal, etc.) as vantagens associadas ao agroturismo pelos agricultores entrevistados, deixam evidente uma ruralidade pautada pelo exercício de uma atividade cujo significado está longe de se restringir ao fato de ser uma alternativa de renda mais ou menos significativa, e que se amplia na medida em que inclui bens e valores decorrentes do convívio com os visitantes (troca de experiências e crescimento pessoal/familiar; reconhecimento do papel e do ofício de agricultor ecológico; atividade gratificante; satisfação com as melhorias da propriedade; revalorização de certos objetos e hábitos tradicionais; integração campo-cidade, etc.).

No entanto, trata-se de uma ruralidade que não está restrita às famílias envolvidas diretamente com a atividade, pois na medida em que favorece economicamente outros setores e atividades do espaço municipal acaba contribuindo para a difusão de atitudes de prudência em relação ao uso dos recursos naturais e para o reconhecimento social das amenidades da paisagem rural, inclusive através da valorização da “paisagem como natureza”.

Por último, procuramos tratar o sistema de comercialização mobilizado pela AGRECO e pelos agricultores filiados como um território, isto é, como um espaço que se coloca como elemento chave à viabilização das estratégias de ecologização e agroindustrialização da produção e ao controle (poder) sobre o processo de desenvolvimento em curso.

Pensando nos aspectos positivos do referido sistema, não poderíamos deixar de mencionar o esforço da Entidade no sentido de superar as restrições impostas pelo espaço mercantil através da ampliação das escalas de distribuição e da diversificação dos canais de comercialização, sobretudo através da construção de formas de escoamento dos produtos que se situam numa interface ou sinergia entre os circuitos curtos (cestas e feiras) e longos (supermercados), como a venda de alimentos orgânicos para a merenda de escolas de ensino fundamental de vários municípios catarinenses. Por outro lado, ao se caracterizar melhor a dinâmica do sistema de comercialização organizado pela AGRECO, não pode passar

despercebido que se trata de uma estrutura pautada: i) num serviço de transporte bastante oneroso, haja vista as longas distâncias percorridas e as péssimas condições de acesso no interior dos municípios da região (vias sinuosas e não pavimentadas); ii) numa logística de distribuição extremamente complexa e morosa (se considerarmos o elevado grau de perecibilidade das hortaliças minimamente processadas), baseada em circuitos relativamente longos; iii) num esquema de vendas marcado por relações mercantis assimétricas (vendas sob consignação, pagamentos a prazo, elevadas taxas de devolução de produtos perecíveis) e por restrições crescentes do espaço mercantil (acirramento da competitividade, restrição dos canais para vendas, etc).

Levantados estes fatores que apontam para a insustentabilidade do sistema de comercialização institucional, procuramos caracterizar os dilemas (“produção *versus* comercialização”, “circuito longo *versus* circuito curto”, “centralização *versus* descentralização”) que o perpassam e, principalmente, demonstrar que cada um deles tem correspondência com uma atitude dicotomizada, isto é, a partir das polarizações discursivas identificadas através das entrevistas, procuramos demonstrar que agricultores e técnicos, sustentados em suas concepções de comercialização e de mercado, procuram justificar suas representações e organizar suas ações e disputas em torno do território mercantil. Em resumo, enquanto agricultores tendem a atribuir as dificuldades econômicas às deficiências do gerenciamento da comercialização, à logística de venda em circuitos longos e à centralização do sistema pela UCAG, na avaliação do quadro técnico da Entidade prevalece o entendimento de que os problemas estão na falta de produção e de dedicação dos produtores, de que somente o circuito longo permite o escoamento de um grande volume de produtos e de que a comercialização somente é viável se for centralizada pela Entidade.

Em face desta dicotomização, vislumbrou-se a existência de dois movimentos distintos: um *institucional*, representado por mudanças recentes (criação das funções de gerente comercial e administrativo; conclusão do processo de informatização do gerenciamento da produção e comercialização; contratação de representantes de vendas; mudanças na forma de negociação e na relação com os clientes; criação do Contrato de Produção e Comercialização, etc.) adotadas pela UCAG visando o aprimoramento do

sistema de comercialização coletiva e, outro, *paralelo*, representado pelo conjunto das iniciativas (alternativas, constituídas pela venda direta a feiras, cestas, e/ou convencionais, que abrangem desde a venda a um atravessador até a venda à supermercados) individuais ou grupais, concebidas pelos produtores filiados visando o escoamento de seus produtos por fora da AGRECO. Ao mesmo tempo em que essas estratégias paralelas são resultado do esforço dos produtores no sentido de superar as debilidades do sistema de comercialização institucional, também podem, em certos casos, se apresentar como práticas oportunistas e de descompromisso com a Entidade. De qualquer forma, acreditamos que os dois movimentos aqui identificados vêm se traduzindo em formas distintas de territorialidade mercantil. E mais, eles se constituem no exemplo mais emblemático do nosso intento de tornar visível um elemento essencial da dinâmica da estratégia abordada neste último capítulo: a existência de conflitos e a disputa territorial.

Deixando de lado os problemas reais e potenciais representados pelas estratégias paralelas, sobretudo em termos de sua contribuição para o processo de desfiguração da experiência associativa, acreditamos que elas sejam reveladoras de uma ruralidade que reforça a lógica de funcionamento da agricultura familiar, na medida em que vai ao encontro do ideal de gerir de forma mais autônoma o espaço necessário à sua reprodução, desde a escala da propriedade até aquela inerente ao processo de comercialização.

Contudo, esperamos que tenha ficado claro, ao longo desta Terceira Parte, que as estratégias possuem dinâmicas socioespaciais distintas e jamais possíveis de serem aprisionadas dentro de um único sentido ou por uma interpretação fixista. A expressão “agrecodiversidade” parece ser boa no sentido de que pode ser empregada para indicar também as múltiplas ruralidades existentes. Por esse viés, não seria infundado falar de ruralidade “associativa”, “agroecológica”, “agro-beneficiadora”, “agroturística” e “mercantil”.

## À GUIA DE CONCLUSÃO

Tendo em mente que toda pesquisa implica na decomposição e reconstituição do “real” e que isto é sempre uma escolha, gostaríamos de encerrar o presente estudo reafirmando nossa opção de continuarmos analisando apenas aquilo que importa aos nossos propósitos demonstrativos. Nesse sentido, estamos convencidos de que este é o momento mais adequado para impor uma certa variação na ordem do nosso interesse e buscar explicitar melhor o papel da dimensão espacial na dinâmica do contexto protagonizado pela AGRECO.

Ao adotar uma abordagem geográfica do rural e da ruralidade em seus modos atuais de recomposição, nossa pretensão não deixa de poder ser representada pelo desafio de evidenciar o quanto o espaço constitui um elemento ativo num dado contexto de desenvolvimento rural, apesar das limitações do autor e dos resultados da própria pesquisa em corresponder plenamente a esse propósito através da perspectiva teórico-metodológica adotada.

Isto corresponde a dizer que a interpretação do processo vinculado à AGRECO é em grande parte tributária da compreensão da lógica espacial sobre a qual está fundamentado. Por esse viés, seria oportuno refletir sobre o pressuposto que fundamenta nossa terceira hipótese de trabalho, isto é, de que o espaço organizado pela Entidade ao mesmo tempo em que expressa a realização de diferentes estratégias de desenvolvimento também resiste e reage contra elas. Com isso, estamos atentando para o fato de que os dois conjuntos de estruturas e relações (materiais e sociais) não são apenas homólogos, no sentido de corresponderem de forma mais ou menos diversa, como também dialeticamente inseparáveis.

Procuraremos demonstrar isto, recorrendo a aspectos já considerados e/ou apresentando novos sinais desta interdependência ou dialética – um dos quais pode ser evidenciado já no ato de fundação da própria Entidade, que apela à região das Encostas da



Serra Geral em sua denominação –, verificados tanto em relação às estratégias aqui analisadas como em relação ao processo de desenvolvimento de um modo geral.

Primeiramente, deve-se dizer que entre os agricultores entrevistados, a importância da dimensão espacial foi evidenciada em meio à avaliação que fazem das estratégias incorporadas, sobretudo quando reconhecem o peso das condições estritamente geográficas a que sempre esteve submetida a agricultura familiar radicada naquela região. Isto é, boa parte da importância atribuída aos instrumentos de desenvolvimento, principalmente em relação ao associativismo, se deve à crença na sua capacidade de permitir superar as dificuldades associadas direta e/ou indiretamente ao isolamento relativo e às condições de acesso, agravadas pelo relevo acidentado. A fim de ilustrar esse entendimento, além das recorrentes observações feitas pelos informantes em torno do fato de se estar num lugar ou município “isolado”, “distante de tudo” e de “acesso difícil”, achamos oportuno reapresentar a expressão de um dos entrevistados: *“Se a gente que vive num canto desses não se organizar e não buscar saída a gente sabe que não chega a lugar nenhum”*.

Ao tratarmos especificamente da ecologização e agroindustrialização da produção e do agroturismo, procuramos demonstrar o quanto cada estratégia, ao incidir sobre aspectos mais ou menos distintos do espaço rural, vem provocando mudanças na forma dos agricultores familiares significarem e se relacionarem com os recursos socioespaciais existentes, isto é, na reconstrução da ruralidade. Por outro lado, é curioso perceber, por exemplo, o quanto o espaço físico condiciona o desenvolvimento da experiência associativa – especialmente se considerarmos a dispersão das unidades produtivas e agroindustriais aliada às deficiências de infra-estrutura: contribuindo para restringir as possibilidades de deslocamento e a frequência de boa parte dos agricultores nos fóruns de discussão/deliberação; dificultando a periodicidade dos serviços e atividades de assistência técnica; tornando mais oneroso o sistema de recolhimento, transporte, distribuição e venda de produtos; limitando as possibilidades de comunicação entre os agricultores e destes com a UCAG e com a diretoria; restringindo o acesso e a regularidade do afluxo de visitantes, etc. Aliás, é no mínimo curioso observar que o peso da fricção imposta pela distância em relação

aos pontos de comercialização (dada a logística baseada em circuitos longos) passa a ser de tal ordem que o transporte é cobrado por “Km rodado”.

A partir destes aspectos interessa-nos destacar que nem a dimensão material e nem tampouco a dimensão simbólica do espaço rural estão descoladas dos fatores socioeconômicos e políticos que facilitam ou dificultam o desenvolvimento do associativismo, da ecologização e agroindustrialização da produção, do agroturismo, da comercialização coletiva, etc. Não estamos com isso dizendo, obviamente, que o espaço físico é capaz de determinar por si só o sentido desse ou daquele instrumento, mas tão somente que participa ativamente e sob formas diferenciadas da dinâmica de cada um deles.

Ao mesmo tempo em que integra, o espaço de realização das estratégias também diferencia e separa na medida em que hierarquiza e territorializa os atores e seus interesses, bem como os papéis que cada um desempenha no processo de desenvolvimento: diretoria e associados, “a gente aqui” (na propriedade, na agroindústria) e “eles lá” (no escritório), técnicos e agricultores, grupo dos perecíveis e dos não-perecíveis, etc.

Em relação ao contexto mais geral, não resta dúvidas de que a natureza dos sistemas de objetos e de ações implementados a partir da AGRECO promoveu a diversificação e revitalização do espaço rural local e, insiste-se, especialmente no município de Santa Rosa de Lima e no âmbito da agricultura familiar engajada na proposta. Nesse caso, estamos convencidos de que apesar de todos os percalços e problemas, as mudanças ocorridas alimentam formas mais ou menos distintas de ruralidade, pautadas na ampliação e diversificação dos usos e das funções do estabelecimento, da localidade e do espaço municipal; de forma que o espaço rural passa a ser concebido e organizado não apenas enquanto substrato à produção agropecuária, mas também como lugar de permanência e fruição de um modo de vida agrícola; como lugar de trabalho e oportunidade de renda para mulheres e jovens; como lugar para a convivialidade e exercício de atividades e ações coletivas, como objeto de consumo e de lazer de visitantes, etc.

Entretanto, deve-se considerar que assim como todo e qualquer processo de mudança social, o contexto mobilizado desenvolveu-se desigualmente no tempo e no espaço e, desse modo, inscreveu-se de forma diferenciada nas diversas localidades e

municípios onde estavam radicados os filiados. Ou seja, o espaço associativo ampliou-se (em termos de área de atuação, número de filiados e de ações de desenvolvimento) de tal forma que inviabilizou a implementação do conjunto de estratégias de forma igualitária, em parte porque não foi acompanhada dos recursos (materiais e humanos) à altura da demanda instalada. O argumento do Coordenador da AGRECO de que “faltou perna pra colocar a mesma proposta para o conjunto dos municípios” (citado por LUZZI, 2001, p. 53), parece ser ilustrativa dessa tese.

O fato do campo de atuação da Entidade estar refluindo à escala do município onde se encontra sua sede, também se apresenta como uma evidência dos obstáculos enfrentados à ampliação do processo, apesar da implantação do Fórum de Desenvolvimento dos Pequenos Municípios das Encostas da Serra Geral. Aliás, a falta de experiência, de recursos e de uma infra-estrutura mínima (comuns às associações de natureza intermunicipal), acrescida da resistência (disputas partidárias) manifestada pelos representantes dos poderes municipais, ajudam a explicar o acanhamento das ações do referido Fórum no sentido de conter o movimento de contração do espaço associativo. Em resumo, na prática o que se verifica é uma falta de coordenação ou integração entre as iniciativas da AGRECO e de seus parceiros e aquelas das instituições públicas locais.

Portanto, apesar de alguns estudos já realizados convergirem para o entendimento de que o problema não está no tamanho atingido pela AGRECO, mas sim na rapidez de seu crescimento, gostaríamos de afirmar que os obstáculos também são de escala. Simultaneamente, observe-se que boa parte dos empecilhos socioespaciais e políticos enfrentados pela AGRECO à consolidação da experiência, não estão restritos à região, haja vista serem comuns ao meio rural brasileiro de um modo geral, permitindo avaliar o quanto fatores como infra-estrutura e serviços deficientes, políticas públicas restritas, proeminência de práticas institucionais corporativas e clientelistas, etc., atrapalham a dinâmica dos processos de recomposição do espaço rural e da ruralidade.

Também se faz importante considerar que certas estratégias estejam no cerne dos desafios e problemas impostos, sobretudo porque expõe o processo a estratos socioeconômicos mais amplos e complexos, dominados por agentes movidos por

racionalidades descomprometidas com os propósitos e as funções socioambientais do contexto de desenvolvimento. Nesse caso, o sistema de comercialização coletiva é o exemplo mais emblemático, pois mesmo sendo concebido como um instrumento capaz de fazer frente às restrições impostas pelo mercado, não tem sido capaz de superar ou romper com o efeito perverso das instabilidades e de relações mercantis assimétricas, comuns ao “grande circuito”. E mais do que isso, a persistência das dificuldades em termos de comercialização e, por conseguinte, de retorno em termos de renda por parte das famílias de agricultores filiados, não somente afeta a dinâmica das estratégias de ecologização e agroindustrialização da produção, a ponto de poder inviabilizá-las, como também contamina o engajamento dos produtores e suas perspectivas em torno do processo de desenvolvimento, sobretudo devido à sua capacidade de amplificar (“catalisador da percepção dos problemas”) o peso de outras dificuldades existentes (falta de incentivos governamentais, insuficiência de recursos e dívidas assumidas, deficiências da experiência associativa e da estrutura da própria AGRECO, problemas no planejamento da produção e na estrutura de beneficiamento dos produtos, etc.); o que ajuda a explicar a busca de alternativas de renda (contrárias ou não aos princípios da proposta) por parte dos agricultores filiados e, no limite, o desligamento da própria Associação.

Não é à toa, que em face do acirramento do quadro de crise, certas estratégias como o associativismo, a agroindustrialização de pequeno porte e o próprio esquema de comercialização coletiva, traduzem-se em sistemas de objetos e de ações cada vez mais estranhos às necessidades imediatas de boa parte dos agricultores familiares, especialmente entre os horticultores: as representações em torno da “AGRECO como problema”, a ressignificação (sentidos negativos) do empreendimento agroindustrial e as formas de comercialização paralela são apenas alguns dos aspectos que apontam nessa direção.

No entanto, se por um lado, o processo de diversificação e revitalização do espaço rural coloca sérias dificuldades ao gerenciamento e à integração das estratégias no âmbito das diferentes escalas de intervenção, por outro, deve ser visto também como fonte de dinamismo e, potencialmente, sustentabilidade, haja vista as alternativas e realizações que acabam emergindo, inclusive em termos de conscientização dos agricultores familiares em

relação à necessidade de uma maior autonomia sobre as questões que afetam diretamente a sua reprodução socioeconômica. Ou seja, em meio ao quadro de crise, surgem oportunidades para que esses sujeitos assumam um papel mais ativo tanto na reflexão sobre o processo em curso como na construção de propostas de mudança mais ou menos radicais, mais ou menos imediatas; que por sua vez, são condicionadas ou condicionantes da forma como o espaço institucional está organizado.

Uma evidência acerca da capacidade de refletir e avaliar está no próprio discurso de certos agricultores entrevistados, isto é, se de um lado, algumas categorias que estruturam suas representações e atitudes (qualidade de vida, agregação de valor, etc.) foram importadas de esferas discursivas externas, de outro, algumas metáforas empregadas sintetizam um posicionamento bastante crítico da experiência e das estratégias implementadas: “É associação pros agricultores e não dos agricultores ecológicos”; “Isso não é agregar valor e sim transferir valor”; “Não é assistência é insistência mesmo”, “O que houve não foi crescimento, mas sim inchaço”, etc.

No entanto, os sinais mais apropriados para ilustrar que não só as dificuldades e problemas, mas também que os desafios e oportunidades se situam em uma posição de dependência em relação à dinâmica e às disposições territoriais, são extraídos da problemática em torno do processo de comercialização. Desse modo, reforça-se a tese de que o contexto de desenvolvimento implementado pela AGRECO possui uma incontornável dimensão espacial.

Para tanto, convém lembrar que o refinamento do processo de regionalização dos núcleos de produção (Núcleo da Barra, Núcleo das Encostas, Núcleo do Sul e Núcleo dos Não-perecíveis) e das linhas de distribuição dos produtos (Linha Norte, Linha Florianópolis e Linha Sul), veio no sentido de reforçar ainda mais a correspondência entre ambos, numa demonstração clara de que a (re)organização espacial é essencial ao gerenciamento das relações entre produção e comercialização, entre oferta e demanda. Contudo, o que mais nos interessa reconsiderar nessa questão é que diante das resistências e do desinteresse da UCAG em efetivar a descentralização do sistema de comercialização, os agricultores integrantes do Núcleo das Encostas que haviam feito a exigência começaram a realizar

formas próprias de venda e de organização. Embora seja uma situação *sui generis* ela se torna representativa porque permite demonstrar que o processo de nucleação aliado à proposta de descentralização traz em seu bojo a idéia de que uma outra estrutura gerencial demanda novas formas de ordenamento territorial. Sendo assim, não restam dúvidas de que algumas das formas de comercialização paralela se traduzem num indicativo do fato de que a fragmentação associativa é acompanhada de um processo de fragmentação territorial. Em resumo, se aceitarmos que a proposição de mudanças e, no limite, a construção de uma outra associação são pensadas a partir de uma nova configuração territorial, temos mais uma prova da dialética socioespacial concernente ao processo de diversificação e revitalização do espaço rural protagonizado pela AGRECO.

É oportuno lembrar que poderíamos estar tomando estas e outras evidências apenas como exemplos de um processo de desfiguração do espaço institucional e da experiência associativa, entretanto, preferimos enxergá-las também como resultado da capacidade ou habilidade dos próprios agricultores familiares de agenciarem as mudanças necessárias à sua reprodução socioeconômica e que, de uma certa forma, só foi possível devido às dificuldades e problemas vivenciados ao longo do processo.

Portanto, apesar de todas as debilidades e problemas aqui levantados, temos que reconhecer que enquanto entidade representativa dos agricultores familiares, a AGRECO teve e continua tendo um papel fundamental, não somente por causa da infra-estrutura mobilizada e das demandas ligadas à produção, beneficiamento e comercialização de produtos orgânicos, mas também para o concepção e consolidação de novas formas de organização e de relacionamento social, para a formulação de outros valores, projetos de vida e identidades, assim como para a colocação de novos desafios e problemas na pauta de reivindicações dos produtores filiados, em síntese, para a continuidade e evolução do processo de reconstrução do espaço rural e da ruralidade. Assumimos aqui a afirmação feita por Schmidt et al. (2002, p. 94), quando reconhecem que um dos principais méritos da experiência “(...) foi a mudança na forma pela qual uma parcela das lideranças e dos habitantes locais percebe a região. De um certo conformismo e acomodação às tendências de estagnação e esvaziamento, passou-se no mínimo a uma abertura a novos desafios.”

No entanto, somos obrigados a declarar também que muita coisa tem de mudar, a começar pela realização de um processo de capacitação e aprimoramento do serviço de assistência técnica (de forma a conferir aos técnicos a formação e a habilidade necessária para atuarem como mediadores efetivos entre os interesses da diretoria e a demanda dos produtores associados), acrescido da revitalização dos fóruns de discussão/deliberação e da renovação das funções diretivas e de coordenação da Entidade (preferencialmente a partir das lideranças encontradas entre os próprios agricultores filiados).

Estamos convencidos que tais ações seriam indispensáveis à promoção dos agricultores familiares à condição de sujeitos ou co-autores também das mudanças necessárias ao processo de desenvolvimento em curso.

De uma outra coisa também acreditamos estar certos: em face das dificuldades de consolidar a ampliação do espaço institucional e do movimento reivindicatório dos agricultores no sentido de uma maior autonomia sobre o processo, parece mais coerente para a AGRECO pensar seriamente em restringir sua área de atuação direta e orientar seus esforços na motivação e geração de núcleos e pequenas associações relativamente autônomas, porém articuladas em rede e sob sua coordenação, se essa for a vontade da maioria dos filiados.

Por outro lado, é sensato destacar que, mediante um esforço maior de reflexão, até seria possível levantar mais uma série de recomendações e diretrizes que poderiam servir à superação dos problemas aqui constatados, entretanto, por mais que esta etapa do estudo clame por respostas e soluções dessa natureza, não o consideramos pertinente, sobretudo porque acreditamos que estas somente são efetivas quando resultam de um processo de construção coletiva e este desafio compete à direção da Entidade e seus filiados em conjunto, sem desconsiderar, obviamente, a contribuição de atores externos.

Da nossa parte, esperamos que a leitura aqui sistematizada tenha servido para qualificar e compreender melhor as potencialidades e limitações da experiência em curso ou, pelo menos, para chamar a atenção para o fato de que qualquer tentativa de análise torna-se incoerente se não buscar se aproximar da complexidade que constitui qualquer contexto de

mudança socioespacial, isto é, sem seus ideais, princípios, benefícios, limitações, tensões, problemas, contradições, oportunidades, perspectivas, etc.

À guisa de conclusão, portanto, não seria descabido utilizar os termos da própria pesquisa para dizer que a “AGRECO como problema” até pode representar um descompasso entre os princípios (“AGRECO como proposta”) e a realidade, no entanto, a possibilidade de superação está colocada na medida em que é vislumbrada pelos próprios agricultores mediante o reconhecimento da “AGRECO como oportunidade”.



## ANEXOS

### 1. Roteiro de entrevistas:

Entrevista n.º:..... Data:...../...../.....

#### CARACTERIZAÇÃO DO ENTREVISTADO

Nome: ..... Idade: ..... anos Origem: .....

Nome cônjuge: ..... Idade: ..... anos Origem: .....

Localidade (residência): .....

Nível de Instrução: analfabeto ( ) nível/série cursada: .....

Filhos:

Idade	sexo	escolaridade	profissão	Observação (renda, estado civil, local de residência)

Renda mensal (R\$): ..... / composição (%): produção ( ) aposentadoria ( ) atividade ã-agrícola ( )

Terra: .....ha / Forma de aquisição (ha): herança ( ) compra ( ) Outra: .....

Participação: AGRECO ( ) condomínio ( ) Acolhida na Colônia ( ) Credicolônia ( ) partido político ( )  
sociedade da capela ( ) associação esportiva ( )

(Nível participação: 1-nunca participa; 2-participa pouco; 3-sempre participa)

Participação das estratégias na renda (%): produção orgânica/agroindústria ( ) agroturismo ( )

#### CARACTERIZAÇÃO DO CONDOMÍNIO/AGROINDÚSTRIA

Nome do condomínio: ...../Agroindústria de: .....

úmero de sócios: ..... (..... famílias) / Mão-de-obra: familiar (..... pessoas) contratada (..... pessoas)

Área construída: ..... m<sup>2</sup> / Matéria-prima (%): própria ( ) comprada ( )

Capacidade instalada/utilizada: ...../ .....

Recursos financeiros (R\$): Pronaf ( ) Credicolônia ( ) Próprio ( )

Prestação do financiamento (R\$): Pronaf ( ) Credicolônia ( )

Renda mensal obtida com a agroindústria (R\$): .....

## QUESTÕES

### 1) Sobre o associativismo:

- Significado da AGRECO ontem e hoje (ou citar 3 palavras que a definem)
- Principais ganhos ou conquistas
- Problemas maiores da associação
- Participação em reuniões e assembléias

### 2) Sobre a produção orgânica/ecológica:

- Importância da produção sem uso de adubo químico e veneno
- Práticas consideradas ecológicas
- Diferença do trabalho em relação aquele executado anteriormente
- Recursos que passaram a ser (re)valorizados
- Dificuldades deste tipo de produção
- Papel da assistência técnica

### 3) Sobre o condomínio-agroindústria:

- Significado do condomínio-agroindústria antes e atualmente
- Vantagens do trabalho no condomínio-agroindústria
- Problemas do trabalho em grupo

### 4) Sobre o agroturismo:

- Significado do agroturismo
- Benefícios pessoais/familiares e outros
- Dificuldades associadas à atividade

### 5) Sobre a comercialização:

- Avaliação do sistema de comercialização institucional
- Alternativas realizadas e/ou vislumbradas

### 6) Sobre o cooperativismo de crédito:

- Importância da cooperativa de crédito
- Diferença em relação ao banco e recursos utilizados

2. Fotocópia da página do roteiro da *Accueil Paysan* (edição 2003) sobre o circuito agroturístico da Acolhida da Colônia:



## Association ACCUEIL PAYSAN DU BRÉSIL

Contact : Association Acolhida na Colônia  
Rua Germano Hermes Meyer  
Santa Rosa de Lima - SC / BRÉSIL  
CEP : 88763-000

Contact BRÉSIL (bilingue) : Thaïze Guzzatti  
(0055-sortie France) + 48 (département SC)  
+ 331 54 18 ou 99 02 30 97

E-mail : thaïze@agregco.com.br

Contact FRANCE (Isère) : Jeanne Lima  
Les Coteilles de Préfeucon 38710 Mens

E-mail : Jeanne-Lima@wanadoo.fr

Situation : région Sud du Brésil, état de Santa Catarina, Capitale Florianópolis.

Production agricole : élevage, cultures (céréales légumineuses), apiculture, canne à sucre, production fromagère ou biologique.

Accueil : agriculteurs biologiques et entreprises familiales regroupés par 2 à 8 familles dans la propriété agricole proposent chambres et tables paysannes, visites pédagogiques, découvertes et vente de leurs produits naturels ou transformés.

### Liste des adhérents d'accueil paysan Brésil par commune (Etat de Santa Catarina)

#### À ANITÁPOLIS :

Agriculteurs biologiques :

Walter et Helena Schlösser : chambre et table paysanne.

Gabriel et Marilda Rieg : chambre et table paysanne ; espace de loisir, promenade, nature et cascade.

Alfredo et Eva Schüller : chambre et table paysanne ; route à eau pour l'électricité.

#### À SANTA ROSA DE LIMA

Agriculture biologique :

Nelson et Erna Tenfen : gîte paysan, table paysanne ; espace de loisir et colonie de vacances.

Valério et Leda Maria Denig Assing : café paysan ; randonnée écologique.

Romeu et Edite Assing : chambre paysanne ; espace de loisir.

Lindolfo Vandresen et Fridolina Herdt : chambre paysanne.

Odair et Leonilda Beumann Baumann : gîte paysan et table.

Eliana Vandresen : restaurant paysan.

#### Micro-entreprises familiales :

Agroindústria Frigoprino : élevage de porc et transformation.

Agroindústria Geração : lait et fromage.

Agroindústria Willemann : maraîchage et stérilisation en pot.

Agroindústria Nova esperança : maraîchage et stérilisation.

Agroindústria Rio Bravo Alto : maraîchage et stérilisation.

Agroindústria Rio do Meio : maraîchage et stérilisation.

Agroindústria Doce encanto : production de canne sucre et transformation.

Agroindústria Delicias da cana : production de canne sucre et transformation.

Agroindústria Emigre : élevage de poules en plein air et production d'œufs.

Agroindústria Recanto do Puma : maraîchage et stérilisation.

Agroindústria Morro Verde : maraîchage et stérilisation.



Agroindústria Sul do Rio : production de confiture.  
Agroindústria Wiemes : maraîchage et stérilisation.  
Agroindústria Florada da Serra : apiculture.  
Agroindústria Biopis : apiculture.  
Agroindústria Cachoeira : maraîchage et stérilisation.  
Agroindústria Del campo : production de pain.

#### À GRAVATAL :

Agriculture biologique :

Miguel Silveira Oliveira et Edite Silveira : production artisanale d'eau de vie et table paysanne.

Lourenço May Lunardi et Albertina May : café paysan et production de miel.

Egênio Grasso Lunardi et Edilene Galdino Lunardi : café paysan et apiculteur.

#### À RANCHO QUEIMADO

Agriculture biologique :

Silvino e Traudi Schnaider : café paysan et production de miel.

Geraldo Junckes : production de canne sucre et transformation, route à eau.

Carlos Fricknekt : production de fraises bio.

### Accueil Paysan Brésil - Acolhida na Colônia

Partenariat créé le 18 juin 1999 - un échange enrichissant entre les paysans d'ici et d'ailleurs.

Aujourd'hui notre association compte environ 20 familles de paysans engagés dans le mouvement, avec un axe important qui est l'agriculture biologique.

Ce partenariat est né avec l'objectif principal de maintenir l'homme à la terre, suite au grandissant « exodo rural », faute d'une politique agricole familiale et durable.

Là-bas vous pouvez rencontrer des paysans et paysannes qui vous proposent : des produits biologiques, chambres coloniales, tables, gîtes, auberges, visites pédagogiques, randonnées nature et vous donneront envie de rester chez les gens.

A ce jour l'association « Acolhida na Colônia » est localisée dans l'Etat de Santa Catarina au Sud du Brésil. Dans une région qui varie entre 200 et 1600 mètres d'altitude. Territoire de moyenne montagne entouré par une forêt atlantique à préserver. Avec un climat tempéré, qui varie en moyenne : en janvier (l'été) la température est autour de 16 à 40°C, en juin (l'hiver) la température est de 7 à 15°C.

Pour arriver là-bas, c'est simple :

Par avion : Paris direction São Paulo (12 heures)  
São Paulo direction Florianópolis capitale de Santa Catarina (2 heures)

De Florianópolis vers la campagne (environ 4 heures de route) : Rancho Queimado, Anitápolis, Santa Rosa de Lima, Rio Fortuna, Gravatá.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo agrário em questão**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1998a. 275 p.

\_\_\_\_\_. **O capital social dos territórios**: repensando o desenvolvimento rural. Seminário sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável, Fortaleza, 1998b, 12 p. Trabalho não publicado.

\_\_\_\_\_. **Do setor ao território**: funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo. Rio de Janeiro, 1999. 29 p. Trabalho não publicado.

AESC. **Atlas Escolar de Santa Catarina**. Secretaria de Estado de Coordenação Geral e Planejamento/Subsecretaria de Estudos Geográficos e Estatísticos. Rio de Janeiro, Aerofoto Cruzeiro, 1991.

ALENTEJANO, Paulo Roberto. Pluriatividade: uma noção válida para a análise da realidade agrária brasileira? In: TEDESCO, J. C. (org.). **Agricultura familiar**: realidades e perspectivas. 3. ed. Passo Fundo: UPF, 2001. p. 149-175.

ALMEIDA, Jalcione. Da ideologia do progresso à idéia de desenvolvimento (rural) sustentável. In: \_\_\_\_\_.; NAVARRO, Z. (orgs.). **Reconstruindo a agricultura**: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 1998, p. 33-55.

\_\_\_\_\_. **A construção social de uma nova agricultura**: tecnologia agrícola e movimentos sociais no sul do Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999. 214 p. 214.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000. 110 p.

\_\_\_\_\_.; MASERA, Omar. Desenvolvimento rural sustentável na América Latina: construindo de baixo para cima. In: ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. (orgs.). **Reconstruindo a agricultura**: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 1998, p. 72-105.

ÁVILA, Vicente Fidelis. Pressupostos para a formação educacional em desenvolvimento local. **Interações**: Revista Internacional de Desenvolvimento Local, Campo Grande, v. 3, n.4, p. 63-76, março 2002.

BAIARDI, Amílcar. Neoprodutivismo, neoassociativismo e turismo campestre: outras faces do novo rural. **Cademo CRH**, Salvador, n. 28, p. 11-25, jan./jun. 1998.

BAIMA, César. O Brasil rural que não está no papel. **Jornal do Brasil**, São Paulo, 17 mar. 2002. Economia. p. 21.

BARDIN, Lawrence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977. 225 p.

BAZZO SCHMIDT, Vanice Dolores. Agroindústria em Santa Catarina: da integração à inclusão social. In: Desenvolvimento local em espaços rurais: a construção de um território nas Encostas da Serra Geral, em Santa Catarina. In: PAULILO, M. I. S.; SCHMIDT, W. (orgs.). **Agricultura e espaço rural em Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2003. p. 265-286.

BENEVIDES, Ireleno P. Para uma agenda de discussão do turismo como fator de desenvolvimento local. In: RODRIGUES, Adyr A. B. (org.). **Turismo e desenvolvimento local**. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 23-41.

BERQUE, Augustin. Paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (orgs.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 1998. p. 84-91.

BONNEMAISON, Joel. Viagem em torno do território. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (orgs.). **Geografia Cultural: um século** (3). Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2002. p. 83-132.

BRANDEMBURG, Alfio. **Agricultura Familiar, ONGs e desenvolvimento sustentável**. Curitiba: Editora da UFPR, 1999. 326 p.

\_\_\_\_\_. FERREIRA, Ângela Duarte Damasceno. Reconstrução da ruralidade e desenvolvimento socioambiental. **Anais do VI Congresso da Associação Latino-americana de Sociologia Rural**. Porto Alegre, p. 25-33, nov. 2002. CD-ROM.

BRYDEN, John. Tendências globais, respostas locais: Novas perspectivas para a Europa rural. Disponível em: <<http://www.rural-europe.aeidl.be>>. Acesso em: 20 janeiro 2003.

BÚRIGO, Fábio Luiz. Cooperativa de crédito rural: agente de desenvolvimento local ou banco comercial de pequeno porte? In: PAULILO, M. I. S. e SCHMIDT, W. (orgs.). **Agricultura e espaço rural em Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2003. p. 237-264.

BUTTIMER, Anne. Apreendendo o dinamismo do mundo vivido. In: CHRISTOFOLETTI, A. (org.). **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: Difel, 1982. p. 165-193.

BUTTEL, Frederick H. Transiciones agroecológicas en el siglo XX: análisis preliminar. **Agricultura y sociedad**, n. 74, ene./mar. 1995. p. 9-37.

CABRAL, Luiz Otávio. **Bacia da Lagoa do Peri**: sobre as dimensões da paisagem e seu valor. 1999. 236 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geociências, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.

\_\_\_\_\_. A paisagem como campo de visibilidade e de significação: um estudo de caso. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n. 13, p. 47-62, jan./jun. 2002.

CAMPANHOLA, Clayton; SILVA, Jozé Graziano da (edits). **O novo rural brasileiro**: uma análise nacional e regional, vol.1. Jaguariúna: EMBRAPA, 2000, 185 p.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável: perspectivas para uma nova extensão rural. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 16-36, jun./mar. 2000.

CARDOSO, Armi M.; GUZZATTI, Thaíse. **Uma retrospectiva do agroturismo na região.** Santa Rosa de Lima, 1999. 3 p. Trabalho não publicado.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo.** São Paulo: Hucitec, 1996. 150 p.

CARMO, Maristela Simões do. A produção familiar como locus ideal da agricultura sustentável. In: FERREIRA, A. D. D.; BRANDENBURG, A. **Para pensar outra agricultura.** Curitiba: Editora da UFPR, 1998. p. 215-238.

CARNEIRO, Maria José. Política pública e agricultura familiar: uma leitura do Pronaf. **Estudos sociedade e agricultura**, Rio de Janeiro, n. 8, abr. 1997.

\_\_\_\_\_. Ruralidade: Novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, n. 11, p. 53- 75, out. 1998.

\_\_\_\_\_; MALUF, R. S. (orgs.). Introdução. In: \_\_\_\_\_. **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar.** Rio de Janeiro: MAUAD, 2003, p. 17-27.

CARVALHO, Horácio Martins de. Formas de associativismo vivenciadas pelos trabalhadores rurais nas áreas oficiais de Reforma Agrária no Brasil. Disponível em: <<http://www.nead.br>>. Acesso em: 20 janeiro 2003.

CERRI, Cláudio. Algo mais que adeus. **Globo Rural**, Rio de Janeiro, ano 15, n. 173, p. 53-64, jul. 2000.

CNDRS – CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL. **Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável.** Brasília: MDA, out. 2002 (proposta de 3ª versão).

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço, um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (orgs.). **Geografia: conceitos e temas.** Rio de Janeiro: Bertrand, 1995. p. 15-47.

\_\_\_\_\_; ROSENDAHL, Zeny. Apresentando leituras sobre paisagem, tempo e cultura. In: \_\_\_\_\_. (orgs.). **Paisagem, tempo e cultura.** Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 1998. 123 p.

COSGROVE, Denis. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (orgs.). **Paisagem, tempo e cultura.** Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 1998. p. 92-123.

COSTA, Maria Helena Braga; Vaz da. Espaço, Tempo e Cidade Cinemática. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n. 13, p. 63-76, jan./jun. 2002.

COSTABEBER, J. A. **Acción colectiva y procesos de transición agroecológica en Rio Grande do Sul, Brasil.** 1998. Córdoba. Tese (Doutorado em agroecologia, campesinado e história) – Instituto de Sociologia e Estudios Campesinos, Universidade de Córdoba, Espanha, 1998.

\_\_\_\_\_; MOYANO, Eduardo. Transição agroecológica e ação social coletiva. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável.** 2. ed. Porto Alegre, v. 1, n. 4, out./dez. 2000. p. 50-60.

DALL'ALBA, João L. **O vale do Braço do Norte.** Orleans: Edição do Autor, 1973.



DAROLT, Moacir Roberto. **As dimensões da sustentabilidade**: um estudo da agricultura orgânica na região metropolitana de Curitiba-PR. 2000. 310 f. Tese (Doutorado Meio Ambiente e Desenvolvimento). Departamento de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2000.

\_\_\_\_\_. A agricultura orgânica na América Latina. Disponível em: <<http://www.planetaorganico.com.br>>. Acesso em: 23 novembro 2002.

CAZELLA, Ademir; MATTEI, Lauro. Multifuncionalidade agrícola e pluriatividade das famílias rurais: complementaridades e distinções conceituais. **Anais do VI Congresso da Associação Latino-americana de Sociologia Rural**. Porto Alegre, p. 3096-3107, nov. 2002. CD-ROM.

\_\_\_\_\_; ROUX, Bernard. Agribusiness em questão: a emergência da agricultura multifuncional. **Estudos sociedade e agricultura**, n. 13, out. 1999. p. 46-69.

DUFUMIER, Marc; COUTO, Vitor de Athayde. Neoprodutivismo. **Caderno CRH: faces do novo rural**. Salvador, n. 28, jan./jun.1998. p. 81-111.

EHLERS, Eduardo. **Agricultura sustentável**: origens e perspectivas de um novo paradigma. 2. ed. São Paulo: Livros da Terra, 1999. 157 p.

FAVERO, Celso Antônio. Globalização e as novas experiências dos agricultores. **Caderno CRH: faces do novo rural**. Salvador, n. 28, jan./jun.1998. p. 27-57.

FERREIRA, Angela Duarte Damasceno; BRANDENBURG, Alfio (orgs.). **Para pensar outra agricultura**. Curitiba: Editora da UFPR, 1998. 275p.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

\_\_\_\_\_. Processos e sentidos sociais do rural na contemporaneidade: indagações sobre algumas especificidades brasileiras. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, n. 18, p. 29-46, abr. 2002.

FERREIRA, Darlene Aparecida de Oliveira. **Mundo rural e Geografia**: Geografia Agrária no Brasil 1930-1990. São Paulo: Editora UNESP, 2002. 462 p.

FERREIRA, Luiz Felipe. Acepções recentes do conceito de lugar e sua importância para o mundo contemporâneo. **Território**, Rio de Janeiro, ano v, n. 9, p. 65-83, jul./dez. 2000.

FRANÇA, Cássio Luiz; VAZ, José Carlos; SILVA, Ivan Prado. Do experimentalismo difuso a uma política nacional de desenvolvimento local: uma abordagem introdutória. **Aspectos econômicos de experiências de desenvolvimento local**. São Paulo: Instituto Polis, 2002. p. 5-13 (Publicações Polis 40).

GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000. 653p.

GOMES, João Carlos da Costa; BORBA, M.F.S. A moderna crise dos alimentos: oportunidades para a agricultura familiar. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Alegre, v. 1, n. 3, jul./set. 2000. p. 52-68.

GOMES, Paulo César da Costa. Geografia fin de siècle: O discurso sobre a ordem espacial do mundo e o fim das ilusões. In: CASTRO, I. E. e CORRÊA, R. L. (orgs.). **Explorações Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1997. p. 13-42.

\_\_\_\_\_. **A condição Urbana**: ensaios de geopolítica da cidade. Rio de Janeiro: Bertrand, 2002. 304 p.

GÓMEZ, Sergio E. Nueva ruralidad? Un aporte al debate. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 17, p. 5-32, out. 2001.

GUARESCHI, Pedrinho. Representações sociais: alguns comentários oportunos. **Coletâneas da ANPEPP**: Novas contribuições para a teorização e pesquisa em representação social, Florianópolis, v. 1, n. 10, p. 9-36, set. 1996.

GUIVANT, Júlia Sílvia. A agricultura sustentável na perspectiva das ciências sociais. In: VIOLA, E. J. et al. **Meio Ambiente, desenvolvimento e cidadania**: desafios para as ciências sociais. 2. ed. São Paulo: Cortez; Florianópolis: UFSC, 1998. p. 99-133.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla. Origem, evolução e perspectivas do desenvolvimento sustentável. In: ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. (orgs.). **Reconstruindo a agricultura**: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 1998, p. 19-32.

HOLZER, Werther. **A Geografia Humanista**: sua trajetória de 1950 a 1990. 1992. 550 f. Dissertação (Pós-graduação em Geografia). Instituto de Geociências. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1992.

\_\_\_\_\_. O lugar na Geografia Humanista. **Território**, Rio de Janeiro, ano IV, n. 7, jul./dez. 1999. p. 67-78.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário de Santa Catarina**. Rio de Janeiro: IBGE, vários anos.

\_\_\_\_\_. **Censo demográfico 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2001.

\_\_\_\_\_. Cidades – Síntese do Censo 2000 para Santa Rosa de Lima. Disponível em: <<http://www.ibge.org.br>>. Acesso em: 06 fevereiro 2003.

JEAN, Bruno. A forma social da agricultura familiar contemporânea: sobrevivência ou criação da economia moderna. **Cadernos de sociologia**, Porto Alegre, v. 6, p. 393-406, 1994.

\_\_\_\_\_. Les territoires ruraux dans la modernité avancée et la recomposition des systèmes ruraux. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 18, p. 5-27, abr. 2002.

JESUS, Eli Lino de. Da agricultura alternativa à agroecologia: para além das disputas conceituais. **Agricultura Sustentável**, Jaguariúna, v. 3, n. 1/2, p. 13-26, jan./dez. 1996.

KLEIN, Roberto Miguel. **Mapa Fitogeográfico do Estado de Santa Catarina**. Itajaí: Herbário Barbosa Rodrigues, 1978.

KAYSER, Bernard. **La renaissance rurale**: sociologie des campagnes du monde occidental. Paris. Armand Colin, 1990. 316p.



KOSIK, Karel. **A dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LAMARCHE, Huges. Introdução geral. In: \_\_\_\_\_. (coord.). **A agricultura Familiar I: uma realidade multiforme**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993. 336 p.

\_\_\_\_\_. As lógicas produtivas. In: \_\_\_\_\_. (coord.). **A agricultura Familiar II: do mito à realidade**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998. 348 p.

LEADER. Ambiente e desenvolvimento local: a caminho de um desenvolvimento duradouro nas zonas rurais desfavorecidas. Disponível em: <<http://rural-europe.aeidl.be>>. Acesso em: 25 janeiro 2003.

LEFÈVRE, Fernando; LEFÈVRE, Ana Maria Cavalcanti. Os novos instrumentos no contexto da pesquisa qualitativa. In: \_\_\_\_\_ (orgs.). **O discurso do sujeito coletivo: uma nova abordagem metodológica em pesquisa qualitativa**. Caxias do Sul: EDUCS, 2000. p. 11-35.

LUZZI, Nilza. **A associação dos agricultores ecológicos das encostas da Serra Geral: análise de uma experiência agroecológica**. 2001. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

MACHADO, Lucy Marion C. P. **A Serra do Mar Paulista: um estudo de paisagem valorizada**. 1988. 311 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1988.

MALUF, R. S.; WILKINSON, John (orgs.). **Reestruturação do sistema agroalimentar: Questões metodológicas e de pesquisa**. Rio de Janeiro: EFRRI/CPDA/MAUAD, 1999. 198p.

\_\_\_\_\_. Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. In: **Anais do Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção**. Florianópolis, maio de 2002, 24p.

\_\_\_\_\_. A Multifuncionalidade da agricultura na realidade rural brasileira. CARNEIRO, M. J e \_\_\_\_\_ (orgs.). **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003, p. 135-152.

MARTÍNEZ, Gerardo Roberto. El asociativismo como factor de êxito y limitacionaes. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v.2, n.2, p. 30-37, abr./jun. 2001.

MATTEI, Lauro. Agricultura familiar e turismo rural: evidências empíricas e perspectivas. Disponível em: <<http://www.nead.org.br>>. Acesso em: 12 agosto 2003.

MAUREL, Marie-Claude. Das trajetórias às estratégias fundiárias. In: LAMARCHE, Huges (org.). **A agricultura Familiar II: do mito à realidade**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998. p. 89-118.

MEINIG, Donald. O olho que observa: Dez versões da Mesma Cena. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n. 13, p. 35-46, jan./jun. 2002.

MESQUITA, Zilá. Do território à consciência territorial. In: \_\_\_\_\_ e BRANDÃO, C. R. (orgs.). **Territórios do cotidiano: uma introdução a novos olhares e experiências.** Porto Alegre, Ed. UFRGS, 1995. p. 82-97.

MIOR, Luiz Carlos. **Agricultores Familiares, agroindústrias e território:** A dinâmica das redes de desenvolvimento rural no Oeste Catarinense. 2003. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

MONTOYA, Marco; GUILHOTO, Joaquin J. M. Mudança estrutural no agronegócio brasileiro e suas implicações na agricultura familiar. In: TEDESCO, J. C. (org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas.** 3. ed. Passo Fundo: UPF, 2001. p. 179-222.

MOREIRA, Roberto José. **Agricultura familiar:** processos sociais e competitividade. Rio de Janeiro: UFRJ/CPDA/MAUAF, 1999. 198p.

MOREIRA, Janine. **La dimensión educativa de la extensión rural en el contexto de la agroecología: las relaciones entre los saberes tradicional y moderno.** 2000. Tese (Doutorado) Facultad de Ciencias de la educación. Universidade de Córdoba, Espanha, 2000.

\_\_\_\_\_. Agroecologia: um processo que favorece ou desfavorece a legitimação do saber tradicional? **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, n. 31, p. 155-182, 2002.

MULLER, Jovânia Maria. **Do tradicional ao agroecológico:** as veredas das transições (o caso dos agricultores familiares de Santa Rosa de Lima). 2001. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

NAVARRO, Zander. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos Avançados**, São Paulo, n. 43, v. 16, dez. 2001.

OAKES, Timothy. Place and the paradox of modernity. **Annals of the Association of American Geographers**, 87(3), 1997, p. 509-531.

OLIVEIRA, João A. V. de; SCHMIDT, Vanice D. B.; SCHMIDT, Wilson. **Avaliação do potencial da Indústria Rural de Pequeno Porte (IRPP) em Santa Catarina.** Florianópolis: CEPAGRO, 2000. 94p.

PAULILO, Maria Ignez. **Produtor e agroindústria:** consensos e dissensos – o caso de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 1990. 182p.

PELUSO JÚNIOR, Victor. A colonização alemã na área fronteira à Ilha de Santa Catarina: observações geográficas. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina**, Florianópolis, n. 2, 1980. p. 131-145.

PIDSE – **Programa Integrado de Desenvolvimento Sócio-Econômico:** diagnóstico municipal de Santa Rosa de Lima. Florianópolis, Secretaria de Estado de Coordenação geral e Planejamento e Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e do Turismo, 1990.

PINHEIRO, Diógenes. A agricultura familiar e suas organizações: o caso das associações de produtores. In: TEDESCO, J. C. (org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas.** 3. ed. Passo Fundo: UPF, 2001. p. 337-365.

PRONAF/SC. **O Pronaf e a agricultura familiar catarinense**. Florianópolis, 2002. 60p.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993. 269 p.

RELPH, Edward. As Bases Fenomenológicas da Geografia. **Geografia**, v. 7, n. 4, p. 1-25, abr. 1979.

RÉMY, Jacques. Os Contratos Territoriais de Estabelecimento ou a conversão inacabada. In: CARNEIRO, M. J e MALUF, R. S. (orgs.). **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003, p. 153-168.

ROECKER, Gilmar. **Migração alemã na Região das Encostas da Serra Geral e suas eventuais causas**. Santa Rosa de Lima, 2001. 10 p. Trabalho não publicado.

SACK, Robert. **Human territoriality: Its theory and history**. Cambridg: University Press, 1986.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1999. 308 p.

\_\_\_\_\_. Por uma Geografia cidadã, por uma epistemologia da existência. **Boletim Gaúcho de Geografia**. Porto Alegre, n. 21, ago. 1996, p. 7-14.

SCHEIBE, Luiz Fernando. A celebração das águas. **A Notícia**, Joinvile, 30 mar. 2002, v. 01, p. 2.

SCHMIDT, Wilson. **A municipalização do ensino fundamental em dois pequenos municípios rurais de Santa Catarina: Anitápolis e Santa Rosa de Lima (1987 a 1995)**. 2000. 189 f. Tese (Doutorado de História e Filosofia da Educação). Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2000.

SCHMIDT, Wilson. Agricultura orgânica: entre a ética e o mercado? **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 2, n. 1, p. 62-73, jan./mar. 2001.

\_\_\_\_\_. et alii. Associativismo e cooperativismo: o Terceiro Setor no Desenvolvimento Rural Catarinense. In: VIEIRA, P. F. (org.). **A pequena produção e o modelo catarinense de desenvolvimento**. Florianópolis, APED, 2002. p. 59-112.

\_\_\_\_\_.; SCHMIDT, Wilson; TURNES, Valério A. Desenvolvimento local em espaços rurais: a construção de um território nas Encostas da Serra Geral, em Santa Catarina. In: PAULILO, M. I. S.; SCHMIDT, W. (orgs.). **Agricultura e espaço rural em Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2003. p. 287-308.

SCHNEIDER, Sérgio. **Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora universidade/UFRGS, 1999. 205 p.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado do Planejamento e da Fazenda. **Anuário Estatístico de Santa Catarina**. Florianópolis, 2000.

SEPÚLVEDA, Sérgio. Desarrollo rural sostenible – enfoque territorial. Disponível em: <<http://www.nead.org.br>>. Acesso em: 22 junho 2003.

SILVA, José Graziano da. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

\_\_\_\_\_. **Tecnologia e agricultura familiar.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999. 238 p.

\_\_\_\_\_. Turismo em áreas rurais: suas possibilidades e limitações no Brasil. **Cademo CRH**, Salvador, n. 28, p. 113-155, jan./jun.1998.

SILVEIRA, Caio; BOCAYUVA, Cunha; ZAPATA, Tânia. Ações integradas e desenvolvimento local: tendências, oportunidades e caminhos. In: SPINK, P.; BAVA, S. C.; PAULICS, V. **Novos contornos da gestão local:** conceitos em construção. São Paulo: Polis/Programa Gestão Pública Cidadania FGV-EAESP, 2002.

SOJA, Edward W. **Geografias pós-modernas:** a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993. 324p.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. A teorização sobre o desenvolvimento em uma época de fadiga teórica ou sobre a necessidade de uma “teoria aberta” do desenvolvimento sócio-espacial. **Território**, ano I, n. 1, jul./dez. 1996. p. 5-25.

\_\_\_\_\_. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C.; CORRÊA, R. L. (orgs.). **Geografia:** conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995. p. 77-116.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Espaço Geográfico: uno e múltiplo. In: \_\_\_\_\_. BASSO, L. A.; VERDUM, R. (orgs.) **Ambiente e lugar no urbano:** a Grande Porto Alegre. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2000. p. 13-34.

SEYFERTH, Giralda. **A colonização alemã no Vale do Itajaí-mirim:** um estudo do desenvolvimento econômico. Porto Alegre: Movimento, 1974.

TAGLIARI, Paulo Sérgio. Merenda orgânica chega nas escolas catarinenses. **Revista Agropecuária Catarinense**, v. 15, n. 2, jul. 2002. p. 31-36.

TEDESCO, João Carlos. **Um pequeno grande mundo:** a família italiana no meio rural. Passo Fundo: EDIUPF, 2001. 110 p.

\_\_\_\_\_. **Espaço e Lugar:** A perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983. 250 p.

TEIXEIRA, Márcio Antônio; LAGES, Vinícius Nobre. Transformações no espaço rural e a Geografia Rural: Idéias para discussão. **Revista de Geografia**, São Paulo, n. 14, p. 9-33, 1997.

TEIXEIRA, Ricardo Augusto Grecco. **Breves retratos do Brasil:** a distribuição de renda. Conselho Latino-Americano de Igrejas: Londrina, jul. 2002.

TORESAN, Luiz; MATTEI, Lauro; GUZZATTI, Thaíse. **Estudo do potencial do agroturismo em Santa Catarina:** impactos e potencialidades para a agricultura familiar. Florianópolis: Instituto Cepa, 2002. 59 p.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia:** Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980. 288p.

\_\_\_\_\_. Geografia Humanística. In: **Perspectivas da Geografia.** CHRISTOFOLETTI, A. (org.). São Paulo: Difel, 1982. p. 143-164.

\_\_\_\_\_. **Espaço e Lugar:** A perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983. 250 p.

VAINER, Carlos Bernardo. As escalas do poder e o poder das escalas: o que pode o poder local? **Anais do IX Encontro Nacional da ANPUR.** Rio de Janeiro, p. 140-141, nov. 2001.

VEIGA, José Eli da. **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento.** Brasília: MDA/CNDRS/NEAD, 2001.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura,** Rio de Janeiro, n. 15, p. 87-145, out. 2000(a).

\_\_\_\_\_. A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. **Desenvolvimento e Meio Ambiente,** Curitiba, n. 2, p. 29-37, jul./dez. 2000(b).

\_\_\_\_\_. O agricultor e a vida local. In: LAMARCHE, Hugues (coord.). **A agricultura Familiar II:** do mito à realidade. Campinas: Editora da UNICAMP, 1998(a). p. 207-227

\_\_\_\_\_. Em busca da modernidade social: uma homenagem à Alexander V. Chayanov. In: FERREIRA, A. D. D.; BRANDENBURG, A.. **Para pensar outra agricultura.** Curitiba: UFPR, 1998(b). p. 29-49.

WOORTMANN, Ellen F.; WOORTMANN, Klaas. **O trabalho da terra:** a lógica e a simbólica da lavoura camponesa. Brasília: UNB, 1997. 192 p.

## BIBLIOGRAFIA (pesquisa documental)

ACOLHIDA NA COLÔNIA. **Estatuto da Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia.** Santa Rosa de Lima, 2002.

\_\_\_\_\_. **Editais do concurso “Jardim das Quatro Estações”,** Santa Rosa de Lima, 1999. 1p.

AGRECO – ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES ECOLÓGICOS DAS ENCOSTAS DA SERRA GERAL. Santa Rosa de Lima. **Ata da Assembléia Geral do dia 27 de dezembro de 1996** (a).

\_\_\_\_\_. **Estatuto da AGRECO,** Santa Rosa de Lima, dez. 1996(b).

\_\_\_\_\_. **Plano de Trabalho da AGRECO: 1997-2000,** Santa Rosa de Lima, 1997(a).

\_\_\_\_\_. **Regimento Interno,** Santa Rosa de Lima, nov. 1997(b).

\_\_\_\_\_. **Agroindústrias Modulares em Rede:** Anitápolis, Gravatal, Rio Fortuna, Santa Rosa de Lima/ Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

\_\_\_\_\_. **Informativo,** Santa Rosa de Lima, v. 1, n. 1, dez. 1999.

- \_\_\_\_\_. **Informativo**, Santa Rosa de Lima, v. 1, n. 2, mar. 2000(a).
- \_\_\_\_\_. **Informativo**, Santa Rosa de Lima, v. 1, n. 3, set. 2000(b).
- \_\_\_\_\_. **Projeto Vida Rural sustentável**. Florianópolis, 2000(c). 55p.
- \_\_\_\_\_. **Agricultores familiares inauguram unidades do Projeto de Agroindústrias Modulares em Rede**. Santa Rosa de Lima, ago. 2000(c). Folder.
- \_\_\_\_\_. **Informativo**, Santa Rosa de Lima, v. 2, n. 4, fev. 2001(a).
- \_\_\_\_\_. **Informativo**, Santa Rosa de Lima, v. 2, n. 5, jun. 2001(b).
- \_\_\_\_\_. **Informativo**, Santa Rosa de Lima, v. 2, n. 6, jul. 2001(c).
- \_\_\_\_\_. **Planejamento Estratégico Participativo**, Santa Rosa de Lima, jan./fev. 2001(d).
- \_\_\_\_\_. Santa Rosa de Lima. **Ata da Assembléia Geral Extraordinária do dia 19 de janeiro de 2002** (a).
- \_\_\_\_\_. Santa Rosa de Lima. **Ata da Reunião do Conselho Deliberativo do dia 22 de fevereiro de 2002** (b).
- \_\_\_\_\_. Santa Rosa de Lima. **Ata da Reunião do Conselho Deliberativo do dia 29 de março de 2002** (c).
- \_\_\_\_\_. Santa Rosa de Lima. **Ata da Reunião do Conselho Deliberativo do dia 10 de agosto de 2002** (d).
- \_\_\_\_\_. Santa Rosa de Lima. **Ata da Assembléia Geral Extraordinária do dia 27 de dezembro de 2002** (e).
- \_\_\_\_\_. **Encostas da serra Geral: um projeto de vida**, Florianópolis, dez./jan. 2003(a). 46p.
- \_\_\_\_\_. Santa Rosa de Lima. **Ata da Reunião do Conselho Deliberativo do dia 31 de janeiro de 2003** (b).
- \_\_\_\_\_. **Carta do Conselho de Certificação, Formação e Ética aos membros da AGRECO**, Florianópolis, 30 jan. 2003 (c).
- CEPAGRO – CENTRO DE ESTUDOS E PROMOÇÃO DA AGRICULTURA DE GRUPO. **Agroturismo: um espaço de vida e de encontro**. Florianópolis, 2001. Folder 1.
- ECOCERT-BRASIL. **Relatório de Inspeção**: produção vegetal/produção animal/beneficiamento transformação/comercialização. Florianópolis, 25 ago. 2003. 20p.
- EPAGRI; DESENVOLVER; APACO. **Projeto das Agroindústrias Associativas dos agricultores Familiares do Oeste Catarinense**. Chapecó, 1999. 123 p. Trabalho não publicado.